



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

“Profetas do mau agouro” ? Higiene Pública na *Gazeta Medica da Bahia*
(1866-1870)

VANESSA DE JESUS QUEIROZ

Brasília

2018

Vanessa de Jesus Queiroz

“Profetas do mau agouro” ? Higiene Pública na *Gazeta Medica da Bahia*
(1866-1870)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília- UnB, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Balaban

Linha de pesquisa: História Social e suas múltiplas formas

BRASÍLIA

2018

“Profetas do mau agouro” ? Higiene Pública na *Gazeta Medica da Bahia*
(1866-1870)

Vanessa de Jesus Queiroz

Dissertação aprovada em 09 de Abril de 2018

Banca examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Balaban (orientador)

(Presidente da banca, Universidade de Brasília)

Prof^a. Dr^a. Gabriela dos Reis Sampaio

(Membro Externo, Universidade Federal da Bahia)

Prof. Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto

(Membro Interno, Universidade de Brasília)

Prof^a. Dra. Neuma Rodrigues Brilhante

(Suplente, Universidade de Brasília)

RESUMO

Esta dissertação analisa sentidos da higiene pública na *Gazeta Medica da Bahia* durante os anos de 1866 a 1870, primeira fase da vida do que se tornara um dos mais perenes periódicos médicos brasileiros. A criação da folha médica na década de 1860 obedeceu a motivações científicas e políticas. Num momento onde os ideais de civilização e progresso da nação exigiam do Estado Imperial brasileiro que as questões de saúde pública fossem tratadas com maior atenção, um grupo de médicos residentes na Bahia forneceu, nas páginas do referido jornal, projetos de direcionamento para o alcance do que acreditavam ser o Brasil ideal, progressista e moderno. Seus objetivos encontraram lugar no tema da higiene pública, campo da saúde pública que era importante pauta dos negócios do Império do Brasil e fomentava os mais diversos debates nas comunidades científicas nacionais e internacionais. Os doutos da *Gazeta* atuavam num contexto onde as ciências médicas estavam em vias de construção e predominava a falta de consenso sobre a causa de grande parte das doenças. Contudo, os maus hábitos sanitários e precariedade das condições higiênicas eram relacionadas à aparição das enfermidades, de modo que a ciência da higiene era parte importante da medicina do período. Em sustento ao argumento de incompatibilidade entre o bom funcionamento social e a ocorrência de epidemias, aqueles médicos concederam à ameaça de cólera-morbo papel de protagonista devido aos riscos que representava ao futuro do Brasil. A ênfase à necessidade de melhoramentos sanitários como forma de prevenção ao flagelo, cuja ocorrência epidêmica não era uma realidade do contexto brasileiro em 1860, muito revelava dos vieses políticos contidos nas doutrinas científicas pregadas por sujeitos que, sob a égide da higiene pública, buscavam autoridade para que sua classe profissional pudesse influenciar no comércio, na guerra, na instrução da população e em outras importantes incumbências governamentais do período.

Palavras-chave: *Gazeta Medica da Bahia*, Higiene Pública, Cólera-Morbo.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the meanings of public hygiene in the *Gazeta Medica da Bahia* during the years 1866 to 1870, the period of the first phase of the life of one of the most perennial Brazilian medical journals. The creation of the journal at 1860 obeys scientific and political motivations. In a context where the ideals of civilization and progress of the nation demanded of the Brazilian Imperial State to take better care of public health, a group of doctors residing in Bahia provides, in the pages of its young medical newspaper, projects aimed at reaching what believed to be a desired modern Brazil. Its objectives find place in the public hygiene, public health area, that was an important part of the business of the Brazilian Empire and fostered the most diverse debates in the national and international scientific communities. Doctors of the *Gazeta* act in a context in which the medical sciences are under construction and lack consensus on the causes of most diseases. However precarious hygiene conditions were related to the motives of the diseases so that the science of hygiene was an important part of the Medicine of the period. In support the argument of incompatibility between the good social functioning and the occurrence of epidemics, those doctors highlight the threat of cholera-morbus because of the risks it could cause to the country's future. The emphasis on the need for sanitary improvements as a form of prevention of the disease, which was not epidemic in Brazil, was very revealing of the political bias contained in the scientific doctrines of those doctors of Bahia who, under the auspices of public hygiene, fought for authority so that their professional class could influence trade, war, education of the population, and other important governmental functions of the period.

Keywords: Gazeta Medica da Bahia, Public Hygiene, Cholera-Morbus.

AGRADECIMENTOS

Ainda que de minha autoria, este escrito só veio a lume graças à colaboração de muitas pessoas, às quais agradeço pelo apoio e dedico esta dissertação. O exercício de gratidão é mais fácil e claro na alma e no coração do que de ser colocado em breves linhas de uma folha.

Desde já peço perdão por eventuais descuidos que deixem cair no esquecimento alguma participação importante. Tanto quanto cansada, minha memória tende a apresentar panes após longos períodos debruçados em atas, jornais, legislações, panfletos, opúsculos e outros componentes da documentação médica do Brasil do século XIX, que tanto sono e sorrisos me tiraram ao longo destes dois anos e um mês. Neste momento, sou capaz de rememorar a biografia de inúmeros esculápios que mantinham viva a *Gazeta Medica da Bahia*, mas perigo esquecer do meu próprio sobrenome (risos).

Uma vez que citar nominalmente a todos a quem eu gostaria de prestar um registro de gratidão e carinho é tarefa quase impossível, começo por agradecer à minha família, sobretudo à mamãe, à Nique, ao Guilherme e ao Wal. Quanto aos amigos e colegas, contei e conto com o apoio de um número bem amplo. Isto é muito bom, exceto em momentos como este, onde corro o risco de levar puxões de orelha por citar um fulano e outro não. Que me perdoem os demais confrades, mas Silvanei, Uelma, Nayara, Jéssica e Augusto garantem o pódio do ombro amigo e dos mais calorosos abraços de agradecimento.

Ressalto a tamanha importância do meu puxador-mor de orelhas desde a graduação: o professor Marcelo Balaban, a quem agradeço por toda a paciência e sabedoria compartilhadas.

Fundamental à existência desta dissertação foi a atenção, tão competente e simpática, que recebi durante visita técnica à Bibliotheca Gonçalo Moniz- Memória da Saúde Brasileira, local tão rico, vasto e digno das atenções de todos os interessados na história das instituições, da medicina, dos conhecimentos diversos e de vários outros pontos importantes à história do Brasil. À Ana Albano, bibliotecária-chefe, meus eternos agradecimentos pela paciência, pela ajuda no acesso à documentação e também por todo o conhecimento admirável sobre tipografias e acervos que compartilhou comigo. Além da competência e carisma de Ana, agradeço à Irlaine, ao Murilo e a toda a equipe – de

técnicos de acervo a funcionários dos serviços gerais-, que tornaram a minha estadia na Bahia mais tranquila e acolhedora. À FAP-DF (edital 1º /2017), minha gratidão pelo custeio que possibilitou tal atividade de pesquisa.

A todos os que já foram meus professores e me avaliaram em bancas, deixo o meu abraço especial. Estevão Chaves de Rezende Martins, Marcelo Gustavo Brito, Neuma Rodrigues Brilhante e André Gustavo de Melo Araújo são nomes que eu não poderia deixar de citar. Minhas saudações mais alegres e gratas à banca examinadora desta dissertação: Marcelo Balaban, meu paciente e competente orientador; Gabriela dos Reis Sampaio, referência bibliográfica e figura mui simpática que a despeito da quase nula convivência muito me ajudou na fase final desta pesquisa; e Francisco Doratioto, professor de quem tenho lembranças valorosas, eruditas e engraçadíssimas das aulas de História da América 3 da graduação (uma delas foi o conselho de acrescentar um retrato de Marc Bloch entre as várias tatuagens que possuo em meu corpo, risos).

Ao Rodolfo e ao Jorge, que constantemente salvam a vida dos alunos da Pós-Graduação em História da UnB com tamanhas competência, paciência e agilidade frente a burocracia universitária, minha sincera gratidão. A cada aluno que tive a oportunidade de conhecer e ajudar durante os estágios docentes, agradeço também.

À CAPES agradeço pelo apoio financeiro, sem o qual este mestrado teria sido repleto de intempéries e talvez não tivesse resultado no trabalho que considero deveras satisfatório e com muito gosto apresento aqui.

Aos leitores de agora e do futuro: Muito obrigada desde já!

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Principais seções que figuram na *Gazeta Medica da Bahia* durante a sua primeira fase: Julho de 1866 a Julho de 1870, **p. 32.**

Tabela 2: Descrição de disciplinas do curso de Medicina da FAMEB na década de 1860, **p. 52.**

Tabela 3: Das seções dos assuntos de Saúde Pública como negócio oficial do Império do Brasil 1843- 1890, **p. 94.**

Anexo IV: Tabela dos principais temas (exceto proposições) das teses para obtenção do grau de doutor apresentadas a FAMEB de 1866 a 1869, **p. 221.**

GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIM: Academia Imperial de Medicina.

FAMEB: Faculdade de Medicina da Bahia.

GMB: Gazeta Medica da Bahia.

JCHP: Junta Central de Hygiene Publica.

MAPA: Memória da Administração Pública Brasileira. Trata-se de programa permanente de pesquisa do Arquivo Nacional. Criado em 1981.

MPDFT: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

“[...] Não se pode cobrar do passado a observância dos valores do presente [...]”

Francisco Doratioto¹

“O médico que só sabe Medicina nem Medicina sabe”.

Abel Salazar²

“[...]Sob diferentes ângulos de análise, estudos sobre o escrito têm congregado pesquisadores de diversas instituições brasileiras, interessados em repensar o livro, o impresso e o escrito como instrumentos das práticas da política, da cultura e até mesmo como mecanismo de difusão do conhecimento científico”.

Monique de Siqueira Gonçalves³

“[...] pues la enfermedad asume a veces el disfraz del amor, y realiza los mismos trucos extraños. Confiere divinidad a algunos rostros, nos obliga a esperar hora tras hora, atentos ao crujido de uma escadaria, y adorna los rostros de los ausentes[...] con um nuevo significado, mientras la mente urde mil leyendas y romances sobre ellos para los que no tiene tiempo ni inclinación en la salud[...]”

Virginia Woolf⁴

Despertando a atenção da autoridade publica sobre tão grave assumpto (a cólera), não queremos constituir-nos, como se costuma dizer, propheta de mau agoiro; cumprimos o dever que nos impõem a posição que tomamos na imprensa do paiz; recordamos a triste experiencia do passado, e manifestamos as nossas apprehensões pelo futuro. Declinamos de nós a responsabilidade do silêncio. É quanto nos cumpre fazer por agora a bem da saude publica ameaçada[...]

Gazeta Medica da Bahia, Agosto de 1866⁵.

¹ DORATIOTO, F.F.M., *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*, 2002, p.393. São Paulo: Companhia das Letras.

² 1889-1946, médico português.

³ GONÇALVES, M.S. *Livros, teses e periódicos médicos na construção do conhecimento médico sobre as doenças nervosas na Corte Imperial (1850-1880)*, p.8. In: FERREIRA, Tania B. C; RIBEIRO, Gladys S.; GONÇALVES, Monique de S. (Orgs.). *O Oitocentos entre livros, livreiros, impressos missivas e bibliotecas*. São Paulo: Alameda.

⁴ WOOLF, V. *De la enfermedad*, p. 29. España: Centellas, 2014. Traducción y notas de Ângela Pérez.

⁵ GMB, ano I, n.4, 25 de Agosto de 1866, pp. 38-39. Artigo Editorial, “Não devemos recear a importação da *cholera-morbus*?”, sem assinatura.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: DECLINAMOS DE NÓS A RESPONSABILIDADE DO SILÊNCIO	
1. DO ESTADO DA QUESTÃO	20
2. “PUBLICADA POR UMA ASSOCIAÇÃO DE FACULTATIVOS”	27
2.1. Das seções que compunham a <i>Gazeta Medica da Bahia</i>	32
3. O “ARAUTO DO PROGRESSO”	40
3.1. <i>Gazeta Medica</i> e Faculdade de Medicina da Bahia	44
3.1.1. As memórias históricas	45
3.1.2. As teses	50
3.2. De outros membros da nascente imprensa médica: Os <i>Annaes Brasilienses de Medicina</i>	56
3.3. “As notícias médicas nos jornais não médicos”	66
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
CAPÍTULO 2. ESCLARECER E GUIAR	
1. DO ESTADO DA QUESTÃO	82
2. HIGIENE E HIGIENE PUBLICA	89
3. O MEDO DE EPIDEMIAS	100
3.1. Do medo de epidemias à criação da Junta Central de Hygiene Publica	105
4. A HIGIENE PÚBLICA NA <i>GAZETA MEDICA DA BAHIA</i>	112

4.1. Da higiene pública como denúncia a irregularidades na fiscalização e alerta à ameaça de epidemias	112
4.2. Da higiene pública e sua relação com o comércio: a fiscalização dos portos	116
4.2.1. Da higiene pública e sua relação com o comércio, parte 2: da alimentação.....	118
4.3. Da higiene e sua relação com o trabalho: Higiene, loucura, produtividade dos indivíduos na marcha do progresso	123
4.4. Da ciência da higiene pública como elemento de diversidade entre teoria e prática	126
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	134

CAPÍTULO 3. O MEDONHO FLAGELO

1. DO ESTADO DA QUESTÃO	141
2. QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA NOS RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO DO IMPÉRIO	149
3. A CÓLERA NA <i>GAZETA MEDICA DA BAHIA</i>	154
3.1. Da cólera nos relatórios de higiene pública na <i>Gazeta Medica da Bahia</i>	154
3.2. Mais um poderoso inimigo	160
3.2.1. Da cólera na Guerra do Paraguai noutras folhas da imprensa.....	173
3.3. Da cólera na seção <i>Noticiario</i> da <i>Gazeta Medica da Bahia</i>	182
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
EPÍLOGO	194
FONTES E BIBLIOGRAFIA	205
DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE	216

ANEXOS

Anexo I: Capa da 1ª edição, ano 1, número 1 da *Gazeta Medica da Bahia*, de 10 de Julho de 1866 , **p. 218.**

Anexo II: Capa do número 2, ano 144, volume 80 da *Gazeta Médica da Bahia*, de Maio a Julho de 2010, **p. 219.**

Anexo III: Capa da tese para obtenção de grau de doutor, apresentada a FAMEB em 1869 por Eugênio Guimarães Rebello, **p. 220.**

Anexo IV: Tabela dos principais temas (exceto proposições) das teses para obtenção do grau de doutor apresentadas a FAMEB de 1866 a 1869, **p. 221.**

INTRODUÇÃO

Na edição de 4 de Julho de 2017, o *Correio Braziliense* (DF) publicou matéria intitulada “MP aponta presença da cólera próximo ao Deck Sul”⁶. Esta informava que a 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural (PRODEMA) havia entrado com ação civil pública⁷ contra a Companhia Urbanizadora da Capital (NOVACAP) e o Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), devido a irregularidades sanitárias e ambientais constatadas naquele local, recém inaugurado.

A matéria on-line dizia que:

Entre as diversas irregularidades relatadas pela ação, está a presença acentuada da bactéria *Vibrio Cholerae*, causadora da cólera. O documento ressalta o enorme risco à saúde- que pode levar, inclusive, à morte- ao qual estão expostos aqueles que entram em contato com a água da região. Outras bactérias encontradas [...] também causam preocupação[...]

A presença da referida bactéria foi comprovada da análise das águas do Lago Paranoá, que formavam um dos espaços do Deck. Dois dias após a publicação da edição que informava sobre a ação civil pública, o *Correio Braziliense* (DF) noticiava o desfecho do pedido com matéria intitulada “Justiça nega pedido de interdição do Deck Sul feito pelo MPDFT”. A justificativa da Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário sobre a negação do pedido ancorava-se na premissa de que aquele espaço público não era destinado apenas a banhos e à pesca, mas a diversos tipos de atividades de lazer e sociabilidade. E mais: sua existência e funcionamento colaboravam com a saúde da população, uma vez que era “fato científico comprovado que pessoas que

⁶ *Correio Braziliense* (DF), 04 de Julho de 2017, edição on-line, domínio público. Disponível em: <<http://www.jornaldebrasil.com.br/cidades/ministerio-publico-pede-interdicao-do-deck-sul-por-riscos-a-saude-publica/>>. Acesso em Março de 2018.

⁷ Ação Civil Pública é um processo, previsto pela Constituição Federal de 1988, destinado a defesa de interesses públicos coletivos pelo Ministério Público ou outras entidades públicas.

residem próximas a espaços abertos [...] sofrem menor incidência de doenças cardiovasculares e outras sequelas da estressante vida na sociedade contemporânea”⁸.

A presença da *vibrio cholerae*, bactéria causadora da cólera-morbo, doença propagada principalmente por água contaminada, era foco maior dos debates sobre saúde pública dos diferentes órgãos do poder público local. Ainda que o pedido de interdição tenha apresentado laudos científicos que constataram a ocorrência da bactéria, o veredito final da vara que analisou a ação do Ministério Público julgou que a ameaça não era motivo de fechamento temporário do local. Para aquela instância, bastava que se colocasse placas de advertência alertando a possíveis pescadores e banhistas sobre os perigos daquela água. Percebamos que diferentes partes do poder público estavam envolvidas na questão sob a justificativa maior de definição do que seria perigoso à saúde dos frequentadores e/ou vizinhos daquele espaço público.

Data da década de 1880 a descoberta da *vibrio cholerae*, personagem central das notícias de Julho de 2017. Seu descobridor foi o médico bacteriologista Robert Koch. Antes disto, porém, mesmo perante ausência de consenso científico sobre o que causava a doença, a cólera já aparecia como questão de saúde pública que preocupava médicos e órgãos governamentais. Também não é privilégio do século atual o conflito entre juízos provindos dos últimos. Do século XIX datam as primeiras discussões sobre a cólera-morbo no Brasil. Sobretudo a partir da segunda metade do oitocentos, após o primeiro surto epidêmico da enfermidade em terras brasileiras em 1855-1856, a doença ganha o status de questão central de higiene pública, sendo debatida por médicos e pelo Estado Imperial.

A cólera como questão de higiene pública, bem como a análise das discussões a seu respeito na segunda metade do século XIX, fazem parte do escopo desta dissertação, cujos esforços de pesquisa buscam compreender sentidos da higiene pública na década de 1860 no Brasil. Uma vez que se trata de negócio de múltiplas facetas, ressaltamos que aqui tratamos de uma em particular, a das significações que o tema recebia nas páginas da *Gazeta Medica da Bahia* durante seus primeiros anos de circulação. A higiene pública nas folhas do referido jornal médico baiano em sua primeira fase (1866-1870): deste tema nos ocupamos nesta pesquisa de mestrado.

⁸ *Correio Braziliense* (DF), 06 de Julho de 2017, edição on-line, domínio público. Disponível em: <http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/07/06/interna_cidadesdf,607613/justica-nega-pedido-de-interdicao-do-deck-sul-feito-pelo-mpdf.html>. Acesso em Março de 2018.

Ainda que a estrutura institucional dos órgãos de higiene pública dos dias atuais herde algo da estrutura institucional da saúde pública do século XIX, é anacrônica qualquer análise que equipare as discussões do oitocentos com as de Julho de 2017. Ainda que ambas envolvam a higiene pública como alvo da administração pública e tenham por foco uma mesma doença, há de se ressaltar as diferenças contextuais que imprimem diferentes sentidos às questões ao longo do tempo. Falar de saúde pública, bem como de imprensa e organização institucional de hoje em dia, implica considerações absolutamente diferentes a respeito do tratamento dos mesmos assuntos dois séculos antes. Hoje o campo a que se chama Medicina encontra-se relativamente bem consolidado, já no século XIX estava travando uma intensa luta por reconhecimento, espaço social e público apoiador.

Entre o contágio e a infecção, entre a alopatia e a homeopatia e diversas outras teorias explicativas às causas e soluções das doenças no século XIX, atuavam os diversos grupos médicos preocupados em construir conhecimentos que fossem respeitados e postos em prática como políticas públicas do Estado. Além das disputas explicativas que impediam o consenso entre tais grupos, outro fator nos permite entender o século XIX como momento de edificação da medicina científica brasileira. Trata-se de outras práticas de cura, que não faziam parte do rol dos conhecimentos científicos. Ao abordar a questão da relação entre saber acadêmico e saber popular no século XIX, Betânia Figueiredo aponta:

Hoje em dia ninguém questiona a necessidade de um determinado número de médicos para mil habitantes, de acordo com as definições da Organização Mundial da Saúde. Mas nos séculos XVIII até meados do século XIX a situação é bem diferente. Não havia um padrão considerado ideal e principalmente aceito pela população referente à presença dos médicos acadêmicos. Ao contrário, o hábito de recorrer ao médico nos momentos de desequilíbrio da saúde é bem mais recente. Esta forma de delegar ao outro, preparado em espaços acadêmicos formais, a competência para avaliar o estado de saúde do seu corpo foi forjada, junto à população brasileira, ao longo do século XIX, especialmente a partir da segunda metade. A ausência de profissionais formados nas academias, em diversas regiões do País, ao longo dos séculos XVIII e XIX, não poderia ser sentida como lacuna por parte da população ou como algo que deveria ser preenchido para o bem geral da comunidade. A população estava habituada a lidar com a inexistência deste profissional. Esta era a regra e essa experiência não era vivenciada necessariamente como falta por parte da população[...]⁹

⁹ FIGUEIREDO, 2005, p. 62.

Em meio a diversas teorias científicas, descobertas, grupos médicos e tradições populares, buscava-se consolidar a medicina como campo reconhecido e oficial. Os mais interessados e empenhados na tarefa eram os médicos. Seus esforços ganhavam forma de diferentes maneiras, dando ensejo a um contexto caracterizado pela necessidade de certezas onde ainda predominava a dúvida. A medicina científica que ascendia na segunda metade do oitocentos enfrentava resistências populares diversas, a partir do momento em que a população, frente à quase inexistência de médicos até a primeira metade do século, recorria a alternativas de cura não definidas pela medicina científica, a exemplo dos curandeiros e mezinheiros¹⁰ africanos.

Apesar da relativa indeterminação teórica e ausência de uma só explicação médica para as causas das doenças, correntes de pensamento predominantes podiam ser identificadas. No Brasil, a principal delas referia-se à que relacionava doenças a maus hábitos sanitários e higiene precária. Dentre tais hábitos, estavam não só os de salubridade das habitações, mas os de alimentação, de postura moral, de arquitetura das casas, do comércio, dentre outros diretamente ligados a ocorrência de doenças. Este tipo de pensamento é responsável, em parte, pela criação da estrutura institucional de saúde pública do século XIX, cujo importante expoente era a Junta Central de Higiene Pública, criada após o primeiro surto epidêmico de febre amarela em 1849¹¹.

As doenças, sobretudo por sua capacidade de manifesto em forma epidêmica, eram preocupações centrais da época. Não só os médicos, classe profissional que se buscava se ocupar dos assuntos de cura-, e as diversas classes populares- que eram afetadas e percebiam de muitas formas as enfermidades-, mas também o Governo a elas concedia atenção pelo fato de serem prejudiciais aos projetos de Estado, a partir do momento em que desestabilizavam- sobretudo pela debilidade que geralmente causavam aos braços trabalhadores, à guerra, ao comércio e aos hábitos culturais-, as esferas socioculturais, econômicas e políticas.

¹⁰ *Mezinheiro* era o nome atribuído ao sujeito que preparava “mezinhas”- remédios caseiros e outros produtos, sobretudo as ervas e plantas, as quais se atribuía a qualidade de curativas.

¹¹ A doença que alarmara população, médicos e autoridades públicas no século XIX, voltou a dar o ar da graça neste século. Atualmente, um dos principais problemas da saúde pública é o mosquito *Aedes Aegypti*, transmissor da *Dengue*, do *Zika Vírus*, da *Febre Chikungunya* e da *Febre Amarela*. O pânico perante a ocorrência da última moléstia tem causado grandes problemas ambientais, uma vez que, por erro de senso comum, muitas pessoas têm matado macacos por pensarem que estes são os responsáveis pela volta e transmissão da doença.

É neste contexto que um grupo de médicos da Bahia decide lançar um jornal onde podia expor suas ideias e participar dos debates a respeito das ocorrências de grande importância ao período. Diversos assuntos eram tratados naquela revista, que se tornara uma das mais duradouras publicações médicas da história da medicina brasileira e é, atualmente, publicação oficial da Faculdade de Medicina da Bahia. Questões científicas¹² e políticas dos mais diferentes caracteres eram amalgamadas nas folhas da *Gazeta Medica da Bahia*. Uma delas, a da higiene pública, deteve nossos esforços de pesquisa.

A hipótese central desta dissertação é a de que havia vieses políticos contidos nas doutrinas científicas pregadas pelos esculápios da *Gazeta Medica da Bahia*. Sob a égide da higiene pública, buscavam se tornar autoridade com força para que sua classe profissional pudesse influenciar no comércio, na guerra, na instrução da população e em outras importantes incumbências governamentais do período. Viam a ciência como um dos braços do Estado, ciência esta por eles representada. Em sustento ao argumento geral sobre a fundamentabilidade dos cuidados da higiene pública, os médicos daquela *Gazeta* expunham um outro específico: a ameaça da cólera-morbo. A prevenção, elemento principal da higiene pública por eles defendida, evitaria grandes prejuízos que seriam causados caso tal flagelo atingisse proporções epidêmicas no Brasil. Num momento onde diversas doenças atacavam a população brasileira, uma que não ocorria epidemicamente foi utilizada como questão central para destacar a importância dos argumentos dos responsáveis por aquele jornal. O itinerário que nos permitiu esta e outras observações importantes, está dividido em três caminhos, aqui expressos em três capítulos.

O primeiro, cujo problema central é compreender porque criar uma gazeta médica, trata da criação e dos primeiros passos do jornal médico baiano. Analisamos as edições da primeira fase da *Gazeta Medica da Bahia*, que compreende o período de Julho de 1866 a Julho de 1870. Denominamos de primeira fase pelo fato de em Julho de 1870 ser publicado o último número antes de sua primeira grande pausa, de mais de um ano. Em Agosto de 1871 o periódico volta à ativa, mas desta vez sob nova direção, a de Demétrio Ciríaco Tourinho.

O segundo, cujo problema central repousa na compreensão do que era higiene pública na *Gazeta Medica da Bahia*, também em sua primeira fase, analisa sentidos fornecidos ao tema nos escritos do jornal. Ademais, contextualiza os escritos sobre o assunto no jornal baiano na estrutura institucional que definia o que era higiene pública

¹² E aqui cabe ressaltar que na *Gazeta Medica da Bahia* foram publicados com primazia importantes estudos sobre microbiologia, helmintologia e medicina experimental.

como negócio do Império do Brasil. A primeira parte do capítulo, extensa pela inevitabilidade de explicação do tema, debruça-se em explicar como higiene se torna higiene pública e como este ramo da saúde pública era exercido como pauta do Estado. São abordados a estrutura organizacional, bem como os regulamentos referentes que vigoravam no período. O predomínio da necessidade de uma higiene preventiva nas notícias da GMB, sustentado principalmente pelo argumento das epidemias como ameaças indesejadas, é chavão das ideias sobre o assunto nas páginas do periódico médico.

O terceiro problematiza a ameaça da cólera-morbo como importante questão de higiene pública que ocupa muitas páginas da *Gazeta Medica da Bahia* nos seus primeiros anos de vida. Nossas reflexões partem do estranhamento à centralidade concedida à uma doença que não grassava sob o formato epidêmico na Bahia. A partir da análise do argumento da necessidade de prevenção pelas regras da higiene, percebemos que a cólera se encaixava perfeitamente nos intuits políticos de intervenção e instrução de Governo e outros ramos da população pretendidos pelos médicos da folha médica baiana, se tornando questão central, mote daquela publicação naquele momento.

Todos os capítulos são antecedidos por um tópico introdutório chamado de “Do estado da questão”. Neste fazemos o balanço historiográfico das principais obras com as quais dialogamos- em concordância ou dissenso-, na construção de cada argumento. As conclusões ao fim de cada divisão tornam o epílogo, parte final do trabalho, uma parte mais curta, uma vez que não consideramos pertinente a repetição despropositada e extensa dos muitos pontos abordados em cada capítulo.

A metodologia que utilizamos concentra-se majoritariamente na análise de trechos da fonte médica que é nosso objeto central. Nas análises recorreremos, também, à exposição de trechos de outras fontes, a exemplo dos *Annaes Brasilienses de Medicina* (RJ) e jornais da grande imprensa, coevos à *Gazeta Medica da Bahia*, além de legislações e correspondências diversas. Consideramos, ainda, as limitações de cada um dos documentos analisados, uma vez que sempre que uma opinião é publicada, outras muitas são silenciadas, de modo que todo documento escrito carrega em si certos limites ao contexto que descreve. Apontamos a investigação dos escritos do periódico baiano como uma dentre as muitas maneiras de entender higiene pública, jornal médico e epidemias como a cólera-morbo, partindo da premissa de que tais conceitos, como problema da história social, adquirem diversos sentidos que dependem dos focos de análise. Aqui nos concentramos no dos médicos ligados à publicação.

1. “Declinamos de nós a responsabilidade do silêncio”

1. *Do estado da questão*

[...]Auxiliem-nos os nossos dignos collegas do imperio; continue a imprensa medica estrangeira a prodigalizar-nos o forte appoio de sua benevola acceitação; e talvez um dia a *Gazeta Medica*, elevando-se a altura de sua concepção, possa atingir o grau de aperfeiçoamento, que lhe ambicionamos, para honra de nossa classe, credito de nosso paiz, e proveito de nossos semelhantes.¹³

Assim termina o artigo editorial de aniversário do primeiro ano da *Gazeta Medica da Bahia* (GMB). Datado de Julho de 1867, narra os enalços e percalços dos 24 números até ali publicados. Além de ressaltar algumas dificuldades típicas do empreendimento de lançar e sustentar um jornal destinado à ciência, o autor do escrito não assinado aponta alguns sucessos já alcançados pelo periódico há pouco lançado.

Termômetro do nível de fracassos e sucessos alcançados pela *Gazeta Medica da Bahia* era sua recepção por colegas do Império e redações de jornais médicos estrangeiros. Diz o autor que ainda que alguns consortes do Brasil não tivessem acolhido como deveriam àquela gazeta médica, o que ainda a impedia de apresentar a força esperada em seu lançamento- e tal força se referia ao público alcançado principalmente-, ela ainda seguia viva. O periódico, já acolhido por uma série de nomes notáveis do Império teria sido, igualmente, mui bem recebido e apoiado pela imprensa médica estrangeira de nações onde o conhecimento e a civilização fulguravam.

O texto¹⁴, que salientava dificuldades da empreitada devidamente encarada pela força de vontade daqueles poucos médicos da GMB e dos que apoiavam seu jornal, é finalizado por pedidos de reforços de apoios nacional e internacional. A guarida seria necessária ao aperfeiçoamento dos objetivos dos responsáveis pela folha, dentre os quais estavam os de honrar a classe médica e aumentar o status do país a partir da demonstração

¹³ *Gazeta Medica da Bahia*, ano II, n.25, 15 de Julho de 1867, p.2. Artigo Editorial de aniversário de 1 ano, sem assinatura. Contudo, adotando o que parece ser um padrão da fonte, cremos que o editorial foi escrito por Virgílio Climaco Damázio, diretor da folha naquele ano.

¹⁴ *Ibid.*, pp. 1-2.

de conhecimentos médicos-científicos avançados e a prestação de contribuições aos “semelhantes”, profissionais diplomados que poderiam se aproveitar das considerações ali publicadas.

No texto natalício surgem alguns sujeitos e questões que nos despertam a necessidade de reflexão sobre suas aparições no jornal. Os mais notórios são a tal classe médica e semelhantes, além da imprensa médica estrangeira. Quanto às questões, referem-se principalmente a ligação entre ciência médica e imagem de Brasil nos caminhos do progresso, além dos tais objetivos de melhoramento ambicionado pelos médicos da *Gazeta Medica*. Estes personagens fazem parte do problema central deste capítulo, que busca entender porquês de criar uma gazeta médica na Bahia. É desta grande ponderação que nos ocupamos nesta parte.

Entender os objetivos de criação da revista médica envolve, necessariamente, que pensemos naqueles que a idealizaram e publicaram. O panorama historiográfico de textos preocupados com análises da *Gazeta Medica da Bahia* é relativamente parco. Contudo, encontramos algumas produções bibliográficas detidas sobre a análise do grupo de médicos ligados ao periódico que é nosso objeto central. Exponhamos com quais mantivemos diálogo ao longo da construção deste capítulo.

O grupo criador e responsável pela *Gazeta Medica da Bahia* é costumeiramente chamado de Escola Tropicalista Baiana. Tal termo se popularizou após a publicação, em 1952, do livro de Antônio Caldas Coni, intitulado *A escola Tropicalista Bahiana*¹⁵. O próprio autor nos conta que: “A escola que fundaram só por ironia merece o nome de tropicalista, porque não mais fizeram do que demolir o velho conceito de doenças tropicais, estabelecendo-lhe o de parasitárias, inteiramente novo”¹⁶.

Segundo Coni, a demolição do conceito apontava para um duplo movimento. O primeiro era de renovação de termos das medicinas baiana e brasileira, a exemplo do de “doenças tropicais”, que muito denotavam do pensamento médico estrangeiro sobre as condições de vivência no Brasil. Algumas correntes europeias do período afirmavam que os habitantes dos trópicos degeneravam irremediavelmente:

¹⁵ Ronaldo Ribeiro Jacobina, Leandra Chaves e Rodolfo Barros no artigo *A “Escola Tropicalista” e a Faculdade de Medicina da Bahia* (2008, p.87) atribuem a Pedro Nava a autoria da expressão “Escola Tropicalista”, segundo eles cunhada em 1949. O memorialista teria dado ao grupo o nome de “Escola Parasitológica e Tropicalista da Bahia”. A Coni coube reduzir para “Escola Tropicalista”.

¹⁶ CONI, 1952, pp.38-39.

Para entender as doenças no Brasil, Wucherer assim como seus demais colegas da Escola Tropicalista rejeitaram a ideia de que a raça, o clima [...] e [...] os habitantes dos trópicos degeneravam irreversivelmente. Defendiam a ideia de que a maioria das doenças era universal, mas que a umidade e o calor as exacerbavam, assim como as particularizavam. Costumavam associar as doenças nos trópicos à pobreza, à má nutrição, falta de saneamento, e às más condições de vida dos escravos e dos mais pobres (...)¹⁷

Ou seja, os médicos da tal “Escola Tropicalista” contribuíram para a desmistificação de visões estrangeiras que indicavam que certas doenças só existiam nos trópicos, portanto, devido a seu clima, seria perigoso habitá-los, ou pior: seria impossível tentar tratar ou evitar as moléstias que ali grassavam. Verificamos, na leitura da fonte, que os médicos da GMB publicavam explicações que substituíam o determinismo climático por deficiências na higiene particular e pública, além de outras causas que tornavam os problemas de saúde solucionáveis a partir de intervenções indicadas pelas ciências médicas, principalmente a da higiene.

O segundo movimento refere-se à construção de saberes sobre a medicina brasileira por médicos atuantes no Brasil, o que ora demonstrava a importância da observação constante para a boa consolidação de conhecimento científico, ora demonstrava que aqueles eram ativos operários à edificação das ciências médicas, tidas pelos envolvidos na *Gazeta Medica da Bahia* como contribuição fundamental à civilização e ao progresso da nação brasileira.

Quanto à criação da *Gazeta Medica da Bahia*, Coni nos informa:

Os assuntos debatidos, com apresentação de doentes, nas célebres “conversazioni” ou palestras noturnas instituídas em 1865 pelo Dr. Paterson, mereciam, já, pela sua importância, ampla divulgação. Por isso fundaram, um ano depois, a “Gazeta Médica da Bahia” _ monumento “*aere perennius*” formado de suas produções valiosas_ e unidos partem para a grande missão histórica de orientar a medicina brasileira nos seus verdadeiros e seguros rumos, desvencilhada de sistemas, independente da europeia e eminentemente científica[...]¹⁸

¹⁷ Brazil, T.K. (organizadora), Soeiro, M. S., Lira-da-Silva, R. M. - *Otto Edwar Heinrich Wucherer*. Projeto Heróis da Saúde na Bahia. Disponível em <<http://www.bahiana.edu.br/herois/herois.aspx?id=MQ==>>. Acesso em Março de 2018.

¹⁸ Coni, 1952, p.37.

Tomamos algum cuidado no que concerne a indicar o jornal como local de publicação de todas as ideias do grupo. Somos, ainda, receosos quanto à afirmação de que havia o objetivo de se criar uma medicina totalmente independente da europeia, desvencilhada de sistemas e “eminente científica”.

Conforme veremos ao longo do capítulo e da dissertação, um dos objetivos da GMB era justamente o de trocar ideias com especialistas estrangeiros, incluindo os europeus, evidenciando, em contrapartida, o proveito às ciências médicas pelos saberes produzidos por doutos do Brasil. Não se trata da ruptura definitiva entre medicina brasileira e medicina estrangeira (europeia e norte-americana). As constantes correspondências entre jornais médicos de outros países e a *Gazeta Medica da Bahia* elucidam vários níveis de diálogo.

Veremos, igualmente, que a medicina “eminente científica” carregava objetivos que eram, também, eminentemente políticos. A GMB não veiculava ciência pura¹⁹. O próprio ato de tentar definir ciência médica e “orientar a medicina brasileira nos verdadeiros rumos” era um posicionamento político, pela rede de pessoas que os princípios do saber buscavam afetar e pelos rumos não verdadeiros que tinham de combater.

Cabe-nos refletir que até a *Gazeta Medica da Bahia* se tornar *aere perennius*²⁰, o que se comprova de sua longa existência²¹, confrontos e debilidades diversas fizeram parte dos caminhos do periódico médico, sobretudo nos seus primeiros anos de circulação.

O grupo responsável pela folha médica baiana era formado por médicos brasileiros e estrangeiros que residiam e atuavam na Bahia. Coni enfatiza os nomes de John Ligertwood Paterson, Otto Henry Wucherer e José Francisco da Silva Lima. Contudo, sabemos que o grupo que a fundou era mais extenso. Em edição de fevereiro de

¹⁹ Nesta dissertação usamos o termo “ciência pura” para nos referirmos a ideias que se restringem, hermeticamente, às análises do campo teórico e evolução das descobertas científicas sem considerarem os conflitos e relações daqueles que o investigam.

²⁰ Expressão latina cujo significado é “Mais perene que o bronze” e remete à longa duração, à permanência de algo durante muito tempo.

²¹ A *Gazeta Medica da Bahia* circulou quase regularmente entre 1866 e 1934. Ocorreram pequenas pausas, a exemplo: de 1 ano entre Julho de 1870 e Agosto de 1871. De Agosto de 1874 a Dezembro de 1875; Entre Janeiro de 1895 e Dezembro de 1897. Há outras. Circulou com regularidade, novamente, entre 1966 e 1972, com número avulso em 1976. Encontramos no site da UFBA, edições publicadas entre 2004 e 2011. Maiores informações ver site da *Gazeta Medica da Bahia*, sob domínio da Universidade Federal da Bahia, onde se encontram diversas informações a respeito da publicação: <<http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/issue/archive>>. Acesso em Março de 2018.

1910 encontramos, em artigo assinado por Antônio Pacífico Pereira, as seguintes palavras:

A criação da *Gazeta Medica da Bahia* foi obra desse grupo de proceres da nossa clinica civil e hospitalar. A Wucherer, Paterson, Silva Lima e Pires Caldas, associaram-se outros profissionaes distinctos, no magistério ou na clinica, entre os quaes – Januario de Faria, Marianno do Bonfim, Goês Sequeira, Demétrio Tourinho, Luiz Alvares e Virgilio Damazio, professores da Faculdade, e Almeida Couto, reputado clinico e mais tarde membro do corpo docente²²

A tripla homenagem biográfica de Coni silencia alguns nomes. Ainda que interpretemos os sujeitos citados depois de Wucherer, Paterson, Silva Lima e Pires Caldas como apoiadores da iniciativa, e não necessariamente como fundadores do jornal, discordamos da ideia de tríade fundadora. O próprio Pacífico Pereira, na década seguinte, afirma em esboço histórico da *Gazeta Medica da Bahia* que “cinco apenas foram os fundadores da *Gazeta Medica*: Paterson, Wucherer, Silva Lima, Januário de Faria e Pires Caldas”²³.

Havemos de considerar que o contexto de escrita de Coni, a década de 1950, é sucessor dos anos 1930 e 1940, onde os debates sobre o determinismo climático estavam muito em voga nos círculos acadêmicos. Assim, é plausível pensarmos que os objetivos do autor em ressaltar o papel daqueles três doutores, estrangeiros que poderiam clinicar em outras pátrias “civilizadas”, mas preferiram atuar no Brasil, era forma de contestar trabalhos que acabavam por compactuar com a ideia que o clima dos trópicos não era digno de atenções ilustradas. Além de homenagear e salvar do esquecimento os nomes de Wucherer, Paterson e Silva Lima, a agenda de Coni, inserida num contexto historiográfico mais amplo, parece querer demonstrar que o trio, com suas contribuições que partiram de um país tropical, muito colaboraram à medicina científica, inclusive à internacional, no que concerne à prova de que não só era possível estudar as doenças nos trópicos, mas de que se deveria estudá-las, em nome do progresso. Nesse sentido o Brasil, país tropical, muito tinha a oferecer ao conhecimento proveitoso às civilizações, sendo ele mesmo

²² *Gazeta Medica da Bahia*, ano XLI, n.8, Fevereiro de 1910, p. 338. “O Dr. Silva Lima”, assinado por Antônio Pacífico Pereira.

²³ *Gazeta Medica da Bahia*, ano XLVIII, n.1, Julho de 1916, p.24. “Esboço histórico da Fundação da *Gazeta Medica da Bahia*”, assinado por Antônio Pacífico Pereira.

passível de progresso. Isto fazia parte de esforços para fazer cair por terra os arcaísmos do determinismo climático sobre os trópicos.

Contudo, ainda que situemos a obra de Coni nas discussões historiográficas de seu contexto, é necessário refletir sobre os impactos que ela causa em termos de compreensão do grupo e do jornal. O autor faz parecer que ambos eram mais homogêneos que de fato o eram. Acaba por reduzir contradições internas e diversidades. Ao utilizar a *Gazeta Medica da Bahia* como principal forma de investigar os médicos que estuda, deixa passar a advertência de que o jornal não necessariamente reproduzia a totalidade dos frequentadores das *conversazioni* na casa de Paterson. Ademais, logo veremos que a GMB era em parte composta pelas contribuições de vários outros médicos, do Brasil e de fora do país, desligados do que Coni chama de Escola Tropicalista Baiana, que remete a ideia de um grupo mais restrito, hermético.

Ainda sobre a chamada Escola Tropicalista Baiana Julyan Peard é autora do livro *The Tropicalist School of Medicine of Bahia, Brazil, 1869-1889*. Dentre os diversos pontos abordados por Peard em seu livro, ela destaca certa incomparável contribuição da escola tropicalista baiana à medicina brasileira a partir dos escritos da *Gazeta Medica da Bahia*. Segundo o historiador Flávio Coelho Édler (2002), o estudo da autora norte-americana é significativo por ser o “mais completo e exaustivo estudo histórico a respeito dos médicos que se organizaram em torno da *Gazeta Medica da Bahia*, núcleo original das pesquisas em helmintologia medica”²⁴. A autora fornece papel de anteguarda às publicações do grupo responsável pelo jornal.

Ponto que merece atenção tanto em relação a Coni, quanto à Peard, é a utilização do termo “Escola”, do qual discordamos. Em ambos os autores ele é utilizado para ressaltar a originalidade do grupo fundador da *Gazeta*. Não encontramos, na fonte, indícios que concedam este nome ao grupo idealizador e a colaboradores do jornal. Além disso, encontramos em parte da historiografia posterior a Coni e Peard contestações ao termo.

Compactuamos com a visão de Flávio Coelho Edler no artigo *A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil* (2002). Nele²⁵, o autor critica o termo “escola” por acreditar que este reduza o papel das colaborações de outros médicos do período e as próprias contradições internas contidas no grupo de editores e colabores da *Gazeta Medica da Bahia*. “Escola” também tende a prestar a tais

²⁴ EDLER, 2002, p. 360.

²⁵ Ibid., pp.360-363.

médicos um papel de vanguarda única e mais radical em relação à medicina tradicional da época, do que realmente exerciam.

Em nosso trabalho, diferente do de Peard, estamos mais preocupados em compreender os médicos da GMB como um grupo em relação a outros que atuavam na década de 1860, buscando entender mais do que o suposto papel de vanguarda. Nesse sentido, nossa ideia é investigar porque aqueles médicos decidiram lançar uma gazeta que queria travar diálogos e embates com outros jornais e pensamentos do período. Mais do que ressaltar as primazias destes doutos, trata-se de inquirir porque lançavam uma gazeta criada para ser mãe da imprensa médica na Bahia.

No artigo *A “Escola Tropicalista” e a Faculdade de Medicina da Bahia* (2008), Ronaldo Jacobina, Leandra Chaves e Rodolfo Barros analisam a relação entre os fundadores da *Gazeta Médica da Bahia* e a Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB). Bem como nós, assumem que o jornal não era seu porta-voz, mas que eram evidentes algumas ligações entre o periódico e a instituição, a partir do momento em que muitos de seus colaboradores compunham o quadro docente da mesma. Ademais, a GMB noticiava constantemente atividades ocorridas no âmbito da escola de medicina.

Aqui também refletimos sobre tal relação. Contudo, estamos mais concentrados em entender motivos da publicação em seus primeiros anos de circulação, 1866-1870. Diferimos dos autores por relacionarmos a própria criação da GMB ao desejo de desvencilhamento do sistema de ensino e estrutura normativa da FAMEB. Diferente daqueles preocupados em comprovar proximidades entre o grupo reunido em torno da *Gazeta Médica da Bahia* e a Faculdade de Medicina da Bahia, nosso foco é entender o jornal e como ele era usado pelos médicos que o mantinham vivo.

No capítulo 6²⁶ do livro *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930* (1993), Lilian M. Schwarcz ressalta a importância dos jornais profissionais para a consolidação do papel missionário pretendido pelos médicos cientistas do Brasil. A sociedade seria um corpo doente e estes teriam a missão de salvá-la²⁷. Mencionando a GMB como um dos periódicos mais significativos à tal missão dos médicos da Bahia, destacando também sua longa duração, a antropóloga enfatiza a busca por uma identidade específica dos periódicos médicos em relação às demais publicações. Para Schwarcz revistas profissionais específicas como a GMB diziam-se mais neutras e

²⁶ “As Faculdades de Medicina ou como sanar um país doente”, pp. 247-312.

²⁷ SCHWARCZ, 1993, p. 262

mais comprometidas do que os jornais da grande imprensa, movidos por paixões políticas²⁸.

Ao longo deste escrito veremos que a tônica da *Gazeta Medica da Bahia* caminhava no sentido de legitimar as publicações da chamada imprensa médica como mais racionais e responsáveis para tratar de assuntos de saúde do que as folhas da grande imprensa. Contudo, escritos publicados na folha médica logo contradizem a pretendida neutralidade, evidenciando objetivos políticos expressos em sua criação. Ao mesmo tempo em que a GMB buscava se diferenciar dos jornais não-médicos em nome de sua eleição a órgão da recém-nascida imprensa médica como gênero específico, precisava do diálogo com eles, para se informar e ser reconhecida.

Aos que vieram antes de nós, buscamos somar nossos esforços para compreensão do que é a tão pouco estudada imprensa médica no Brasil da década de 1860 mas, principalmente, queremos colaborar aos estudos sobre a *Gazeta Medica da Bahia*, este patrimônio cultural da história da medicina brasileira ainda pouco explorado historiograficamente. Prossigamos em nossas considerações. Em Julho de 1866 o programa de lançamento da *Gazeta* afirmava que se a história literária da Bahia era pouco animadora, a imprensa medica, podia-se dizer sem receios, com certeza ainda estava por nascer²⁹. Porque os esculápios responsáveis por sua publicação decidiram parí-la naquele momento?

2. “Publicada por uma associação de facultativos”

Em 10 de Julho de 1866 veio a lume o primeiro número da *Gazeta Medica da Bahia*, um dos pioneiros e mais longevos periódicos médicos brasileiros. A ideia de sua publicação resulta de reuniões noturnas realizadas por um grupo de médicos estrangeiros e brasileiros que atuavam na Bahia:

Um grupo, pequeno no numero, mas esforçado e capaz, concebeu e realisou o auspicioso tentamen. A *Gazeta Medica* teve uma origem das mais modestas. Descreve-a um dos seus mais prestantes fundadores e

²⁸ Ibid., p. 261.

²⁹ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.1, 10 de Julho de 1866, p.1/capa. Programa de lançamento, sem assinatura.

constante collaborador, o Dr. Silva Lima: “Em 1865 instituiu o provector clinico,- referia-se ao Dr. Paterson-, umas amigáveis e interessantes palestras nocturnas; espécie de *conversazioni* periódica, em que duas vezes por mês tomavam parte em mui limitado numero alguns collegas das suas mais estreitas relações. Effectuavam-se estas palestras a vez, ora em sua casa, ora na casa de um deles; e os assuntos das sessões eram inteiramente facultativos e às vezes fortuitos[...] Versavam os entretenimentos, de ordinario, sobre casos clinicos occorrentes, exames microscópicos ou oftalmoscópicos, inspecção de algum doente affectado de molestia importante, ou sobre questões e novidades scientificas do tempo concernentes à profissão ou de algum modo relacionados com ella[...].”³⁰

O trecho faz parte do “Esboço histórico da *Gazeta Medica da Bahia*”³¹ publicado em 1916. É assinado por Antônio Pacífico Pereira, colaborador assíduo que por alguns anos também assumira a direção da GMB. Ele nos conta que a fundação do periódico coube a cinco médicos principalmente: Otto Edward Henry Wucherer³² (Porto, Portugal, 1820- Bahia, 1873), John Ligertwood Paterson³³ (Escócia, 1820 –Bahia, 1882), José Francisco da Silva Lima³⁴ (Cesar, Portugal 1826 – Bahia, 1910), Antonio Januario de

³⁰ *Gazeta Medica da Bahia*, ano XLVIII, n.1, Julho de 1916, p.4. “Esboço histórico da Fundação da Gazeta Medica da Bahia”, assinado por Antônio Pacífico Pereira.

³¹ *Ibid.*, pp.3-30.

³² De pai alemão e mãe holandesa. Formou-se em Medicina na Universität Tübingen, na Alemanha, em 1843, ano em que retornara ao Brasil. Em 1847 passou a residir e clinicar em Salvador. Prestou significativas contribuições durante a epidemia de febre amarela (1849), estabelecendo uma enfermaria em sua própria casa. Destacou-se, dentre outros, pelos estudos da hematuria, hipoemia e ofidismo, publicados na *Gazeta Medica da Bahia*. É considerado o pai da helmintologia brasileira. Não fez parte do quadro docente da Faculdade de Medicina da Bahia, apesar de manter relações e atuar clinicamente ao lado de muitos que o faziam. Foi membro do instituto histórico da Bahia e correspondente da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro. Maiores informações ver WUCHERER, Otto Edward Henry, in: Dicionário-Histórico Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz. Disponível em: < <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/wucheothe.htm>>. Acesso em Março de 2018.

³³ O “doutor inglês”. Formou-se em Medicina na Universidade de Aberdeen (Escócia) em 1841. No ano seguinte passou a residir em Salvador. Não foi professor da Faculdade de Medicina da Bahia, apesar de manter relações e atuar clinicamente ao lado de muitos que o faziam. Prestou importantes serviços médicos no Brasil, por isto sendo condecorado pelo imperador D.Pedro II nos graus de cavaleiro, oficial e comendador da Ordem da Rosa. Foi importante nome atuando nas epidemias de febre amarela (1849) e cólera-morbo (1855) auxiliando, inclusive, no diagnóstico de ocorrência de tais moléstias epidêmicas. Destacou-se, dentre outros, pelos estudos sobre o ainhum, beri-beri e filariose, publicados na *Gazeta Medica da Bahia*, além de um dos pioneiros em utilizar, no Brasil, instrumentos como o vaporizador anestésico de Richardson. Foi membro honorário do Hospital da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Maiores informações ver PATERSON, John Ligertwood. In: Dicionário-Histórico Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz. Disponível em:< <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/patjohli.htm>>. Acesso em Março de 2018.

³⁴ Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1851. Destacou-se, dentre outros, pelos estudos anatomopatológicos, se tornando um dos pioneiros nas investigações sobre o ainhum, moléstia que afetara os negros africanos. Prestou também significativas contribuições às pesquisas sobre filariose, dracunculose, máculo (diarreia que acometia os escravos novos), tuberculose, beri-beri, envenenamento por vegetais brasileiros, aneurisma e obstetrícia. Muitos de seus estudos foram publicados na *Gazeta Medica da Bahia*. Não foi professor na Faculdade de Medicina da Bahia, apesar de manter

Faria³⁵ (Salvador, Bahia, 1822- Salvador, Bahia, 1883) e Manuel Maria Pires Caldas³⁶ (?-1816- ?-1901)³⁷.

Independente da Faculdade de Medicina da Bahia, o jornal médico era responsabilidade de uma associação de facultativos da qual muitos eram membros do corpo docente daquela instituição. A partir da década de 1880 as capas da folha médica informam sobre o corpo editorial do jornal - os médicos envolvidos e as divisões de cargo. Já em 1860, década da qual nos ocupamos neste estudo, infelizmente o mesmo não ocorre³⁸.

Edições de 1866 a 1870 nos informam que de sua criação até Dezembro de 1867, o jornal era dirigido por Virgílio Climaco Damázio³⁹ e que de Janeiro de 1868 até a primeira pausa da publicação em Julho de 1870, por Antônio Pacífico Pereira⁴⁰. Perdura

relações e atuar clinicamente ao lado de muitos que o faziam. Clinicou no Hospital da Caridade por 24 anos. Orientou os estudos de Anatomia de Antônio Pacífico Pereira, segundo diretor da GMB. Maiores informações ver LIMA, José Francisco da Silva. In: Dicionário-Histórico Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/limajossil.htm>>. Acesso em Março de 2018.

³⁵ Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1845. Conselheiro do imperador, comendador da Ordem de Cristo e membro do corpo docente da Faculdade de Medicina da Bahia. A ele é atribuída a proposta de Fundação da *Gazeta Medica da Bahia* - ver JACOBINA *et al* (2008). No jornal médico publicara suas contribuições sobre beri-beri, doenças hepáticas e registros gerais de serviços realizados em sua clínica médica.

³⁶ Formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia em 1840. Foi professor de cirurgia na mesma instituição. Na *Gazeta Medica da Bahia* destacam-se seus estudos sobre uretrotomia, além de constantes experiências clínicas inovadoras ao período, a exemplo de uma perfuração no osso da tíbia. Publicou, também, observações a respeito de fístulas, anginas, aneurismas, entre outras matérias médicas.

³⁷ Na capa da edição de 1916 que apresenta o esboço histórico da *Gazeta Medica da Bahia*, além dos cinco fundadores, figuram ilustrações de médicos professores da FAMEB. São eles: Professor Virgilio Climaco Damázio, primeiro diretor da folha; Professor Oscar Freire; Professor Clementino Fraga; Professor Gonçalo Moniz; Professor João A.G. Froés; Professor Antônio Pacífico Pereira; Professor Eduardo de Moraes; Professor Aristides Novis; Professor Martagão Gesteira. Por anteceder o esboço histórico na edição cinquentenária da GMB e pelas colaborações de escritos remetidos à folha médica baiana, cremos serem estes nomes apontados pelo autor do esboço e diretor da folha médica (Antônio Pacífico Pereira), como importantes nomes à própria história da *Gazeta Medica da Bahia*.

³⁸ No artigo *Juliano Moreira e a Gazeta Medica da Bahia* (2008), Jacobina e Gelman expõem uma tabela intitulada “quadro 1: diretores, redatores, colaboradores e gerentes da *Gazeta Medica da Bahia* (1866-2005). Nesta, José Francisco da Silva Lima aparece como redator principal de Julho de 1866 a Junho de 1901. Contudo, não encontramos tal informação nas edições que correspondem a nosso período analisado. Não raro é o fato de informações sobre os primeiros anos de GMB aparecerem em edições posteriores, de outras décadas. Outras vezes, informes sobre o periódico médico são encontradas em memórias ou outros escritos de professores e outros doutos do período.

³⁹ Itaparica, Bahia- 1838- Salvador, Bahia- 1913. Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1859. Membro do corpo docente da referida instituição desde 1862. Na *Gazeta Medica da Bahia* publicou importantes estudos sobre Medicina Legal, com ênfase na análise do Código Penal Brasileiro e sua relação com a profissão médica, expressas no artigo 205, sobretudo. O clínico destacou-se na vida política durante o regime republicano, chegando a ocupar, em duas ocasiões, o cargo de governador interino da Bahia.

⁴⁰ Salvador, Bahia- 1846-Salvador, Bahia-1922. Formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia em 1867. Da *Gazeta Medica da Bahia* participou desde sua fundação, ainda na condição de estudante. Em 1868, recém-formado, assumiu a direção do jornal médico. Membro do corpo docente da FAMEB a partir de 1871. Publicou diversas matérias na GMB, das quais destacam-se as referentes à anestesia local, reformas

a indeterminação quanto aos facultativos do corpo editorial. Quando aparecem, as assinaturas nos escritos publicados na folha nos permitem verificar quem eram os colaboradores mais assíduos⁴¹. Contudo, tais identificações não nos possibilitam distinguir certamente entre facultativos diretamente responsáveis pela publicação e aqueles, não menos importantes, sujeitos que apenas colaboravam com o envio de escritos.

Jacobina *et al* (2008) apontam para a incógnita da falta de clareza quanto à escolha dos diretores da revista médica. Motivo de seu questionamento é que ela inicialmente não tenha sido dirigida por nenhum de seus membros fundadores⁴². O primeiro diretor, Virgílio Climaco Damázio, não estava entre os criadores e pouco publicava na *Gazeta Medica da Bahia*. Os autores citam Juliano Moreira⁴³, ressaltando sua assertiva de que a direção de Damázio era apenas nominal e que o verdadeiro diretor da revista era José Francisco da Silva Lima⁴⁴.

O apontamento de Jacobina *et al* nos permite refletir sobre lógicas peculiares ao grupo responsável pela *Gazeta*. O jornal médico não era formado apenas pelas matérias de autoria de seus membros fundadores, questão sobre a qual também perduram indeterminações. Outros sujeitos eram importantes à iniciativa da publicação. Sua existência não se restringia aqueles tidos como seus criadores. Se retomamos a fala de Antônio Pacífico Pereira, em 1910, sobre a criação do jornal, veremos que ele mesmo que afirmara no esboço histórico de 1916 que foram cinco os membros fundadores-, é também quem refere como importantes à criação da *Gazeta*, outros nomes além do quinteto. Diz o médico que a Wucherer, Paterson, Silva Lima e Pires Caldas somaram-se:

outros profissionaes distinctos, no magistério ou na clinica, entre os quaes – Januario de Faria, Marianno do Bonfim, Goés Sequeira, Demétrio Tourinho, Luiz Alvares e Virgilio Damazio, professores da

do ensino, paralisias e outros procedimentos clínicos. Maiores informações ver PEREIRA, Antonio Pacífico. In: Dicionário-Histórico Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/perantpac.htm>>. Acesso em Março de 2018.

⁴¹ Alguns nomes frequentes são: José de Goés Sequeira, M.M. Pires Caldas, Otto Henry Wucherer, José Francisco da Silva Lima, J.L. Paterson, Claudemiro Caldas, J.A.A Ribeiro, Julio Rodrigues de Moura, Antônio Pacífico Pereira, J.R. de Souza Uchôa.

⁴² JACOBINA *et al*, 2008, p. 89.

⁴³ MOREIRA, J. *Silva Lima e a Gazeta Medica da Bahia (1866-1916)*. Bahia Ilustrada n.2, pp.1-3, 1918. Juliano Moreira foi um psiquiatra baiano afrodescendente da Bahia. Foi professor da Faculdade de 1891 a 1903, ano em que foi transferido para o Rio de Janeiro para dirigir o Hospital Nacional de Alienados.

⁴⁴ JACOBINA *et al*, 2008, p.89.

Faculdade, e Almeida Couto, reputado clinico e mais tarde membro do corpo docente⁴⁵

Outra importante constatação advinda da questão da ultrapassagem dos membros fundadores para a existência do jornal, é que nem todos os membros do grupo das reuniões noturnas idealizadas por John Paterson, o “doutor inglês”, estavam debruçados sobre a iniciativa da *Gazeta Medica*. É coerente pensarmos que muitos dos participantes das *conversazioni* não assinavam textos nas folhas do jornal médico baiano. Ademais, conforme veremos na análise de seu programa de lançamento, a publicação era aberta a escritos de doutores que não participavam dos debates noturnos.

Ainda que a GMB seja uma das principais fontes de estudo sobre os médicos a que muitos chamam de Escola Tropicalista Baiana, não se pode afirmar que o jornal traduzia a totalidade de pensamentos dos mesmos. De igual maneira, não é plausível declarar que a folha se restringia ao papel de instrumento do grupo, englobando apenas os seus vieses e conhecimentos.

Diferente de muitos jornais do período, sobre a *Gazeta Medica da Bahia* não são publicadas informações a respeito da tiragem, mas somos comunicados sobre seu preço⁴⁶. O número avulso custava 500 rs. Para província os preços anual, semestral e trimestral eram, respectivamente: 8\$000, 5\$000 e 3\$000, para fora da província: 10\$000, 6\$000 e 4\$000. Além da possibilidade de assinatura por correios, era possível adquirir o jornal nas tipografias do *Diário da Bahia* e na *Tourinho e etc*⁴⁷, em Salvador. Também era possível adquiri-lo no Rio de Janeiro, na casa dos senhores *E. e H. Laemmert*⁴⁸.

De 1866 a 1870, a *Gazeta Medica da Bahia* circulou com periodicidade quinzenal. De 1866 a 1867 foi publicada nos dias 10 e 25 de cada mês. De 1868 a 1870 nos dias 15

⁴⁵ *Gazeta Medica da Bahia*, ano XLI, n.8, Fevereiro de 1910, p. 338. “O Dr. Silva Lima”, assinado por Antônio Pacífico Pereira.

⁴⁶ Grande parte das edições da *Gazeta Medica da Bahia* informam tais dados na última página da publicação. A partir de 1871, a assinatura trimestral some, de modo que as novas assinaturas passam a ser: anual e semestral para província - 10000rs e 5000rs; anual e semestral para fora da província- 12000rs e 6000rs. Não há informação sobre preço de número avulso.

⁴⁷ De 1868 até o final do recorte analisado nesta dissertação, o nome da tipografia muda no jornal. Antes *Typographia Tourinho e etc*, a partir de então *Typographia de J.G. Tourinho*.

⁴⁸ Podemos afirmar serem os preços e a periodicidade particularidades da GMB. Isto se adotamos por padrão de referência de comparação alguns periódicos de circulação corrente na província baiana. A *Grinalda e O Trovão*, por exemplo, eram publicados semanalmente e a custos mais baratos. Os dois que citamos custavam, respectivamente 200rs e 120 rs o número avulso, enquanto o da GMB custava 500rs. Ao nos lançarmos na difícil empreitada de compreender fontes jornalísticas, temos de considerar os detalhes. Conteúdo, formato e periodicidade estavam ligados a popularidade, em termos de público-alvo, dos produtos da imprensa. Tal ibope, bem como as condições de publicação (quem eram os donos e quanto custava fazer circular, por exemplo) influenciava sobre os preços e estes sobre a tal popularidade.

e último de cada mês. Cada número possuía em média 12 páginas, praticamente livres de figuras e divididas em duas colunas de texto. As edições apresentam um sumário do conteúdo das seções que aparecem em cada uma. A seguir apresentaremos as principais que compõem o jornal durante a década de 1860⁴⁹.

2.1. Das seções que compunham a *Gazeta Medica da Bahia*

Tabela 1. Principais seções que figuram na *Gazeta Medica da Bahia* durante a sua primeira fase: Julho de 1866 a Julho de 1870

Seção	Período de Vigência
<i>Trabalhos Originaes</i>	Julho de 1866-Julho de 1868
<i>Registro Clinico</i>	Julho de 1866-Abril de 1868
<i>Resenha Therapeutica</i>	Julho de 1866-Julho de 1870
<i>Excerptos da Imprensa Medica Estrangeira</i>	Julho de 1866-Junho de 1868
<i>Correspondencia</i>	Julho de 1866-Julho de 1870
<i>Correspondencia Scientifica</i>	Julho de 1866-Julho de 1870
<i>Bibliographia</i>	Julho de 1866-Julho de 1870
<i>Boletim Bibliographico</i>	Julho de 1867-Julho de 1870
<i>Variedades</i>	Julho de 1866-Julho de 1870

⁴⁹ Tais seções não somem em Julho 1870, quando da primeira pausa significativa da *Gazeta Medica da Bahia*. Muitas delas regressam junto ao retorno do jornal médico em Agosto de 1871.

<i>Noticiario</i>	Julho de 1866-Julho de 1870
<i>Medicina</i>	Agosto de 1868-Julho de 1870
<i>Cirurgia</i>	Agosto de 1868-Julho de 1870
<i>Formulário</i>	Agosto de 1868-Janeiro de 1869
<i>Excerptos da Imprensa Medica</i>	Agosto de 1868-Julho de 1870
<i>Hygiene Publica</i>	Outubro de 1868-Julho de 1870
<i>Ophthalmologia</i>	Setembro de 1869-Março de 1870

A seção *Trabalhos Originaes* costumava aparecer na primeira ou na segunda página da *Gazeta Medica da Bahia*. Abordando temáticas diversas (assuntos de higiene pública no Brasil e no exterior, considerações e históricos sobre moléstias diversas com ênfase nas que acometiam ou poderiam vir a acometer o Brasil, pareceres e indicações sobre fórmulas, substâncias, tratamentos e instrumentos médicos-cirúrgicos, estudos de patologia, estudos de medicina experimental, zoologia, medicina legal, etc), os textos que ocupavam este lugar da publicação eram assinados por médicos residentes majoritariamente na Bahia, mas não apenas, tendo em vista a correspondência da província com outros locais do Império. Mas todas as publicações eram assinadas por médicos atuantes no Brasil.

A partir de Agosto de 1868 *Medicina* e *Cirurgia* passaram a ocupar as primeiras páginas onde, até Julho de 1868, estava alocada a seção *Trabalhos Originaes*. Tais seções continuavam a versar sobre temáticas diversas. Porém algumas alterações são notórias. A primeira é que aumenta o número de autores de fora da Bahia. Médicos de outras províncias com ênfase na do Rio de Janeiro, Pará e Ceará, assinam os textos publicados. Autorias estrangeiras também aparecem, ainda que com menor frequência que as nacionais. A segunda alteração refere-se, assumindo a substituição de *Trabalhos Originaes* pelas duas seções referidas, à divisão dos assuntos entre medicina e cirurgia. Ambas as áreas são importantes na GMB, então porque dividí-las em espaços separados

da folha? Sob o risco da explicação simplista, acreditamos que por critérios de organização da temática e respeito à especificidade dos profissionais de cada uma destas áreas. Nossa afirmação embasa-se no fato de, durante nosso recorte temporal, não ser preocupação central transparecer, explícita ou implicitamente, conflitos hostis e declarados de hierarquia entre o médico clínico e o médico cirurgião.

De um modo geral, a seção *Medicina* abordava os escritos sobre doenças e suas marchas, bem como considerações a respeito de possíveis causas e indicação de tratamentos. Já a seção *Cirurgia* tinha por foco os registros de operações e procedimentos realizados depois do diagnóstico da doença. Textos sobre novos aparelhos ou produtos químicos e cirúrgicos também apareciam em tal seção. As vezes as temáticas se misturavam.

Registro Clinico comportava textos assinados por esculápios (sendo a maioria residentes no Brasil) que relatavam alguma operação ou tratamento que fizeram ou aplicaram sobre determinado doente. Os relatos eram assinados por um só nome, mas era comum que colegas de profissão fossem citados pelos autores por terem assistido às visitas e procedimentos. Conclusões provindas de autópsias figuravam nesta seção. Nela percebemos que médicos clínicos também operavam pequenas cirurgias, por vezes, o que demonstra que a segregação extrema entre médicos e cirurgiões não era algo preconizado no jornal, ainda que as especificidades fossem destacadas.

Parecida com *Registro Clinico* encontramos *Resenha Therapeutica*. Entretanto diferença substancial está na autoria e na estrutura dos textos. Os de *Resenha* eram muitas vezes extraídos de jornais estrangeiros que mencionavam mais de uma experiência médica. Além disso, as reflexões não se detinham apenas em registros de experiências de atuação clínica. Falava-se, por exemplo, sobre substâncias anestésicas antagônicas.

Correspondencia e *Correspondencia Scientifica* eram seções nominalmente aparentadas. Contudo não apresentavam conteúdo obviamente semelhante. Em *Correspondencia* costumavam estrelar agradecimentos⁵⁰ pela troca com outros periódicos (principalmente estrangeiros tendo em vista seu maior número) que enviavam, voluntariamente ou por reciprocidade, exemplares de seus jornais à redação da *Gazeta Medica da Bahia*. Avisos sobre possíveis problemas na distribuição devido a regulamentos nos correios, bem como atestado de recebimento e anúncio de publicações de correspondentes nos próximos números, eram alocados em tal seção.

⁵⁰ Estes agradecimentos aparecem, algumas vezes, na seção *Noticiario*.

Correspondencia Scientifica abrangia textos e cartas que evidenciavam a troca de ideias entre autores. Um texto era publicado na GMB e algum leitor decidia enviar uma carta a respeito da matéria publicada, seja para discordar, concordar ou complementar. Tais cartas apareciam nesta seção. Relatórios sobre as operações do Exército brasileiro nos campos da Guerra do Paraguai e os de inspetorias de saúde pública de outras províncias, traduções de obras e correspondências informando a respeito de discussões vigentes em associações doutas de outros países, também apareciam em *Correspondencia Scientifica*.

Outras quatro seções apresentavam títulos aproximados. São elas: *Bibliographia* e *Boletim Bibliographico*, *Excerptos da Imprensa Medica Estrangeira* e *Excerptos da Imprensa Medica*. *Bibliographia* costumava abordar textos que versavam sobre opúsculos escritos por médicos estrangeiros ou brasileiros. O executor da resenha bibliográfica, geralmente profissional da medicina atuante no Brasil, apresentava um breve resumo sobre a obra e sobre o autor, analisando a relevância do livro que estava sendo resumido. *Boletim Bibliographico* listava obras (incluindo teses) consideradas importantes para a classe médica.

Excerptos da Imprensa Medica Estrangeira abordava trechos de textos publicados em jornais médicos ou associações doutas de países estrangeiros que eram lidos ou mantinham correspondência com a GMB. Trata-se de textos selecionados e em sua maioria traduzidos pelos colaboradores da *Gazeta*. A partir do terceiro volume, sob a direção de Antonio Pacifico Pereira, o adjetivo “estrangeira” some da seção, ainda que o padrão de extração de trechos perdure. Ocultar o “estrangeira” era uma forma de unificar a imagem do que chamavam de imprensa médica? Seria forma de dizer que a GMB já estaria familiarizada com estes outros jornais a ponto de ser possível descartar a especificação “estrangeira?”. Consideramos ambas as possibilidades como verdadeiras.

Formulario apareceu em poucos números. Trazia algumas fórmulas de pílulas e outros medicamentos assinados por médicos ou farmacêuticos específicos. Ao que parece, nenhum deles fazia parte do grupo de colaboradores da GMB. Não conseguimos encontrar informações sobre a nacionalidade dos que assinavam os remédios. A seção de vida curta apareceu em Agosto de 1868, logo após pausa de um mês na publicação e um ano após ser veiculada na gazeta a informação de que esta abriria espaço para anúncios⁵¹. As fórmulas não eram comentadas, apenas figuravam no parco espaço destinado à seção.

⁵¹ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.22, 25 de Maio de 1867, p. 264. Seção *Aviso*, sem assinatura.

Seriam estas fórmulas um tipo de anúncio? Suspeitamos que sim, mas devido às poucas informações e breve duração desta parte da folha, bem como ao aviso em 1867 de que tais anúncios figurariam em folha separada, não podemos afirmar. Há possibilidade de que aquelas fórmulas fizessem sentido ao cotidiano dos operários da ciência a ponto de os colaboradores acharem que prescindiam de maiores explicações. O caráter da seção efêmera e atípica permanece um mistério, mais do que as outras.

A seção *Ophthalmologia* também teve vida curta e publicava considerações sobre doenças dos olhos e seus tratamentos via processos operatórios pelo Dr. José Lourenço de Magalhães⁵², da Bahia. Ao final de quase todos os textos era anexado um quadro de operações realizadas pelo referido médico. Anexar o quadro parecia forma de justificar sua autoridade para falar dos assuntos oftalmológicos e também de mostrar que esse tipo de operação era realizado na Bahia- onde o Dr. Lourenço parecia ser um dos poucos doutos dos olhos ou ao menos um dos mais destacados pela GMB-, e no Brasil.

A seção *Hygiene Publica* apresentava textos sobre o estado sanitário da Bahia e de algumas outras províncias, além de conselhos preventivos indicados pela ciência da higiene. Como veremos no capítulo 2, higiene pública significava muitas coisas. De antemão adiantamos que o estado sanitário de uma província era mensurado pela ausência de doenças em proporções alarmantes, sendo a ocorrência das moléstias diretamente relacionada à limpeza e aos hábitos morais, de alimentação e outros comportamentos que eram campo da higiene pública. Notícias sobre ocorrências de epidemias, a exemplo do retorno da febre amarela em 1869, figuravam neste espaço. Ainda que só em 1869 ganhe a configuração de seção frequente no jornal, desde 1866 o tema da *Hygiene Publica* invadia seus outros espaços. Por vezes aparecia como subseção de uma seção principal. De seu lançamento datam as aparições do tema da higiene pública como importante elemento organizador da folha médica baiana.

Por fim temos as seções *Variedades* e *Noticiario*. Ambas tratavam de diversos assuntos e possuíam um formato mais aleatório do que as demais. A diferença está em que os escritos de *Variedades* tendiam a ser mais longos do que os de *Noticiario*. Falava-se sobre várias coisas. Alguns destes textos eram, inclusive, publicados por partes,

⁵² Estancia, Sergipe, 1831- São Paulo, 1905. Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1856. Especializou-se, na França e na Alemanha, nos estudos sobre oftalmologia. Foi deputado provincial (1862-1869), além de delegado de polícia, confrade da Sociedade Médica de Emulação de Paris. Atuava em investigações sobre o beri-beri e impaludismo, bem como noutras doenças que ultrapassavam o campo da oftalmologia. Sobre o Dr. Lourenço, ver Verbete do site da Academia Nacional de Medicina, disponível em: <http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=488>. Acesso em Março de 2018.

continuando nas edições seguintes onde esta seção aparecia. A característica de publicação em partes não era exclusividade desta, mas a diferenciava da *Noticiario*. A última foi a seção mais frequente do jornal, aparecendo em praticamente todas as edições de 1866 a 1870. Abrigava textos mais rápidos e de linguagem menos técnica, se comparados ao restante dos escritos.

Notícias sobre as sessões da Sociedade Medico-Pharmaceutica de Beneficencia Mútua, sobre concursos em diversas áreas da ciência que ocorriam na Europa, sobre novas descobertas (não apenas das ciências médicas), charlatanismos, falecimentos de membros, ocorrências da Faculdade de Medicina da Bahia e de faculdades estrangeiras, lançamento de jornais, legislação médica de outros países, dentre outros diversos temas, prestavam forma à seção *Noticiario*. Muitos destes informes tratavam-se de resumos traduzidos de notícias publicadas em jornais estrangeiros. De 1866 a 1868, o tema do risco de importação de cólera lidera o ranking de assuntos desta seção. Não raros são os agradecimentos ou elogios destinados a correspondentes (em sua maioria estrangeiros) da GMB que apareciam, também, neste lugar.

Além das mais frequentes, seções esporádicas surgiam em algumas edições. Exemplos expoentes são: *Physica*, que trazia um texto falando da luz como elemento de força⁵³, *Biologia*, onde um escrito falava sobre a influência de cogumelos nos organismos⁵⁴, *Inspectoria de Saude Publica*⁵⁵, contendo relatórios acerca do estado sanitário da província da Bahia enviados por José de Goés Sequeira à Junta Central de Hygiene Publica conforme exigia o Regulamento de 29 de Setembro de 1851, *Medicina Legal*⁵⁶, versando sobre a relação da medicina com artigos penais⁵⁷. No número 14 encontramos uma seção intitulada *Esboço Biographico*, onde Antônio Pacífico Pereira homenageava e contava sobre as conquistas de Antônio José Alves⁵⁸, professor de clínica

⁵³ *Gazeta Medica da Bahia*, ano III, n.54, 31 de Outubro de 1868, p.62. Seção *Hygiene Publica*, “Estado sanitário da cidade da Bahia”, assinado por “L”.

⁵⁴ *Gazeta Medica da Bahia*, ano IV, n.85, 15 de Fevereiro de 1870, p.150. Seção *Biologia*, “Cogumelos parasitas e a sua influencia nociva sobre outros organismos; com algumas observações phytophysiologicas explicativas e necessárias”, assinado por F.M. Dranet.

⁵⁵ Que aparece desde 1867. De formato semelhante ao de seções de Higiene Pública de outras edições.

⁵⁶ Sobretudo nas edições que circulam a partir dos anos de 1870.

⁵⁷ As matérias sobre medicina legal na GMB eram assinadas por Virgílio Climaco Damázio. Esta temática, desde 1866, aparece muito em voga nas discussões da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, conforme constatamos da leitura dos *Annaes Brasilienses de Medicina*, 1866-1870.

⁵⁸ Salvador, Bahia 1818- Salvador, Bahia- 1866. Pai do poeta Antônio de Castro Alves. Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1841. Trabalhou como cirurgião no Hospital da Caridade e no Hospital da Santa Casa de Misericórdia na Bahia. Foi lente de várias cadeiras na Faculdade de Medicina da Bahia (cirurgia, clínica externa, analogia descritiva, química mineral, dentre outras). Participante das reuniões noturnas na casa do Dr. Paterson. JACOBINA *et al* (2008, p. 88) afirmam que esteve ligado à fundação da revista, mas morreu antes do primeiro número vir a lume.

externa da FAMEB, cavalheiro da Imperial ordem da Rosa. As seções a que chamamos de esporádicas aparecem de 1 a 4 vezes ao longo de 1866-1870.

Boa parte das edições contava com um artigo editorial, que é um tipo de introdução que antecede a primeira seção do jornal. Nesta, figuravam textos variados (exemplos de temas frequentes são: críticas ao regulamento do ensino nas faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, ameaças à higiene pública, notas sobre algum texto que será publicado numa das seções posteriores). Em épocas de aniversário do jornal, ou seja, de mais um ano completado de publicação, os ditos artigos falavam sobre como vinha sendo sua sobrevivência e sobre a repercussão e sucesso (ou fracasso) do mesmo.

Havia uma seção chamada *Aviso*, que falava sobre preços, distribuição e informações sobre cobrança de assinatura do jornal. Ela some em 1867. Contudo há, na última edição deste ano um informe de que os preços prosseguiriam os mesmos no ano seguinte. A próxima alteração de preços só é comunicada em 1871⁵⁹, no retorno após a primeira longa pausa na publicação.

Detalhamos as seções a fim de aproximar leitor e fonte. Contudo, devemos destacar que diversos temas, além dos habituais que aqui descrevemos, apareciam e/ou transitavam entre elas. Um destes assuntos é deveras presente e cosmopolita entre as muitas seções da GMB. Trata-se da cólera-morbo como importante questão de higiene, que por vezes aparecia nos artigos editoriais, por vezes aparecia em *Hygiene Publica*, por vezes figurava em *Noticiario*, por vezes nos *Registros Clinicos*, por vezes em *Correspondencia Scientifica*, em *Excerptos da Imprensa Medica* ou noutras partes da folha médica, em escritos ora longos, ora breves. Conforme veremos, as constantes aparições dos assuntos de higiene e cólera-morbo, diretamente relacionados na maioria das vezes é que nos levam as problematizações dos capítulos 2 e 3 desta dissertação. Ressaltada a quase onipresença do tema da higiene pública, que não é só mais uma seção do jornal em sua primeira fase, prossigamos com outras reflexões sobre sua organização.

Com a breve apresentação das seções da GMB percebemos mudanças que parecem sutis, a exemplo de extinções ou substituições das mesmas. Contudo é importante observar que todas as alterações respondem a um estímulo contextual. As transformações mais evidentes ocorrem a partir de 1868. Analisemos algumas informações provindas da própria fonte:

⁵⁹ Ver nota de rodapé n.33.

Não podendo, por suas multiplicadas ocupações, continuar por mais tempo na direção da *Gazeta Medica*, o Sr. Dr. Virgilio Climaco Damazio, de accordo com a distincta Associação de Facultativos que teem sustentado esta nobre empreza, dignou-se incumbir-me de sua importante tarefa (...)⁶⁰

Começa hoje a *Gazeta Medica* seu terceiro anno de existencia (...) A existência material da *Gazeta Medica* não foi tão prospera como devia augurar-se de sua utilidade; tornou-se de mister reconstruil-a agora sobre bases mais solidas, e foi esta a razão da pequena pausa que houve na sua publicação(...)⁶¹

Ambos os trechos foram escritos por Antônio Pacífico Pereira em momentos diferentes de um mesmo ano, em fases diferentes de um mesmo homem. O escrito de Janeiro de 1868 faz parte do artigo editorial onde o referido esculápio fala sobre a função de assumir a gazeta médica. Aquele era seu primeiro número na condição de diretor, visto que antes já participava da folha como colaborador. Pacífico Pereira se formou pouco tempo antes de assumir o jornal⁶², sendo novo não apenas na tarefa de direção, mas também na profissão de doutor diplomado.

Mudanças de direção costumam imprimir novas configurações a um jornal, tendo em vista as diferentes noções que membros de uma mesma profissão podem ter a respeito do que é informar. As citadas multiplicadas ocupações do antigo diretor, Virgílio Climaco Damázio, bem como a anuência da associação de facultativos perante a decisão de troca de direção, pode ser indício da concordância de que se precisava de alguém com maior tempo de dedicação para uma empresa que não vinha dando os resultados esperados.

Assumindo a hipótese acima como verdadeira, sabemos que Pacífico Pereira assumiu um jornal que passava por certa instabilidade, o que explicaria a necessidade de a publicação ser interrompida durante o mês de Julho de 1868. A reformulação das seções provavelmente foi um dos meios encontrados para “reconstruir a publicação sobre bases mais sólidas”. Àquela época, para Pacífico Pereira e a associação que sustentava o jornal, tais mudanças faziam sentido e poderiam ser forma de garantir a continuação da folha.

⁶⁰ *Gazeta Medica da Bahia*, ano II, n.37, 15 de Janeiro de 1868, p.145/capa. Artigo editorial, assinado por Antônio Pacífico Pereira.

⁶¹ *Gazeta Medica da Bahia*, ano III, n.49, 15 de Agosto de 1868, p.289/capa. Artigo editorial de aniversário de 3 anos do jornal, assinado por Antônio Pacífico Pereira.

⁶² Se formou em Novembro de 1867, assumiu a direção do jornal em Janeiro de 1868.

É possível, ainda, pensarmos nas alterações como provocadas pela relação com os correspondentes, visto que parte substancial do conteúdo da GMB era formada por textos enviados e extraídos de fora da província baiana⁶³. Os textos estavam mui relacionados a questões importantes do contexto. Estas dependiam da ocorrência de novos problemas de saúde ou novas demandas da profissão médica. Todas as mudanças passavam pelo crivo do que os responsáveis pelo jornal médico consideravam de “caráter sério e grave”⁶⁴, além de nos permitirem perceber jornal como movimento, formado por alteridade, que muda conforme o tempo e as pessoas envolvidas em sua existência.

3. O “Arauto do Progresso”

...Seria cedo ainda então, sel-o-ha ainda agora, para inaugurar o trabalho scientifico e litterario da profissão medica entre nos? Estaremos condemnados a uma perpetua inercia, limitando-nos, quando muito, a admirar os que trabalham e a invejar-lhes a gloria de levarem o seu tributo intellectual para a grande obra dos melhoramentos das condições phisicas e moraes do homem, pelo conhecimento de sua natureza, das suas necessidades, das suas dores, dos seus vícios, das suas paixões e das suas misérias n’esse breve transito, a que se chama vida humana? Cremos que não. Não era cedo então, e ainda o é menos agora, para nos convenceremos de que todos os operários da sciencia téem a obrigação de accrescentar o patrimônio comum na medida de suas forças e de seus talentos, e de transmittil-os às gerações porvir mais rico do que herdaram de seus antepassados. Sem isso fora impossível o progresso, nem a medicina houvera sahido nunca do cahos, em que jazeu por muitos séculos, se a luz de tantos e tão fecundos ingenhos lhe não tivesse allumiado o caminho, e alargado os horisontes...⁶⁵

O trecho acima faz parte do programa de lançamento da *Gazeta Medica da Bahia*. Este tipo de escrito costumava aparecer em grande parte dos jornais do século XIX. Nele eram descritos objetivos de criação e justificativas da necessidade de circulação de uma publicação.

⁶³ Lembramos que nem todos os médicos da Bahia faziam parte dos colaboradores da *Gazeta Medica da Bahia*, tampouco do grupo idealizador do jornal.

⁶⁴ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.1, 10 de Julho de 1866, p.3. Programa de lançamento, sem assinatura.

⁶⁵ *Ibid.*, p.1.

O fragmento reproduzido integra o terceiro de quatorze parágrafos destinados a explicar intuítos pretendidos pela GMB. Não há assinatura, mas é possível apontarmos para dois possíveis autores. O primeiro seria Virgílio Climaco Damázio caso adotemos, o que parecia ser um padrão, de os artigos introdutórios do periódico serem obra de seus diretores. O segundo seria José Francisco da Silva Lima, se concordamos com a assertiva do psiquiatra Juliano Moreira, discípulo do referido doutor, que em 1918⁶⁶ escreve que a seu mestre cabia a autoria do programa de lançamento da revista médica em questão.

Sucessor de dois parágrafos que fazem breve histórico da literatura jornalística na Bahia, ressaltando a carência de jornais médicos naquela província e no Brasil, onde a imprensa médica ainda estava por nascer⁶⁷, o texto nos desperta algumas reflexões. Vê-se no lançamento da GMB maneira de mostrar trabalho próprio, não dependendo apenas da glória alheia do tributo intelectual daqueles que provavelmente desfrutavam de uma imprensa médica bem consolidada. Uma das formas de “trabalhar/acrescentar ao patrimônio comum” se referia a publicação de conteúdo em jornais médicos. Estes majoritariamente concernentes ao panorama de outras nações vistas como cultas e civilizadas, uma vez que a imprensa médica no Brasil ainda estava por nascer⁶⁸. Contudo, cremos que a referência também englobava os *Annaes Brasilienses de Medicina*, órgão ligado à Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, que publicava as considerações das reuniões da associação douta desde a década de 1830.

Outro ponto notório do trecho é o que traz as noções de “obra” e “operários”. A obra seria um tipo de missão cuidadora que garantiria o melhoramento das diversas características que compõe a vida humana. Quanto a “operário”, verificando o dicionário do Padre Luiz Maria da Silva Pinto (1832) encontramos algo curioso. Há a diferenciação entre as palavras “operador” e “operário”. A primeira significa “aquele que opera”, no sentido de que faz, que realiza, que dirige. A segunda significa “obreiro”. A definição de obreiro é “Que trabalha ou faz alguma obra. Obreiro evangélico- que prega a doutrina do evangelho”.

A ideia de fazer uma obra nos permite compreender “operário” como o que toma por missão pregar uma doutrina. A dos operários da ciência seria a de cuidar, a partir da pregação da doutrina científica. A imprensa seria palco para realização de tal trabalho,

⁶⁶ JACOBINA et al, 2008, p.89, citando MOREIRA, J. *Silva Lima e a Gazeta Médica da Bahia* (1866-1916). Bahia Ilustrada, n.2, 1918, pp.1-3.

⁶⁷ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.1, 10 de Julho de 1866, p.1. Programa de lançamento, sem assinatura.

⁶⁸ Ainda neste capítulo, veremos que uma edição da GMB datada do ano de 1869 afirmava serem ela e os *Annaes Brasilienses de Medicina* os únicos dois jornais médicos em circulação no Brasil.

que era tido como obrigação dos obreiros da ciência. Não se tratava apenas de operar a ciência, mas de defender e propagar seus preceitos.

O trecho nos ajuda a pensar sobre uma das indeterminações mais incômodas provindas da análise dos escritos da GMB: seu público-alvo. O programa de lançamento apenas nos conta que o jornal médico era destinado a um público ilustrado e especial⁶⁹. Parte da tal obra dos operários das ciências médicas se referia a contribuir para a evolução e ao progresso “físico e moral do homem” por meio do conhecimento de “sua natureza”. Logo, a intenção de fazer da medicina algo público estava ligada ao empenho de civilizar pela ciência, o que nos permite pensar que aquela peculiar gazeta voltava-se, também, para um público não especializado. A folha parece buscar um público maior do que os médicos. Seus criadores se auto atribuíam uma missão civilizadora, aliando duas importantes forças do século: a ciência e a imprensa. Com essa estratégia, seriam capazes de oferecer um “porvir mais rico do que seus antepassados”. Trata-se do melhoramento gradativo da vida pela via da ciência tornada pública por meio de um jornal médico.

Apartados do movimento dos grandes centros de actividade scientifica, estranhos a essa lucta, em que milhares de intelligencias se esforçam a porfia – no gabinete, nos amphitheatros, nos hospitaes, nos laboratórios, nas associações doudas, nos congressos, nos certames e na imprensa – por dilatar o campo da observação e da experiencia, por diffundir o conhecimento das grandes verdades practicas, e elevar a sciencia medica a um grau de perfeição que lhe mantenha e accrescente a consideração e apreço, a que tem direito entre as sociedades modernas, ficamos longo tempo espectadores mudos e inactivos dessas luctas, d’esses movimentos e esforços incessantes, fructo de mais propecta e robusta civilisação, obra de tallentos mais bem dirigidos e aproveitados e, sobretudo, mais bem comprehendidos e galardoados do que o são, e do que o poderão ser tão cedo os nossos[...]⁷⁰

Neste trecho, o quinto parágrafo do programa, percebe-se a correlação entre medicina, civilização e sociedade moderna. A imprensa é vista como parte do campo da atuação e da luta de operários da ciência de outros países, figurando ao lado dos hospitais, congressos, associações, gabinetes, salas de aula (anfiteatros). Ela difundiria o campo das verdades práticas observadas nestes locais, contribuindo para que a medicina conquistasse consideração e apreço como parte de sociedades modernas, na marcha do

⁶⁹ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.1, 10 de Julho de 1866, p.3. Programa de lançamento, sem assinatura.

⁷⁰ *Ibid.*, p.2.

desenvolvimento. Seria ainda forma de tornar esses talentosos operários da ciência mais reconhecidos, merecedores de compreensão e galardão. A medicina nacional encontrava-se num momento de atraso em relação a esses lugares de luta. Um jornal médico seria forma de remediar o retardo e assumir papel participativo na batalha por reconhecimento e avanço das ciências médicas.

[...]Reconhecemos também que não nos faltam os elementos indispensáveis para a sua existência: a classe medica é hoje assaz numerosa e illustrada; os hospitaes e a clinica civil offerecem vasto e fertilíssimo campo, onde acharão larga messe de factos importantes os que se derem ao trabalho de os colher e interpretar; na Faculdade de Medicina florescem talentos, uns provados nas lides academicas, outros que as encetam com a melhor fortuna, e sob os mais esperançosos auspícios: temos o apoio dos nossos mais dintinctos collegas d'esta capital, e contamos com o seu conselho, com as suas luzes, e com o auxilio da profissão medica em geral, para levar ao cabo tão árdua tarefa. Parece-nos, portanto, que, com taes condições d'opportunidade, o apparecimento de uma gazeta medica em um paiz, onde não abundam as publicações d'este tipo, alías indispensáveis à diffusão dos conhecimentos com que diariamente se enriquece a sciencia, não deixara de ser favoravelmente acolhido por todos aquelles que consideram a imprensa o arauto do progresso entre os povos civilizados, e thermometro vivo do seu desenvolvimento moral⁷¹

Nesta passagem, dedicada a falar do panorama baiano, além das evocações à ciência, vemos menções aos hospitais, salas de aula, clínicas civis, laboratórios e congressos. Encontramos, de igual modo, referências à própria Faculdade de Medicina, local donde floresceriam talentos. Tais alusões nos permitem conceder ao diploma um papel de centralidade em termos de diferenciação destes sujeitos, exercendo função de certificado de validade de sua obra. Aquele que seguia os parâmetros da ciência obtinha um diploma de uma instituição oficial. Os professores precisavam dele para comprovar sua capacidade de ensino. Os médicos precisavam dele para exercerem sua profissão. Os estudantes seguiam os ditames da ciência para obter tal documento⁷².

Uma gazeta médica, além de parte do “termômetro vivo do desenvolvimento e arauto do progresso”, seria lugar de atuação dos talentosos e ilustrados que poderiam fazer

⁷¹ Ibid.,p.2.

⁷² A esta altura é importante ressaltar que alguns estudantes (a exemplo de Antônio Pacífico Pereira até Novembro de 1867 e J.R. Uchôa), ainda não diplomados, tinham seus escritos publicados na *Gazeta Medica da Bahia*. Ainda que estes não fossem propriamente diplomados, estavam no caminho para tal, o que se certificava pelo fato de serem alunos de uma instituição de ensino oficial, que concedia diplomas.

o empreendimento funcionar, mesmo se tratando de tão árdua tarefa, a partir de suas contribuições. Em contrapartida, seria o lugar onde os operários das ciências médicas poderiam expressar suas verdades observadas nos hospitais, nas clínicas, na faculdade. Cabe-nos ressaltar que, ainda que o periódico não mantivesse ligações institucionais com a Faculdade de Medicina da Bahia, seus egressos eram bem-vindos para publicar no mesmo. Os parágrafos derradeiros do programa de lançamento afirmam que a GMB não era privilégio de um grupo fechado, mas que seriam aceitos escritos de todos os que pudessem colaborar com porvir científico proveitoso às ciências médicas, contanto que fossem “publicações de caráter sério e grave”⁷³. Tal caráter definido pelos responsáveis pela folha médica baiana. A ligação institucional poderia ser uma dessas formas de provar o caráter sério e grave da publicação de um diplomado, que se diferenciaria da de um charlatão⁷⁴, por exemplo.

3.1. *Gazeta Medica e Faculdade de Medicina da Bahia*

Ainda no programa de lançamento⁷⁵ somos informados que um dos objetivos da *Gazeta Medica da Bahia* era tomar conta- no sentido de reunir, analisar e dividir com um público mais amplo as informações pertinentes-, de uma tal literatura médica, ainda negligenciada. Se lembramos que na Bahia estava um dos poucos núcleos oficiais⁷⁶ de produção de conhecimento médico do país- a Faculdade de Medicina da Bahia-, a assertiva nos causa algum estranhamento.

Segundo o autor do editorial de lançamento, literatura médica era o local destinado aos escritos dos verdadeiros médicos, os discípulos da ciência certificados por um diploma ou por uma instituição oficial de produção de conhecimento científico. A estes cabia registrar descobertas e observações referentes aos assuntos de medicina- ciência,

⁷³ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.1, 10 de Julho de 1866, p.3. Programa de lançamento, sem assinatura.

⁷⁴ Aqui compactuamos com o conceito de “charlatão” proposto por Gabriela dos Reis Sampaio no livro *Nas trincheiras da Cura- As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial* (2001). De acordo a autora, tratava-se de categoria utilizada pelos médicos diplomados “para assinalar em todos os seus outros uma mesma visão negativa”. Para os doutos da GMB, além daqueles que praticavam a arte da cura sem a legitimação concedida por um diploma de uma instituição científica, charlatões também seriam os indivíduos que se utilizassem incorretamente, de acordo os parâmetros dos avaliadores brasileiros, dos preceitos da ciência.

⁷⁵ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.1, 10 de Julho de 1866, p.3. Programa de lançamento, sem assinatura.

⁷⁶ Outros principais eram a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Academia Imperial de Medicina (RJ).

demandas da profissão, relatos clínicos, remédios e tratamentos, etc-, dando forma para aquele tipo específico de literatura. O professorado da instituição era portador de diploma e desde 1808 aquele estabelecimento de ensino produzia escritos de autoria de médicos e futuros médicos. Assim sendo, porque, quase seis décadas depois, um grupo lança um periódico afirmando que aquele gênero de erudição era escasso e pouco cuidado?

3.1.1. As memórias históricas

“A memoria historica da Bahia nada tem d’interessante; é apenas um indice ou catalogo dos principaes factos ocorridos em 1867; pareceria mais própria para dirigir um archivista do que para esclarecer um legislador”⁷⁷. A assertiva é parte de artigo editorial que comenta sobre as memórias históricas das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. A redação das memórias históricas seguia disposto no artigo 197 do Decreto n. 1387 de 28 de Abril de 1854⁷⁸, que fornecia novos estatutos para as escolas de medicina. O regulamento versava sobre aspectos diversos referentes ao funcionamento das duas faculdades de medicina do Império. Além das memórias históricas, a divisão de cargos docentes e dirigentes, matérias dos cursos de Medicina e Cirurgia, Obstetrícia e Farmácia, verificação de diplomas, dentre outros pontos, faziam parte da lista à qual o marco fornecia as regras.

Determinava o artigo 197 do Decreto 1387 de 28 de Abril de 1854 que:

⁷⁷ *Gazeta Medica da Bahia*, ano III, n. 72, 31 de Julho de 1869, p.279. Artigo editorial, “As memorias historicas das faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro”, sem assinatura.

⁷⁸ Há um outro decreto, o n.3464, de 29 de Abril de 1865, que dá novos estatutos às faculdades de medicina do Império. As memórias perduram como obrigatoriedade das faculdades no artigo 167. Optamos por nos referir ao de 1854 porque este é mais frequentemente citado pelos colaboradores da *Gazeta Medica da Bahia*, talvez por estar mais próximo da chamada Reforma do ensino de 1854, diretamente influenciada pela legislação. Ademais, em alguns relatórios do Ministério do Império (1866), encontramos a informação de que o decreto de 1865 ainda não estava em execução. Este traz algumas alterações, a exemplo do desaparecimento do cargo de professor substituto, cujo correspondente que perdura é o de opositor. Quanto às memórias, as normas continuam as mesmas. No decreto de 1865, as memórias são assunto do artigo 167, que, bem como artigo 197 do Decreto 1387 de 1854, normatiza: Na sessão do encerramento a Congregação encarregará a um de seus membros de apresentar na primeira sessão do anuo seguinte uma memoria historica, em que se relatem os acontecimentos notaveis do anno findo. Nesta memoria se especificará o gráo de desenvolvimento, a que tiver sido levada, nesse mesmo periodo, a exposição das doutrinas, tanto nos cursos publicos como nos particulares. Lida e approvada pela Congregação a dita memoria, será recolhida á Bibliotheca para servir de chronica da Faculdade.

Na Sessão de encerramento a Congregação encarregará a hum dos seus membros de apresentar, na primeira Sessão do anno seguinte, huma memoria historica, em que se relatem os acontecimentos notaveis do anno findo. Nessa memoria será especificado o grão de desenvolvimento a que for levada, nesse mesmo periodo, a exposição das doutrinas, tanto nos Cursos publicos, como nos particulares. Lido o trabalho e approved, será recolhido á Bibliotheca para servir de Chronica da Faculdade.

As memórias históricas das faculdades também faziam parte dos anexos dos relatórios do Ministério do Império⁷⁹. Um de seus principais objetivos era produzir memória a respeito dos acontecimentos notáveis ocorridos no âmbito das escolas de medicina. Era este, também, ponto fulcral da crítica do (s) autor (es) do artigo editorial, não assinado. Dizia-se que na maioria das vezes estes documentos institucionais eram escritos ao fim do ano, por um professor que sequer acompanhara ao longo de todo o período as atividades sobre as quais prestava o julgamento. Ademais, o responsável pela tarefa tinha em muito de se apoiar no que outros facultativos lhe contavam, o que atrapalhava a tal seleção de fatos mais notórios, que mais se tornava parcial e descritiva do que verdadeira e útil para acompanhar o progresso do ensino e o que havia de ser melhorado.

Após escritas, as memórias tinham ainda de ser aprovadas pela diretoria das faculdades, de modo que é cabível pensarmos que, por conveniência dos envolvidos no conselho dirigente, muitos acontecimentos ficavam de fora do relato⁸⁰. As críticas contidas no artigo editorial remetem à falta de condições satisfatórias, entre as quais se inclui autoridade e disponibilidade de tempo adequado ao responsável pela redação das memórias. Estas acabavam se tornando mais úteis a um arquivista, que guardaria aqueles registros descritivos, do que a um legislador, que não se depararia com um relato coerente contendo apontamentos sobre problemas que precisavam ser consertados, melhorando a qualidade do ensino médico e da própria estrutura institucional das escolas de medicina.

⁷⁹ Sobre a lógica dos relatórios ver capítulos 2 e 3 desta dissertação.

⁸⁰ Antônio Carlos Nogueira Britto, na biografia de Domingos Rodrigues Seixas, nos conta episódio em que o esculápio foi autor da “Memória Histórica dos acontecimentos mais notáveis da Faculdade de Medicina da Bahia”, no ano de 1862, “a qual foi reprovada pela Congregação, que protestou contra as idéias expostas na Memória Histórica, considerando a obra de “libelo acusatório e infamante” sucesso que levou o Prof. Seixas a elaborar outro documento memorialista, que teve a aprovação daquela corporação de lentes[...]”. Maiores informações ver Verbete do site do Instituto Baiano de História da Medicina e Ciências afins. Disponível em: http://www.ibhmca.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=62&Itemid=2. Acesso em Março de 2018.

As críticas aparecem nas primeiras páginas do número 72 da *Gazeta Medica da Bahia*, configurando-se como assunto merecedor de importância. Sua publicação no jornal nos leva a refletir sobre a quem se destinava aquela demanda que ressaltava a ineficiência daquele tipo de documento. Publicá-la no jornal podia ser maneira de convencer outros médicos, mas também de alertar membros do Governo ou mesmo outras classes da população sobre a situação que justificava ausência de melhoramentos no ensino da FAMEB, por exemplo. Além disso, nos leva a pensar na folha médica da associação de facultativos como alternativa ao espaço restritivo das memórias históricas. Diferentes destas, regidas pela obrigatoriedade de uma lei considerada pelos responsáveis pela GMB como inapropriada aos propósitos pretendidos, seu jornal seria lugar de tecer apontamentos coerentes sobre a Faculdade de Medicina da Bahia. Seria espaço destinado a historiar, “verdadeiramente”⁸¹, os êxitos e problemas da instituição e do ensino médico no país.

“Entretanto, se n’estas memórias é impossível que se revele claramente o estado interno das Faculdades, algumas apontam necessidades bem urgentes que exigem dos poderes do Estado promptas providencias”⁸². Mesmo em meio ao caráter descritivo, ou seja, apesar dos problemas intrínsecos que o autor da crônica aponta sobre as memórias, elas seriam capazes de por em evidência problemas de grande urgência das faculdades. As do ano de 1867, sobre a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, redigidas em 1868, pelo professor Dr. Teixeira da Rocha, sublinhavam um incômodo frequente, já censurado noutras vezes pelos esculápios da GMB. Tratava-se dos chamados “favores da lei”. Estes se referiam à constante dispensa dos exames exigidos pelo cronograma das faculdades. Inúmeros ofícios do Ministério do Império chegavam à diretoria das duas escolas de medicina autorizando e exigindo a matrícula de estudantes que não precisariam passar pelos procedimentos previstos nos regulamentos de ingresso. Outro destes favores era a dispensa das aulas sob “pretexto de remuneração aos serviços prestados na campanha”⁸³ do Paraguai.

Na luta por reconhecimento, lugar de atuação e dignidade da profissão médica, a GMB se utilizava de apontamentos daqueles documentos institucionais – as memórias-, para denunciar que a classe médica da FAMEB (e também a da Faculdade de Medicina

⁸¹ De acordo aqueles que escreviam a respeito na *Gazeta Medica da Bahia*.

⁸² *Gazeta Medica da Bahia*, ano III, n. 72, 31 de Julho de 1869, p.277. Artigo editorial, “As memorias historicas das faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro”, sem assinatura.

⁸³ *Ibid.*, p.277.

Rio de Janeiro) enfrentava os empecilhos da própria legislação e dos órgãos superiores do Ministério do Império.

Ao falar da memória sobre a FAMEB o texto ressalta a necessidade de uma reforma realmente radical, deficiências do ensino prático e teórico da faculdade, sobrecarga da função dos professores e o melhoramento do corpo de estudantes e médicos enviados ao auxílio dos combatentes da Guerra do Paraguai. O texto seleciona das memórias históricas aquilo que lhe parece digno de denúncia. Ora o autor destaca as insuficiências deste tipo de documento, ora o utiliza para coadunar com questões que se considera merecidas de virem a lume na *Gazeta*. Percebamos que a folha médica baiana tornava mais facilmente acessíveis documentos de caráter oficial, de menor acesso a um público mais amplo por estarem nas crônicas da biblioteca das faculdades ou nos relatórios ministeriais. Contudo, expunha as questões que lhe pareciam importantes, deixando muitas delas no espaço menos acessível dos documentos oficiais.

Ainda que destacasse as condições inadequadas de produção de que dispunham os redatores das memórias (alguns dentre os quais estavam possíveis colaboradores da GMB), consideravam que de tais documentos ascendiam pontos importantes de queixa. As memórias históricas não eram inúteis em si, mas a lei que regia sua execução é que as tornava ineficientes. A sugestão da GMB se voltava mais para a melhoria de execução do que para a abolição das memórias históricas.

Falar sobre as memórias no jornal significava prestar a tais relatos importância significativa. A crítica ao formato das mesmas, bem como sua aparição no jornal médico baiano, do qual muitos colaboradores não faziam parte do corpo docente da escola de medicina da Bahia, evidenciam que os assuntos de ensino médico, para os envolvidos na publicação, ultrapassavam o âmbito institucional oficial. É importante ressaltar que o ensino médico não ocorria apenas nas salas da Faculdade de Medicina. O próprio artigo décimo do Decreto 1387 de 28 de Abril de 1854 regulava que:

Na falta de hospitaes por conta do Estado, os Directores das Faculdades, de conformidade com as instrucções que receberem do Governo, se entenderão com os Provedores das Santas Casas de Misericórdia, a fim de que estes ponhão á disposição das mesmas Faculdades as enfermarias necessarias, e salas proprias, tanto para as dissecções e autopsia, como para os actos academicos, que tenham de ser praticados em taes estabelecimentos.

Ademais, não raros são os relatos na própria GMB, onde alunos e professores da Faculdade de Medicina clinicavam em atendimentos particulares junto a clínicos civis ou dos hospitais (Da Caridade, da Santa Casa de Misericórdia). Isto nos ajuda a entender que os assuntos sobre ensino médico ganhavam importância naquele jornal não apenas pelo fato de parte dos facultativos que o sustentavam serem professores da Faculdade de Medicina.

Até aqui descrevemos um tipo de relação dual entre os médicos da GMB e a Faculdade de Medicina da Bahia, a partir da análise das memórias históricas, que seguiam dispositivos legais. Os facultativos do jornal ora ressaltavam a ineficácia das memórias históricas, ora ressaltavam sua importância para denunciar alguns dos problemas importantes vigentes. O periódico era lugar de posicionamento direto, e por vezes questionamento, quanto a opiniões emitidas nestes documentos oficiais. Ao mencionar o registro de fatos notáveis do ano de 1867, publicado em 1868, pelo Dr. Teixeira Rocha, os escúlipos da GMB apresentam discordância em relação ao redator da memória:

Termina o Dr. Teixeira Rocha o seu trabalho com algumas reflexões sobre a falta de desenvolvimento da imprensa medica: “Apenas de longe em longe, diz elle, aparece como um pylilampo em noite escura, ou como protesto contra nossa inaptidão, um outro debil som da imprensa, mais tentativa do que manifestação séria, que em pouco tempo se esvae: e esses mesmos tem partido do seio das escolas”. Pedimos licença para o nobre historiador para contestar sua opinião n’esta parte. A Gazeta Medica da Bahia, debil, embora, já não é um pylilampo, tem tido uma existência constante de 3 annos; não se originou na escola e não se sustenta no seio d’ella. A associação de facultativos que a alimenta conta felizmente em seu seio alguns, raros, mas dedicados membros da Escola de Medicina, mas maioria de seus fundadores são simples medicos civis[...]⁸⁴

As primeiras denúncias feitas pelo Dr. Teixeira Rocha foram tidas como válidas e foram apoiadas naquele artigo editorial, sem assinatura⁸⁵. As que rebaixavam os jornais da imprensa médica a meras tentativas aquém de manifestações sérias, não. Isto ocorre porque o autor, sob o crivo dos colaboradores da GMB, a considerava importante órgão

⁸⁴ *Gazeta Medica da Bahia*, ano III, n.72, 31 de Julho de 1869, p. 279. Artigo editorial, “As memorias historicas das faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro”, sem assinatura.

⁸⁵ Acreditamos, devido à adoção do padrão de artigos editoriais serem escritos por diretores, que a autoria pertence a Antônio Pacífico Pereira.

da tal imprensa médica, a ponto de defendê-la mesmo que Teixeira Rocha não tenha citado nominalmente a nenhum jornal médico brasileiro.

Eximir da *Gazeta* a condição de pirilampo era maneira de dizer que, ainda que precisasse de algum melhoramento, a existência do jornal era sólida e alguns de seus propósitos vinham sendo atendidos, tendo em vista os três anos de existência, maiores do que o tempo de vida de qualquer inseto brilhoso que alçava voos mas que tinha vida curta. Afirmar que não se originou e não se sustentava no seio da Faculdade era maneira de destacar a independência da folha em relação a vínculos institucionais formais, livrando seus responsáveis daqueles problemas denunciados nas memórias, isentando-os, também, da submissão aos regulamentos oficiais, logo destacando sua autonomia por meio da literatura propagada naquele periódico.

Contudo, diz-se que “felizmente” conta-se com alguns membros da FAMEB na empreitada de lançamento e sustento da GMB. A referência a tais membros diz respeito tanto à seriedade do jornal que contava com membros autorizados por uma instituição oficial, quanto ao quinhão para falar de assuntos e problemas daquela importante instituição de produção de conhecimento médico do Império.

Não são raras, na *Gazeta Medica da Bahia*, matérias sobre as atividades ocorridas e diversas críticas aos regulamentos e métodos de ensino das faculdades de medicina do Brasil. Destacar a necessidade de mudanças, fornecendo alternativa a um dos mais importantes centros de saberes do Brasil era importante objetivo dos responsáveis pela GMB, que acreditavam que a produção de conhecimento médico-científico não se limitava aos currículos fechados e salas de aula. Ainda assim destacavam a importância dos diplomados pelas escolas de medicina em relação a outros sujeitos, não diplomados, portanto não aptos para produzir erudição nas artes da cura.

3.1.2. As teses

“A Faculdade não aprova nem reprova as opiniões emittidas nas theses, que lhe são apresentadas”⁸⁶. Esta assertiva aparecia nas folhas de rosto das teses apresentadas à

⁸⁶ Encontrei a advertência em mais de 15 teses apresentadas, nos anos de 1860, 1864, 1868 e 1869, à Faculdade de Medicina da Bahia, para obtenção do grau de doutor. Realizei a leitura das mesmas durante visita técnica, custeada pela FAPDF edital 1/2017, à Bibliotheca Gonçalo Moniz- Memória da Saúde Brasileira, Salvador-BA, em Dezembro de 2017.

Faculdade de Medicina da Bahia para obtenção do grau de doutor. Ela finalizava um tipo de ata que descrevia diretor, vice-diretor, secretário oficial e corpo docente⁸⁷ da instituição à época da avaliação dos textos apresentados.

É importante informarmos que existiam diferentes tipos de teses apresentadas à Faculdade ao longo da segunda metade do século XIX. Além daquelas destinadas à conquista do grau de doutor, havia as que permitiam o exercício da medicina, as de comprovação e validação de título e as de concurso para professor da referida Faculdade. Aqui analisamos as primeiras, para obtenção do grau de doutor, após o curso do currículo de seis anos de duração previsto para os cursos de medicina⁸⁸ da instituição. Estas continham um tema principal, que encabeçava a dissertação⁸⁹ e contavam, ainda, com proposições sobre temas diferentes trabalhados ao longo da graduação.

A título de ilustração: em 1866 o formando José Pedro de Souza Braga defendia a tese “Fístulas vesico-vaginaes”⁹⁰. O tema principal de seu trabalho estava alocado na área de cirurgia. Além deste, o escrito contava, ainda, com proposições além da área de estudos de seu tema principal. Havia uma seção de “Sciencias Acessorias”, onde aparecia hipótese sobre “lixiviação”, um procedimento farmacêutico da época; uma de “Sciencias Medicas”, versando sobre as ações fisiológicas e terapêuticas das “cantharidas”, além de um texto, também da área de cirurgia, comum à de sua temática, sobre feridas penetrantes do peito.

Além do domínio do tema central, as teses tinham a função de verificar o nível de aprendizado de outras áreas do currículo. A forma de fazê-lo era exigindo as proposições, que seguiam a lógica do cronograma do curso, dividido entre ciências médicas, ciências acessórias e cirurgia. O currículo que acompanha as teses que analisamos é o seguinte:

⁸⁷ Composto por professores catedráticos (titulares) e substitutos, além de opositores (substitutos preparadores sob a direção dos dois primeiros). Os cargos, preenchidos por concurso, seguiam uma ordem hierárquica onde catedrático era o lente do topo da hierarquia e os opositores os últimos. Ver seção III do Decreto n.1387 de 28 de Abril de 1854 ou seção 3ª do Decreto 3464 de 28 de Abril de 1865. No segundo decreto some o cargo de professor substituto, perdurando os lentes catedráticos e opositores, que passam a cumprir a função dos substitutos.

⁸⁸ Além dos cursos de Medicina com duração de 6 anos, o decreto n. 3464 de 29 de Abril de 1865 previa que os cursos farmacêutico e de obstetrícia continuariam incorporados às Faculdades de Medicina. Os de farmácia durariam três anos, os de obstetrícia dois anos (Ver seção 2ª, artigo 5º).

⁸⁹ *Tese* e *dissertação* eram palavras utilizadas, por vezes, para se referir ao mesmo tipo de trabalho, o que finalizava o curso (ou defendia a validade de um título ou concorrência a um cargo ou inauguração de uma matéria). A lógica era diferente da que vigora no ensino superior atual, onde *dissertação* refere-se ao trabalho de término do mestrado e *tese* ao de conclusão do doutorado.

⁹⁰ Memória histórica dos acontecimentos notáveis da Faculdade de Medicina da Bahia durante o ano de 1866, in: Ministério do Império, relatórios da repartição, ano 1866, anexo B, p.16.

Tabela 2. Descrição de disciplinas do curso de Medicina da FAMEB na década de 1860⁹¹

Período	Disciplina
1º ano	Physica em geral, e especialmente em suas applicações à Medicina; Chimica e Mineralogia; Anatomia Descritiva.
2º ano	Botanica e Zoologia; Chimica Organica; Physiologia, sendo alumnos obrigados a dissecções anatomicas.
3º ano	Physiologia; Anatomia Geral e Pathologica; Pathologia Geral; Clínica Externa;
4º ano	Pathologia Externa; Pathologia Interna; Partos, moléstias de mulheres pejadas e de meninos recém-nascidos; Clinica Externa.
5º ano	Pathologia interna; Anatomia topográfica, Medicina Operatoria, e aparelhos; Materia Medica e therapeutica; Clínica Interna;
6º ano	Hygiene e Historia da Medicina; Medicina Legal, Pharmacia; Clinica Interna.

O currículo refere-se às matérias do curso regular, mas é fundamental lembrarmos que os opositores ofertavam cursos particulares dos mais diversos, autorizados pela

⁹¹ A pesquisa embasa-se em teses que analisei em visita técnica (custeada pela FAP-DF) à Bibliotheca Gonçalo Moniz- Memória da Saúde Brasileira em Dezembro de 2017. Referentes ao recorte temporal desta dissertação encontrei teses de 1860, 1864, 1868 e 1869. A relação de matérias embasa-se nas atas de avaliação e informação da diretoria e corpo docente da FAMEB contidas na contracapa das monografias analisadas.

instituição, conseguintemente pelo Governo⁹². Os temas mais frequentes das teses de 1866-1870 podem ser consultados nos anexos desta dissertação. No momento nos deteremos à assertiva que iniciou este tópico.

Advertir que a Faculdade de Medicina da Bahia não aprovava nem reprovava as opiniões emitidas nas teses significava isentar a escola de compactuar com aquilo que não fosse ciência pura, conhecimento científico, produzido naqueles escritos. Isto implica compreender que se presumia uma possível correlação entre o saber e posicionamentos políticos por ele influenciados. Para tornar nossa análise mais clara, tomemos outro exemplo.

Em 1869 Eugênio Guimarães Rebello defendia dissertação para obtenção do grau de doutor. Seu trabalho⁹³, precedido por uma folha de rosto onde constava sua filiação, inclusive o fato de ser “filho legítimo do desembargador Henrique Jorge Rebello, ex-segundo cirurgião em comissão à campanha do Paraguay e sócio do conservatório dramático da Bahia”⁹⁴, despendia esforços em entender se a humanidade descendia de uma só raça. Até chegar em sua hipótese central de que não, a humanidade descendia de várias raças na verdade, Eugênio Rebello pondera a respeito de uma série de questões, a exemplo de uma extensa análise da bíblia católica para analisar a relação entre ciência e fé.

O trabalho científico de Rebello filho evocava questões que ultrapassavam o campo da ciência pura⁹⁵. Não aprovar nem reprovava opiniões como as dele tanto eximia a Faculdade de privar que os alunos pudessem tecer seus comentários não científicos ao lado de suas hipóteses científicas, quanto a livrava de possíveis represálias referentes a algum alvoroço que o escrito publicado pudesse causar. Em último caso, se alguém viesse culpar a instituição por ter aprovado um escrito de opiniões radicais ou de caráter inadequado, a ressalva atribuiria à ela apenas a aprovação da parte científica, livre das opiniões dos autores.

⁹² Ver Artigo n.196, do Decreto 1387 de 28 de Abril de 1854.

⁹³ REBELLO, Eugênio Guimarães. *As raças humanas descendem de uma só origem?* Tese apresentada em 1869 à Faculdade de Medicina da Bahia para obtenção do grau de doutor em Medicina. Typographia do Diario, Rua das Vassouras, n.13. Disponível no acervo institucional de teses produzidas no âmbito da Faculdade de Medicina da Bahia, na Bibliotheca Gonçalo Moniz- Memória da Saúde Brasileira, Salvador-BA.

⁹⁴ Era comum, nas capas ou folhas de rosto das teses apresentadas, expor-se a filiação do formando. Além de pai e mãe, padrinhos, tios, irmãos e outros parentes que exerciam cargo público, militar, ou algum tipo de status significativo à época, eram constantemente citados.

⁹⁵ É importante ressaltar que à época a separação entre ciência e religião nem sempre era tão clara. O catolicismo era a religião de boa parte das elites das quais muitos estudantes de medicina faziam parte.

Junto às assertivas de isenção de responsabilidade sobre as opiniões, figuravam nas folhas de rosto das teses, nomes de professores e diretores⁹⁶ da FAMEB. Alguns destes membros da faculdade assinavam nas folhas da *Gazeta Medica da Bahia*. Identificamos alguns: Virgílio Climaco Damázio, o primeiro diretor do jornal, João Pedro da Cunha Valle⁹⁷, Jose de Goés Sequeira⁹⁸, Domingos Rodrigues Seixas⁹⁹, Antonio Januário de Faria (um dos fundadores). A lista provavelmente é mais extensa, conforme se aumenta o número de teses verificadas.

Na quarta edição da GMB encontramos, num artigo que alertava sobre os perigos de importação da cólera-morbo, bem como sobre a importância do governo se atentar a este possível problema de saúde pública, as seguintes palavras: “Declinamos de nós a responsabilidade do silêncio”¹⁰⁰. A frase bem elucida o foco da diferença entre a FAMEB e a GMB em termos de lugar de produção de saber e do tipo de saber produzido. A GMB, diferente da faculdade, não se isentava de avaliar as questões não científicas ali publicadas. Os médicos responsáveis pelo jornal aprovavam ou reprovavam os escritos emitidos naquela publicação. Além disso, ainda permitia que outros o fizessem por meio de correspondências. Não só conceder espaço a opiniões, mas formá-las, era um dos objetivos dos envolvidos com a gazeta médica, diferente dos avaliadores das teses que,

⁹⁶ Alguns destes figuravam, também, nas páginas da dissertação em meio aos agradecimentos dos alunos por eles orientados.

⁹⁷ Deste esculápio poucas informações encontramos. Sabemos, a partir da leitura de algumas teses (1860, 1864 e 1868) produzidas no âmbito da FAMEB e disponibilizadas para consulta na Bibliotheca Gonçalo Moniz-Memória da Saúde Brasileira, que o esculápio era opositor da cadeira de higiene da Faculdade de Medicina da Bahia. Na GMB (n.65 de 15 de Abril de 1869, pp.202-204), onde é publicado relatório sobre as condições sanitárias de matadouro público de Salvador, sabemos que exerceu, também, o cargo de médico da municipalidade. Na edição n.72, de 31 de Julho de 1869, somos informados sobre sua morte naquele mesmo ano.

⁹⁸ Bahia, 1816- Bahia, 1874. Formou-se em 1840 pela Faculdade de Medicina da Bahia, instituição onde lecionara Patologia Geral nos anos seguintes. Foi inspetor de saúde pública da Bahia, além de cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa. Na *Gazeta Medica da Bahia* publicou diversos escritos referentes à higiene pública, com ênfase em conselhos preventivos sobre a cólera-morbo, doença que combateu no surto epidêmico que atacou o Brasil em 1855. Durante nosso recorte temporal 1866-1870, os relatórios oficiais sobre estado sanitário da província, muitos dos quais publicados na GMB, eram por ele executados e assinados.

⁹⁹ ?1830-?1890. Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1851. Fez parte do corpo docente da referida instituição. Condecorado como cavaleiro da Ordem de Cristo. Prestou socorros médicos nos campos da Guerra do Paraguai. Tal colaboração foi deveras noticiada pela GMB, juntos a considerações do esculápio sobre beri-beri, cólera-morbo e outros de seus estudos publicados no jornal médico. Sobre Domingos Rodrigues Seixas, ver site do Instituto Bahiano de Historia da Medicina e Ciências afins. Disponível em: <http://www.ibhmca.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=62&Itemid=2>. Acesso em Fevereiro de 2018.

¹⁰⁰ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.4, 25 de Agosto de 1866, p.39. Artigo editorial, “Não devemos receiar a importação da cholera-morbus?”, sem assinatura.

ao menos formalmente, apenas estavam condicionados a julgar o que fosse teoria científica.

Da análise das teses e das memórias percebemos que a GMB era criada no intuito de fornecer um lugar de maior liberdade política acerca das questões médico-científicas do período. Mais do que construir ciência pura no âmbito institucional, o periódico tratava de externar e problematizar o funcionamento daquela instituição, que ora respaldava seus membros, ora os restringia a seguir as formalidades curriculares e avaliativas. Em Julho de 1927 escreve Clementino Fraga¹⁰¹:

Em 1865, Paterson, então clinico famigerado na capital bahiana, instituiu interessantes palestras quinzenais, tendo por thema assumptos medicos, principalmente clínicos. “não havia estatutos nem programmas, nem formula de discussões, nem actas; ninguém ali tinha por obrigação fazer cousa alguma em tempo, modo, e materia determinada, mas como, quando e o que queria ou podia!” E acrescentou Silva Lima: “Foi nestas palestras nocturnas, por diversas vezes interrompidas e recomeçadas, que appareceu e se poz por obra em 1866 a idéa da publicação da Gazeta Medica[...]¹⁰²

O autor cita fala de Silva Lima, um dos fundadores e colaboradores mais assíduos da folha médica. Este ressaltava que naquelas “interessantes palestras” não havia estatutos, programas, obrigações e atas. Estas são referências à estrutura de ensino, regida por estatutos e currículos, da FAMEB. Parte do grupo que frequentava aquelas reuniões quinzenais nas casas do “Dr. Inglês” e de outros, estava ligada à publicação da folha médica baiana. Assim sendo, é cabível pensarmos que o jornal foi lançado para fornecer alternativa à instituição oficial de ensino, que não seria a única autorizada para construir, debater e deter saberes. O jornal médico seria espaço de maior liberdade de atuação científica e política dos professores e também dos alunos da Faculdade, tendo em vista que também recebia e publicava considerações de estudantes de medicina¹⁰³.

¹⁰¹ Professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública naquele ano.

¹⁰² *Gazeta Medica da Bahia*, ano LVIII, n.1, Julho de 1927, p.3. “A Gazeta Medica da Bahia na imprensa medica brasileira”, assinado pelo Dr. Clementino Fraga.

¹⁰³ A exemplo das informações providas de correspondências contendo anotações sobre aulas e observação clínica assistidas em Paris pelo estudante brasileiro J.R. de Souza Uchôa, publicadas nos números 38, 49, 50,52,54,58, 59 (GMB, 1869), 60, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 71, 73, 75,79, 81, 82 (GMB, 1869), 86, 88, 89, 90, 91, 92, 94 e 96 (GMB, 1870).

No relatório do Ministério do Império referente ao ano de 1868¹⁰⁴ encontramos a assertiva de que:

O Ministro do Império é o chefe da instrução superior: compete-lhe e deve competir-lhe a alta inspecção e fiscalização, a direcção e resolução final do que respeita a este ramo do serviço. Mas nem sempre lhe chegará o tempo para acompanhar de perto todos os incidentes da marcha dos estudos, preparar a selecção das questões e regular assumptos miudos e especiaes, que aliás demandão a maior attenção e cuidado[...]

As apreciações dos esculápios da *Gazeta Medica da Bahia* sobre ocorrências- seja da literatura médica produzida ou críticas negativas aos regulamentos-, da Faculdade de Medicina da Bahia, parece ser, ainda, uma das maneiras que os doutores do jornal encontraram para se disponibilizarem a ajudar o chefe da instrução superior a dirigir este ramo que exigia maior atenção e cuidado, numa época onde a instrução pública era tida como fundamental á educação política desejada pelo Estado.

3.2. De outros membros da nascente imprensa médica: Os Annaes Brasilienses de Medicina.

Vimos que, para os facultativos que a lançaram, a *Gazeta Medica da Bahia* era um órgão da imprensa médica, sendo este local destinado à literatura médica, ou seja, aos escritos dos verdadeiros operários das ciências médicas e dos conhecimentos que professavam como verdade. Tais registros seriam perpetuados no referido espaço, permitindo transmissão de porvir, troca e evolução de ideias. Critérios científicos prestariam legitimidade aos escritos, que versavam sobre diversos temas.

Delineamos uma das causas para se criar uma gazeta médica: precisava-se de um órgão que além de registrar e perpetuar as colaborações científicas e produtivas da tal classe médica, conseguisse acompanhar a dinâmica do dia-a-dia, o que muitas vezes não

¹⁰⁴ BRASIL. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negocios do Imperio referente ao ano de 1868, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1869, p.18. Disponível em: < http://memoria.bn.br/pdf/720968/per720968_1868_00001.pdf >. Acesso em Março de 2018.

ocorria de imediato com as memórias, teses e outros documentos produzidos em âmbito institucional. Precisava-se de algo mais de acordo com os desejos de aumentar as possibilidades de intervenção dos representantes das ciências médicas-sobretudo os da Bahia-, na vida cotidiana que envolvia as diversas camadas sociais.

Contudo tal motivo não explica toda a questão. Primeiro porque na segunda metade do século XIX a noção do que era medicina estava em construção e diversas teorias perambulavam por toda parte. As verdades professadas pelos vieses científicos do grupo responsável pela GMB eram algumas dentre várias outras. Segundo por que dentro do que se chamava de imprensa médica encontramos jornais de configuração diferente da GMB. Para clarificar a última afirmação, apresentaremos um breve panorama de um jornal médico que também circulava na segunda metade do século XIX, ligado a uma das instituições médicas de maior expressividade da época: a Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro. Falamos dos *Annaes Brasilienses de Medicina*¹⁰⁵.

A Academia Imperial de Medicina apresentou três nomes durante o século XIX: de 1829 a 1835 chamava-se Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro; de 1835 a 1889 Academia Imperial de Medicina e; de 1889 até os dias atuais, Academia Nacional de Medicina. A Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro foi criada com os seguintes intuitos:

A Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro foi organizada com o fim de reunir médicos para debater assuntos específicos sobre saúde e doenças humanas, e também para definir o papel desse grupo frente a questões de saúde pública e do exercício da medicina. O objetivo principal que norteou sua criação, em 30 de junho de 1829, foi o de viabilizar o crescimento das diversas áreas da medicina e ampliar a participação desses profissionais junto ao Governo Imperial em questões referentes à higiene e políticas de saúde pública (...)O decreto imperial de 15/01/1830 reconheceu oficialmente a Sociedade,

¹⁰⁵ Ainda no número 72 da *Gazeta Médica da Bahia*, datado de 31 de Julho de 1869, encontramos a seguinte assertiva: “(...) Ainda tem perto de si [a GMB] os *Annaes Brasilienses de Medicina*, publicação mensal da Academia Imperial de Medicina. São os dois únicos periódicos médicos que, segundo nos consta, se publicam em todo o Brasil”. Na afirmação extraída do comentário sobre as memórias históricas, além de enfatizar o apoio do colega do Rio de Janeiro, diz-se que em 1869 apenas dois jornais médicos circulavam em todo o Brasil. Porém, em leituras das edições da GMB do período de 1866-1870, nosso recorte temporal, encontramos ao menos mais 3 jornais mencionados: a *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, a *Revista do Atheneu Medico (RJ)* e o *Boletim do Imperial Instituto Fluminense* (Ver *Gazeta Medica da Bahia*, ano II, n.29, 15 de Setembro de 1867, p. 60, Seção *Noticiario*, “Imprensa Medica do Rio de Janeiro”, sem assinatura). Quanto à *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, sabemos ter sido publicada entre 1862 e 1864, apenas. Quanto às outras folhas são mencionadas apenas nesta edição da GMB durante nosso período de análise. Teriam estes jornais sofrido pausas na publicação em 1869 quando da época da assertiva da circulação de apenas dois jornais médicos em todo o Império? Teriam deixado de existir? Mudado de nomes? Tido vida curta? São hipóteses.

aprovando os seus estatutos com a devida assinatura do Ministro dos Negócios do Império José Joaquim Carneiro Campos (Marquês de Caravelas). Instalada publicamente em 24 de abril de 1830, num salão do Hospital da Ordem Terceira de São Francisco de Paula (Travessa de São Francisco, nº 1), contou com a presença do Imperador Pedro I, que compareceria também a outras sessões comemorativas da associação.¹⁰⁶

Por decreto regencial de 08 de Maio de 1835 passou a chamar-se Academia Imperial de Medicina. Além da mudança de nome, o disposto definia o recebimento de uma subvenção do Tesouro Público e a criação de uma sessão de Farmácia, que somaria as de Medicina e Cirurgia, fornecendo divisão triparte ao órgão¹⁰⁷. Por fim determinava a ocorrência de sessões públicas quinzenais onde seriam debatidos assuntos específicos de cada uma destas sessões médicas, bem como ordenava a hierarquia daquela instituição: “A mesa da Academia era formada por um presidente honorário, cargo ocupado sempre pelo Ministro do Império, um presidente temporário, um secretário geral e um tesoureiro, escolhido entre os membros titulares”¹⁰⁸. O objetivo da Academia Imperial de Medicina foi no descrito no artigo 15 dos estatutos previstos no marco legal de 08 de Maio de 1835:

Os seus objetivos, segundo o artigo 15 desses estatutos, eram: “responder às perguntas do Governo sobre tudo quanto pode interessar à saúde pública, e principalmente sobre epidemias e moléstias particulares de certos países, as epizootias, os diferentes casos de medicina legal (...) a propagação da vacina, os remédios novos ou secretos, os quais não poderão ser expostos ao público sem o seu exame e aprovação (...) ocupando-se além disto, de todos os objetos de estudo e de indagação que podem concorrer para o progresso dos diferentes ramos da arte de curar”.¹⁰⁹

¹⁰⁶ Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/socmedrj.htm#historico>>. Acesso em Março de 2018.

¹⁰⁷ De acordo com o Decreto Regencial: “A partir de então, a entidade ficou dividida em três seções: medicina, constituída por 15 membros honorários, 5 titulares e 13 adjuntos; cirurgia, com 11 membros honorários, 15 titulares e 9 adjuntos; e farmácia, composta por 7 membros honorários, 11 titulares e 5 adjuntos”.

¹⁰⁸ BRASIL. Decreto regencial de 08 de Maio de 1835.

¹⁰⁹ Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/socmedrj.htm#historico>>. Acesso em Março de 2018.

Do breve histórico, percebemos uma diferença substancial entre a Academia Imperial de Medicina e o grupo responsável pela *Gazeta Medica da Bahia*: A AIM era órgão oficial reconhecido pelo Governo Imperial, o que fica evidente tanto da aprovação dos estatutos e recursos financeiros que recebiam do tesouro nacional, quanto do fato de o ministro do Império ser presidente honorário, ainda que de fato não estivesse presente em quase nenhuma reunião habitual. Além disso, o imperador participava de sessões solenes de aniversário. Por fim, a ancianidade da Academia Imperial era superior a dos médicos ligados ao jornal baiano.

A Academia Imperial de Medicina publicava periodicamente matérias discutidas em suas principais sessões. A partir de 1849 a publicação ligada ao órgão passa a se chamar *Annaes Brasilienses de Medicina*. Antes disso, a publicação recebeu diversos outros nomes: *Semanário da Saúde Pública* (1831), *Revista Medica Fluminense* (1836), *Revista Medica Brasileira* (1841)¹¹⁰, *Annaes de Medicina Brasiliense* (1849).

Assumindo que o jornal da AIM passou por diversas configurações ao longo de sua existência, esclarecemos que nossas breves considerações sobre os *Annaes* compreendem a publicação durante o período de 1866 a 1870, contemporâneo à publicação da primeira fase da *Gazeta Medica da Bahia*. Fora deste recorte temporal recorreremos, apenas uma vez, a uma edição de 1851 por esta conter uma introdução que nos fornece informações valiosas sobre finalidades da publicação dos *Annaes Brasilienses de Medicina*:

Honrados pela segunda vez com a escolha da Academia Imperial de Medicina para redactor do seu jornal, fallece-nos o animo para continuar em tão difficil tarefa, e a esperanza de bem poder desempenhar nossos deveres, quando encaramos para as difficuldades que em nosso paiz encontram sempre emprezas desta ordem (...) Abandonariamos sem duvida o posto que no foi confiado, si porventura não tivéssemos tanto amor à sciencia que cultivamos, e desejo de concorrer com nosso fraco contingente para o progresso e diffusão dos conhecimentos medicos no Brasil, e si sobretudo não contássemos com a continuação do auxilio daquelles poucos collegas, que nos tem ate hoje ajudado no espinhoso e difficil encargo, que sobre nos pesa (...) É a Academia por ora a unica associação scientifica medica, que entre nos existe; é o seu jornal archivo, em que se chama depositados todos os trabalhos, que ao pais e à sciencia tem feito os illustrados membros que a compoem (...) Por mais de anno seguramente esteve suspensa sua publicação; mas sendo a Academia auxiliada pelo governo com um

¹¹⁰ Tais informações sobre nomenclatura provem da leitura da fonte (edição: ano 7, n.1, Outubro de 1851, p.1/capa. “Introdução”, assinada por “O redactor”) e do Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), organizado pelo Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ- vide referências bibliográficas.

pequeno subsidio , tentou levantar de novo o jornal, e escolheu para seu redactor o nosso illustrado collega o Sr. Dr. Paula Candido: e este distincto medico com o pequeno auxilio que foi dado pela Academia para a sustentação do jornal, e secundado em seus esforços pelo digno editor do mesmo, o Sr. Paula Brito, conseguiu pol-o a caminho, mudando-lhe o titulo para o de *Annaes Brasilienses de Medicina*¹¹¹

Do trecho percebemos semelhança com o argumento, também sustentado pelos responsáveis pela GMB, de dificuldade da empreitada de manutenção de um jornal médico e da importância do apoio da classe médica à própria classe médica. Além dele, nota-se outro argumento em comum: o da importância dos médicos para o progresso do país.

Os *Annaes*, na condição de órgão da AIM, contavam com auxílio financeiro do governo, o que não ocorria com a GMB. As leis n. 1.245 de 28 de Junho de 1865 e n. 1.507, de 26 de Setembro de 1867, que fixavam despesas e orçamentos gerais do Império de 1865 a 1866 e 1867 a 1869, respectivamente, previam gastos de 2:000\$000 com a Academia Imperial de Medicina. Não somos informados, com precisão, quanto desta quantia era utilizada na publicação do periódico da associação, mas vemos no trecho que a parte que se refere ao pouco auxílio do governo tem caráter dúbio: ora parece criticar o pequeno subsídio como insuficiente, ao ponto de justificar as pausas da publicação; ora parece indicá-lo como precioso auxílio se utilizado pelas pessoas corretas. Seria esta uma forma de enfatizar as dificuldades sem avultar as relações mantidas entre o Governo Imperial e a Academia Imperial de Medicina? Possivelmente. O pouco auxílio pode ser ainda, elemento justificador da cobrança de assinaturas.

Durante nosso recorte temporal tais lógicas informadas no texto de outubro de 1851 parecem perdurar nas folhas dos *Annaes*. Contudo, na década de 1860 os membros da AIM já reconheciam a existência de outras associações médico-científicas, inclusive do grupo editor da *Gazeta Medica da Bahia*. Logo na capa de uma edição de Agosto de 1868, encontramos o seguinte texto:

À heróica província da Bahia felicita a Academia Imperial de Medicina por encetar a sua *Gazeta Medica* o seu 3º anno de existência. Compreendendo por experiencia própria, as difficuldades com que se tem de lutar ao emprehender-se no paiz empresas de tal ordem, não póde deixar de regosijar-se com o illustre Redactor, que em uma época

¹¹¹ *Annaes Brasilienses de Medicina*, ano 7, n.1, Outubro de 1851, p.1/capa. “Introdução”, assinada por “O redactor”.

tão positiva e indiferente para tudo que é trabalho da intelligencia tem tido coragem e enthusiasmo necessário para sustentar tão proveitoso e importante repertorio e importante repertorio dos trabalhos medicos da provincia da Bahia. Se não raras vezes se lhe confrange o coração ao ver a especulação e a agiotagem de homens sedentos de ouro com escandalo violar os direitos, e o decoro de uma das mais nobres profissões. Não menos vezes orgulhosa contempla a esses typos de abnegação e desinteresse, que aceitam a sciencia como um culto, a verdade e a consciência como seus mais sagrados preceitos. Se a Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro está longe e separada pela vastidão do oceano da antiga metrópole do gigante de Santa Cruz, é comtudo aquecida pelo mesmo sol, e em suas veias corre também o mesmo sangue brasileiro. Lendo com prazer a *Gazeta Medica* da Bahia não póde, nem deve ficar a Imperial Academia silenciosa, diante do trabalho de irmãos, que servirá também para attestar aos posteros o adiantamento e progresso da família medica brasileira.¹¹²

O artigo editorial¹¹³ assinado pelo redator do tomo XX dos *Annaes* nos concede informações importantes acerca de sua relação com o jornal baiano. Ambos estavam em correspondência. Da leitura das duas fontes, encontramos diversos registros¹¹⁴ da mesa diretora de sessões da AIM agradecendo o recebimento de edições da *Gazeta Medica*. Encontramos também matérias publicadas na GMB sendo mencionadas e discutidas nas sessões do órgão imperial e, conseqüentemente, registradas em seu periódico. Não encontramos na folha médica baiana registros que comprovem que a AIM remetia voluntária e espontaneamente números do jornal da Academia à sua redação. Entretanto, encontramos diversas vezes na GMB referências aos *Annaes Brasilienses de Medicina*.

Curiosamente tais citações não aparecem, na mesma proporção dos jornais estrangeiros, nas seções *Noticiario*, *Variedades* ou *Resenha Therapeutica*. As menções tendem a aparecer no sentido de legitimar o papel da imprensa médica a partir de palavras que destacam o contato entre os médicos da GMB e os da Academia Imperial de Medicina. Alguns autores, membros da AIM que figuram nos escritos dos *Annaes*, publicavam na *Gazeta Medica da Bahia*. No período analisado nesta dissertação destacamos as publicações do correspondente Dr. Júlio Rodrigues de Moura¹¹⁵.

¹¹² *Annaes Brasilienses de Medicina*, tomo XX, n. 3, 03 de Agosto de 1868, p.81/capa. Artigo de fundo, assinado pelo Dr. Costa Ferraz.

¹¹³ Cujos editores dos *Annaes Brasilienses de Medicina* chamavam de artigo de fundo.

¹¹⁴ Exemplos são as edições: Tomo XIX, n.4, Setembro de 1867, p.139, sessão geral em 08 de Julho de 1867; Tomo XIX, n.5, Outubro de 1867, p. 183, sessão geral em 09 de Setembro de 1867; Tomo XX, n.1, Junho de 1868, p.6, sessão geral em 9 de Março de 1868. Há vários outros números que relatam a recepção de números da GMB e mesmo a discussão de matérias deles extraídas.

¹¹⁵ Rio de Janeiro, 1839- Rio de Janeiro, 1892. Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1861. Membro da Academia Imperial de Medicina, colaborador correspondente frequente

Além da constatação de que a AIM lia o colega da Bahia, há o elogio de “heróica”, concedido à província por conta da atuação dos médicos da gazeta. A atuação dos profissionais ligados ao jornal concedia à região um status glorioso. Ao ressaltar tal função de melhoramento executado pelos sujeitos da GMB, Costa Ferraz ressaltava, de certo modo, o papel dos médicos em geral para o país. Novamente temos a ideia de um periódico tratado como repertório dos trabalhos de médicos e da ciência que consideravam verdadeira.

Observamos, ainda, o uso da linguagem metafórica que remete à família, em uma época de indiferentismo e agiotagem. O indiferentismo parece se referir à pouca atenção aos escritos médico-científicos propagados nos jornais médicos, por parte de um público formado pelo Governo Imperial e demais classes sociais, que provavelmente mais liam os jornais da grande imprensa. A agiotagem refere-se a um dos problemas que agrava o da indiferença: o charlatanismo. Este é um problema frequente também denunciado nas páginas da GMB. Tratava-se da prática de vender informações sem conferir se elas seriam prejudiciais a quem as comprava. A menção à agiotagem provavelmente se refere aos anúncios de pílulas e métodos “milagrosos” que figuravam nos jornais da grande imprensa. Diz respeito, igualmente, aos sujeitos não diplomados ou aos diplomados que abdicavam da ciência legitimada por seus certificados, que vendiam à população mentirosas e ineficientes práticas de cura.

Neste contexto de dificuldades por reconhecimento dos verdadeiros médicos, os “irmãos” da “família médica brasileira” teriam de se apoiar mutuamente. Tal linguagem é propositalmente utilizada e mostra que por trás da união, havia desunião. Trata-se da necessidade de consolidar uma família médica ainda em construção. Numa leitura rápida, tal vocábulo fraternal pode nos deixar passar pontos importantes, como o propósito implícito de apoiar a gazeta médica de outra província como fito de apoiar o seu próprio jornal e atuação e/ou que a amistosidade não significava ausência de diferenças e conflitos entre GMB e a Academia Imperial de Medicina:

da *Gazeta Médica da Bahia*. Na folha médica baiana foi publicada parte de suas contribuições para a história de uma moléstia caracterizada por paralisias que reinara na Bahia à época, além de considerações sobre a hipoemia intertropical, assunto frequente nas penas médicas do período, e outras questões coevas. Um dos fundadores da revista *União Médica* (1881). Maiores informações sobre Júlio Rodrigues de Moura, ver Verbete do site do Instituto Baiano de História da Medicina e Ciências afins. Disponível em: <http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=521>. Acesso em Março de 2018.

Restava-me pois alguma duvida no espirito, quando um pratico illustrado da Bahia, o Dr.. Wucherer me veio esclarecer esse ponto controverso do tratamento da hypoemia (...) Na impossibilidade de examina-los pelo microscópio, conservei alguns em álcool, **recommendo para seu estudo o último artigo do Dr. Wucherer no n. 6 da *Gazeta Medica da Bahia*[...] (Grifos nossos)¹¹⁶**

Representantes do Brazil no proximo congresso medico de Paris. – Acerca deste assumpto lemos o seguinte no extracto da sessão da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, de 26 de Novembro ultimo (Supplemento ao Jornal do Commercio de 22 de Dezembro de 1866): **O secretario geral appresentou o n.9 da *Gazeta Medica da Bahia*, que com endereço a Academia recebera pelo correio, numero em que vem um artigo relativo à necessidade e conveniência de o Brazil, e suas corporações medicas se fazerem representar por algum ou mais seus commissionados no congresso medico universal que há de ter logar em Paris em 17 de Agosto de 1867, artigo do qual o mesmo secretario passa a fazer leitura. Fallaram a respeito d’esta materia varios Srs Membros Academicos, reconhecendo todos a conveniencia de encarregar-se a alguns medicos brasileiros de irem tomar parte nesta reunião scientifica, mas concordando todos, afinal, que a nomeação dos commissionarios da Academia ficasse addiada para occasião mais oportuna, visto não haver urgencia a respeito[...]** (Grifos nossos)¹¹⁷

No primeiro trecho, extraído de edição dos *Annaes Brasilienses de Medicina*, encontramos a referência ao Dr. Wucherer e artigo publicado na *Gazeta Medica da Bahia*. As citações do esculápio e do jornal são utilizadas para justificar a forma pela qual Júlio Rodrigues de Moura sana sua dúvida, a respeito de um “caso de hypoemia intertropical terminado pela morte. Autopsia e verificação. Da existencia de entozoarios da especie – *Anchylostomum duodenale*–”. Dr. Wucherer estava se tornando, à época, referência sobre o assunto.

No segundo trecho, que também é retomado noutras edições da GMB (vide n.18, de 25 de Março de 1867), observamos disparidades no que concerne à atribuição de premência para resolver um assunto. A temática considerada de extrema importância

¹¹⁶ *Annaes Brasilienses de Medicina*, tomo XIX, n.1, Junho de 1867, pp.27/30. Grifos nossos. Nesta edição não somos informados sobre a data da publicação. Porém, tendo em vista que os tomos eram organizados em meses, e a edição seguinte a esta ser numerada como 2, referente ao mês de Julho de 1867, cremos que a edição da qual retiramos o trecho seja a n.1, de Junho de 1867.

¹¹⁷ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.13, 10 de Janeiro de 1867, p.155. Seção *Noticiario*, “Representantes do Brazil no próximo Congresso Medico de Paris”, extraído do Supplemento ao *Jornal do Commercio* de 22 de Dezembro de 1866. Grifos nossos.

pelos doutos da Bahia até foi debatida pelos do Rio, contudo, a votação foi adiada sob justificativa de não ser assunto urgente. O era para os responsáveis pela *Gazeta Medica da Bahia*.

Os trechos são elucidativos da relação ora pactual ora conflituosa, entre os doutos ligados aos periódicos. A “família” que deveria ser tão unida não necessariamente concordava em tudo ou mesmo tinha equidade em termos de influência perante o Governo Imperial que, utilizando a linguagem metafórica fraternal, poderia ser tido como o pai, provedor de apoio e recursos.

De 1866 a 1870 os *Annaes* tinham por conteúdo notas taquigráficas das sessões da AIM categorizadas em dois tipos de grandes seções. Eram elas: “comunicações verbais” e “comunicações por escrito”- estas apresentadas, mas nem sempre discutidas. As discussões eram separadas em expediente e ordem do dia (dividida em duas ou três partes). As comunicações por escrito eram lidas na ordem do dia, após a execução das verbais. O jornal não era dividido em várias seções como a GMB era. A última publicava dois números por mês, os *Annaes* apenas um número mensal. Cada número da gazeta baiana tinha, em média, 12 páginas divididas em colunas; enquanto o jornal médico do Rio de Janeiro apresentava a média de 40 páginas por edição, sem a divisão gráfica em colunas. Nos *Annaes* é mais perceptível a lógica de estruturação de volumes, afinal as discussões das sessões aparecem, em sua maioria, na íntegra, incluindo menção a quem seria responsável por organizar a publicação em tomos. Não raros são os casos em que edições do tomo correspondente ao ano de 1869, por exemplo, ainda estejam a noticiar sessões ocorridas em 1868 ou algum ano anterior. Na *Gazeta* apenas sabemos que os artigos editoriais eram geralmente escritos um dia antes da publicação e que muito do que era publicado continha datas diferentes das de publicação.

Em termos de diferença entre os dois órgãos da imprensa médica da década de 1860, cabe-nos pensar, também, em seus nomes. Tendo por base o dicionário do Padre Luiz Maria da Silva Pinto (1832) encontramos a palavra *Annaes* definida como “Historia que contem os successos pela ordem dos annos”. Para a palavra *Gazeta* encontramos “Relação impressa das noticias publicas de varias partes”. Os diferentes significados fazem bastante sentido quando pensamos nos *Annaes* como órgão que publicava as considerações das sessões da AIM, enquanto na GMB encontramos um número maior de seções e de citações de colegas de fora da província, incluindo esculápios e jornais estrangeiros. Os *Annaes* contavam a história do que se discutia durante a trajetória de um órgão específico, já a *Gazeta* buscava tornar públicas notícias diversas, não restritas às

discussões de um órgão. O escopo de influência da segunda pretende-se maior. Ressaltemos que a AIM também recebia contribuições de fora da Corte, incluindo de doutos e jornais estrangeiros, todavia na folha médica da Bahia estes escritos recebiam maior destaque.

Por algumas vezes, a GMB serviu de palco a publicações de registros de sessões da Sociedade Medico-Pharmaceutica de Beneficência Mutua, fundada por médicos baianos em 1867, tendo seus estatutos reconhecidos pelo Governo Imperial no ano seguinte¹¹⁸. Contudo, apesar do reconhecimento, não se fala em nenhum subsídio governamental prestado à associação baiana. Mesmo pensando no jornal como palco de publicação do que ocorreu em sessões de associações médicas, as diferenças em relação aos registros das sessões da AIM saltam aos olhos durante a leitura. As reuniões da Academia do Rio de Janeiro constituíam o jornal, as da Sociedade Medico-Pharmaceutica, após sua fundação, ocupavam, na GMB, apenas a seção *Noticiario*, figurando esporadicamente noutra seção. Era apenas uma parte em meio a outras.

Registros como os dos encontros da Sociedade Medico-Pharmaceutica de Beneficencia Mutua tornam plausível pensar que a GMB teria se inspirado na iniciativa dos *Annaes*, afinal se tratava de um órgão ligado à Academia Imperial de Medicina, que utilizava seu espaço para “mostrar serviço” aos médicos de fora da Academia, ao Governo Imperial, a outras associações doutas, etc. Um jornal médico era poderosa arma de tentativa de visibilidade e legitimação.

Até aqui encontramos de principais semelhanças entre a GMB e os *Annaes* tanto a ideia de um jornal que registra as contribuições dos médicos para o país e para o melhoramento científico, quanto a concepção de que uma empresa do gênero *jornal médico* enfrentava diversas dificuldades para ser mantida. De diferenças mais notórias encontramos: Apoio do tesouro nacional ao órgão que custeava os *Annaes*, o que não é apresentado no caso da GMB nos levando a crer, portanto, que não existia; A configuração do jornal, que era absolutamente diferente, tanto em número, quanto em estrutura de seções; O conteúdo, os *Annaes* publicavam assuntos discutidos em sessões da AIM, a GMB não estava ligada a órgão do tipo, portanto as publicações seguiam lógicas diferentes.

As diferenças e semelhanças não se encerram por aqui. Mas as que expusemos já servem a nossos propósitos de demonstrar que imprensa médica, este local de assuntos

¹¹⁸ *Gazeta Medica da Bahia*, ano III, n.57, 15 de Dezembro de 1868, p.107. Seção *Noticiario*, “Sociedade medico-pharmaceutico (sic) de beneficencia mutua”, sem assinatura.

da medicina e ciências relacionadas, não era uma coisa só. As lógicas de apresentação de informação, de convencimento e de conflitos eram diversas, principalmente porque seus editores pertenciam a realidades profissionais parecidas, porém diferentes.

Tanto a *Gazeta Medica da Bahia* quanto os *Annaes* interpretavam um jornal médico como local de comprovação de atividade científica nacional, mas o faziam de formas diferentes. Uma série de temas em comum aparece nos dois jornais durante os anos que pesquisamos, o que é esperado, visto que num mesmo período encontramos doenças/problemas de saúde pública, autores, legislações, desigualdades sociais, regulamentos de ensino, disponibilidade tecnológica, dentre outros parâmetros parecidos em diferentes lugares, sobretudo quando estes lugares abrigam as duas únicas faculdades de medicina do Império. Contudo, a forma de tratamento desses temas e parâmetros não era necessariamente igual, daí enfatizarmos que questões parecidas não podem ser reduzidas ao status de iguais. As lógicas de seleção, exposição e relevância atribuída ao conteúdo fabricavam diferença em meio à semelhança que grandes categorias como “medicina” ou “imprensa médica” tendem a produzir. Dentro do que se classifica como “imprensa médica” havia lógicas diferentes, sentidos diversos. Uma gazeta médica não é a mesma coisa que anais de medicina, ainda que ambos estejam sob o teto de uma categoria maior chamada de jornal médico.

3.3. “As notícias médicas nos jornais não médicos”

Extratos de sessões da Academia Imperial de Medicina eram publicados em jornais da grande imprensa. De 1866 a 1870, percebemos que era comum que estes fossem publicados no *Jornal do Commercio* (RJ), por exemplo. Na própria notícia que citamos anteriormente sobre a discussão a respeito da necessidade de representante brasileiro no Congresso Internacional de Paris em 1867¹¹⁹, a *Gazeta Medica da Bahia* se utiliza do jornal carioca como referência de informações sobre o debate na AIM.

¹¹⁹ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.13, 10 de Janeiro de 1867, p.155. Seção *Noticiario*, “Representantes do Brazil no próximo Congresso Medico de Paris”, extraído do Suplemento ao *Jornal do Commercio* de 22 de Dezembro de 1866.

Aberta sessão pelo Sr. Presidente Jose Pereira Rego e lida e approvada a acta da ultima sessão antecedente; e depois da leitura e approvacção della o Sr Dr. Garnier faz algumas observações acerca do modo incompleto com que achava que erão publicados nos jornaes diários commerciaes os extractos das sessões acadêmicas na parte que diz respeito a opiniões dos membros que tomão parte das discussões. O Sr presidente responde a essas observações que, para o fim de prevenir e evitar freqüentes reclamações acerca do que dizem os oradores nas suas fallas, adoptou-se a pratica de somente se publicar nesses jornaes o nome dos oradores que tomão parte na discussão da materia de que se trata, sujeitando-se os extractos dos discursos de cada um destes à revisão a correcção e revisão do respectivo autor, para, depois de revistos e corregidos por elle, serem inseridos nas actas e publicados no jornal da Academia¹²⁰

Uma mesma informação era publicada de uma forma, ao que tudo indica, mais completa no periódico da Academia e de outras, mais concisas, nos jornais diários, o que nem sempre agradava aos esculápios, o que deduzimos da reclamação do Dr. Garnier. Acreditamos que parte majoritária desta atenção que a AIM tinha em jornais de grande circulação devia-se ao fato de se tratar de um órgão ligado ao Estado.

No *Jornal do Commercio* (RJ) não raras eram as publicações em suplemento dos assuntos discutidos em sessões da Câmara dos Deputados e outros órgãos de Estado. A folha conservadora era conhecida como uma espécie de voz do governo, de forte importância e influência política. Durante o período imperial, Dom Pedro II tinha uma coluna na publicação. A folha contava com seções oficiais, pagas pelo Estado, a exemplo dos debates parlamentares. Mas além destas partes oficiais, também publicava assuntos diversos a pedido, bem como concedia lugar aos anúncios pagos.

Além dos registros das reuniões e anúncios de sessões a serem realizadas na AIM, anúncios de remédios - por vezes certificados pela Academia Imperial de Medicina de Paris, pela AIM ou pela Junta Central de Hygiene Publica, por vezes não-, e de clínicas particulares de médicos do Império, pululavam nas páginas do *Jornal do Commercio* (RJ). Estes apareciam em meio a uma diversidade de temas misturados numa mesma edição.

Os anúncios não eram privilégio da folha carioca conservadora. Pílulas milagrosas atestadas por médicos e outras matérias sobre saúde (vacinação, posturas higiênicas, ocorrência de epidemias, entre outros) eram constantemente publicadas nos jornais dos

¹²⁰ *Annaes Brasilienses de Medicina*, tomo XVIII, n. 12, Maio de 1867, p.456. Relato da Sessão geral de 11 de Setembro de 1865.

mais diversos caracteres (conservadores, liberais, de entretenimento, dedicados às senhoras, entre outros).

Com a *Gazeta Medica da Bahia*, novo expoente da imprensa médica, a relação com a grande imprensa não era do mesmo tipo da dos *Annaes*. Ainda que encontremos alguns agradecimentos pela receptividade ao jornal baiano ou mesmo referências extraídas de jornais da imprensa não médica, tratava-se de uma gazeta recém lançada, sem o status de órgão ligado ao Governo Imperial de que a AIM desfrutava. Temos de pensar nas diferenças de relações que isto acarretava.

Ao longo de nosso recorte temporal encontramos na *Gazeta Medica da Bahia* diversos tipos de opiniões sobre a imprensa não médica, chamada de extra-profissional¹²¹. Vejamos algumas:

Seção Noticiario. As publicações medicas nos jornaes não medicos. – É sempre lastimoso que os medicos se occupem das cousas de medicina pura nos jornaes extranhos à sciencia; mas torna-se mais deplorável ainda que o façam inculcando o erro, ou professando idéas que não teem curso na pathologia. A regra deve ser não pôr diante dos olhos do vulgo, que a respeito da medicina são todos menos os medicos, senão a parte de que elle póde colher conselho ou preceito útil; mas para alguns dos nosso collegas, felizmente raros, os escrúpulos acabam em presença de mais pequena velleidade que só a deficiência de conhecimentos pode explicar. O ultimo que vimos figurar d’este modo preconisa uma certa formula contra a febre typhoide; e exemplifica a vantagem com um caso em que a mesma febre foi originada n’uma erypsela da face, ficando curada ao sexto dia! (Escholiaste Medico).¹²²

O texto acima está na seção *Noticiario* de edição de 1868. É extraído de um jornal português muito citado pela *Gazeta Medica da Bahia*. Os escritos deste lugar, bem como os do restante do jornal, são propositamente selecionados de acordo a relevância que o assunto ganha nas penas dos responsáveis¹²³ pela publicação baiana. O combate ao charlatanismo, um desses temas considerados importantes na GMB, protagoniza a

¹²¹ Aqui usamos os termos grande imprensa, imprensa não médica, imprensa extra-profissional, imprensa comercial, dentre outros nomes que nos ajudam a evitar a repetição de uma mesma palavra muitas vezes durante a leitura.

¹²² *Gazeta Medica da Bahia*, ano III, n.52, 30 de Setembro de 1868, p.48. Seção *Noticiario*, “As publicações medicas nos jornaes não medicos”, extraído do *Escholiaste Medico*.

¹²³ Além do diretor, também chamado constantemente de redator, acreditamos que a seleção de temas passava pelo crivo de mais pessoas do grupo em torno da GMB, visto que o jornal era sustentado por uma associação de facultativos e não por um único dono.

matéria contida no trecho. Ficam evidentes os lamentos de que médicos escrevam em jornais estranhos à ciência.

Trata-se da assertiva de que a literatura médica que lançavam com seu próprio jornal, a GMB, seria o tipo de lugar realmente adequado a circulação dos escritos médicos. O ato deplorável de se publicar notícias médicas em jornais não médicos se tornava mais repudiado pelos representantes das ciências médicas, por eles entenderem que muitos leitores da grande imprensa não teriam capacidade para perceber tais erros, que facilmente poderiam se tornar verdades devido à falta de julgamento correto. Assim, o intuito de criar aquele órgão era também o de educar o público¹²⁴, tido como ignorante nos assuntos de restabelecimento da saúde. Para isso, teriam de enfrentar um poderoso inimigo: a grande imprensa e o aparentemente significativo interesse de leitores leigos em assuntos ligados à medicina. Tal interesse se explicava sobretudo pelo fato de as doenças serem uma realidade de toda a população brasileira naquele momento, principalmente devido às precárias condições de higiene das classes mais pobres.

Os médicos da GMB, que de certo modo se auto atribuíam o papel de competência exclusiva nos assuntos da ciência médica, buscavam com a criação da folha atingir duplo objetivo: explorar o já referido interesse público na ciência médica, e construir um espaço de afirmação de classe. Ademais, buscavam colaborar ao avanço das ciências médicas que não se restringiam apenas ao campo da cura. Conforme veremos nos capítulos 2 e 3 a prevenção, campo da higiene, era parte constituinte da medicina. Além da recuperação da saúde, os médicos da GMB se preocupavam em evitar as moléstias. A tarefa de educar o público aparece no sentido de demonstrar a prevenção como algo tão necessário e importante quanto a cura. Daí o assunto ascender na folha médica baiana logo em seus primeiros anos.

A afirmação de que diante do vulgo só deveriam ser colocadas informações das quais se pudesse colher conselhos úteis parece indicar certo caráter de tutoria, no sentido de que os médicos definiriam o que a população deveria ou não saber. As considerações desses doutores deveriam ser legitimadas pelas teorias em curso na patologia, de modo que estava envolvida a ideia de aprovação dos pares da comunidade médica.

Pedimos licença para lançarmos uma reflexão em parêntese. Constantemente os escritores e demais colaboradores da *Gazeta Medica da Bahia* relacionavam medicina e ciência. Acreditamos que a correlação se justificava pela legitimidade concedida,

¹²⁴ Há restrições, quando consideramos que boa parte deste público a ser educado não sabia ler ou mesmo não tinha acesso à leitura e ao (s) jornal (is).

sobretudo nos grandes centros de saber (universidades, associações douradas, etc), pelo uso do adjetivo “científico” ou “científica”. Uma observação podia ser uma observação qualquer, uma observação científica era feita por alguém habilitado, sob normas e parâmetros específicos. Neste sentido cabe-nos formular: A medicina era parte da ciência, mas nem todo cientista era médico, ainda que pudesse ser operário da ciência. Voltemos.

A última parte do trecho nos leva a perguntar sobre quem lia a GMB, visto que os tons exclamativos em referência ao caso de febre tifóide indicam ironia. É como se a explicação fosse obviamente errada e absurda ao ponto de qualquer médico sem deficiências de conhecimento conseguir identificar os erros grotescos. A crítica aos “raros médicos”, diplomados, porém não zelosos para com a ciência da profissão médica, elucidada, também, conflitos dentro do que se buscava chamar de classe médica.

Bahia, 09 de outubro de 1866. O governo imperial mandou que, na Faculdade de Medicina da Bahia, se cumprisse o regulamento complementar dos respectivos estatutos, e o decreto de 21 de Abril de 1860, que obrigam os professores cathedraicos a usarem, nos actos solemnes da mesma faculdade, as vestes que aquelle regulamento lhes prescreve. O governo determinou também, em resposta à uma consulta da Directoria da mesma faculdade, quaes os vencimentos que competem aos professores e oppositores, que, em virtude da ausência de alguns lentes que partiram para o exercito, regem mais de uma cadeira. Transcrevemos do *Diario da Bahia* estes dous documentos[...]¹²⁵

Do trecho extraído de artigo editorial percebemos que a GMB bebia das informações concedidas pela imprensa diária. Em algumas edições de 1866 encontramos agradecimentos do periódico médico destinados à redação do *Diario da Bahia*. Os motivos dos agradecimentos eram a boa recepção e palavras de apoio ao nascimento da *Gazeta Medica*. Em comparação com a notícia anterior onde se indicava a grande imprensa como local perigoso de propagação de falso conhecimento, esta indica suas vantagens como local de informação, diálogo e divulgação de ideias. Lembremos, ainda, que na tipografia do *Diario da Bahia* era possível adquirir exemplares da *Gazeta Medica da Bahia*.

¹²⁵ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.7, 10 de Outubro de 1866, p.73. Artigo editorial, transcrição de documentos publicados no jornal *Diario da Bahia*.

Seção Noticiário. Cholera.- (...) Em Paris continuam os jornaes a calar, por ordem superior, o numero dos casos fataes, o que quer dizer que a mortalidade é consideravel. A cidade de Napoles foi invadida. Os jornaes dão, entretanto, a epidemia em declinação em toda a Europa(...)
126

Também da seção *Noticiário*, extraímos esta notícia sem menção de fonte¹²⁷. Ela correlaciona ocultação de informação e alta taxa de mortalidade causada pela cólera-morbo na França. Tal correlação seria explicada pela necessidade de não alarmar a população? Da leitura de outras edições onde aparecem extratos parecidos sob este argumento, acreditamos que sim. O escrito é forma de criticar negativamente as informações veiculadas na grande imprensa preconizando, indiretamente, a importância de um jornal médico e/ou de autores médicos que informassem corretamente a população. Era, ainda, um alerta para que o público não prestasse credibilidade às notícias veiculadas pela grande imprensa sem a confirmação de uma opinião profissional. Trecho da seção *Noticiário* da segunda edição do mês de outubro fornece substância a nossas considerações:

Seção Noticiário. Cholera.- Continua a diminuir, em geral, na Europa, em França especialmente. O Moniteur fallou, em fim, para tranquilisar a população com a estatística da diminuição do mal em Paris. Parece que depois d'elle é que podem ter a palavra os jornaes de medicina, até agora condemnados a um silencio pouco razoável; mas, os que temos a vista nada dizem pela razão muito simples de não terem quasi que dizer. Occultar ao publico o que se passa, quando elle sabe que se passa alguma cousa grave, como a invasão e progresso de uma epidemia, cremos que é peor do que patentear-lhes toda a verdade, evitando assim as apreciações exageradamente inexactas, que nunca deixam de existir em taes casos, e que aterram muito mais do que a simples e pura verdade dos factos, os tiromatos e pusilânimes. Com tal systema de silencio coexistem três males, como diz a Gazette Medicale, que são: a molestia, o medo da molestia, e a molestia do medo[...]¹²⁸

¹²⁶ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.7,10 de Outubro de 1866, p.83. Seção *Noticiário*, “Cholera”, sem assinatura.

¹²⁷ Pode ter sido de um jornal estrangeiro lido por um dos responsáveis ou colaboradores do jornal ou por cartas de correspondentes à redação ou a algum dos facultativos.

¹²⁸ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.8, 25 de Outubro de 1866, p.96. Seção *Noticiário*, “Cholera”, sem assinatura.

Mais do que enfatizar a importância de informar o público sobre os reais progressos de uma epidemia, o que os jornais da grande imprensa de Paris não estavam fazendo, a reprodução da matéria tinha o objetivo de fortalecer a importância da existência de folhas como a *Gazette Medicale* e a *Gazeta Medica da Bahia*. Ao ocultar informações, o *Moniteur*, jornal da grande imprensa francesa, estaria atrapalhando que as pessoas tivessem real dimensão do problema que uma epidemia de cólera representava. Isto era prejudicial aos cuidados que se deveria tomar quanto ao flagelo. Não ser informado sobre a verdade poderia resultar na moléstia, que não cessaria se não tratada corretamente e para tal seria necessário reconhecer sua existência; no medo da moléstia, que continuaria a ocorrer criando uma esfera indesejável de pânico, que poderia dificultar seu desaparecimento; e na moléstia do medo, que de modo semelhante ao medo da moléstia, se refere a um público que enganado, menos poderia se defender da doença, e mais vulnerável e passivo se tornaria.

Publicar em concordância um texto que afirmava que jornais não médicos não tinham o que dizer, enquanto os médicos eram silenciados, era forma de fortalecer o argumento de que um jornal médico, distinto devido a autoridade científica dos doutores que o escreviam- especialistas-, deveria ter um espaço maior garantido na sociedade, sujeita aos infortúnios das doenças e epidemias. Trata-se da busca por um lugar que os responsáveis pelos jornais médicos ainda não tinham, mas disputavam.

4. *Considerações Finais*¹²⁹

Porque criar uma gazeta médica? Ao longo do capítulo nos debruçamos em esforços para responder a tal pergunta. Descobrimos que criar uma gazeta médica era ação que obedecia a diversos objetivos.

Uma gazeta médica era criada para ser um órgão da imprensa médica que estava por nascer. Tal gênero tinha poucos expoentes, que tinham de brigar por público e com

¹²⁹ Parte do texto que compõe este tópico conclusivo foi publicada sob a forma de artigo em: QUEIROZ, V.J., *Saúde Pública em Mau Estado- a carne para consumo nos debates sobre higiene pública na Gazeta Medica da Bahia na década de 1860*. Revista Em tempo de Histórias, PPGHIS-UnB:2018, n.31- Agosto-Dezembro de 2017, pp. 6-28. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/issue/view/1794/showToc>>. Acesso em Março de 2018.

a popularidade da grande imprensa e dos charlatões, para existir e conquistar seu almejado reconhecimento como tipo específico. Esta era tida como lugar reservado às publicações escritas exclusivamente por profissionais das ciências médicas¹³⁰, onde figuravam, também, matérias de algumas outras ciências ilustradas, embasadas em viés teórico e empírico, que pudessem prestar proveitos às primeiras. A decisão sobre tal proveito era selecionada pelos esculápios envolvidos neste tipo de imprensa. Noutras palavras: Pretendia-se erigir a imprensa médica, à época formada por pouquíssimos jornais, como lugar dos assuntos de medicina definidos pelos doutos diplomados deste campo do conhecimento. Junto à criação da *Gazeta Medica da Bahia* estava a própria tentativa de construção e sustento do conceito de imprensa médica buscado pelos facultativos que a idealizavam.

Uma gazeta médica fazia parte da ascensão de um gênero de imprensa que estava em processo de nascimento na Bahia e engatinhando no Brasil. Queria existir e era novo em relação à grande imprensa, diversa e melhor consolidada, até mesmo pelo tempo de existência. Grosso modo, o foco da diferença estava em quem escrevia e nas motivações envolvidas nos processos de publicação. Ademais, a briga era pela atenção de um grande público.

Os gestores da *Gazeta Medica da Bahia*, órgão da imprensa médica que se queria fazer existir, admitiam a função de “arauto do progresso e termômetro da civilização”¹³¹ exercida pela imprensa mais madura. Além disso, em muito recorriam a suas informações. Contudo, reclamavam para si que os assuntos de medicina passassem pelo crivo de sua autoridade. Tal demanda era justificada pelo argumento de que saúde e doença eram assuntos que exigiam cuidados que uma imprensa geral, tão diversa, que falava de várias coisas, não seria capaz de tratar com o devido cuidado. Na verdade, tais cuidados só poderiam ser exercidos pelos verdadeiros operários das ciências, mais especificamente das médicas. O diploma, a observação dos fatos, a experimentação, a experiência cotidiana e o arcabouço teórico concediam a legitimação aos missionários da saúde.

A autoridade concedida pelo diploma não implicava na total concordância dos responsáveis pela GMB às normas das faculdades de medicina regidas por regulamentos

¹³⁰ Nesta categoria envolvemos os vários ramos que “medicina” envolvia (ex: oftalmologia, terapêutica, higiene, cirurgia, obstetrícia, farmácia, clínica, dentre outros).

¹³¹ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.1, 10 de Julho de 1866, pp.2-3. Programa de lançamento, sem assinatura.

aprovados pelo Governo do Império. Um dos motivos de se criar uma gazeta médica na Bahia estava justamente em questionar normas e regulamentos tanto das instituições de ensino, quanto do próprio Governo, fornecendo um novo espaço para a construção de saberes e opiniões científicas, mas também políticas.

Os constantes alertas sobre perigos de que os temas médicos fossem tratados nos jornais não médicos evidenciam que os assuntos relacionados à doença e cura¹³² eram problemas sociais de interesse não apenas dos médicos. Confirmam nosso argumento os diversos anúncios de medicamentos patenteados por médicos diversos que eram veiculados na imprensa não médica. Não raros eram os anúncios de clínicas particulares, também veiculados na grande imprensa, o que demonstra que a ascensão de um jornal médico não significava um momento de concordância onde todos os doutos da medicina concordavam com a necessidade de que só a imprensa médica cuidasse dos assuntos de saúde¹³³. O problema maior de tais notícias parecia ser antes o de quem as autorizava, do que o fato de estes aparecerem na imprensa extra-profissional.

Para melhor refletir sobre o assunto, sugerimos que nosso leitor pense na seguinte situação: As doenças grassavam nas terras chamadas de Brasil desde que havia vida humana manifesta no território. As ciências médicas e seus representantes, no formato institucional, só chegaram ao Brasil três séculos depois de sua colonização. Antes dos médicos, curandeiros, mezinheiros, bruxos, parteiras e vários não diplomados, tendo em vista a raridade de cuidados médico-profissionais que a metrópole enviava à colônia, cuidavam do restabelecimento da saúde. Por costume, os médicos representavam algo relativamente novo, o que ora inspirava esperanças de melhorias, ora inspirava desconfiança provinda do desconhecimento ou das preferências por formas de cura populares. A título de elucidação da ausência de reconhecimento da classe médica no período, lemos:

A propósito d'este caso lembro-me de mais dous que observei em 1859, e nos quaes a substancia empregada foi a mandioca (...) Um d'elles foi o de uma rapariga de 20 annos, creada de servir, que soffrendo de

¹³² E aqui a pluralidade de temas é vasta: Remédios, profissão médica, charlatanismo, novas tecnologias, registros clínicos e cirúrgicos, higiene pública, polícia médica e regulamentos de faculdades fazem parte do arsenal.

¹³³ Mesmo porque muitos médicos eram donos ou colaboradores de jornais da dita grande imprensa, donde estavam inclusos jornais dedicados às artes, à literatura e à ciência, que circulavam no Brasil da segunda metade do século XIX, a exemplo do *A Abelha: Jornal Científico, Litterario e Noticioso* (BA). Ainda que estes jornais não se assumissem destinados à uma só profissão ou ciência específica, estavam preocupados em noticiar ciência também.

ephelides em vários lugares da pelle, foi induzida, por um curandeiro, a beber a água da mandioca serenada, isto é deixada ao relento da noite (...) A infeliz rapariga morreu n'esta mesma noite, depois de ter declarado que tomara a mandioca serenada (...) O outro caso foi de um preto escravo, de 50 annos, que tinha uma adenite inguinal; outro preto aconselhou a raiz da mandioca para o curar, e da qual, quando o examinei se encontraram vestigios em uma vasilha debaixo da cama. Este preto negou a principio que tivesse tomado remédio algum caseiro, mas a vista desta prova confessou que tomara a mandioca (preparada não sei como) por conselho de outro; estas investigações foram motivadas pelas suspeitas que me despertaram os symptomas, pela sua perfeita analogia com os do caso precedente (...) O tratamento empregado foi: primeiro oleo de ricino, e depois os estimulantes, ammonia, ether, vinho, café forte, &c. &c. fricções seccas sobre a pelle, e sinapsismos, restabelecendo-se o doente em pouco mais de 24 horas depois de uma ligeira reacção febril. Estes casos mostram a facilidade com que se dão e aceitam conselhos d'esta ordem, e se empregam remedios tão perigosos, que, por ignorância de quem os da e de que os acceita, occasionam frequentemente accidentes graves, e até a morte, e, alem d'isso, a difficuldade do diagnostico nos casos em que, como no primeiro d'estes dous, não occorrem suspeitas da verdadeira causa de tão graves desordens; o segundo seria por mim considerado, sem duvida, como um caso de cholera esporádica, de que eu tinha então observado alguns exemplos, se as revelações da primeira doente não me levasse às indagações rigorosas, que me orientaram acerca da natureza da molestia. Quantos exemplos semehantes não terá occasionado a tenebrosa medicina dos mêsinheiros¹³⁴ africanos, e a formidável e desastrosa therapeutica dos curandeiros de cancos?¹³⁵

O trecho é extraído de um registro clínico do Dr. José Francisco da Silva Lima acerca de um caso de dois envenenamentos por uma planta conhecida como *trombeteira*. Após longa descrição dos casos de intoxicação causados por receitas indicadas por curandeiros e mezinheiros africanos, o esculápio rememora os dois casos citados no escrito acima. As informações do texto evidenciam que pretos africanos, população expoente em termos numéricos, apresentavam resistência aos médicos diplomados, a exemplo do que escondeu a vasilha com a preparação de mandioca debaixo da cama. Além da maior prestação de confiança nos remédios de seus culturalmente semelhantes, tal resistência podia estar relacionada ao fato de os diplomados também fazerem parte

¹³⁴ No dicionário do padre Luiz Maria da Silva Pinto (1832) encontramos a seguinte definição “Mezinheiro-aquele que se mette a curar”. No dicionário do Padre Antonio de Moraes Silva (1789), encontramos “Mezinhêiro- o curioso, que se mette a curar, sem conhecimentos da medicina, curador” (p.298); No dicionário do padre Raphael Bluteau (1728) encontramos para mezinheiro “Aquelle que sabe, ou compõem muitos generos de remedios” (p.477).

¹³⁵ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.6, 25 de Setembro de 1866, pp.67-68. Seção *Registro Clinico*, “Envenenamento de duas pessoas pela trombeteria (*Datura arbórea* Lin.)”, assinado pelo Dr. J.F. da Silva Lima.

dos círculos de relações das elites fazendeiras. Ademais, as práticas de cura alocadas fora da ciência tinham raízes socioculturais para além da classe escrava, o que fortalecia ainda mais a resistência à cura científica.

De acordo Silva Lima, médico do Hospital da Caridade que também atuava na clínica civil, indicar e aceitar as indicações dos não diplomados seria ato de ignorância com risco de morte. Assim sendo, os mezinheiros colocavam a vida das pessoas em risco. Nos termos “medicina” e “terapheutica” dos curandeiros, Silva Lima se utiliza de linguagem irônica para enfatizar os prejuízos causados por estas imitações inconsequentes das verdadeiras medicina e terapêutica, praticadas pelos médicos diplomados, ressaltando a autoridade destes em relação aos outros.

Por fim, Silva Lima culpa os curandeiros por possíveis erros de diagnóstico médico. Além de empecilho à consolidação de status de reconhecimento pleno da classe médica, estes charlatões seriam, também, obstáculos aos avanços das estatísticas da medicina e melhoramento da vida humana a partir de diagnósticos incorretos que fugiriam ao controle dos médicos. Silva Lima cita os casos como um dentre os vários ocorridos, o que indica que esse tipo de conflito e resistência era comum ao contexto.

Assim, os operários da ciência atuavam num momento onde várias práticas de cura disputavam espaços. Os conflitos também ocorriam dentro da própria classe dos diplomados, a exemplo das diversas correntes de pensamentos e das brigas entre elas, cujo expoente em nosso jornal é a disputa entre alopatas e homeopatas¹³⁶. Tendo em vista este panorama de dificuldades enfrentadas pela classe médica na disputa pelo monopólio da cura, nos parece que não ajudava muito o fato de algum jornal da grande imprensa prestar maior credibilidade a um remédio milagroso do que ao parecer de um médico. Se as pessoas podiam achar a panaceia em uma pastilha, porque procurar um consultório médico? Este tipo de anúncio¹³⁷ era um risco real à época, pois a grande imprensa não teria a mesma habilidade de um profissional diplomado para avaliar se realmente o

¹³⁶ Os homeopatas defendiam o combate à doença via princípio do *similia similibus curantur*, ou seja: a cura do semelhante pelo semelhante. Devia-se combater uma doença por meio de pequenas doses no organismo de substâncias que causassem sintomas parecidos com os daquela. A semelhança concederia ao sistema imunológico a capacidade de melhor se preparar para combater versões mais fortes da doença. Os alopatas, em discordância aos homeopatas, defendiam o princípio do *contraria contrariis curantur*, ou seja: a cura por meio do princípio contrário. Devia-se combater uma doença por meio de medicamentos que destruíssem seu princípio causador.

¹³⁷ Em 1867 a *Gazeta Medica da Bahia* se propôs a veicular anúncios em página separada, sob custo de 100 réis a linha. Encontramos pouquíssimas destas páginas de anúncios e estes não apareciam da mesma forma que nos jornais da grande imprensa (onde por vezes os preços eram apresentados). Não nos delongamos mais sobre o assunto pelo fato de assumirmos que tais páginas de anuncio, tendo em vista serem separadas, podem ter se perdido com o tempo.

medicamento cumpriria o que prometia. Mesmo quando a propaganda citava a patente de um cientista, não havia verificação sobre se este pregava uma corrente ultrapassada ou válida, o que provavelmente ocorreria num jornal médico.

Das relações entre GMB e a grande imprensa constatamos que ora a primeira bebia de informações da segunda e utilizava seu espaço para ser reconhecida (conforme fica evidente, por exemplo, nos agradecimentos aos jornais da grande imprensa que a receberam de bom grado), ora critica a forma de veiculação de assuntos médicos em tal suporte:

Quando o jornalismo politico incompetente para a discussão de questões medicas que affectam directamente interesses vitaes da população, procura com os falsos argumentos de uma logica desvairada pela paixão e pelo interesse, sancionar princípios heterodoxos para justificar erros administrativos; quando sob o pretexto de garantir a liberdade do commercio se arriscam vida de uma população inteira ao perigo de invasão de uma epidemia (...) a imprensa medica não pode por mais tempo conservar-se muda [...] ¹³⁸

O trecho acima, que versa sobre a falta de consideração às imprensa e classe médica sobre os avisos do perigo de invasão da epidemia de febre amarela na Bahia, é demonstrativo do conflito entre a imprensa médica e a imprensa “política”. Acima das preferências políticas e lógicas de comércio estariam as vidas humanas que deveriam ser protegidas. Desse modo, entendemos que a missão a que se atribuíam os médicos era do tipo que ultrapassava as barreiras dos interesses pessoais envolvidos nos campos políticos e econômicos. O curioso é que a própria disputa com a grande imprensa e a defesa de que os assuntos médicos deveriam ser tratados pelos doutores, já é um posicionamento político sobre idealização de ordem social correta, onde o Governo e outras classes mais deveriam ouvir aos doutos.

A relação, no mínimo dual, justifica-se pela busca de reconhecimento pelos médicos e profissionais das ciências relacionadas à medicina (a exemplo de farmácia). O programa de lançamento da GMB citou a imprensa como arauto do progresso e termômetro vivo da civilização de um povo. Lançar uma gazeta médica era forma de fazer parte de tal medida de progresso. Contudo, a especificidade dos escritos a destacaria como

¹³⁸ *Gazeta Medica da Bahia*, ano IV, n.91, 15 de Maio de 1870, p. 217/capa. Seção *Hygiene Publica*, “A hygiene n’ esta cidade; a proposito da invasão da febre amarella”, assinado por “A.P.”.

gênero próprio. Diferenciar este gênero próprio era maneira de destacar os envolvidos em sua produção das demais parcelas da sociedade. Ainda que se admita que a grande imprensa também não seja uma coisa só, por tratar de vários gêneros de temas e visar o alcance de diferentes públicos-alvo, o grupo responsável pelo jornal médico baiano fazia questão de enfatizar sua especificidade.

Além das relações entre jornais médicos e não-médicos, tratamos das relações entre dois jornais da chamada imprensa médica brasileira. Utilizamos as breves descrições e análises sobre as relações entre *Gazeta Medica da Bahia* e *Annaes Brasilienses de Medicina* para exemplificar como dois jornais que eram parte da imprensa médica tanto dialogavam, quanto conflitavam, se mostrando filhos diferentes de uma mesma categoria mãe, que era este tipo específico de imprensa.

Ao comparar os dois jornais médicos obtivemos perfis diversos. Os *Annaes* representavam uma instituição ligada ao Governo Imperial. Acreditamos que, em parte, sobretudo tendo em vista o contato provindo das possíveis relações pessoais ou profissionais entre médicos da Bahia e do Rio de Janeiro, que o periódico médico do Rio de Janeiro possa ter inspirado a criação da *Gazeta Medica da Bahia*. Outra possível fonte de inspiração provavelmente foi a *Gazeta Medica do Rio de Janeiro*. Contudo, não pudemos fazer uma análise mais detida, conforme fizemos com os *Annaes*, devido à ausência de disponibilidade da fonte referida.

Os *Annaes* e a *Gazeta Medica da Bahia* são jornais médicos diferentes entre si. O lançamento de uma gazeta médica na Bahia pode ser ao mesmo tempo, uma forma de criticar o formato dos *Annaes*, principalmente em termos de conteúdo centralizado na Corte, e forma de buscar relações com a Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, instituição mais próxima ao Governo Imperial.

Falamos, também, das relações entre a GMB e jornais estrangeiros. Deste laço percebemos que uma gazeta médica era forma de inserir o Brasil no rol das nações mais civilizadas e nas vias do progresso, visto que para os responsáveis por ela a ideia de desenvolvimento estava ligada à de imprensa. O periódico douto era lugar de mostrar que os profissionais do país estavam à altura dos cientistas de outros países. No Brasil também se produzia ciência médica.

O jornal era, ainda, forma de ressaltar o papel dos médicos na marcha pelo progredimento da nação, o que se torna evidente quando lemos na *Gazeta Medica* várias notícias versando sobre a presença de médicos nos campos de Guerra do Paraguai (vide capítulo 3) e da publicação constante de matérias que destacavam a salubridade do clima,

o que parecia estar diretamente ligado a projetos de embranquecimento e imigração que vigoravam nas pautas governamentais. Lançar uma gazeta médica era forma de participar dessas questões da época evidenciando o papel dos médicos nos processos. Era tentativa de chamar a atenção governamental para além da Corte Rio de Janeiro.

Uma das incógnitas da GMB é seu público-alvo. Encontramos na edição de lançamento: “Serão bem vindos todos os escriptos de interesse para a sciencia uma vez que (...) estejam em harmonia com como caráter serio e grave (...) e sejam dignos do publico illustrado e especial, a quem são destinados”¹³⁹. A descrição de “público ilustrado e especial” é ampla e vaga. No restante do programa defende-se que a gazeta é lugar dos escritos dos verdadeiros médicos e da ciência que professavam como verdade. Considerando a linguagem majoritariamente técnica e as constantes demandas destinadas a outros profissionais da medicina, acreditamos que o principal público-alvo era os médicos, mas não apenas. Não podemos afirmar a restrição por uma série de razões, sendo a mais expressiva dentre elas, a constante demanda por atenção governamental em auxílio aos médicos diplomados e críticas à estrutura hierárquica dos órgãos de saúde pública. Ao que parece o jornal não é escrito apenas para os profissionais das ciências médicas, já que “publico ilustrado” poderia se referir, por exemplo, a membros do Governo Imperial ou alguma associação doutra da época, que pudesse apoiar a causa da folha médica.

Ainda no sentido de público-alvo, cremos que a GMB não era jornal primordialmente destinado às camadas populares, o que não significa dizer que estas não surgiam constantemente em suas folhas. Ao contrário: elas tinham um papel fundamental à justificativa de existência do mesmo e, conseqüentemente, dos esculápios a ele ligados. Todas as ações apontadas como necessárias eram justificadas pelas melhorias que as ciências médicas poderiam causar aos povos. “Povos” incluía população geral. Sem esta, a necessidade de atuação dos operários da medicina não existiria. Era a partir da atuação na população que os doutores poderiam demonstrar sua utilidade frente ao Governo Imperial.

A participação popular na GMB na década de 1860 era apassivada, no sentido de que não se preconizava a atuação popular, a não ser no sentido de que esta precisava ser protegida, ganhar voz contra as moléstias a que estava sujeita. Incapazes de compreender a complexidade dos efeitos nocivos das doenças, os povos dependeriam dos médicos para fazê-lo. Infestada pelos relatos enganosos dos charlatões diplomados ou não, deveria ser

¹³⁹ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.1, 10 de Julho de 1866, p.3. Programa de lançamento, sem assinatura.

livrada dos ineficientes curandeirismos e outras práticas fora do âmbito científico. Uma gazeta médica era maneira de informar sobre tais necessidades de cuidados e utilidades dos médicos. Era lugar de educação e convencimento de sua capacidade de contribuição às melhorias da vida humana. Tudo isto nos leva a pensar que, ainda que não fosse público prioritário pretendido, a população também fazia parte da plateia alvo da GMB.

Tendo em vista a seleção proposital de temas que figuravam, uma gazeta médica era, além de lugar de produção de informação, lugar de produção de silêncio. A exposição de um tema ou viés teórico, de um ou outro médico, de uma prática de cura em relação à outra, de um instrumento cirúrgico em relação a outro, de uma doença, de uma forma de cura, etc, sempre envolvia a omissão de outros temas que deixavam de figurar.

Dizia-se que uma gazeta médica era lugar de pugnar pela união e dignidade da profissão de uma classe médica mesmo quando as próprias noções de medicina e classe médica estavam em construção. Uma gazeta médica era, além de lugar de produção de informação, circulação e emudecimento de conhecimentos, um lugar de busca por legitimação e reconhecimento, tanto entre a classe médica quanto desta em relação a outras classes.

Neste capítulo refletimos sobre porquês de lançar uma gazeta médica na Bahia. Uma das principais conclusões reside no jornal como instrumento de luta por reconhecimento da chamada classe médica, composta pelos médicos diplomados. Os sujeitos envolvidos na *Gazeta Medica da Bahia* buscavam seu lugar para além do concedido pelas instituições de ensino médico, cuja produção científica muitas vezes não conseguia acompanhar problemas reais do cotidiano brasileiro. Uma folha médica permitiria tanto demonstrar as atualidades e coerência de médicos que acompanhavam o ritmo de questões importantes imbuídas na dinâmica da Bahia e do Brasil, em plena marcha do progresso e da civilização, quanto sua própria importância profissional para resolver empecilhos inerentes à tal marcha, que deveria ser contínua para os bons futuros do Brasil. Tal perspectiva amplia para além da Bahia os limites que os facultativos daquele periódico queriam atingir.

Os objetivos da *Gazeta Medica da Bahia* encontraram lugar no tema da higiene pública, que era preocupação central dos médicos e autoridades governamentais da

segunda metade do século XIX. Os versos sobre higiene pública invadiam as páginas do jornal médico baiano durante a década de 1860. A constante aparição do assunto era um dos lugares de resposta sobre porquês daquele grupo de médicos ter decidido lançar um jornal. É deste elemento organizador da folha médica que nos ocupamos no capítulo seguinte. Retomando a diferenciação semântica entre *Annaes* e *Gazeta* nossas inquietações concentram-se em porquês de destacar higiene pública em uma “Relação impressa das noticias publicas de varias partes”.

Se neste capítulo conhecemos objetivos da criação de uma gazeta médica, no capítulo 2 veremos a forma pela qual os esculápios executavam sua ideia, buscando comprovar não só a necessidade de um jornal médico como veículo coerente e dinâmico de troca de ideias e debate de questões prementes, mas sobretudo a importância da atuação destes profissionais diplomados na prática, na vida real, no cotidiano baiano e no brasileiro. Conforme veremos, o assunto da higiene pública atendia aos objetivos eminentemente científicos e aos eminentemente políticos dos médicos envolvidos na publicação da *Gazeta Medica da Bahia*.

2. Esclarecer e guiar

1. Do estado da questão

A missão da hygiene, quando por seus conceitos e preceitos procura esclarecer e guiar o homem e as populações, afim de que se ponham em salvaguarda, e previnam os males que as ameaçam, é, com effeito, a mais bella e importante (...)¹⁴⁰

No texto escrito por José de Goés Sequeira, inspetor de saúde pública da Bahia, hygiene aparecia com um papel importante, na verdade com uma missão: a de esclarecer e guiar os homens e as populações, a partir da prevenção contra males diversos.

A passagem integra uma dentre as muitas matérias sobre hygiene publicadas na *Gazeta Medica da Bahia*. Hygiene pública é matéria frequente que enseja debates diversos da folha médica baiana ao longo da década de 1860. Neste capítulo buscamos compreender porquê desta constante presença. Nossas reflexões embasam-se na seguinte pergunta: Porque hygiene pública era importante elemento organizador da GMB logo em seus primeiros anos de existência?

A resposta à indagação exige, necessariamente, que passemos pelos caminhos de entender hygiene pública no Brasil da segunda metade do século XIX. Eis a definição de hygiene proposta por um dicionário da época: *Hygiena, s.f., parte da medicina, que prescreve os meios de conservar a saúde, e precaver as doenças*¹⁴¹. O itinerário de resposta que seguimos concentrou-se em perceber como esse campo da medicina adquiriu o acréscimo de “pública”.

Uma das leituras de referência ao tema deste tópico foi o livro *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial* (1996), do historiador Sidney Chalhoub.

Chalhoub aponta as intervenções sanitárias nos cortiços como uma das origens da ideologia da hygiene em meados do século XIX. Falando sobre as chamadas “classes

¹⁴⁰ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.6, 25 de Setembro de 1866, pp. 66-67. Seção *Trabalhos Originaes-Hygiene Publica* (*Hygiene Publica* aparece como um tipo de subseção, que separa os temas dos escritos publicados em *Trabalhos Originaes*), “Influencia nociva das dejecções cholericas: meios que convem empregar para neutralisar, ou evitar os seus effeitos”, pelo Dr. José de Goés Sequeira.

¹⁴¹ SILVA PINTO, 1832.

perigosas”, majoritariamente formada por pobres, vagabundos e escravos vivendo sobre si¹⁴², ou seja, sem laços de dependência diretos, o historiador explica:

A importância das habitações coletivas nas últimas décadas da escravidão começa a se evidenciar: para escravos, assim como para libertos e negros livres em geral, as alternativas viáveis de moradia na Corte, no período, eram cada vez mais os cortiços e as casas de cômodos. São vários os exemplos de escravos que moravam em cortiços, ou que tinham suas amasias morando em cortiços[...] Com frequência, era nessas habitações que os escravos iam encontrar auxílios e solidariedades diversas para realizar o sonho de comprar a alforria[...] e, é claro, mistura-se à população variada de um cortiço podia ser um ótimo esconderijo, caso houvesse a opção pela fuga. Em suma, o que estou querendo dizer é que o tempo dos cortiços no Rio foi também o tempo da intensificação da luta dos negros pela liberdade, e isto provavelmente teve a ver com a histeria do poder público contra tais habitações e seus moradores[...] As classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio[...] Os intelectuais-médicos grassavam nesta época como miasmas na putrefação [...] analisavam a realidade fazendo seus diagnósticos, prescreviam a cura e estavam sempre inabalavelmente convencidos de que só a sua receita poderia salvar o paciente. E houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isso porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos[...]¹⁴³

O diagnóstico dos cortiços como lugares de foco de doenças físicas e morais (vícios) evidencia que o campo da higiene buscava consolidar-se como lugar de atuação política, além de médico-científica. Tais habitações eram objeto de intervenção do poder público porque representavam perigo à ordem social hierárquica vigente, pautada na lógica escravista. Seja por serem bons esconderijos em casos de fuga, seja por permitirem a maior autonomia dos escravos que moravam fora da casa grande perante seus senhores, seja por reunirem os pobres numa habitação em que se distanciavam do controle estatal, seja por serem locais insalubres, as casas de cômodos representavam ameaça à ordem imperial. As habitações coletivas não só eram locais insalubres, mas definiam, também, seus habitantes como focos de riscos, passíveis de intervenção.

¹⁴² CHALHOUB, 1996, p.27.

¹⁴³ Ibid., pp. 28-30.

Chalhoub aborda, ainda, a relação entre ideologias políticas pautadas na lógica racial do século XIX e os pensamentos médicos sobre explicações e soluções da febre amarela. O historiador fala sobre dois surtos epidêmicos da moléstia, um em 1850 outro em 1870. No primeiro momento, a ocorrência numerosa da doença não teria causado grande alarde aos governantes. Isto porque observou-se que os negros eram menos acometidos, de modo que a ocrópira¹⁴⁴, ao não afetar a propriedade escrava, não foi grande questão política do período, como o fora em 1870.

No segundo momento a crise do sistema escravista era deveras evidente, o que ficava expresso, por exemplo, na vigência de leis como a do Ventre Livre¹⁴⁵. A eleição de alternativas à mão-de-obra escrava era premente e como substitutos desejáveis apareciam os imigrantes. A escolha por força de trabalho imigrante estava relacionada a ideais de branqueamento da população. O incentivo à imigração europeia estava ligado ao desejo de construção de uma nação civilizada e nos rumos do progresso, cuja identidade populacional, de acordo as elites governantes, deveria distanciar-se de povos inferiores como os negros.

As constantes mortes por febre amarela, doença que matava mais brancos do que negros, eram empecilho à atração de imigrantes europeus. E assim, explicar e resolver a doença, o mais rápido possível, se tornou necessidade de Estado. Mais lento que a premência concedida à tal demanda era o consenso médico-científico sobre causas e tratamentos do mal amarelo. Uma série de teorias divide os médicos do período. Chalhoub elucida a disputa expressa entre contagionistas e infeccionistas, num momento de estreitamento entre ciência e questões do Governo.

Numa época onde a medicina científica tinha de lutar contra dogmas religiosos e diversas outras crenças que levavam o crédito pela ocorrência de problemas de saúde, explicar a febre amarela era oportunidade de justificar a legitimidade de atuação dos representantes da ciência médica, que buscavam o monopólio das artes de cura e manutenção da saúde.

O argumento de Chalhoub, construído em torno da evidenciação de dois momentos diferentes de uma mesma doença é demonstrativo das relações ora pactuais,

¹⁴⁴ Termo médico para febre amarela.

¹⁴⁵ Lei n.2040 de 28 de Setembro de 1871: “Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm>. Acesso em Março de 2018.

ora conflituosas entre classe médica, Estado e população. A febre amarela é tida como grande questão da higiene (ciência) e do Estado, porque interferia nos projetos de construção de uma nação civilizada. Tais projetos focalizados no embranquecimento populacional, a partir de uma governança política pautada por exclusão racial.

Higiene vira argumento político quando suas explicações se tornam passíveis de aplicação social, a partir de demandas contextuais específicas. O Estado precisava combater a febre amarela e a higiene, a partir dos propagadores de suas regras, poderia prescrever como fazê-lo. Sua característica de “pública” fica evidente, ainda, quando medidas por ela justificadas afetam diretamente o funcionamento social em diferentes níveis: seja no da classe médica, que via na ocorrência da epidemia a oportunidade de mostrar sua utilidade e buscar reconhecimento político, a partir das medidas propostas para o futuro da nação; seja no do Estado Imperial, que precisava de explicações e soluções que colaborassem a seus propósitos de construir uma nação de acordo com a estrutura política e econômica que as elites desejavam manter; seja na população como objeto de intervenção e controle, mas também elemento de resistência às medidas propostas. Higiene se transforma em higiene pública devido a rede de pessoas que envolvia ao passar da teoria à prática.

Em movimento semelhante, estamos preocupados em compreender sentidos das relações entre classe médica, Estado Imperial e população expressos pela maneira a qual os doutos da *Gazeta Medica da Bahia* elegiam higiene pública como um de seus temas principais e como a significavam. Buscamos compreender a cinesia que torna higiene em higiene pública. Porém, nosso trabalho apresenta dessemelhanças significativas em relação a Chalhoub.

Lidamos com outros recortes temporal e regional. Buscamos compreender significados da higiene pública no Brasil da década de 1860, mas principalmente os fornecidos pelos médicos que publicavam na *Gazeta Medica da Bahia*. Chalhoub bem aborda o papel exercido pela imprensa durante os surtos de febre amarela, mas sua inquirição central é outra, é explicar grandes questões do Estado, ainda que estas evidenciem, conseqüentemente, outros envolvidos. Em nossa pesquisa, uma folha médica é a protagonista, sendo um local onde se pode flagrar posicionamentos políticos de seus colaboradores. Ademais, estamos centralmente concentrados em entender posicionamentos de um grupo médico específico. Antes dos projetos de nação encabeçados pelo Estado, nosso intuito é entender os projetos encabeçados pelos médicos

em questão ou, ao menos, como estes se posicionavam frente aos grandes projetos do Governo Imperial.

Trata-se de saber sobre o que os médicos da *Gazeta Medica da Bahia* buscavam esclarecer e em que direção buscavam guiar a partir das noções de higiene pública que propunham.

Ainda que não seja nosso foco¹⁴⁶, a epidemia de febre amarela de 1849/1850 também tem significativa importância para nossas reflexões. A ela concedemos motivo principal que impulsionou a instauração da Junta Central de Higiene Pública. A criação do órgão nos ajuda a compreender o funcionamento institucional da higiene da segunda metade do século XIX, em reforços à parte de nosso argumento que elenca o medo de epidemias como elemento que possibilita verificar relações entre médicos e Estado Imperial. Nos auxilia, também, a perceber como os regulamentos impostos pela Junta ocorriam fora da Corte, em como se dava a comunicação entre centro e províncias no que tange aos assuntos de higiene como campo oficial da administração pública.

O trabalho de pensar a higiene como coisa pública por sua aplicabilidade à população, como negócio da administração pública, que precisava do auxílio dos médicos, nos levou a recorrer à outra referência bibliográfica fundamental. Trata-se do livro *Nas trincheiras da Cura: As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial* (2001), de autoria da historiadora Gabriela dos Reis Sampaio.

Conforme abordado no capítulo 1, um dos objetivos de lançamento da *Gazeta Medica da Bahia* era a busca por reconhecimento e legitimação da classe médica. Neste capítulo veremos que uma das formas de fazê-lo consistiu nas tentativas de esclarecer e guiar a população e o governo, sob justificativa dos preceitos da higiene, sobre diversos aspectos da vida sociocultural, política e econômica. As propostas de esclarecimento e direcionamento a partir da higiene aplicada às vidas das pessoas, traduzia os esforços de um grupo específico, o dos esculápios ligados à folha médica.

Em seu livro, Gabriela dos Reis Sampaio indica as disputas que a classe médica do Rio de Janeiro enfrentava para consolidar sua autoridade. Os médicos encaravam picuinhas entre os próprios pares de profissão, pois não conseguiam chegar a um consenso entre si e conflitavam nas teorias explicativas sobre assuntos de doença e cura¹⁴⁷. Tal dissenso interno agravava o outro nível da disputa, referente às culturas populares, que

¹⁴⁶ Conforme pode-se conferir no capítulo 3, focamos na cólera-mórbo.

¹⁴⁷ SAMPAIO, 2001, p.38.

mais estavam habituadas aos curandeiros e outros indivíduos não diplomados que praticavam a arte da cura.

No segundo capítulo de sua obra, dentre várias questões importantes relacionadas à tal “cruzada anti-curandeirismo”¹⁴⁸ que contava com frente formada por médicos diplomados, elite intelectual, Junta Central de Higiene, polícia e alguns órgãos da imprensa, Gabriela Sampaio ressalta a centralidade dos manifestos de resistência popular, por vezes apoiada por membros da classe médica¹⁴⁹. A recorrência a curandeiros, a que os diplomados chamavam de charlatões, e a própria atitude de adjetivar esses sujeitos negativamente, são demonstrativos de que as camadas populares tornam-se fator de consideração imprescindível para compreender o contexto em que atuavam os médicos. Buscava-se controlar o modo pelo qual as pessoas deveriam manter sua saúde.

Ao analisar os escritos sobre higiene pública na GMB acabamos identificando aparições das camadas populares, bem como desses praticantes da cura não diplomados. Os médicos da Bahia também tinham de lidar com os outros detentores dos poderes de curar.

Gabriela Sampaio, no capítulo final de sua obra, enfatiza limitações do alcance das ações da Junta Central de Higiene Pública nas províncias mais distantes da Corte, além de destacar dissensos entre médicos e autoridades do governo.

Analisamos os escritos sobre higiene pública na GMB pautados em viés semelhante ao de Gabriela Sampaio no que concerne a pensar que a medicina científica não era uma coisa só, mas existia concomitantemente a outras práticas de cura, recorrentemente procuradas, mostrando que tal ciência ainda não tinha adquirido seu lugar de monopólio da cura no século XIX.

Contudo, tendo em vista que nosso objeto de análise foca posicionamentos de parte da classe médica do período, a principal contribuição de Gabriela Sampaio à nossa pesquisa refere-se à existência de conflitos entre autoridades governamentais, a exemplo da Junta Central de Higiene Pública e médicos. A relativização do papel da Junta Central de Higiene nos ajuda a refletir sobre os escritos de higiene pública num jornal que circulava num local distante do Rio de Janeiro, sede do Estado.

Além da diferença do recorte regional analisado, diferimos de Gabriela Sampaio, e também de Chalhoub, em termos de período investigado. A década de 1860 está pouco mais longe das conturbações dos anos finais do chamado Brasil Império, que já contavam

¹⁴⁸ Ibid., p.81.

com manifestos mais bem definidos do fim da escravidão e ascensão republicana. Outrossim, nossas considerações seguem outro movimento quando lidamos com um tipo específico de imprensa, a médica.

Como vimos noutra parte desta dissertação, a GMB fazia parte do gênero a que se chamava de imprensa médica. Este buscava diferenciar-se dos jornais de circulação diária que abordavam temas diversos, assinados não apenas por profissionais autorizados por ciências específicas¹⁵⁰.

Quanto ao tema da higiene pública na *Gazeta Medica da Bahia* na década de seu lançamento, especificamente, lidamos com a dificuldade de não encontrar interlocutores diretos. Grande parte da historiografia sobre a folha médica que analisamos mais preconiza a primazia ou longo período de publicação da mesma, primeira exclusiva desse gênero na Bahia. Outra parte ressalta a contribuição dos médicos da GMB para a principalidade ou forte colaboração em algumas descobertas científicas, nas áreas de helmintologia ou zoologia, por exemplo.

Quanto à higiene pública no Brasil da segunda metade do século XIX, grande parte da bibliografia de referência detém seus ímpetus investigativos na Junta Central de Higiene Pública e outros órgãos centrais, no Rio de Janeiro. Ainda que com o passar dos últimos anos possamos observar- sobretudo em dissertações, teses e artigos-, o aumento da produção de trabalhos concentrados sobre as análises das doenças como problema da higiene como campo da administração pública que envolve a consideração das províncias, nenhum deles tem foco específico em compreender os sentidos de higiene pública propostos por médicos que recém lançavam um jornal, numa província onde estava um dos mais importantes centros de produção de conhecimento do século XIX, a Faculdade de Medicina da Bahia.

Neste capítulo buscamos prestar contribuições que ajudem a enriquecer o corpo de pesquisas sobre higiene como assunto da administração pública, logo higiene pública. Porém, com foco voltado à microhistória, buscamos fazê-lo preconizando os sentidos políticos de um grupo específico, pertencente à uma classe profissional específica, numa plataforma independente, ou seja, não ligada oficialmente às instituições imperiais.

Além de pensar em porquês de a higiene pública ser negócio do império, buscamos refletir sobre como a centralização da higiene como campo da administração pública ecoava no além-Corte. Buscamos entender, principalmente, porquês da

¹⁵⁰ Sobre imprensa médica ver capítulo 1 desta dissertação.

necessidade de publicizar estes ecos numa folha da imprensa médica baiana recém-lançada. Se no capítulo primeiro identificamos intentos políticos de lançamento da GMB, aqui nos empenhamos em clarificar como higiene pública se tornava parte de tais intentos.

2. *Hygiene e Hygiene Publica*

Illmo e Exmo Senhor,

Estou informado, mediante reclamações dos Consules, Capitães, e mais pessoas interessadas pelos navios do commercio (...) que os encarregados da limpeza das praias lanção nas visinhanças e entre aquelles o lixo (...) que tem de remover das praias; resultando huma exalação tão desagradavel, quanto perniciosa a saude dos marinheiros, e mesmo da cidade. Por isso recorro a V. **Ex^a** para ordenar às Authoridades que velão immediatamente sobre os encarregados daquelles serviços (que julgo serem as authoridades municipaes) para remediarem hum mal que pode ser grave em seus effeitos. Não é **Exmo senhor, sem fundamento, a julgar-se, que os despojos accumulados à tantos annos do mar que banha esta cidade chegarão a ganhar uma efficacia capaz de produzir febre amarella(...)** (Grifos nossos) ¹⁵¹

O trecho acima faz parte de uma correspondência datada de Junho de 1851 dirigida da Câmara Municipal ao Presidente da Junta Central de Higiene Pública (JCHP) do Rio de Janeiro. Nela, o funcionário municipal faz uma denúncia se reportando ao órgão maior de saúde pública da Corte. O remetente se embasa em informações de outras pessoas: cónsules, capitães e outros interessados pelos navios do comércio. Como denunciada figura uma companhia de serviços sanitários que, por deixar de realizar como deveria as suas atividades de limpeza das praias, estava gerando perigos aos marinheiros, que por sua vez eram personagens ligadas ao comércio, à segurança e outras atividades consideradas importantes nos portos. A falta também seria perigosa à saúde das demais pessoas. Além do desagradável odor, preocupação maior com o lixo acumulado era justificada pelo risco de aparição da febre amarela. A providência que o representante da

¹⁵¹ BR AN, RJ SÉRIE SAÚDE- IS4 22 REL 15 1851-1853. Correspondência avulsa cuja página que a completa se perdeu. Majoritária parte do documento está ilegível devido ao mau estado da fonte, mas sabe-se, de acordo datação na carta, que o mesmo foi escrito em Junho de 1851. A localidade referida na carta é, provavelmente (pois a segunda parte do nome está ilegível na fonte) Ilhas do Cabo, no Rio de Janeiro.

Câmara Municipal pediu ao Presidente da Junta envolvia ordenação a outras autoridades municipais.

Noutras palavras: a questão do acúmulo de lixo evidencia uma extensa rede hierárquica de pessoas, preocupações e correspondências. A preocupação não está apenas na sujeira em si, tampouco somente no descumprimento dos serviços de limpeza das praias ou mesmo no odor desagradável à população, mas sim nos efeitos que esse entulho espalhado poderia causar. Eles eram perigosos à saúde da população e poderiam, inclusive, ocasionar a tão temida febre amarela, doença cuja epidemia em 1849 justificou a fundação, no ano seguinte, da própria Junta de Higiene Pública¹⁵².

O lixo estava relacionado à ameaça da febre amarela, que estava ligada a preocupações centrais que ensejavam toda uma rede de contato entre órgãos da administração pública e população em diferentes níveis. A JCHP, que contava com informações de outras instâncias, era autoridade central da higiene, reconhecida e autorizada pelo Governo Imperial.

Excelentissimo senhor Ministro do Imperio,

Vossa Excellencia em hum officio, que venho de receber hoje de tarde, nomeou-me em huma commissão junto com as medidas mais distinctas desta capital para reunir-mos os nosso esforços em combater o terrível flagello, que já há tanto tempo assola as costas deste pais alias tão felis espreitando assim o pranto e o luto não so pelo império inteiro mais também pelas província mais remotas da Europa (...)¹⁵³

Na primeira correspondência analisada percebemos que a JCHP estava no topo da hierarquia oficial das autoridades de limpeza, afinal a autoridade municipal à ela se reportava pedindo providências. No trecho acima, extraído de uma correspondência de um médico agradecendo ao ministro do Império¹⁵⁴ por sua nomeação para membro da Junta, percebemos que os membros do órgão citado eram autorizados pela instância

¹⁵² Que em 1851 ganha status de “central” em sua nomenclatura oficial, se tornando Junta Central de Higiene Publica.

¹⁵³ BR AN, RJ SÉRIE SAÚDE- IS4 22 REL 15 1851-1853, correspondência datada de: Rio de Janeiro, 15 de Junho de 1852.

¹⁵⁴ Francisco Gonçalves Martins era o ministro destinatário da carta. Quanto ao remetente, não conseguimos decifrar a grafia, mas sabemos que o remetente escrevia da Rua da Quitanda número 129.

governamental expressa pelo Ministério do Império. Noutras palavras: higiene era um negócio do Império¹⁵⁵. Esta condição fazia dela coisa pública, parte da política imperial.

A fins de melhor compreender o que significa elencar higiene como negócio do Império, clarificando seu status de coisa pública, prestaremos algumas palavras sobre parte da organização institucional do Governo Imperial brasileiro.

Capítulo VI. Do Ministerio.

Art 131. Haverá diferentes secretarias de Estado. A Lei designará os negocios pertencentes a cada uma, e seu numero; as reunirá, ou separará, como mais convier¹⁵⁶

Do artigo extraído da Constituição de 1824¹⁵⁷ verificamos que o Ministério do Império seria constituído por diferentes secretarias de Estado, definidas pela Lei. Acrescentamos: pelos indivíduos que a exerciam. É importante ressaltarmos que secretarias de Estado são por vezes tratadas na historiografia, e mesmo em alguns decretos de época, como ministérios. A sinonímia atribuída às palavras *secretaria* e *ministério* provavelmente advém de o significado da palavra *ministério* estar relacionado ao exercício de funções, de cargos do governo. A *secretaria* seria o local físico de exercício das funções. Lá estaria a papelada, bem como os burocratas do Estado, donde incluem-se os ministros ou secretários. No trecho constitucional, cremos que “Do Ministerio” se refere ao funcionamento do poder executivo do Estado Imperial, múltiplo e por isso dividido em várias secretarias, cada uma com diferentes funções, no intuito de governar, como autoridade máxima, o Brasil.

Durante nosso recorte temporal eram sete as secretarias de Estado do Ministério do Império: Secretaria de Estado dos Negócios do Império; Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros; Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda; Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça; Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra; Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e; Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

¹⁵⁵ Os fundos documentais da Junta Central de Higiene Pública disponibilizados pelo Arquivo Nacional (vide fontes e bibliografias desta dissertação) contém outros documentos que embasam a assertiva, a exemplo de: folhas de pagamentos e prestação de contas ao destinadas ao ministro dos negócios do Império, ofícios que mencionam a lei orçamentária da época, recebimento, envio e respostas de/ a avisos do Ministério dos Negócios do Império, dentre outros.

¹⁵⁶ Constituição de 1824, APUD OCTACIANO NOGUEIRA, 2015:80.

¹⁵⁷ A mais longa da história do Brasil.

Com diferentes atribuições, cada uma dessas secretarias trabalhava em negócios considerados importantes ao funcionamento do país. Tais aspectos, bem como a incumbência às repartições, eram definidos pelas instâncias máximas do Governo Imperial, cuja autoridade maior repousava nas figuras do texto constitucional e do imperador¹⁵⁸.

Dentre os múltiplos assuntos de incumbência das diferentes secretarias do Ministério do Império- negócios estrangeiros, fazenda, indústria, obras públicas, agricultura, etc-, percebemos que não há uma secretaria específica destinada aos assuntos de saúde pública. Estes estavam a cargo da Secretaria de Estado dos Negócios do Império.

Responsável por tratar de múltiplos negócios do Império¹⁵⁹, a referida secretaria tem origens que remontam ao Brasil Colônia, época em que tratava dos negócios do reino de Portugal. Por Decreto de 13 de Novembro de 1823, recebeu o nome de Secretaria de Estado dos Negócios do Império. As notáveis e diversas mudanças trazidas pelo processo de independência do Brasil refletiram também na estrutura do órgão: Antes “sustentáculo da ação administrativa da metrópole”, nos pós-1822 âncora do liberalismo constitucional brasileiro. Do antigo regime à divisão dos poderes, a referida secretaria passara a fazer parte dos projetos de construção da nação brasileira¹⁶⁰:

Além disso, podemos observar pelos quadros da Secretaria do Império que o Estado brasileiro procurou viabilizar um projeto de edificação da nação, o que se daria a partir da instituição de certa imagem identitária do Brasil, norteado pelo ideário civilizatório e forjado pela elite imperial no conjunto de instituições que compuseram a estrutura do governo monárquico. Logo, pela secretaria transitaram diferentes projetos de Estado e nação que se constituiriam ao longo do século XIX e que se traduziram nas disputas das elites locais e no embate centralização-descentralização, bem como nas revoltas que marcaram o período regencial [...] ¹⁶¹

De Secretaria de Estado dos Negócios do Reino à Secretaria de Estado dos Negócios do Império, o órgão acompanhou estruturas políticas governadas por elites

¹⁵⁸ É importante destacar que dizer que o imperador e a Carta Magna eram figuras que simbolizavam a autoridade máxima não significa dizer que trabalhavam sozinhos ou que não havia dinâmica, alterações e dispersões das leis em vigor.

¹⁵⁹ MAPA, 2013, p.7.

¹⁶⁰ Ibid., p.6.

¹⁶¹ Ibid.,p.6.

dirigentes. Quando dos negócios do reino, cuidava dos interesses da metrópole portuguesa. No pós-1822, o processo de independência retira do Brasil seu status de colônia. A nova nomenclatura remete à função de cuidar dos negócios de um Império brasileiro autônomo. Contudo, este era recém-nascido. Junto à tarefa de definir e cuidar de seus negócios estava a de construir uma identidade própria ao país, consolidando seu status de nação independente.

Ao falar de Estado brasileiro, o trecho pressupõe a existência de uma elite governante. Esta englobava indivíduos que ocupavam cargos de administração pública, dividida em diversas instâncias, que tiveram de lidar com os diversos projetos de nação propostos (as vezes por eles próprios, inclusive). O conflito fez parte dos processos de edificação de uma nação brasileira, sobretudo quando se tem em mente que algumas continuidades dividiam espaço com as transformações radicais trazidas pela expressão “nação independente”.

A principal continuidade refere-se à permanência da correlação entre influência nas decisões políticas e a posse de terras e bens. Referimo-nos à importância concedida ao poder econômico, logo social e político, dos senhores de terra, a elite senhorial da qual muitos médicos faziam parte, inclusive alguns dos responsáveis e colaboradores da *Gazeta Medica da Bahia*. Ademais, vários funcionários do Governo do Império eram membros do que estamos a chamar de elite senhorial.

Apesar de partilharem de grande prestígio social, os membros das elites, seja a dos senhores de terra ou dos membros do governo (e por vezes estas não eram excludentes), não pensavam sempre da mesma maneira. Falar em elites é falar, de certa forma, em diversidade de pensamentos. Os projetos de Estado ora esbarravam, ora encontravam apoio, ora eram propostos a partir da influência exercida pelas fidalguias fazendeiras. A Secretaria de Estado dos Negócios do Império atuava em meio a um cenário marcado por pactos, conflitos e diferenças.

Tal secretaria dividia lugar com outras. Contudo, a vemos como a principal devido à sua ancianidade e aos múltiplos negócios dos quais tomava conta. A nomenclatura “negócios do Império” é deveras abrangente. A própria criação, pelo Decreto n. 1.067 de 28 de Julho de 1860, da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, ocorre após demanda de vários secretários dos negócios do Império solicitando a divisão de tarefas devido a sobrecargas no órgão.

Tabela 3. Das seções dos assuntos de Saúde Pública como negócio oficial do Império do Brasil 1843- 1890¹⁶²

Período	Secretaria de Estado dos Negócios do Império - Seção ou repartição responsável	Nomenclatura	Legislação Normativa
1843-1859	Seção 2	De Instrução Publica, Obras Publicas, Saude Publica, Policia Civil, e Estabelecimentos de Caridade	Decreto n. 273, de 25 de Fevereiro de 1843
1859-1868	Seção 5	De Saude Publica, dos Estabelecimentos de Beneficencia e de Socorros Publicos	Decreto n. 2.749, de 16 de Fevereiro de 1861 ¹⁶³
1868-1874	Seção 3 ^a	n/a	Decreto n. 4.154, de 13 de Abril de 1868
1874-1890	Diretoria 1 ^a	n/a	

¹⁶² No organograma do MAPA (caderno n.5, pp. 38-44), referência para a criação de nossa tabela, é possível encontrar a divisão de seções do período de 1890-1. Não achamos pertinente reproduzi-lo aqui, pois nosso intuito é unicamente ilustrar que higiene era um campo da saúde pública e ambas eram, correlacionadas, um negócio do Império. O arranjo de 1890-1 já faz parte da estrutura republicana, ainda que seja valido ressaltar que algumas mudanças estruturais, socioculturais, econômicas e políticas são mais lentas, em termos de transformação e efetividade, do que os decretos de mudança de regime de governo.

¹⁶³ Para construção da tabela nos embasamos em organogramas fornecidos pelo Mapa da Administração Pública do Império (MAPA, caderno n. 5, pp. 38-44), projetado pelo Arquivo Nacional em 2013. No organograma de 1859-1868 encontramos como referência normativa o decreto n.2.7 2.368, de 05 de Março de 1859. Contudo achamos mais coerente, devido à abrangência (pois tal decreto define toda a nova organização da Secretaria de Estado dos Negócios do Império após a criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas) e maior proximidade com nosso recorte temporal, elencar o decreto de 1861 como legislação normativa.

			Decreto n. 5.659, de 06 de Junho de 1874
--	--	--	--

Ao longo dos anos a secretaria passou por rearranjos diversos. Em todas as configurações a saúde pública perdurou como negócio do Império, a cargo de uma mesma repartição. Analisemos as referências legais para melhor compreender saúde pública e porque ela nos permite elencar higiene pública, também, como um negócio do Império. Nos deteremos nos períodos de 1859-68 e 1868-74, que englobam nosso recorte temporal (a década de 1860).

O Decreto n. 2.749 de 16 de Fevereiro de 1861 reorganiza a Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Várias das funções exercidas por tal órgão passam a cargo da recém-criada Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. A divisão das funções é resultado de reclamações de sobrecarga de trabalhos que dificultavam um desempenho competente. Os assuntos de saúde pública continuaram sob alçada da primeira, mais especificamente em sua 5ª seção:

Art. 7º A quinta Secção de Saude Publica, dos Estabelecimentos de beneficencia e de socorros publicos, comprehende: 1º Os negocios concernentes ao exercicio da medicina, ás epidemias, ao serviço sanitario dos portos, á hygiene publica, á policia sanitaria, e á vaccina.2º A Academia Imperial de Medicina.3º A Junta Central de Hygiene Publica, e os Inspectores de Saude das Provincias. 4º As Provedorias de Saude dos Portos. 5º Os Lazaretos.6º Os Cemiterios. 7º O Instituto Vaccinico. 8º Os Hospitaes.9º Os Hospicios de alienados.10. As Casas de Expostos.11. Os Recolhimentos de Orphãos.12. Quaesquer Estabelecimentos de beneficencia.13. Os socorros publicos¹⁶⁴

Os assuntos de saúde pública, beneficência e socorros públicos eram tratados pela mesma seção. A observação não é trivial, principalmente porque as atribuições de cada secretaria eram delegadas de acordo com a organização considerada eficiente para tratar de tipos específicos de assunto. Assim sendo, as áreas de saúde pública, beneficência e socorros públicos eram consideradas correlatas. O elo aparece em figuras que precisam

¹⁶⁴ BRASIL, Decreto n. 2.749, de 16 de Fevereiro de 1861.

ser cuidadas, a exemplo dos alienados, órfãos e expostos. O cuidado de tais sujeitos implica na regulação, bem como na fiscalização dos cuidadores.

A responsabilidade é compartilhada tanto entre sujeitos, a exemplo dos inspetores da saúde das províncias, quanto entre órgãos, a exemplo da Academia Imperial de Medicina e da Junta Central de Higiene Pública. Tidas sob os cuidados da secretaria, eram sua responsabilidade. Tinham seus próprios regulamentos, porém estes eram autorizados pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império. A prestação de contas e serviços realizados também era obrigatória. Atividades como a de vacinação, estabelecimentos como lazaretos e cemitérios, bem como a preocupação com epidemias e limpeza dos portos (principal plataforma do comércio durante a década de 1860) revelam um público maior: toda a população, envolvida em diferentes níveis, justificando a necessidade de tais assuntos ocuparem uma seção do órgão imperial. Imprescindíveis à construção de uma nação brasileira, independente, em caminhos da civilização, eram os cuidados para com tais matérias.

Ainda sobre o trecho, percebemos que polícia sanitária, higiene pública, JCHP e serviços sanitários faziam parte da categoria maior de saúde pública. Se retomamos o conceito de higiene que citamos no início deste tópico, também entendemos porque vacina, epidemias, medicina, lazaretos, cemitérios, provedoria e provedores de saúde e os demais citados pelo artigo sétimo do Decreto 2.749 de 16 de Fevereiro de 1861, cabem nesta categoria. Higiene era parte da medicina responsável pela conservação da saúde e prevenção de doenças.

O cuidado expresso em tal definição vai ao encontro dos assuntos da 5ª seção da Secretaria de Estado dos Negócios do Império. O sentido de “público” que aparece nos itens do artigo acaba abrangendo toda a população, de burocratas de Estado e médicos, às outras classes, sobretudo quando pensamos que as doenças são prejudiciais a todas as partes de uma sociedade¹⁶⁵. Da “hygiēna” à higiene “pública” temos a diferença de toda uma extensa rede relacional, actual e conflituosa, não descrita pelo dicionário.

¹⁶⁵ Algumas doenças ocorrem primeiro em ambientes de classes pobres, que desfrutam de condições higiênicas (habitação, alimentação, falta de asseio, etc) precárias. Contudo, é natural das moléstias a capacidade de imprevisibilidade e rápida propagação, de modo que as pestes podem atingir todas as classes independentemente de seu foco de aparição. Alguns males independem de condições higiênicas para aparecer, podendo ter origem em classes mais abastadas, se alastrando para as mais pobres. Toda moléstia tem a capacidade de prescindir da escolha de classe para atacar. Todos somos vulneráveis, inclusive a doenças que não conhecemos. Na segunda metade do século XIX, onde o conhecimento quanto a transmissão de doenças estava em vias conflituosas de construção, o cenário de risco era ainda mais tenso. Grande parte das vezes, a falta de higiene (incluindo os maus hábitos festeiros), principalmente da classe pobre, era identificada como causa dos males gerais. Exemplo clássico desse tipo de pensamento pode ser encontrado no livro *Cidade Febril*, do historiador brasileiro Sidney Chalhoub. Não raros, também, eram os

Ao fim da década de 1860 vigorava o Decreto n. 4.154, de 13 de Abril de 1868. Este reorganiza, novamente, a Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Entre extinção e reorganização de seções em que tal órgão estaria dividido, a saúde pública passa a ser assunto da 3ª Seção, não mais da 5ª:

§ 3º A 3ª seção terá a seu cargo os serviços concernentes:

1º À instrução superior e média, à primária e secundária do município da Corte, e aos estabelecimentos de instrução pública que o Governo fundar nas Províncias. 2º Ao Imperial Instituto dos meninos cegos, e ao Instituto dos Surdos-mudos. 3º Aos Institutos, Academias, Estabelecimentos e Sociedades que se dediquem a ciências, letras e artes. 4º Aos negócios relativos à saúde pública e polícia sanitária. 5º Aos estabelecimentos e autoridades, aos quais pertencer o exercício deste último ramo da administração. 6º Aos cemitérios, hospitais, hospícios, casas de expostos, e recolhimentos.¹⁶⁶

Na redação, mais concisa, perdura a relação entre saúde pública e assuntos sanitários, expressos pela polícia sanitária. Os frágeis que precisam de cuidados são vistos nas figuras dos meninos surdos, mudos e cegos. Cemitérios, hospitais, casa de expostos, hospícios e estabelecimentos relativos à saúde pública e polícia sanitária, a exemplo da JCHP, continuam sendo incumbência da Secretaria de Estado dos Negócios do Império.

É interessante notar que os assuntos de instrução pública eram categorizados na mesma seção dos assuntos de beneficência e saúde pública. Na legislação, planejada e executada por elites governantes, tornam-se claros os objetivos de cuidado, no sentido de tutela, controle e direcionamento da população. Tais intuitos faziam parte dos projetos de nação que se visava construir. Definir os passos que a nação seguiria envolvia pensar sobre como lidar com as pessoas que dela faziam parte.

É importante destacar que as demais secretarias também versavam sobre assuntos de saúde e doença, porém, na maioria das vezes, informavam ou pediam e recebiam instruções da Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Com frequência flagra-se em documentação¹⁶⁷ do Governo Imperial - avisos, circulares e outros-, orientações do

casos de doenças trazidas por embarcações, a exemplo da febre amarela e da *cholera-morbus*, duas das epidemias mais significativas do século XIX, não apenas no Brasil.

¹⁶⁶ BRASIL, Decreto n. 4154, de 13 de Abril de 1868.

¹⁶⁷ Vide Coleção das Leis do Império do Brasil, disponível em : < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>> e Relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios do Império (1832-1888), disponível em <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/brasil-ministerio-imperio/720968>>. Acesso em Março de 2018.

Ministério do Império a outros ministérios (com ênfase no dos Negócios da Guerra e no da Fazenda) no que concerne aos assuntos de saúde, principalmente no quesito inspeção sanitária.

Higiene pública e outras vertentes englobadas pela categoria de saúde pública faziam, também, parte dos gastos públicos em que se dividia a receita geral do Império do Brasil. Durante o recorte temporal que aqui analisamos, as leis n. 1.245, de 28 de Junho de 1865 e n.1507, de 26 de Setembro de 1867 definiam despesas e orçamentos que dividiam a receita geral do Brasil, de 1865 a 1869, entre as sete secretarias ou ministérios existentes. Os artigos segundos de ambas as leis concediam ao ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império autorização para despender quantias específicas com assuntos e objetos sob sua incumbência.

A lei n. 1.245, de 28 de Junho de 1865 fixava orçamentos e despesas para os anos de 1865 e 1866. De uma receita total de 68.530:221\$091- o quinto maior valor dentre os sete disponíveis às secretarias-, 4.984:986\$828, eram destinados ao Ministério dos Negócios do Império. O secretario estava autorizado a despender 14:160\$000 com higiene pública¹⁶⁸; 23:200\$000 com as visitas de saúde dos portos; 133:300\$000 com socorros públicos e melhoramentos do estado sanitário. Quanto a outros assuntos de saúde e cura, reservava às “ditas de medicina” (onde estavam, entre outros, os gastos com a manutenção física de estabelecimentos de saúde) no valor de 211:770\$000; 7:000\$000 para conservação dos lazaretos; 14:780\$000 com o Instituto Vacínico da Corte; 2:000\$000 com o Hospital dos Lazaros e 2:000\$000 com a Academia Imperial de Medicina. As despesas de outros ministérios também previam gastos com saúde, a exemplo dos 99:920\$000 de um montante de 3.115:225\$835 de que dispunha a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça para “condução, sustento, curativos, etc., etc., de presos”¹⁶⁹, ou ainda dos 7.364:682\$550, de um total de 13.175:201\$349, disponibilizados ao Ministério da Guerra para os custos com o corpo de saúde e os hospitais navais. Em 1865-1866 previa-se o gasto de 50:000\$000 com limpeza e irrigação da cidade. Estes faziam parte dos 9.046:823\$805 destinados ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

¹⁶⁸ Não encontramos especificação de gastos destinados à Junta Central de Higiene Pública, importante autoridade de saúde do período, conforme veremos ao longo deste capítulo. Cremos enunciados como “Higiene Pública”, “visita ou inspeção de saúde dos portos”, “melhoramento do estado sanitário” e “ditas de medicina” englobavam parte dos montantes destinados ao referido órgão.

¹⁶⁹ Parágrafo décimo do artigo 3º da Lei n.1.245, de 28 de Junho de 1865.

A lei n. 1.507, de 26 de Setembro de 1867 fixava os orçamentos para o restante da década de 1860. De uma receita total de 68.530:221\$091- o também quinto maior valor da distribuição entre sete ministérios-, 4.984:896\$828 eram destinados à Secretaria de Estado dos Negócios do Império. O secretário poderia utilizar dentre esta soma 13:760\$000 com higiene pública; 23:200\$00 com inspeção de saúde dos portos; 133:300\$000 com socorros públicos e melhoramentos do estado sanitário. Quanto a outros assuntos de saúde e cura, reservava às “ditas de medicina” 202:015\$000; a conservação dos lazaretos 7:000\$000; ao Instituto Vacínico da Corte 15:080\$000; com o Hospital dos Lazaros 2:000\$000 e com a Academia Imperial de Medicina cifra de mesmo valor. Bem como na lei orçamentária dos dois anos anteriores, outros ministérios dispunham de gastos destinados a saúde e salubridade.

Cabe-nos notar que ainda que houvesse uma cifra específica nomeada de higiene pública, a inspeção de saúde dos portos- embasada em fiscalização sanitária-, o melhoramento do estado sanitário junto aos socorros públicos – incumbências da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, ou mesmo os gastos com limpeza e irrigação da cidade como parte de um ministério que cuidava de obras públicas, nos mostram que higiene se tornava pública, também, ao permear atividades orçamentárias previstas, logo consideradas necessárias, de vários dos ministérios que compunham o funcionamento do Estado brasileiro. Os planos de gastos de ambas as cartas orçamentárias contavam com reservas de precaução, a exemplo de verbas destinadas a obras especiais, gratificações diversas, ajudas de custo, despesas extraordinárias e eventuais, entre outras, dentre as quais é plausível pensarmos na inclusão de valores extras com assuntos relativos à higiene e saúde. A título de curiosidade, informamos que parte da receita arrecadada pelo Estado provinha das matrículas realizadas nas faculdades de medicina do Império¹⁷⁰.

Consideramos que a condição de negócio do Império é o que concede à *higiene* seu status de pública, afinal: um negócio do império envolvia hierarquias. Hierarquias envolviam relações entre pessoas, órgãos, cargos e ações. Tais ações ocorriam tendo em vista a construção de uma nação que não era formada apenas pela elite governante. A higiene se torna ramo da administração pública porque saúde pública era pauta de importância junto aos debates sobre o futuro do país.

O status que concedemos à higiene está relacionado à noção de coisa pública pautada pela ideia de assunto de interesse de todos governado apenas por alguns. Esta

¹⁷⁰ Sobre as demais formas de arrecadação consultar o capítulo II de ambas as leis orçamentárias.

parcela tanto buscava o controle da higiene como campo da saúde pública, como necessitava dele, tendo em vista que as doenças- objeto que a higiene busca combater e precaver-, não só tinham a capacidade de definir modos de vidas, mas também de exterminar tais vidas¹⁷¹. O status de coisa pública ascende sobretudo por ser assunto que tanto no papel quanto na prática, envolvia relações entre pessoas e situações diversas e reais.

Os muitos assuntos tratados pelas diferentes secretarias faziam parte de uma pasta maior, estrategicamente centralizada nos interesses do Ministério do Império, em seus objetivos de formar a nação brasileira. Deveria ser controlado e cuidado porque dizia respeito a manutenção da ordem imperial, saúde dos trabalhadores e dos mais graduados. Higiene pública era tema político importante diretamente ligado à saúde pública como um negócio do Império.

Os médicos estavam de olho em toda essa trama e revogavam para a sua ciência o papel de auxiliar nos cuidados da saúde pública, que era um negócio do Império porque dizia respeito à preservação da população, à força de trabalho, à disciplinarização da escravidão, dentre outros pontos importantes à formação da nação brasileira. Longe de significar a promoção de um *welfare state* à população nacional, o tratamento da higiene pública estava ligado ao controle da ordem social que se desejava manter.

A Secretaria de Estado dos Negócios do Império não atuava sozinha. A administração pública não se restringia aos órgãos alocados no topo da hierarquia da estrutura política. Os órgãos de autoridade máxima dependiam de outros, principalmente por estarem localizados na Corte e as doenças terem a mania de não se limitarem a fronteiras. Lembremos que o Império do Brasil não era formado apenas pela Corte e seus órgãos administrativos centrais.

3. *O medo de epidemias*

Um dos objetivos descritos no programa de lançamento da *Gazeta Medica da Bahia* era o de indicar, a partir da triagem dos avanços das investigações internacionais, questões que mais particularmente interessassem ao Brasil¹⁷². Uma destas se referia ao

¹⁷¹ Vidas que poderiam ser escravos ou trabalhadores braçais, vidas que poderiam ser a dos próprios burocratas de Estado acometidos pela doença, dentre outros tipos de vida.

¹⁷² *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.1, 10 de Julho de 1866, p.3. Programa de lançamento, sem assinatura.

estudo da causa das doenças, tendo em vista que a partir da descoberta do agente causador, tornava-se mais fácil tanto combater, quanto evitar uma moléstia.

De acordo o historiador americano George Rosen, é possível identificar três correntes principais¹⁷³ que se destacam ao longo do século XIX: Teoria miasmática, concepção contagionista estrita e contagionismo limitado ou contingente.

A primeira defendia que os surtos epidêmicos eram causados pelo estado da atmosfera, donde inclui-se o solo. As condições sanitárias ruins criavam um estado atmosférico local de potencial foco de epidemias. A segunda defendia que a transmissibilidade das doenças se dava por meio dos contágios específicos, de pessoa à pessoa, de modo que o ambiente não teria influência significativa como fator causador de doenças em proporções epidêmicas. Por fim a terceira, que amalgamava as duas anteriores. O chamado contagionismo limitado admitia que as doenças infecciosas dependiam de agentes contagiantes específicos ou inespecíficos (pessoas, animais), mas que estes só poderiam agir em conjunção com outros elementos, a exemplo da atmosfera, condições do solo, ou mesmo fatores sociais.

Os escritos da *Gazeta Medica da Bahia* mais se aproximavam da terceira corrente teórica¹⁷⁴. Ao longo dos vários números, encontramos explicações que ressaltam tanto o papel do homem, quanto do ambiente, na ocorrência e transmissibilidade das doenças.

A explicação do viés científico com o qual se identificam os escritos da GMB nos ajudam a compreender seus objetivos políticos. Homem e ambiente como possíveis focos de doenças justificam a necessidade da intervenção da higiene em âmbito privado – hábitos individuais, a exemplo da salubridade das habitações particulares-, e no público- hábitos coletivos, a exemplo dos estabelecimentos de comércio.

As recomendações higiênicas na esfera da vida privada se justificam por seus possíveis efeitos na vida coletiva. Por exemplo, um conjunto de habitações particulares insalubre era capaz de propagar miasmas causadores de doenças a nível coletivo. Poderia, também, tornar seus moradores focos de contágio ambulantes.

Eduardo César Marques, em texto que aborda o papel da higiene na edificação de um Rio de Janeiro moderno entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX, ressalta:

¹⁷³ ROSEN, 1994, pp. 222-223.

¹⁷⁴ Esta é uma aproximação que tomamos a liberdade de fazer por achar as definições rosenianas interessantes aos propósitos de explicação de teorias vigentes ao longo do século XIX. Mas devemos ressaltar que a nomenclatura “contagionismo limitado ou contingente” não é um termo usado pelos esculápios da *Gazeta Medica da Bahia*, que optavam por utilizar apenas o nome “contagionismo”.

O calor e a água, dois poderosos indutores da decomposição, bem como os miasmas oriundos do pântano, dos rios, dos esgotos, do solo e, posteriormente, dos pobres e suas habitações passaram a ser considerados perigosos causadores de doenças. Com relação às cidades urgia sanear o meio, dessecando pântanos, afastando cemitérios, organizando e limpando o espaço urbano das aglomerações e das estagnações dos fluxos- do ar, da água e dos homens[...] Não cabia mais intervir apenas sobre o corpo do indivíduo, visto que as doenças vinham de fora: era necessário agir sobre o corpo social¹⁷⁵

A hipótese científica dos miasmas causadores de doenças era o que justificava a intervenção na vida coletiva, no corpo social. Trata-se da ciência justificando a intromissão médica na vida pública e dos problemas de salubridade justificando a necessidade da própria ciência, que serviria aos propósitos de resolver problemas sociais graves.

Trata-se, ainda, da justificativa de interferência em nome da modernização das cidades. Uma cidade moderna seria limpa e sadia. Eis um dos pontos de interseção entre médicos e Governo Imperial no Brasil da segunda metade do século XIX: a higiene verte-se em parte da ideologia para impulsionar o progresso e a modernização.

Sanear o meio, afastar cemitérios, limpar o espaço urbano das aglomerações eram necessidades que, respaldadas pela ciência, a ultrapassavam. Demolir um cortiço, por exemplo, envolvia desabrigar uma série de pessoas, que se tornariam problemas sociais que não se findavam junto à destruição dos focos de miasmas. Havia uma série de consequências sociopolíticas não previstas nas recomendações estritamente científicas. As tentativas de sua implementação as revelavam. A intervenção no corpo social envolvia pensar outras classes que não as médicas, a exemplo dos populares e das permissões que o Governo teria de conceder a tais medidas.

O interesse na descoberta das causas das doenças estava relacionado ao medo de surtos epidêmicos. Onildo Reis David (1996), falando da epidemia de cólera-morbo na Bahia e no Brasil em 1855-1866, descreve consequências desordenadoras que a moléstia em proporções elevadas causou:

A Bahia não estava preparada para enfrentar o cólera. As precárias condições de higiene de suas cidades, a pauperização de seu povo, a falta de diligência do governo na condução de medidas sanitárias

¹⁷⁵ MARQUES, 1995, p. 56.

preventivas, o parco conhecimento dos médicos sobre a doença e sua maneira de transmissão, tudo isso contribuiu para que a província, bem como outras regiões do Brasil, fosse atingida de forma virulenta pela peste¹⁷⁶

Epidemias como a de cólera tinham a capacidade de instaurar o caos e ressaltar deficiências de higiene, de administração, de conhecimento científico. Eram, também, capazes de ultrapassar fronteiras, estendendo o estado caótico para além da abrangência regional. Um dos fatores contribuintes à ocorrência de uma epidemia era a falta de higiene e de prevenção. Desse modo, o medo das epidemias justificava a demanda da classe médica por prevenção como pré-requisito à boa governabilidade do Estado Imperial. Legitimava a intervenção na vida da população. O Estado temia a ocorrência de epidemias, pois estas tendiam a evidenciar sua “falta de diligência”, num momento onde buscava-se a imagem de civilização, modernidade e consolidação da independência.

O medo de epidemias pode ser justificado, igualmente, pelo impacto negativo que poderiam causar aos setores produtivos. Ainda no livro de Onildo Reis, somos informados:

Outros setores produtivos, além dos engenhos, ficaram desfalcados com a baixa entre os escravos durante a epidemia, a exemplo de algumas fábricas. Hermenegildo Pereira de Almeida, que se dizia, em 1858, o maior fabricante de cola da Bahia [...] declarou que a maior parte de seus escravos tinha sido vitimada pelo cólera[...] Numa correspondência ao presidente da província, do mesmo ano, Hermenegildo solicitou três africanos da Nação, como se estava dando a outros. Ele alegava ter dificuldades para adquirir novos escravos, em virtude dos altos preços deles¹⁷⁷

O contexto de surto epidêmico significava instabilidade econômica, social e política, a partir do risco que representava ao sistema escravista. Os escravos eram bastante acometidos de cólera, sobretudo pelas longas jornadas de trabalho e condições higiênicas parcas em suas habitações. A escassez do escravo na condição de produto comercial aumentava seu preço, o que era prejudicial aos senhores, que pediam auxílio do governo para enfrentar a situação. A epidemia de cólera era exemplo de que as moléstias eram deveras prejudiciais, principalmente por sua capacidade de não só

¹⁷⁶ DAVID, 1996, p. 141.

¹⁷⁷ Ibid., p. 143.

debilitar, mas exterminar braços da lavoura. Podemos pensar, também, que doentes os próprios senhores e seus familiares estariam ainda mais enfraquecidos frente a possíveis rebeliões escravas.

Outro prejuízo das epidemias dizia respeito ao aumento de órfãos que poderiam tornar-se mendigos. Onildo Reis David enfatiza que “várias crianças ficaram órfãs. Para abriga-las, foi criado na capital, o asilo do Santíssimo Coração de Jesus[...] Para os órfãos foi reservado o asilo de São Joaquim”¹⁷⁸. Bem como ocorreu na epidemia de cólera da Bahia, a ocorrência de outros surtos de moléstias poderia resultar no aumento de mendigos e vagabundos, ociosos, perigosos e improdutivo à nação. Ademais, os órfãos passariam a ser ônus do Estado, a quem não era produtivo deixá-los na vadiagem¹⁷⁹ das ruas.

As epidemias significavam, também, desordem na receita do Estado brasileiro devido ao aumento dos gastos previstos com saúde pública. Os comentários sobre créditos e orçamentos tecidos pelo ministro José Joaquim Fernandes Torres no relatório anual da Secretaria de Estado dos Negócios de Império referente ao ano de 1866 informam que:

A necessidade urgente de medidas preventivas contra a introdução da cholera-morbo, reinante em diversos portos estrangeiros, bem como a de prestar socorros, já à população das localidades de Mato Grosso e S. Pedro do Sul, que, pela invasão de forças paraguayas, e vio repentinamente reduzida a falta absoluta de meios de subsistencia , já aos habitantes indigentes de diversos pontos de algumas províncias, onde grassarão molestias de caráter epidêmico ; obrigarão o governo a fazer despezas extraordinárias pela verba – socorros publicos- do exercício de 1865-1866, a qual por isso apresentou o excesso de 46:000\$000 sobre a quantia de 133:000\$000 em que foi fixada na respectiva Lei de Orçamento. Este facto determinou a providencia de transportar-se da verba – Obras especiaes- do mesmo exercício para aquella a importância do excesso[...]¹⁸⁰

As palavras do ministro secretário dos negócios do Império evidenciam a importância da cólera como uma ameaça considerada real, a ponto de se tornar questão premente. Tal urgência impulsionada por moléstias e debilidades agravadas pelo contexto

¹⁷⁸ DAVID, 1996, p.142.

¹⁷⁹ Sobre vadiagem ver capítulo IV- “vadios e mendigos”- do Código Criminal do Império do Brazil, executado pela Lei de 16 de Dezembro de 1830.

¹⁸⁰ BRASIL. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negócios do Império referente ao ano de 1866, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1867, p. 29. Disponível em: < http://memoria.bn.br/pdf/720968/per720968_1866_00001.pdf>. Acesso em Março de 2018.

de guerra. Tropas paraguaias invadiram duas províncias brasileiras- Mato Grosso e São Pedro do Sul. Outras moléstias de caráter epidêmico também seriam culpadas pela necessidade de remanejamento de verba, bem como das justificativas do ministro sobre fazê-las. No relato foi possível preencher o déficit a partir da retirada de um fundo previsto, chamado “obras especiaes”. Este não era, inicialmente, destinado ao combate de epidemias. Tanto o risco quanto a ocorrência dos surtos impulsionavam diretamente o molde das receitas do Estado, evidenciando, inclusive, a insuficiência dos gastos pré-definidos nas Leis Orçamentárias, destinados aos socorros públicos.

Além de elemento que nos permite compreender porque se dava tanta importância não só à explicação, mas também ao combate e prevenção das doenças, o medo de epidemias é fator que influenciou diretamente a organização da burocracia da higiene no Brasil. Instituição-chave na compreensão do funcionamento deste negócio do Império, a saúde pública, é a Junta Central de Higiene Pública.

3.1. Do medo de epidemias à criação da Junta Central de Higiene Pública

Como sustentáculo de nossa hipótese que relaciona medo de epidemias e necessidade da higiene pública como negócio do Império, ou seja, responsabilidade do Estado, analisemos brevemente o contexto de criação da Junta Central de Higiene Pública (JCHP), cujas origens remontam ao Decreto n.598, de 28 de Setembro de 1850, que criou a Junta de Higiene Pública.

Elizabeth Vianna Delamarque (2011) nos informa que desde a década de 1840 ressaltava-se a necessidade de composição de um órgão formado por médicos para cuidar da salubridade do Império brasileiro. A discussão era, inicialmente, uma demanda de sociedades médicas, a exemplo da Academia Imperial de Medicina¹⁸¹. Contudo, ao longo de alguns anos, chegou a figurar nas discussões da Câmara dos Deputados. Em 1845 um projeto de criação de um órgão de salubridade pública dirigido por médicos foi posto em votação. Foi rejeitado, mas as demandas pela criação do órgão continuaram a fazer parte dos relatórios anuais do Ministério do Império. Delamarque ressalta que a matéria só foi efetivamente levada a cabo após a eclosão da epidemia de febre amarela no Brasil, em 1849:

¹⁸¹ Sobre a Academia Imperial de Medicina, ver capítulo 1 desta dissertação.

O assunto foi retomado nas sessões da Câmara dos Deputados por ocasião da epidemia de febre amarela, que eclodiu no verão de 1849/1850 na Corte e em outros pontos do império. Providências destinadas a conter o avanço da epidemia foram tomadas, uma comissão de saúde pública foi montada, mas ressalva-se, principalmente por parte dos médicos, a necessidade de criação de um órgão específico para assuntos relacionados à saúde pública[...] Percebe-se, portanto, que a epidemia de febre amarela foi o elemento motivador pela retomada das discussões, e que talvez só em função desse evento epidêmico foi possível se discutir a instituição da Junta¹⁸²

Ao longo de seu texto, a autora expõe os diversos debates que antecederam a criação do órgão, ressaltando os conflitos entre médicos e demais autoridades. Foco da briga era a redação do projeto, que tornava a Junta de Higiene um órgão consultivo. Antagonistas do projeto argumentavam que a Academia Imperial de Medicina já cumpria tal papel. A Junta necessitava de ter poderes que ultrapassem o âmbito da consulta. Outros pontos do dissenso se concentravam na presença de engenheiros na Junta, nos recursos financeiros para sua realização, bem como nas formas de angariá-los e na inconstitucionalidade de um órgão que invadiria atribuições pertencentes às câmaras municipais e assembleias provinciais¹⁸³.

Em meio ao cenário conflituoso é criada, pelo Decreto n. 598, de 14 de Setembro de 1850, a Junta de Higiene Pública. O enunciado do decreto dispunha que se concedesse ao Ministério do Império “hum credito extraordinario de duzentos contos para ser exclusivamente despendido no começo de trabalhos, que tendão a melhorar o estado sanitario da Capital e de outras Povoações do Império”¹⁸⁴.

Os trabalhos de melhorias do estado sanitário da capital, segundo o marco legal, seria competência de engenheiros e médicos. Os primeiros formariam uma comissão que, grosso modo, seria responsável pela formulação de plantas e orçamentos de obras, bem como apresentação das mesmas ao Governo. Os segundos fariam parte da junta de higiene pública, responsável pela fiscalização e proposição de posturas relacionadas à saúde pública da Corte e das províncias, incluindo as atividades comerciais portuárias. Além dos órgãos de inspeção de saúde do Porto do Rio de Janeiro, a Junta incorporaria o Instituto Vacínico da Corte.

¹⁸² DELAMARQUE, 2011, p.97.

¹⁸³ Ibid., p. 104.

¹⁸⁴ BRASIL. Decreto n.598, de 14 de Setembro de 1850.

Corroborando com majoritária parte da historiografia a respeito da criação da Junta Central de Higiene, cremos que, ainda que o decreto n.598 de 1850 não mencione a febre amarela, não ser coincidência que a discussão, vigente há vários anos, tenha se transformado em medida logo após os devastadores efeitos¹⁸⁵ da epidemia¹⁸⁶.

Sucessor do Decreto n.598, de 14 de Setembro de 1850, é o Decreto ou Regulamento de 29 de Setembro de 1851. Este alterou o nome da *Junta de Higiene Pública*¹⁸⁷ para *Junta Central de Higiene Pública*¹⁸⁸.

A alteração nominal é acompanhada de transformações notórias no funcionamento do órgão. O Decreto de criação da Junta de Higiene Pública não definia um regulamento à mesma e era deveras conciso e geral nas disposições referentes a atribuições da repartição. Basicamente concedia ao órgão jurisdição sobre a fiscalização e sugestão de posturas salubres, além de polícia médica das embarcações. Definia que as câmaras municipais a ela estavam sujeitas. Dispunha, também, que as ações da Junta estariam submissas ao Governo Imperial, a ele tendo de prestar contas.

Enquanto o Decreto n.598 de 14 de Setembro de 1850 dispunha sobre um crédito destinado ao melhoramento dos serviços sanitários da “Corte e de outras povoações do Império”, o Decreto de 29 de Setembro de 1851 era mais específico por regulamentar a Junta Central de Higiene Pública.

¹⁸⁵ “Quando se fala da epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro, a referência é de que a instalada entre fins de 1849 e meados de 1850 foi a primeira das muitas outras que ocorreriam na cidade, bem como uma das mais terríveis que assolou o Rio de Janeiro, no século XIX (Rego, 1872, 1851; Benchimol, 1992; Machado et al., 1978; Chalhoub, 1996, 1992). Um elemento ressaltado foi a universalidade do ataque epidêmico. Diferentemente das epidemias anteriores que, em sua esmagadora maioria, vitimavam os segmentos sociais mais pobres, a febre amarela também fez vítimas fatais entre a elite residente nas áreas centrais, não dando nenhum privilégio, nenhuma isenção a quem quer que fosse. Este fato contribuiu para o assombro das elites e das autoridades e para a tomada de decisões, no sentido de extinguir sua presença pelo menos nas áreas centrais da Corte. Os marinheiros e estrangeiros recém-chegados ou pouco aclimatados foram os mais fortemente atacados por ela (Lallemant apud Araújo, 1979)”- Ver RODRIGUES, C.: ‘A cidade e a morte: a febre amarela e seu impacto sobre os costumes fúnebres no Rio de Janeiro (1849-50)’. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, VI(1): 53-80, mar.-jun. 1999.

¹⁸⁶ É possível pensarmos na gravidade destes efeitos a longo prazo. A epidemia de febre amarela é tida como controlada em setembro de 1850, mesmo mês em que é promulgada a Lei Eusébio de Queiroz – Lei n. 581, de 04 de Setembro de 1850. Esta proibia o tráfico de africanos para o Império do Brasil. Assim sendo, uma vez que a febre amarela acometia em muito a população branca, acreditamos que os efeitos da doença eram entendidos como mais graves naquele contexto de incerteza sobre a continuidade da escravidão devido ao fim eminente do tráfico atlântico. Lembremos que a doença podia ser importada não apenas pelos navios do comércio escravo, mas também pelos de outros tipos de comércio.

¹⁸⁷ “Criada pelo decreto n. 598, de 14 de setembro de 1850, a Junta de Higiene Pública tinha por atribuição propor o que fosse necessário para a salubridade nas cidades, bem como indicar medidas que se convertessem em posturas municipais e exercer a polícia médica nas visitas às embarcações, boticas, lojas de drogas, mercados, armazéns e em todos os lugares, estabelecimentos e casas que pudessem provocar dano à saúde pública”. (CABRAL, 2014). Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=7270>>. Acesso em Março de 2018.

¹⁸⁸ Ver Art. 1º do Decreto número 828 de 29 de Setembro de 1851. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=79316>>. Acesso em Março de 2018.

A regulamentação clarificava e oficializava deveres e atividades do órgão. A redação do decreto, bem mais extensa, era mais específica. Além de definir os cargos da repartição de saúde pública, o regulamento dizia como a JCHP deveria proceder perante os assuntos referentes a inspeção de saúde nos portos, inspeção da vacinação, exercício da medicina, polícia sanitária, visitas sanitárias, venda de medicamentos e de quaisquer substâncias medicinais e disposições diversas, a exemplo de corantes utilizados em confeitarias ou definição de tabelas informando sobre substâncias venenosas. Também mencionava consequências legais em caso de infrações às suas normas, além de informes sobre custeio¹⁸⁹ das atividades da junta.

A alteração nominal, bem como a disposição configurada demonstrada pelos artigos do regulamento, faziam parte de esforços de centralização: Na Corte estaria a Junta Central, em algumas províncias estariam Comissões de Higiene Publica¹⁹⁰, em outras apenas um provedor da saúde pública. Todas as instâncias autorizadas pelo Governo Imperial. Os artigos evidenciam a seguinte ordem: Provedores → Comissões → Governo da Província → Junta Central → Governo Imperial. Em casos extraordinários (de epidemias, por exemplo), as comissões poderiam agir sem esperar o aval da instância maior, contudo a prestação de contas era imprescindível.

Em 1857 um outro marco legal alterou algumas disposições do Regulamento de 1851. Versa o artigo 9º do Decreto número 2.052, de 12 de Dezembro de 1857¹⁹¹:

Ficão extinctas as commissões de Hygiene Publica; e em seu lugar se creará em cada Provincia hum Inspector de Saude Publica; passando a tomar a mesma denominação os Provedores de Saude publica. Em quanto não se nomearem os Inspectores de Saude nas Provincias em que existem actualmente Commissões de Hygiene suas funcções serão exercidas pelos Presidentes das mesmas Commissões.

¹⁸⁹ Ver capítulo VIII, sobre disposições diversas, art.83: A Junta Central indicará ao Governo os livros necessarios para o serviço das diferentes Estações da Repartição de Hygiene Publica; os modelos de sua escripturação; as normas dos termos que for necessario lavrar; e arbitrará o que julgar necessario para o expediente de cada huma das Estações; o que sendo approved pelo Governo, fará repartir e distribuir pelas Commissões e Provedores. As despesas com o expediente e com os livros correrão por conta da Fazenda Nacional. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-828-29-setembro-1851-549825-publicacaooriginal-81781-pe.html>>. Acesso em Março de 2018.

¹⁹⁰ Diz o artigo 2º do Regulamento de 29 de Setembro de 1851: Art. 2º Nas Provincias do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul haverá Commissões de Hygiene Publica, compostas de tres membros, nomeados pelo Governo, que d'entre os mesmos designará o Presidente; nas outras Provincias haverá somente Provedores de Saude Publica. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-828-29-setembro-1851-549825-publicacaooriginal-81781-pe.html>>. Acesso em Março de 2018.

¹⁹¹ Approva o Regulamento desta data, pelo qual se alterão algumas disposições do da Junta Central de Hygiene Publica de 29 de Setembro de 1851. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2052-12-dezembro-1857-558221-publicacaooriginal-79207-pe.html>>. Acesso em Março de 2018.

O disposto iguala inspetores e provedores de saúde pública, mas mantém a submissão destes à Junta Central. Quanto a esta, as alterações referem-se majoritariamente a atribuição de funções ao presidente da Junta, que continua submissa ao Governo Imperial. A nova disposição, grosso modo, resume-se em: Inspectores de Saude Publica → Governo da Província → Junta Central de Higiene → Governo Imperial. É importante ressaltar que esta ordem não é estatística. O esquema de setas aqui utilizado apenas objetiva a melhor ordenação das ideias propostas para enfatizar hierarquias.

A Junta Central de Higiene Pública é regulamentada no ano seguinte ao de sua criação, quando a epidemia que impulsionou sua existência já havia abandonado os territórios brasileiros¹⁹². O órgão não se desfez, pelo contrário, se fortaleceu oficialmente por conta do regimento.

É também Delamarque quem nos informa que:

Com a promulgação do regulamento [...] de Setembro de 1851, a Junta de Higiene Pública passou a denominar-se Junta Central de Higiene Pública. No entanto, não há menção sobre o porquê do acréscimo da palavra “central”, mas, ao que tudo indica, a incorporação dessa palavra pode possuir relação ao fato da Junta apresentar uma abrangência nacional, pelo menos oficialmente, embora não tenha prestado serviços de forma igualitária a todas as províncias do Império, sendo a sua ação quase que restrita à Corte.¹⁹³

Ponderando a respeito dos significados da nomenclatura “central”, concordamos com a autora no que tange às pretensões de abrangência nacional do órgão. Acrescentamos as reflexões provindas de nossa hipótese de que havia correlação direta entre higiene pública e medo de epidemias na consideração da saúde pública como negócio do Império.

Uma das principais funções da Junta era inspecionar, fiscalizar e regulamentar casas, profissões médicas, estabelecimentos e produtos diversos – de medicamentos a corantes utilizados em confeitarias. O papel do órgão de higiene era justificado pelo melhoramento das condições sanitárias. Este, importante ao objetivo de manter a sociedade brasileira saudável, livre de surtos como o de febre amarela, que tão

¹⁹² A ocrópira já não ocorria em formato epidêmico, casos esporádicos ainda eram relatados por médicos do império, que já não viam tais ocorrência como incontroláveis.

¹⁹³ DELAMARQUE, 2011, p. 100.

prejudiciais foram ao funcionamento social em suas esferas política, social, econômica e cultural.

Centralizar essas preocupações na pasta de um órgão autorizado pelo Ministério do Império, que a ele diretamente se reportava, ressaltava a manutenção da saúde pública como assunto de Estado. Os médicos seriam auxiliares nesse processo por, a partir da ciência da higiene, serem capazes de auxiliar na tarefa de manter a população saudável. Antes da preocupação com o bem-estar das povoações, estavam aquelas debruçadas na possibilidade de controle da saúde por parte do Estado, a partir de órgãos autorizados, como a Junta Central de Higiene Pública. O “central” estava ligado à necessidade de controle de uma área que poderia impedir a boa governabilidade estatal.

Ainda que a criação da JCHP tenha sido ocorrência significativa para o reconhecimento da ciência da higiene, não podemos afirmar que sua ascensão tenha simbolizado um momento de sumidade de reconhecimento da atuação de médicos higienistas ou mesmo de consenso e satisfação entre a classe médica. O historiador Flávio Coelho Édler alerta:

A criação de uma Junta Central de Higiene Pública, em 1850, não representou o ápice do poder político dos higienistas brasileiros, como querem alguns historiadores. Além de esvaziar o poder da Academia Imperial de Medicina, a criação daquele órgão subordinou as ações oficiais no campo da saúde pública e polícia médica à pauta política e administrativa mais geral, o que gerou queixas e lamúrias por parte de acadêmicos e da imprensa médica independente e da Bahia[...]¹⁹⁴

O “central” se refere, ainda, à subordinação citada pelo historiador da medicina. A Academia Imperial de Medicina praticamente perde seu poder de órgão consultivo, já que à JCHP era conferido o papel de órgão central oficial para tratamento dos assuntos de doença e cura. Não raras são as vezes em que, nas sessões da AIM, esclarece-se que os tratamentos de certos assuntos cabiam aos médicos da Junta Central de Higiene Pública.

Em edição de Fevereiro de 1867¹⁹⁵ dos *Annaes Brasilienses de Medicina* foi relatada discussão de uma sessão geral da AIM onde a matéria apreciada referia-se ao parecer quanto a preparações farmacêuticas produzidas por um farmacêutico de nome J.

¹⁹⁴ ÉDLER, 2002, p.365.

¹⁹⁵ *Annaes Brasilienses de Medicina*, Tomo XVIII, n.9, Fevereiro de 1867, pp.328-329. Relatos da Sessão Geral de 27 de Julho de 1865.

Gestas. Este as enviara para aquele órgão no intuito de que seus representantes definissem se seus produtos estavam ou não aptos para venda. Janvrot, douto que conduzia a discussão, recomendou que se devolvesse a J. Gestas os produtos remetidos, uma vez que desde o Regulamento de 29 de Setembro de 1851 aquela atividade de fiscalização era incumbência da Junta Central de Higiene pública. Os médicos que falaram após Janvrot – Moreira, Autran, Gama Lobo, Jose Luiz, Garnier e Felix Martins-, discordaram do primeiro, alegando que a despeito do Regulamento, a autoridade científica da AIM deveria sim prestar o juízo científico sobre aquelas preparações farmacêuticas, ainda que ao órgão central de higiene pública coubesse a tarefa de permitir ou não sua venda.

O envio para apreciação destas matérias à AIM demonstra que, apesar de órgão central oficial, ainda se tratava de um momento de indeterminação quanto à consolidação da autoridade da Junta. O parecer de Janvrot era o único, dentre vários, que concordava em esclarecer, via devolução do produto remetido, que sua análise era incumbência da JCHP. Os outros médicos que falaram sobre a matéria, ainda que reconhecendo a perda da função de parecer legal sobre a venda de medicamentos, defenderam que o juízo científico era sim um direito de sua academia.

Além da resistência em transferir, não só no papel, funções antes pertencentes ao órgão do qual faziam parte, cabe-nos pensar que este tipo de postura dos médicos atrapalhava as ações pretendidas pela instituição central de higiene. Mal sabia o sr J. Gestás que, mesmo que a Academia Imperial de Medicina lhe fornecesse parecer sobre seu produto, este não lhe concedida legalidade de circulação. Em caso de fiscalização da Junta Central, um segundo parecer seria necessário. Podemos pensar, ainda, que indivíduos como o sr. Gestás não procuravam a JCHP por acharem que o parecer da AIM seria suficiente ou mesmo por entender que os dois órgãos eram uma coisa só. É, ainda, plausível pensarmos que caso a farmácia do senhor Gestás não fosse alvo de fiscalização da Junta, o que era de veras possível, o parecer da Academia continuaria válido às vistas do farmacêutico.

Logo veremos que a JCHP dependia de outras instâncias, inclusive das províncias, para cumprir sua tarefa de órgão central fiscalizador. Da lei à prática, os objetivos de centralização da autoridade sobre os assuntos de higiene pública num órgão estatal, se mostraram insuficientes.

Eventos como a criação da Junta Central de Higiene Pública revelam que antes do cuidado da saúde de fulanos e ciclanos específicos, estava a preocupação maior com o controle da saúde da nação, o que explica que a criação do órgão tenha sido protelada

quando da ocorrência frequente de doenças comuns das estações, mas tenha sido acelerada quando da ocorrência de uma epidemia que, ultrapassando barreiras regionais e de classes, e devastando o contingente populacional, inclusive o de força de trabalho, evidenciava o despreparo do governo da nação, recém-independente, para com assuntos desta natureza.

4. *A higiene pública na Gazeta Medica da Bahia*

Higiene pública era um ramo da medicina e da administração pública- a partir do tratamento da saúde pública como negócio do Império. Isto implica uma relação direta entre as duas áreas. Tal ligação ocorria de diferentes e conturbadas maneiras, a partir da consideração da higiene como coisa pública.

Mais do que uma definição, coisa pública era um debate. Durante os processos de construção de identidade e da própria nação brasileiras, ascendem diversos grupos sugerindo caminhos que resultariam na imagem desejada de Brasil. Sob a égide da máxima de que a identidade de nação doente não era compatível com a de nação moderna e civilizada, um destes grupos, composto por médicos da Bahia, decidiu lançar uma gazeta que definia uma concepção tanto de higiene como coisa pública, quanto de nação.

A fins de melhor compreender tais concepções propostas pelos médicos envolvidos na publicação da *Gazeta Medica da Bahia*, analisaremos aparições da higiene pública na folha médica em questão, entre os anos de 1866-1870. Como a higiene pública aparecia na GMB, afinal?

4.1 *Da higiene pública como denúncia a irregularidades na fiscalização e alerta à ameaça de epidemias*

Desde as primeiras edições da GMB é clara a intenção dos responsáveis pelo jornal de elencar a higiene pública como importante agenda, que deveria tornar-se prioridade estatal, para combater e evitar as doenças. Analisemos um trecho de artigo editorial intitulado *Não devemos receiar a importação da cholera-morbus?*, publicado no n.4, datado de 25 de Agosto de 1866, ou seja, no primeiro ano de circulação do jornal. O

destaque concedido à data é importante detalhe quando refletimos que os responsáveis pela *Gazeta* a modulavam segundo a eleição de assuntos que consideravam importantes aos seus propósitos de torná-la competente órgão reconhecido da literatura médica, que preencheria a lacuna de imprensa médica na Bahia e no Brasil. Higiene pública era importante demanda que aparecia logo nos primeiros números do jornal:

À pergunta que serve de epigraphe a estas linhas só se poderia responder negativamente, quanto a nós, em dous casos; ou quando tivéssemos a certeza de que a cholera não é importável, ou quando os regulamentos sanitarios de nossos portos fossem perfeitos, quanto é possível, e perfeitamente executados. Tanto do estado actual da sciencia, como do estado actual da policia medica dos portos do império, se deduz claramente que a importação da cholera-morbus é muito para receiar, na actualidade, em nosso paiz. (...)Os regulamentos de policia sanitaria das nossas cidades marítimas necessitam de uma revisão que não só os harmonise com os princípios hoje adoptados pela hygiene publica, mas que os torne uniformes e effectivos em todo o Imperio, sem o que seriam inúteis, ou talvez peiores ainda do que isso. A melhor occasião, e, ao mesmo tempo, a mais urgente, para taes reformas é a actual, em que o rigor das medidas sanitárias preventivas contra a importação da cholera se torna uma necessidade imperiosa, que não pode, nem deve ser addiada (...)¹⁹⁶

O artigo editorial fala dos perigos da importação de cólera-morbo, doença que grassava epidemicamente em alguns países da Europa e da América do Norte, e que é objeto central de nossas reflexões no capítulo seguinte. Como referência sobre o que se sabe da moléstia, em termos de conhecimento nosológico¹⁹⁷ e medidas preventivas, é citado um congresso sanitário internacional ocorrido em Constantinopla no ano de 1866. Maiores detalhes sobre este congresso podem ser encontrados na edição n.1 da GMB¹⁹⁸, onde um texto deplorava a ausência de médicos brasileiros em tal evento. Diz-se que a falta evidenciava certo descaso governamental para com os assuntos de saúde pública.

Ainda que médicos brasileiros não tenham participado do congresso sanitário de Constantinopla, informações sobre as discussões chegaram até eles, sob a forma de um

¹⁹⁶ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.4, 25 de Agosto de 1866, pp. 37-38. Artigo editorial, “Não devemos receiar a importação da cholera-morbus?”, sem assinatura.

¹⁹⁷ Nosologia é o ramo da medicina que estuda e classifica as doenças.

¹⁹⁸ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.1, 10 de Julho de 1866, pp.3-4. Seção *Trabalhos Originaes- Hygiene Publica (Hygiene Publica* aparece como um tipo de subseção, que separa os temas dos escritos publicados em *Trabalhos Originaes*), “Congresso sanitario inter-nacional: - nenhum representante por parte da medicina brasileira”, assinado pelo Dr. José de Goés Sequeira.

relatório. Tendo em vista as constantes citações na *Gazeta Medica da Bahia* de sua correspondência com folhas médicas estrangeiras, acreditamos que a via de acesso ao documento tenha sido uma delas. Era evidente a preocupação daqueles médicos da Bahia com as discussões internacionais. Evocando o programa de lançamento do jornal médico, isto se explica tanto pelo objetivo de inserir o Brasil no rol das nações civilizadas a partir da participação nos debates médico-científicos internacionais, frequentes nas nações tidas como civilizadas e ilustradas, quanto pelo objetivo de ter base de conhecimentos suficiente para filtrar as questões mais pertinentes ao contexto brasileiro¹⁹⁹.

O artigo do n.4 nos fala sobre um momento de indeterminação quanto à transmissibilidade da cólera. Além do fragmento que reproduzimos, ele nos conta que àquela época se destacavam duas correntes explicativas sobre a propagação da doença: uma contagionista e outra que discordava desta. Maior parte dos médicos, segundo o autor do artigo, demonstravam adesão à teoria do contágio²⁰⁰. Dentro do que os responsáveis pelo jornal chamavam de classe médica, havia divisões quanto à explicação das doenças. As incertezas alimentavam o medo da cólera entre os médicos e ajudam a explicar a ênfase que a folha dava à ela naquele instante.

Ainda que não fosse consensual, a ciência concedia validade às diversas hipóteses propostas e seguidas pelos médicos. A autoridade científica não só validava as teorias em vigor, direcionando as práticas de combate às doenças, mas também concedia aos médicos, de acordo com o viés do artigo, quinhão para direcionar as medidas tomadas pelo Governo. O texto afirma que ora os governos erraram e ora acertaram em suas decisões de como agir perante o flagelo. Tais ações dependeram de em qual partido- o contagionista ou o das outras explicações²⁰¹-, os governantes acreditaram. Trata-se de tornar claras tanto as necessidade e importância da função de guia da classe médica, quanto as responsabilidades e o compromisso que a mesma teria no papel de auxiliar do Governo do Brasil. Seguir as premissas erradas fazia com que as propostas e medidas para manutenção da saúde pública fossem mais ou menos eficientes.

Ressalta-se a importância do conhecimento médico-científico à atuação dos governos. Observadores do conhecimento e detentores da experiência prática, os doutores

¹⁹⁹ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.1, 10 de Julho de 1866, p. 3. Programa de lançamento, sem assinatura.

²⁰⁰ A teoria contagionista ou contagionismo, muito propagada no século XIX (não apenas no Brasil), afirmava que a transmissibilidade de uma doença se dava de indivíduo para indivíduo. Sua principal rival, e por vezes complementar, era teoria infeccionista, que afirmava que a transmissibilidade de uma doença se dava de ambiente (miasmas, solo, atmosfera, etc) para indivíduos.

²⁰¹ O autor não define quais são elas.

diplomados seriam tanto autorizados quanto indispensáveis para a atuação de um governo ilustrado, sendo este aquele que preza pela saúde pública de uma nação. O papel dos esculápios seria justificado por sua capacidade de contribuir para a construção de uma nação sadia, livre de certas doenças em proporções perigosas, epidêmicas.

Fala-se, ainda, sobre a deficiência da polícia sanitária. O autor²⁰² defende a necessidade de medidas preventivas rigorosas. Elogiava-se o governo francês e outros, tidos como ilustrados por, a partir da adoção de tais medidas, elencarem a saúde pública como importante aspecto da boa administração pública.

Ressaltava-se a necessidade de reformas da polícia sanitária no Brasil. Polícia sanitária envolvia os diversos órgãos fiscalizadores responsáveis pela higiene pública nos diversos lugares do país. No trecho, os portos são destacados como principais locais de atuação da polícia médica, o que se explica por serem locais fundamentais do comércio entre províncias brasileiras e do Brasil com outros países.

Apontava-se defeitos na fiscalização sanitária das chamadas cidades marítimas, onde o comércio se movimentava. O regulamento vigente não era uniforme, ou seja, os diferentes portos exerciam diferentes políticas de fiscalização sanitária, o que resultava em falhas de eficácia por parte da polícia da higiene. Podemos deduzir que os defeitos na fiscalização também eram relacionados a fatores externos a seus executores, como por exemplo a omissão de informações por parte dos comerciantes, muito zelosos de suas transações e avessos à possibilidade de seus navios serem embargados por um representante oficial da higiene pública.

Evocar um regulamento que funcionasse de maneira uniforme em toda a extensão do Império parece tanto justificar falhas que estavam ocorrendo, reduzindo ou escusando a responsabilidade dos médicos sobre o fato, quanto ressaltar a necessidade de apoio do governo imperial à classe médica na realização de tão difícil tarefa que tais profissionais teriam de enfrentar.

As reformas dos regulamentos e políticas de higiene pública eram tidas pelos médicos do jornal como importantes para o Brasil, daí a necessidade de o Governo Imperial ouvir os conselhos dos doutos e aumentar o rigor das medidas sanitárias de prevenção, seguindo exemplo dos governos ilustrados de nações desenvolvidas, como a França. O aconselhamento dos médicos ao Governo não era algo novo, contudo, a constante ameaça da importação da cólera o tornaria ainda mais importante. A memória

²⁰² Novamente lidamos com a ausência de assinatura ou referência de autoria.

da epidemia de 1855, pouco mais recente que a de febre amarela em 1849, aparece no artigo para ressaltar a importância de seguir preceitos definidos pela ciência da higiene. A significância desta era sancionada por importantes conferências como a de Constantinopla. Rememorar a epidemia de 1855 também era forma de validarem que as conclusões do relatório do congresso sanitário eram pertinentes à realidade nacional.

Por fim, notamos as relações conflituosas entre médicos e comerciantes. O autor destacava que a atividade comercial nos portos brasileiros era intensa (“quase hebdomadárias”), inclusive com países onde a cólera-morbo grassava em seu formato epidêmico. Sugerir a adoção de medidas preventivas mais rigorosas significaria intervir em tal atividade tão intensa, considerada necessária ao progresso econômico do país. Os médicos enfrentavam não só a difícil tarefa de convencer o Governo sobre a necessidade do melhoramento dessas medidas, mas também as classes comerciantes a colaborarem com elas.

4.2 Da higiene pública e sua relação com o comércio: a fiscalização dos portos

Ainda no artigo editorial sobre o perigo da importação de cólera, lemos:

O nosso dever de medico, e de cidadão, obriga-nos a invocar do governo imperial a mais seria atenção para o perigo que nos ameaça; é mister que não deixemos ao acaso a protecção de tantas vidas necessarias á prosperidade do paiz.²⁰³

Chama-nos atenção no trecho a colocação dos médicos não só como operários da ciência, mas como cidadãos. O acréscimo da condição política ao status profissional reforça os objetivos de ajudar a consolidar a nação brasileira. Além de atuantes da medicina, estes médicos atuavam na vida política do país. Ademais, devemos lembrar que vários médicos compunham órgãos governamentais, a exemplo de Senado e Câmara.

Os médicos da GMB buscavam eleger-se, dessa forma, homens de ciência e cidadãos, a par do que ocorria na vida política do Brasil. Como cidadãos ativos pensavam

²⁰³ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.4, 25 de Agosto de 1866, pp.38-9. Artigo editorial, “Não devemos receber a importação da cholera-morbus?”, sem assinatura.

no futuro do país. Como médicos experientes, estariam mais autorizados do que outros, pela ciência e pela observação, a sugerir modos de pensar e cuidar desse futuro.

Notamos ainda que as vidas a serem protegidas, deveriam sê-lo porque eram necessárias à prosperidade do país. Não se trata da defesa de uma classe médica agindo em auxílio de um governo filantropo da nação. Trata-se menos de uma ideologia sanitária onde o foco seria o país cuidando de seus habitantes, do que da higiene como campo que cuidaria de vidas necessárias à prosperidade do país.

A parte final do artigo editorial²⁰⁴ justifica que em 1849 e em 1855, as epidemias de febre amarela e cólera, respectivamente, tivessem entrado em solos brasileiros e devastado parte de sua população. À época não se tinha conhecimento sobre causas e formas de combate a tais doenças, até então desconhecidas. Contudo, o conhecimento médico teria avançado a nível de saber que, ainda que não tivesse causa definida, a cólera seguia o movimento dos homens e dependia das condições do ambiente²⁰⁵. Em defesa da necessidade de que o Governo auxiliasse os esculápios na batalha pela fiscalização dos portos, diz-se que a falta de inspeção adequada resultaria em “peiores calamidades lhe trazem as epidemias, uma vez desenvolvidas, do que as restrições sanitarias que lhes possam vedar o ingresso, ou embargar o passo”²⁰⁶.

O problema indicado pelos médicos defensores da higiene é que esta era necessária à boa atividade comercial. O controle do comércio era pré-requisito para o controle das epidemias, daí o cerne da disputa entre médicos e comerciantes, num contexto onde saúde pública e comércio eram pautas do Ministério do Império, assuntos importantes à formação da nação independente.

Os esculápios da GMB defendiam que os preceitos da higiene deveriam tornar-se regras, em nome de uma nação sadia. Manter o país livre de epidemias era menos dispendioso do que detratar processos adotados pela classe comerciante, que muitas vezes resistia às tentativas de imposição às regras da higiene.

A demanda pela aplicação das medidas sanitárias evidencia, ainda, que o regulamento de 29 de Setembro de 1851 não estava sendo obedecido. Centralizar a autoridade sanitária num órgão da Corte era mais efetivo no papel do que na prática, visto

²⁰⁴ Ibid., pp.38-39.

²⁰⁵ Ibid., p. 38. Percebamos que o movimento dos homens se refere a contágio e condições da atmosfera a infecção. As duas causas tornam-se explicativas para ocorrências da cólera morbo.

²⁰⁶ Ibid, pp. 38-39.

que constantes irregularidades eram flagradas nos portos, ainda que o decreto prestasse disposições²⁰⁷ sobre o assunto.

As publicações de artigos desse teor demonstram que além de perpetuar descobertas científicas, os facultativos do jornal buscavam impor suas opiniões como mais adequadas frente a outras vigentes no momento, a exemplo da dos comerciantes.

É possível pensarmos, também, na publicação como meio de informar o cidadão a participar da política ou mesmo conquistar o apoio, para além da comunidade científica, daqueles que compactuassem com sua causa. Trata-se de um jornal médico que buscava eleger seus escritores como operários da ciência e cidadãos ativamente políticos. A própria medicina científica tornava-se argumento de disputa política por direitos de atuação nos negócios do Império.

Mais do que usar a higiene como elemento despropositado e altruísta de cuidado da nação, os doutos da GMB a utilizavam como legitimadora de seus próprios argumentos sobre os rumos que o país deveria tomar. Tais argumentos conflitavam com os de outras classes formadoras da pauta dos negócios do Império, com as quais saúde pública dividia lugar.

4.2.1 *Da higiene pública e sua relação com o comércio, parte 2: Da alimentação*²⁰⁸

Na primeira década de circulação do jornal eram frequentes as publicações de matérias referentes aos hábitos alimentares, mais especificamente sobre a condição dos produtos alimentícios para consumo. Um dos mais expoentes na GMB é a carne verde, uma das bases da alimentação na província baiana no século XIX.

Em edição de 25 de Fevereiro de 1867²⁰⁹ era publicada, na seção *Noticiario*, matéria sobre o *Extractum Carnis*, um composto fabricado pelo processo do Dr. Ubatuba, do Rio Grande do Sul. Este teria imitado o processo de fabricação de um barão químico

²⁰⁷ Decreto n.828, de 29 de Setembro de 1851, Capítulo II- Da inspecção dos portos, artigos 11 a 18.

²⁰⁸ Parte do texto que compõe este tópico foi publicada sob a forma de artigo em: QUEIROZ, V.J., *Saude Pública em Mau Estado- a carne para consumo nos debates sobre higiene pública na Gazeta Medica da Bahia na década de 1860*. Revista Em tempo de Histórias, PPGHIS-UnB:2018, n.31- Agosto-Dezembro de 2017, pp. 6-28. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/issue/view/1794/showToc>>. Acesso em Março de 2018.

²⁰⁹ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n 14, 25 de Janeiro de 1867, pp. 166-167. Seção *Noticiario*, “*Extractum carnis*”, sem assinatura.

alemão²¹⁰. “Uma libra do extracto corresponde a uma arroba de carne, e contem sob forma concentrada, os seus principaes elementos nutritivos (...) meia onça é sufficiente alimentação para um homem(...)”²¹¹. O derivado de carne, aprovado pelo inspetor de saúde pública da província, Goes Sequeira, seria uma ótima pedida aos “convalescentes, aos viajantes, e n’aquelles casos de doença em que é necessaria uma alimentação sadia e nutriente sob diminuto volume”²¹², num local como a Bahia, onde as carnes verdes quase sempre estavam em mau estado. Ponto negativo do produto seria seu alto preço. O artigo concedia alguma credibilidade à opinião do Dr. Ubatuba, que dizia que aquele produto teria propriedades curativas contra a tuberculose. Ainda assim, pedia-se que os colegas de profissão da Bahia testassem-no e remetessem à folha médica baiana suas opiniões.

O composto alimentício recebe aval do inspetor de saúde pública. A recomendação do uso do produto é justificada sobretudo pelo mau estado da carne verde, uma das principais bases alimentares da Bahia. Saúde pública era ligada à higiene, higiene englobava alimentação. O alto preço do produto podia ser empecilho para o acesso das camadas mais pobres, o que demonstra a tentativa de influência dos médicos em um dos aspectos mais importantes da vida das camadas populares: a alimentação. Este aspecto também envolvia a indústria de fabricação do produto. Trata-se de uma influência sociocultural e econômica. É válido perceber que o convite aos demais colegas para testarem o extrato mostra que nem as palavras do inspetor de saúde pública, tampouco o método do Dr. Ubatuba, eram inquestionáveis, ainda que embasadas em ciência. Este tipo de julgamento publicado elucida a distinção que aqueles esculápios faziam entre seu tipo de imprensa e a grande imprensa. Seguindo a lógica proposta pelos doutos da GMB para se diferenciarem dela²¹³, a grande imprensa não seria capaz de fornecer juízos tão detalhados sobre os produtos médicos que anunciava.

Em edição de 30 de Junho de 1868, na seção *Noticiario*, lê-se texto intitulado *Tentativa para a introdução da carne de cavallo, em Londres*²¹⁴. Trata-se de trecho extraído do jornal português *Escholiaste Medico*, que analisava uma experiência culinária onde foram preparados vários pratos com carne de cavalo. A notícia louva a experiência

²¹⁰ Barão Liebig.

²¹¹ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.14, 25 de Janeiro de 1867, p.166. Seção *Noticiario*, “Extractum carnis”, sem assinatura.

²¹² *Ibid.*, p.167.

²¹³ Sobre as relações entre imprensa médica e grande imprensa, ver capítulo 1 desta dissertação.

²¹⁴ *Gazeta Medica da Bahia*, ano II, n.48, 30 de Junho de 1868, p. 287. Seção *Noticiario*, “Tentativa para a introdução da carne de cavallo, como alimento, em Londres”, extraído do *Escholiaste Medico*.

por esta quebrar preconceitos, a partir da tentativa de inserção da nova carne no cardápio habitual, em épocas de escassez alimentícia.

Bem como a notícia sobre o *Extractum Carnis*, a da carne de cavalo é publicada na seção *Noticiario*. Os escritos desta seção costumavam ser breves e traziam os mais diversos assuntos. Pensando em propósitos de organização do jornal, enfatizamos, novamente, que uma notícia só era publicada se aprovada pelos responsáveis pela GMB. O assunto da inserção de uma nova carne foi considerado cabível de aparição. Ainda que pensemos no tema do trecho como algo que podia ser desaprovado ou não seguido pelos médicos da GMB, era assunto exposto, portanto considerado pauta importante, seja para concordar ou discordar. O aparecimento desse tipo de assunto evidencia a preocupação premente com os assuntos de alimentação.

No número 65, datado de 15 de Abril de 1869, a GMB traz na seção *Hygiene Publica*, texto denominado *Fragmento de um officio redigido pelo Dr. João Pedro da Cunha Valle, medico da municipalidade, em que combate a opinião d'aquelles que attribuem às carnes fornecidas pelo matadouro publico a dysenteria epidêmica que tem reinado na capital (BA)*²¹⁵. O título extenso prescinde de maiores explicações sobre o assunto geral da matéria. Cabe-nos explicar que João Pedro da Cunha Valle afirma, e para tal evoca autoridade de bibliografias estrangeiras²¹⁶, que o aparelho digestivo tem a capacidade de neutralizar efeitos nocivos da carne adulterada. Assim sendo, a epidemia de disenteria reinante até poderia ser influenciada pela insalubridade do matadouro e consequente má condição da carne, porém não de modo decisivo. Os miasmas e o clima eram apontados como culpados pelo médico da municipalidade.

O testemunho de João Pedro da Cunha Valle conflitava com o do inspetor de saúde pública Goés Sequeira, que já em 1866²¹⁷ enfatizava a necessidade de remoção do matadouro público do centro de Salvador, para melhoramento da saúde pública. Em publicação que expunha os perigos do matadouro no centro de uma freguesia populosa, Goés Sequeira recordava que, há ao menos 12 anos, havia indicado a medida sanitária que não fora cumprida.

²¹⁵ *Gazeta Medica da Bahia*, ano III, n. 65, 15 de Abril de 1869, p.202. Seção *Hygiene Publica*, “Fragmento de um officio redigido pelo Dr. João Pedro da Cunha Valle, medico da municipalidade, em que combate a opinião d'aquelles que attribuem as carnes fornecidas pelo matadouro publico a dysenteria epidemica que tem reinado na capital”.

²¹⁶ Cita: Dr. Hamel, Dr. Morandi Dr. Levy, Sr M. Huzard, Delafond.

²¹⁷ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.9, 10 de Novembro de 1866, pp.98-99. Artigo Editorial “Matadouro Publico”, reprodução de officio remetido à presidência da Província por José de Goés Sequeira.

Os exemplos que citamos são alguns, dentre os vários, que aparecem na GMB sobre hábitos alimentares. Noutra momento deste texto, dissemos que nem sempre o jornal dedicava uma seção específica à higiene pública. Contudo, são constantes as aparições dos assuntos de saúde pública nas diversas partes do jornal, mesmo as que não recebem o título de *Hygiene Publica*. Isto reforça nossas hipóteses de que a temática da higiene era elemento organizador da folha.

Ainda que o tema da alimentação como problema da saúde pública fosse preocupação comum, a GMB publicava opiniões conflitantes, vide o testemunho de Goés Sequeira e de João da Cunha Valle, formados pela mesma instituição, a Faculdade de Medicina da Bahia. O jornal não era uma coisa só. Contemplava pluralidades. Percebamos, ainda, que no conflito mencionado a preocupação de esclarecimento está em explicar a causa de uma epidemia reinante, a de disenteria e outras moléstias do sistema digestivo. Novamente torna-se presente a ênfase nas epidemias como problemas a serem explicados para serem resolvidos, em nome da manutenção da boa saúde pública. Novamente, uma epidemia reinante coloca em discussão as práticas comerciais.

Desta vez, a preocupação com o comércio ultrapassava a fiscalização dos portos e envolvia, de forma mais direta, o cotidiano da população baiana. Mais do que a preocupação com o cumprimento do artigo 49 do capítulo V do Regulamento de 1851, a questão da carne para consumo público envolvia a relação direta e conflituosa entre estabelecimentos que vendiam a carne, consumidores (das mais diversas classes sociais, tendo em vista que a carne era a base da alimentação na Bahia) e autoridades.

Richard Graham (2013) ressalta a importância simbólica da carne de gado²¹⁸ para as povoações de Salvador nos séculos XVIII e XIX. Ao enfatizar a importância do abastecimento de alimentos e expor o uso da fome como estratégia de batalha na Guerra de independência da Bahia (1822-1823), o historiador conta que “escassez de carne era sinal de perigo e insegurança”²¹⁹.

Afirmado que a guerra girou em torno de alimentos, o autor expõe a extensa rede de pessoas envolvidas no abastecimento de carne. Após relatar os três níveis em que se dividia a provisão de carnes para consumidores urbanos- dois boiadeiros à feira do gado; da feira do gado aos matadouros e; dos matadouros aos açougues e destes para a

²¹⁸ GRAHAM, 2013, p. 169.

²¹⁹ Ibid., p.169.

população²²⁰-, Graham salienta que “assim como muitos eram os envolvidos no negócio, muitas eram as oportunidades de rivalidades, conflito e disputa de posições”²²¹.

Seja na recomendação de remoção do matadouro público não cumprida, seja nas sugestões de novos tipos de alimentos ou na defesa de que os miasmas superavam a adulteração da carne quanto às nocividades epidêmicas, o que fica evidente é que alimentação era campo da saúde pública que os doutores da GMB buscavam reger sob a justificativa das regras da higiene para manutenção da saúde, que deveria ser responsabilidade governamental a partir de ações conjuntas, já que a fome era um “verdadeiro inimigo”²²², causador de insegurança em todos os níveis- sociocultural, econômico e político-, da vida em sociedade.

O assunto da carne para consumo era polêmico. Junto à demanda de fiscalização da administração pública, donde alguns médicos eram membros oficiais, estavam os hábitos alimentícios das povoações. Devemos pensar que para muitas pessoas era mais importante a necessidade de comer do que a de entender as condições sanitárias da carne fornecida por um estabelecimento que, por estar alocado no centro de uma freguesia populosa, poderia ser mais próximo da realidade popular do que das regras da higiene pública. Além disso, as autoridades médicas disputavam lugar com as demais autoridades urbanas que, de acordo Graham, “levavam muito a sério sua obrigação de garantir o abastecimento e manter o preço acessível”²²³.

Ainda que houvesse divergência entre os médicos que versavam sobre o tema, a busca pela jurisdição sobre os hábitos alimentares é expoente da tentativa de intervenção da classe médica nos hábitos populares. A cultura da alimentação era objeto pretendido de intervenção daqueles, que buscavam ocupar um lugar de destaque na direção dos rumos da nação, de forma a moldar seus habitantes conforme as regras da higiene. Contudo, os hábitos da higiene esbarravam, por vezes, com os mais bem consolidados hábitos de matar a fome. Esbarravam, igualmente, nos conflitos explicativos internos dos operários da ciência ou noutras pendengas entre boiadeiros, açougueiros, marinheiros, transportadores e outros envolvidos no comércio desse gênero alimentício²²⁴.

²²⁰ GRAHAM, 2013. Ver capítulo 6, “Da Feira ao açougue”, pp. 169-188.

²²¹ GRAHAM, 2013, p. 188.

²²² Ibid., p.225.

²²³ Ibid,p.225.

²²⁴ Sobre os envolvidos no comércio da carne na Bahia entre 1780 e 1860 ver GRAHAM, 2013.

4.3 *Da higiene e sua relação com o trabalho: Higiene, loucura, produtividade dos indivíduos na marcha do progresso*

Em meados de 1866 foi publicada matéria denominada *Considerações geraes sobre os hospitaes d'Alienados; Necessidade da criação de um asylo, a elles especialmente destinado, em nossa província*. De autoria de José de Goés Sequeira, o texto foi dividido em duas partes que foram publicadas nos números 2 e 3, de 25 de julho e 10 de Agosto de 1866, respectivamente. A partir da definição dos ambientes adequados para tratamento, a loucura é objeto de análise do inspetor de saúde pública, logo, assunto da higiene pública.

Após dissertar sobre a importância de Philippe Pinel, Jean Esquirol e outros estudiosos das doenças mentais, no que concerne à caridosa e científica tarefa de contribuir para a criação, na França, dos primeiros asilos de alienados, o inspetor de saúde pública cita exemplos bem sucedidos de países que aderiram a tal instituição para tratarem de seus loucos: Inglaterra, Holanda, Portugal e Japão²²⁵.

Goés Sequeira denuncia o atraso do Brasil em relação à importância atribuída pelos governos ilustrados aos asilos especificamente destinadas aos loucos, ainda que reconheça a existência, no Rio de Janeiro, do Hospital Dom Pedro II, local de abrigo e tratamento dos portadores da alienação mental.

A loucura é vista como “fatal afflicção”, sobretudo nos centros de maior atividade industrial e advento da civilização. O inspetor afirma que ela era um problema no Brasil. A afirmação de sua ocorrência no país implica que o progresso, a atividade industrial e o movimento civilizador eram uma realidade da nação brasileira em construção. O portador da alienação mental era aquele que não conseguia assimilar esses estágios de evolução, de transformação, se isentando, assim, desse tipo de realidade. A loucura, por meio do alienado, é apresentada como problema real que afetava a nação brasileira.

Em um trecho da matéria, lemos:

O que dizemos é filho de informações que havemos colhido, e do que em nossa capital constantemente observamos, sendo justamente os factos que aqui se notam, devidos quasi as mesmas causas que se dão em outros paizes [...] É no seio dos vastos focos de população das

²²⁵ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.2, 25 de Julho de 1866, p. 15. *Seção Trabalhos Originaes- Hygiene Publica (Hygiene Publica* aparece como um tipo de subseção, que separa os temas dos escritos publicados em *Trabalhos Originaes*), “Considerações geraes sobre os hospitaes d'alienados; necessidade da criação de um asylo, a elles especialmente destinado, em nossa provincia”, assinado pelo Dr. José de Goés Sequeira.

grandes capitães, que a superexcitação da vida nervosa, os desregramentos e atractivos das paixões, as aspirações ambiciosas, as decepções e revezes da fortuna, os excessos de trabalho, de gozos e de privações, em um numero avultado de indivíduos, constituem uma predisposição muito especial para as moléstias do systema nervoso, que se revela e traduz nas populações por consideravel numero de alienados. E n'esta vida devoradora em que se engolfa essa multidão de industriaes, de artistas, de homens de letras, de funcionarios públicos, verdadeiros soldados da civilização, quantas victimas são fulminadas precisamente em seu ponto mais vulnerável, o órgão sem cessar posto em acção ?²²⁶

Desta vez Goés Sequeira não menciona autoridades científicas estrangeiras. Antes apresenta observações que ele e outros médicos brasileiros haviam colhido. Afirmar que as causas da alienação mental no Brasil seriam praticamente as mesmas que se observava em outros países é maneira de aproximar o nível de desenvolvimento e progresso do Brasil aos de nações estrangeiras, ditas civilizadas. O “quasi” se explica, como vimos na primeira parte do relatório, pela existência de apenas um asilo exclusivamente destinado aos loucos no Brasil. Fora do Brasil, vários governos ilustrados já teriam atribuído maior atenção ao assunto a partir do maior número de espaços destinados ao tratamento dos loucos.

O texto destaca a ameaça que a alienação mental representava para aqueles a quem o inspetor de saúde pública chama de “soldados da civilização”: trabalhadores do ramo industrial, artistas, homens de letras e funcionários públicos. Estes teriam papel fundamental no progresso sociocultural, econômico e político do Brasil. Notemos que a metáfora expressa na palavra “soldados” faz referência à ideia de luta. Na marcha do progresso, a nação brasileira disputava pelo status de nação civilizada.

Apesar do destaque concedido aos “soldados da civilização”, fatores como excitação de paixões, reveses da fortuna, prazeres, privações e excessos de trabalho, nos levam a pensar que a loucura não era ameaça apenas aos sujeitos que Goés Sequeira destaca, tendo em vista que estes elementos não eram privilégio de tais indivíduos.

²²⁶ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.3, 10 de Agosto de 1866, p. 30, Seção *Trabalhos Originaes- Hygiene Publica* (*Hygiene Publica* aparece como um tipo de subseção, que separa os temas dos escritos publicados em *Trabalhos Originaes*) “Considerações geraes sobre os hospitaes d’alienados; necessidade da criação de um asylo, a elles especialmente destinado, em nossa provincia- parte II”, assinado pelo Dr. José de Goés Sequeira.

Prosseguindo seu argumento, Goés Sequeira afirma que a remoção dos alienados- que naquela época eram tratados na Santa Casa de Misericórdia da Bahia-, para um edifício adequado para aquele tipo de doença- a loucura-, era a providência mais necessária recomendada pela higiene e pela terapêutica. Ademais, enfatiza a importância do empreendimento, ressaltando que ainda que tal empresa exigisse recursos financeiros para além dos que já eram fornecidos para a saúde pública da Bahia, ela era possível de ser realizada. O problema maior, segundo o inspetor, seria menos a verba do que a falta de “vontade forte” do governo da província, uma vez autorizado pela Assembleia Provincial²²⁷. Goés Sequeira, médico inspetor da saúde pública, se utiliza do problema da alienação mental para sugerir a aplicação de recursos financeiros de que dispõe o governo província²²⁸. Trata-se da tentativa de intervenção do doutor²²⁹ na decisão política, social e econômica do uso de receita do Estado. Preceitos da higiene justificariam as adaptações necessárias.

A recomendação nos permite, novamente, questionar a definição de público-alvo da *Gazeta Medica da Bahia*. Conselhos como o da aplicação de recursos do trecho acima, nos fazem crer que o jornal não era escrito apenas para os profissionais das ciências médicas, já que a sugestão parecia se dirigir a membros do Governo Imperial- e é válido lembrarmos que muitos médicos exerciam cargos políticos-, ou alguma associação doutra da época, que pudesse apoiar a causa dos facultativos da GMB.

Em vias de finalização de seu artigo, Goés Sequeira disserta sobre aspectos do caráter econômico que envolvia o tema da loucura como problema de higiene pública. Um deles se refere ao argumento de que a assistência aos alienados não exigia gastos exagerados, contanto que houvesse uma administração eficiente e um espaço apropriado, em que a obediência às regras da higiene superasse a pompa e os luxos. O outro elenca o trabalho agrícola como parte do tratamento da loucura. Goés Sequeira oferece um tipo de contrapartida econômica às despesas governamentais feitas com os loucos. Além da possibilidade destes serem vertidos em força de trabalho agrícola, o trabalho era forma de devolver a razão aos loucos.

²²⁷ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.3, 10 de Agosto de 1866, p. 31, Seção *Trabalhos Originaes- Higiene Publica (Higiene Publica)* aparece como um tipo de subseção, que separa os temas dos escritos publicados em *Trabalhos Originaes* “Considerações geraes sobre os hospitaes d’alienados; necessidade da criação de um asylo, a elles especialmente destinado, em nossa provincia- parte II”, assinado pelo Dr. José de Goés Sequeira.

²²⁸ A receita do governo da província dependia da do Governo Imperial.

²²⁹ No século XIX, o grau de doutor não exigia a formação de pós-graduação provinda de um doutorado, como ocorre (ou ao menos deveria ocorrer) hoje em dia.

A aparição deste tipo pensamento numa seção de higiene pública de um jornal escrito por médicos permite perceber que estes buscavam inserir-se em discussões sociopolíticas que ultrapassavam o campo da nosologia²³⁰. Falar sobre o alienado como aquele que não acompanhava os estágios de evolução da indústria era maneira de demonstrar a preocupação médica com a economia, a política, a própria evolução social a partir do aumento do movimento civilizador, que era projeto de Estado. As normas da higiene pública seriam necessárias ao tratamento adequado de figuras como a do louco, elemento prejudicial à definição da identidade brasileira adequada à marcha do progresso.

4.4 A higiene pública como elemento de diversidade entre teoria e prática

A medicina estuda estes dois estados e divide-se conseguintemente em duas partes; a hygiene que cuida da saude e lhe prescreve os meios de conserval-a, e a therapeutica, que applica os meios proprios para vencer a molestia restabelecendo a harmonia na economia perturbada²³¹

O trecho contém matéria lida na Academia Imperial de Medicina em sessão de 1868. Nela encontramos a assertiva de que higiene e terapêutica, com diferentes funções, se complementavam e compunham o que se chamava de medicina na época. À higiene cabia a função de cuidar e indicar formas de preservação da saúde. Já à terapêutica cabia agir quando da ocorrência das moléstias e sobre estas. Uma buscava manter as doenças longe, a outra buscava combatê-las quando elas grassavam. Ambas com intuito de restabelecer a *harmonia*, ou seja a saúde, na *economia perturbada*, ou seja no corpo acometido, visto que o termo *economia*, na medicina do período, geralmente remetia a corpo. Os escritos da GMB seguem raciocínio semelhante no que concerne à divisão da medicina em higiene e terapêutica. Na folha médica, sinônimo de terapêutica é a chamada atividade dos clínicos, ou clínica médica.

²³⁰ Ramo da medicina que classifica as doenças.

²³¹ *Annaes Brasilienses de Medicina*, tomo XX, n.4, Setembro de 1868, p.135. “Discurso pronunciado em presença de S.M.I. na sessão publica anniversaria da Imperial Academia de Medicina no dia 30 de Junho de 1868 pelo Dr. João Damasceno Peçanha da Silva”. O referido doutor nasceu em 1836 no Rio de Janeiro, faleceu em 1893 no mesmo local. Foi membro da Academia Imperial de Medicina e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, instituição onde se formou em Medicina no ao de 1862.

No capítulo 1 dissemos que ainda que a *Gazeta Medica da Bahia* não fosse jornal porta-voz da Faculdade de Medicina da Bahia, alguns de seus colaboradores mantinham ligação com a instituição, seja por meio da docência ou discência. Ressaltamos, também, que o “caráter sério e grave”²³² a que aspirava o periódico médico baiano, exigia o diploma científico concedido por instituições reconhecidas. Uma destas era a Faculdade de Medicina da Bahia, uma das únicas faculdades de medicina do período, acompanhada da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Boa parte dos escritos da GMB versavam sobre regulamentos, ensino, atividades e outros assuntos relacionados a essas faculdades, principalmente a da Bahia.

Considerando a existência desta relação entre GMB e Faculdade de Medicina da Bahia, e partindo de nossa hipótese de que higiene pública era elemento organizador do jornal médico, torna-se pertinente analisarmos se, e de que maneira, ele aparecia na instituição de ensino superior baiana.

Durante o período que analisamos é possível apontarmos ao menos duas ligações produtivas ao nosso argumento. A primeira é que higiene fazia parte das matérias obrigatórias para a obtenção do grau de doutor em Medicina. A segunda é que Goés Sequeira, autor de grande parte das matérias sobre higiene pública publicadas na GMB, além de inspetor da saúde pública, era lente de patologia da Faculdade de Medicina da Bahia.

Na tabela 2 do capítulo 1 desta dissertação vimos que higiene era matéria do sexto e último ano regular do curso de medicina da FAMEB. Era ministrada junto à História da Medicina. As memórias históricas da instituição de ensino superior publicadas nos anexos dos relatórios anuais da Secretaria de Estado dos Negócios do Império de 1866 a 1869, por vezes relatam o andamento das aulas de matérias ministradas durante os anos letivos. Contudo, além das descrições existentes serem vagas, parte das disciplinas do currículo, a exemplo da matéria de Higiene e História da Medicina, sequer figuram no relatório de fatos notáveis.

Ainda que não tenhamos tido acesso ao programa dos cursos ofertados na FAMEB de 1866 a 1870, o que nos impede de refletir sobre cada matéria ofertada, desejamos destacar que higiene era disciplina obrigatória, de modo que se presume que todo médico diplomado tivesse noções básicas sobre a temática. Higiene era, além de parte constituinte do que se chamava de medicina, efetivamente parte do currículo do curso de medicina.

²³² *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.1, 10 de Julho de 1866, p.3. Programa de lançamento, sem assinatura.

Refletir sobre tal aspecto não é trivial, tendo em vista os objetivos de ultrapassagem da GMB em relação ao conhecimento produzido institucionalmente²³³.

Mesmo que fizesse parte do currículo obrigatório, de 1866 a 1870 não encontramos muitas teses de doutoramento dedicadas primordialmente à temática da higiene ou higiene pública, produzidas no âmbito da FAMEB. No capítulo 1 vimos que as dissertações para obtenção do grau de doutor eram compostas por um assunto central e algumas proposições gerais sobre outros temas. Dentre os aproximadamente 55 trabalhos apresentados e aprovados para a obtenção do grau de doutor em medicina entre 1866 e 1869²³⁴, apenas 5²³⁵ apresentavam a higiene em seus títulos: Em 1868 temos o trabalho do formando Elpídio Joaquim Baraúna, que obteve seu grau de doutor defendendo dissertação intitulada “Hygiene da mulher em estado de gravidez”; o de Francisco dos Santos Silva, que versava sobre hidrocele, mas trazia preposição sobre a higiene militar em campanha e o de Dionísio José dos Santos cujo tema central era a metrorragia e apresentava proposição sobre a higiene da mulher em estado de gravidez. Em 1869 a Frutuoso Pinto da Silva defendeu dissertação intitulada “Hygiene dos Collegios” e Joaquim da Silva Rego se formou apresentando a “Hygiene da mulher em estado de gravidez”, título semelhante ao da dissertação que seu colega Elpídio Baraúna defendia no ano anterior.

Evoquemos a segunda ligação. José de Goés Sequeira, inspetor de saúde pública da Bahia, era autor de grande parte dos escritos sobre higiene pública que figuravam na GMB. Era formado pela FAMEB, além de professor de patologia geral da mesma instituição. Percebamos que o cargo de inspetor de saúde pública era ocupado por um médico clínico de formação, afinal não havia uma graduação específica em higiene pública. Tenhamos em mente a complementariedade entre terapêutica, ou medicina clínica e higiene.

Em 10 de Fevereiro de 1867 começa, na GMB, a publicação de matéria intitulada *O Relatorio do Sr. Dr. Inspetor de Saude Publica desta provincia*. Trata-se da reprodução

²³³ Ver capítulo 1 desta dissertação.

²³⁴ E como fonte para descobrir tais informações recorreremos às memórias históricas em anexo aos relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios do Império dos anos de 1866, 1867 e 1868, bem como à edição n.80 de 30 de Novembro de 1869 da *Gazeta Medica da Bahia*, que diferente da memória histórica daquele ano, informava sobre os temas das teses defendidas.

²³⁵ Um dos anexos desta dissertação contém uma tabela com os principais temas defendidos nas teses para obtenção do grau de doutor entre 1866 e 1869. Lembramos que com “primordialmente” queremos dizer higiene como título, assunto central. Esta aparecia muitas vezes no corpo de texto e na construção dos argumentos das teses, porém não como tema exclusivo.

de relatório oficial, remetido por José de Goés Sequeira, à Junta Central de Higiene Pública. A tarefa de redação do relatório obedecia ao artigo n.82 do Regulamento de 29 de Setembro de 1851, que definia as disposições da Junta Central de Higiene Pública.

O relatório era uma das incumbências do inspetor de saúde pública. Geralmente era escrito no início de um novo ano, sobre as condições sanitárias do ano anterior²³⁶. O documento era enviado à Junta Central de Higiene Pública e, além de informar sobre a salubridade e ocorrência de moléstias na província baiana, integrava parte do relatório geral sobre as condições sanitárias do Império, de responsabilidade do presidente do órgão central de higiene da Corte. Nos detenhamos na advertência que antecede sua reprodução no n.16 da *Gazeta Medica da Bahia*:

[...] Pois bem, se existiu n'esta cidade uma mollestia com aqueles symptomas, à quem competia declarar se ella era ou não usual entre nós, e se tinha character epidêmico? Era sem duvida aos médicos clínicos que a observaram em maior escala, e que estão familiarisados com nosso quadro nosologico ordinário. Ora, é justamente o testemunho authorisado d'esses colegas que nos justifica em asseverar, como ainda asseveramos que, por não menos de seis mezes, grassou entre nós uma afecção de caracteres bem definidos, posto que de formas variadas, que não costumavamos observar outr'ora com tanta frequencia[...]. Julgamos desnecessário levar mais longe essas considerações[...]. Todavia era nosso dever não deixar passar sem reparo a censura de havermos dado curso a opinioes errôneas, e a factos mal averiguados, mormente quando esta censura se acha consignada em um documento official, e nos vem de um collega que, por mais de um titulo, deve ser tido em conta de competente na materia²³⁷

A longa advertência que não é assinada, mas provavelmente foi escrita por Virgílio Clímaco Damázio²³⁸, revela discordância com as considerações de Goés Sequeira acerca da ocorrência epidêmica ou não de doença similar ao beriberi. A nota preliminar, que aparece logo no artigo editorial, ou seja, nas primeiras páginas da folha médica, defende o posicionamento dos médicos clínicos em relação às observações do inspetor de saúde pública.

²³⁶ Havia mapas trimestrais, semestrais e de outras periodicidades a depender da intensidade da ocorrência de doenças.

²³⁷ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.16, 25 de Fevereiro de 1867, pp.181-183. Artigo editorial, "O relatório do Sr. Dr. Inspector de Saude Publica d'esta província", sem assinatura.

²³⁸ Virgílio Clímaco Damazio e Goés Sequeira eram professores na FAMEB. Se acreditamos no padrão de serem os artigos editoriais escritos pelos diretores do jornal, ao primeiro cabe a autoria da advertência. Caso não seja, cabe-nos pensar que as reflexões são válidas para qualquer outro médico que escreva, tendo em vista que no período que analisamos, Goés e Sequeira era o único inspetor de saúde pública da Bahia.

Um dos estranhamentos ao nos depararmos com esta nota se refere a entender porque o relatório foi publicado, já que trazia um juízo dito pelo autor da nota como equivocado quanto às observações dos clínicos da capital baiana. Ao invés de gastar tempo se defendendo, o diretor e outros clínicos colaboradores do jornal poderiam ter escolhido simplesmente não publicar o relatório nas páginas de seu jornal. Contudo o mesmo foi publicado.

Sua publicação nos permite voltar aos nossos questionamentos quanto ao público-alvo. Sua presença no periódico parece servir ao intuito de informar os leitores, no sentido de situar os mesmos quanto ao conteúdo daquela publicação oficial, que não parecia estar ao alcance de muitos. Parece, igualmente, cumprir função de ressaltar que os responsáveis pela *Gazeta Medica da Bahia* estavam a par dos assuntos de correspondência entre inspetor de saúde e Junta Central de Higiene Pública. Além disso, trata-se da contestação a um documento oficial com informações consideradas prejudiciais à imagem dos clínicos da capital baiana.

O jornal é utilizado como palco de defesa de membros específicos- os médicos clínicos-, da classe médica. Estariam estes tentando salvaguardar suas atuações perante os órgãos de higiene pública da Corte, chegando ao próprio Governo Imperial? Cremos que sim. Acreditamos, ainda, que a publicação da advertência e do relatório do inspetor no jornal serviam também a propósitos de credibilidade das matérias ali publicadas, principalmente porque Goés Sequeira cita a GMB como fonte no relatório oficial.

Contudo, a defesa é feita de forma comedida. Não há anulação da importância do documento, tampouco da capacidade de Goés Sequeira que é, inclusive, além de inspetor de saúde pública, autoridade na área.

Goés Sequeira é reconhecido como autoridade devido a posse de título que comprova experiência na área clínica. O inspetor era lente de patologia geral da Faculdade de Medicina da Bahia e egresso da referida instituição. Isto lhe dava permissão suficiente para falar sobre assuntos clínicos. Contudo, notemos que, a partir do momento em que ele discorda de definições propostas por outros médicos da clínica, seu papel de médico inspetor de saúde pública é ressaltado para explicar seu distanciamento das conclusões dos clínicos, mais próximos da observação em maior escala dos fenômenos de uma doença. O autor da contestação destaca as diferenças entre as funções de quem aconselha sobre prevenção de doenças e as de quem trabalha diretamente em seu combate.

Nos é revelado o conflito dentro da classe médica que o jornal chamava a se unir. Inspetor de saúde pública e médicos clínicos afirmavam coisas diferentes, porque suas

áreas de trabalho, classificadas como pertencentes ao campo médico-científico, definido pela posse de diploma, eram coisas diferentes. E esta diferença é publicada no jornal. Eis mais um indício da heterogeneidade de seus colaboradores.

Os relatórios de higiene pública, recorrentes nas páginas da *Gazeta Medica da Bahia* ao longo da década de 1860, costumavam conter o chamado estado sanitário da província a qual se referia. Sua classificação em bom ou ruim era mensurada pela intensidade da ocorrência de doenças ao longo do ano em dadas localidades. Clima, idade, alimentação, risco de epidemias, tratamentos utilizados em estabelecimentos de saúde, métodos preventivos e outros muitos, eram fatores imprescindíveis da medição. Por vezes, além dos relatórios sobre a Bahia, eram publicados, na GMB, textos sobre o estado sanitário de outras províncias. Estes mais raramente.

Apesar de serem tarefa do inspetor de saúde pública, a execução dos relatórios envolvia a atuação de outros médicos. Eis aqui mais uma das possíveis causas para a escolha de publicar este tipo de texto no jornal médico. A condição (em bom ou ruim) do estado sanitário da província definia, concomitantemente, a situação da atuação dos médicos.

Ainda que fatores como o clima, o risco de importação via comércio e a imprevisibilidade de algumas doenças afetassem, mais do que os doutos, a ocorrência de moléstias num determinado período, estes tinham sua imagem diretamente ligada ao estado sanitário de um local. Um bom estado sanitário poderia ser alcançado a partir das eficientes recomendações e tratamentos médicos frente a um mal, da mesma forma que um mau estado poderia ter sido impulsionado por negligência dos profissionais de uma região. Além disso, a definição das ocorrências de doenças e problemas numa dada localidade direcionaria as necessidades de atuação dos profissionais de medicina, seja da terapêutica, seja da higiene.

Por vezes, as participações de outros médicos nos relatórios de higiene pública ocorriam de forma mais direta. Em edição de 31 de Outubro de 1868, encontramos transcrição de relatório intitulado *Estado sanitario da cidade da Bahia*. Nele, conta-se que o inspetor de saúde pública, Goés Sequeira, organizou uma reunião com alguns colegas para melhor analisar o estado sanitário da Bahia. É dele que extraímos o trecho a seguir:

O testemunho unanime dos collegas presentes foi: que ha alguns mezes se tem manifestado n'esta cidade notavel predomínio das

affecções do tubo digestivo mormente diarrhea e camaras de sangue, e que ultimamente se observam numerosos casos de dysenteria, revestindo as vezes as mais graves formas d'esta doença, e constituindo uma verdadeira epidemia; **que , alem das numerosas causas predisponentes ordinarias geraes e individuaes** , reputavam a elevada **temperatura** a que estamos sujeitos ha muito tempo e sem interrupção, como um dos primeiros factores na produção dos efeitos de numerosas causas que, sem esta circumstancia , ficariam talvez inactivas, taes como as **exalações miasmaticas e putridas,a deterioração das aguas, dos alimentos**, etc.; que **convinha promover quanto fosse possivel , e com brevidade, mais activa e mais efficaz limpeza das cidades e das habitações, a desinfecção dos focos d'emanções putridas não susceptíveis de remoção prompta, aconselhar** a dispersão dos alumnos de casas de educação densamente habitadas, etc.; finalmente que **se instruisse o povo no modo de evitar o mal, ou de attenuar os seus efeitos , mediante a observância possivel das regras da hygiene, quer no que respeita as pessoas, quer nos que se refere à alimentação, e hábitos de temperança(...)** (Grifos nossos) ²³⁹

O relatório, assinado por um tal “L”, evoca a autoridade de um conjunto de médicos para respaldar as assertivas de Goés Sequeira no relato sobre o estado sanitário da Bahia. Vemos que quanto maior o número de observações profissionais relatadas, maiores as chances de uma hipótese ser considerada uma verdade científica. Um grupo restrito se auto afirma para tratar de assuntos que afetam a vida das demais pessoas da população. Alguns médicos reunidos chegam ao consenso de que uma moléstia adquiriu proporções epidêmicas. Além de identificarem um problema que impõe como demanda, por eles definida a partir de suas observações, sugerem medidas a serem tomadas. Tais medidas deveriam ser aplicadas ao grupo maior, à população.

As medidas instrutivas mencionadas, filhas dos preceitos da higiene pública, afetariam diversas esferas da vida coletiva, a exemplo da limpeza das ruas da cidade; e privada das pessoas, a exemplo da limpeza das casas e observação dos hábitos de temperança e alimentação.

Clínicos e higienistas eram membros da grande classe a que se chamava de médicos. A relação ora pactual, ora conflituosa, que num momento ressaltava as diferenças nas funções e noutra salientava sua complementariedade evidenciam a diversidade presente num campo que se pretendia uno.

²³⁹ *Gazeta Medica da Bahia*, ano III, n.54, 31 de Outubro de 1868, p.61, grifos nossos. Seção *Hygiene Publica*, “Estado sanitario da cidade da Bahia”, assinado por “L”.

A publicação dos relatórios oficiais no jornal médico explicitava a importância concedida ao assunto por parte dos responsáveis pela folha médica. Estes pareciam considerar necessária a tarefa de não manter tais documentos apenas no âmbito de prestação de contas para órgãos centrais como a JCHP e o próprio Ministério do Império.

A importância concedida ao assunto da higiene no jornal parece ser maneira de aumentar o contato de muitos médicos e alunos com o tema que ocupava apenas uma matéria do currículo do curso médico da FAMEB. As poucas, ou ao menos não preconizadas, aparições da higiene nos conteúdos das teses defendidas de 1866 a 1870 nos levam a pensar que o destaque concedido ao tema na folha médica era mais uma forma de questionar e ultrapassar a literatura produzida naquela instituição superior de ensino médico. Retomemos o aviso da teses: “A Faculdade não aprova nem reaprova as opiniões emitidas nas theses que lhe são apresentadas”. Por meio dos assuntos de higiene pública a GMB era espaço onde os escritos eram formados por e formadores de opinião, para além da divulgação de resultados meramente científicos.

Boa parte das teses produzidas no âmbito da FAMEB se ocupava de brandos conselhos sobre higiene de mulheres, crianças e ambientes. Tais temas também figuravam nos escritos da *Gazeta Medica da Bahia*. Contudo, neste lugar os escritos costumavam ser mais incisivos ao focar no caráter de negócio público da higiene, seja ao alfinetarem os governos da província e do Império, ressaltando constantemente as efetivas medidas tomadas por governo ilustrados de outros países civilizados, seja ao afirmarem que os congressos científicos seriam muito mais úteis do que os diplomáticos, pois:

Dos congressos médicos internacionais resultam, certamente, mais imediatas e duradouras vantagens para a humanidade em geral, do que dos congressos diplomáticos, que, quando muito, aproveitam às nações interessadas, e nem sempre, ou quasi nunca, a todas ellas. Estas assembleas scientificas que, felizmente para o progresso da nossa arte, se vão tornando cada vez mais frequentes, advogam os interesses da sciencia que são os da humanidade inteira, e procuram, no estudo comparativo dos factos enthesourados pela observação individual ou conquistados pela experimentação paciente, lenta e silenciosa, os meios mais efficazes e melhoras as condições physica e moral do homem, e da sociedade[...] os benefícios que a ophtalmologia, a hygiene publica e outros ramos que a sciencia medica tem colhido dos congressos internacionais, são conhecidos ²⁴⁰

²⁴⁰ *Gazeta Medica da Bahia*, ano 1, n.9, 10 de Novembro de 1866, p.97. Artigo editorial, “O Congresso medico internacional de Paris”, sem assinatura.

Enquanto buscavam legitimar-se a partir do uso da necessidade social da higiene pública, tema de grande parte dos congressos científicos da época, os médicos buscavam legitimar, também, a importância da própria ciência da higiene. Esta traria resultados mais efetivos, produtivos e gerais, do que os congressos diplomáticos. Trata-se do argumento de que a efetividade da ciência da higiene era mais ampla do que a da diplomacia. A transmissibilidade das doenças, que burlava fronteiras, fazia das moléstias problema social real e importante que não se limitava a interesses burocráticos. Diferente dos acordos diplomáticos, os congressos científicos eram proveitosos a nível global. Além disso, os acordos diplomáticos podiam ter vida curta, os efeitos benéficos da oftalmologia, higiene pública e outros ramos da ciência médica, seriam mais duradouros.

Inserir o Brasil no rol dos congressos internacionais seria maneira de obter benefícios colhidos dessas reuniões e prestar contribuições às suas conclusões, demonstrando o progresso da arte dos médicos brasileiros junto aos demais médicos do mundo. Trata-se da ideia de que a missão dos médicos da higiene era cosmopolita, de grande alcance, além de altruísta e desprovida de privilégios que beneficiariam apenas grupos específicos. Trata-se da busca por um local de intervenção justificada e legítima da classe médica que utilizava o jornal como plataforma de influência e posicionamento político.

5. *Considerações Finais*

Na seção *Hygiene Publica* do n.63 de Março de 1869, encontramos a seguinte reclamação:

O estudo, a maior somma de luzes que havemos adquirido pela experiência , convence-nos cada vez mais da necessidade da criação e organização em nosso paiz d'um serviço medico, que especial e permanentemente seja encarregado de prestar à população rural indigente os socorros profissionais, e de ao mesmo tempo auxiliar as respectivas autoridades locaes na execução de todas as medidas relativas à hygiene e salubridade publica [...] Até hoje a população do centro de nosso paiz vive como que em abandono; pouco ou nenhum interesse demonstramos pelo seu bem estar: em geral , ella vive e morre a mingua dos soccorros profissionais, ou então submete-se cheia de

profunda credulidade as tricas e criminosas especulações dos curandeiros e charlatões[...]²⁴¹

A passagem integra trecho que reclamava uma “completa e radical” reforma nos regulamentos sanitários do Brasil, que precisava de um serviço médico organizado, amparado pelo Governo. Um dos argumentos centrais é o de que a “proteção e garantia da saúde pública” precisava da atenção constante às endemo-epidemias²⁴². A configuração criticada contava com uma assistência governamental que só se atentava para as doenças quando estas assumiam a forma de “feia catadura”, ou seja, proporções alarmantes e caóticas que ultrapassassem fronteiras regionais. O problema estava em que, fora dos períodos de surto, tais doenças também eram prejudiciais, chegando a extinguir rebanhos inteiros de uma dada localidade.

O que fica evidente na demanda pela criação de um serviço médico organizado no país é que as sugestões de reforma não se referiam apenas à Bahia, de modo que o trecho acaba por denunciar a insuficiência dos regulamentos de higiene, donde inclui-se o da Junta Central de Higiene Pública. O órgão central no Rio de Janeiro não tinha total controle sobre problemas ocorridos noutras partes do país, de modo que precisava da colaboração de médicos e autoridades municipais.

No texto, as epidemias são divididas em dois tipos: as que passam despercebidas e as que ganham proporção alarmante, produzindo grandes estragos. Quando não cuidadas, as endemias- doenças que incidem uma população a nível local ou regional-, podem virar surtos epidêmicos- com incidência a nível nacional -, daí a necessidade de cortar o mal pela raiz, prestando atenção nas primeiras, para que elas não adquiram proporções perigosas. A prevenção permanente seria mais interessante para a saúde pública do que o hábito de somente em situações de “feia catadura” recorrer aos socorros públicos que, por falta de tempo hábil, poderiam chegar tardiamente.

Desse modo, o problema estava na organização do serviço e não nos médicos, dispostos a socorrer, mas quase impedidos por uma legislação que permitia a negligência com a população do campo. A menção ao descaso com as pessoas da área rural do país é posicionamento político dos escritores da *Gazeta Medica da Bahia* perante problemas evidentes da nação. Lembremos que a construção de nação brasileira passava,

²⁴¹ *Gazeta Medica da Bahia*, ano III, n.63, 15 de Março de 1869, pp.174-175. Seção *Hygiene Publica*, “Relatorio da Inspectoria de Saude Publica da Bahia”, assinado pelo Dr. José de Goês Sequeira.

²⁴² Doenças a nível regional com possibilidade de atingirem níveis nacionais e internacionais.

necessariamente, pela definição da identidade de seus habitantes. Como uma das soluções necessárias ao problema, sugere-se uma reforma nas leis que permita maior atuação da classe médica, inclusive seu respeito por outras autoridades, as municipais.

No texto do qual extraímos a passagem citada encontramos, ainda, menção a figuras importantes que, de forma indireta, tornam-se personagens centrais na *Gazeta Medica da Bahia*: trata-se dos charlatões.

Em obra já mencionada neste capítulo²⁴³, Gabriela Sampaio fornece explicações sobre a categoria de “charlatão”. De acordo a autora, tratava-se de nomenclatura utilizada pelos médicos diplomados “para assinalar em todos os seus outros uma mesma visão negativa”²⁴⁴. Além daqueles que praticavam a arte da cura sem a legitimação concedida por um diploma de uma instituição científica, charlatões também seriam os indivíduos diplomados que se utilizassem incorretamente, de acordo os parâmetros dos avaliadores brasileiros, os preceitos da ciência.

No trecho, a falta de amparo oficial às populações rurais fazia com que ascendesse a recorrência a curandeiros e charlatões. Separar os dois tipos de sujeito pode ser maneira de indicar que as populações ficavam a mercê não só dos primeiros, assumidamente não médicos, mas também podiam cair em falsas indicações de médicos que se aproveitavam da situação para exercer as práticas de cura de maneiras que os doutos da *Gazeta Medica da Bahia* consideravam erradas. Em discurso publicado no n. 36 da GMB, datado de Dezembro de 1867, Pacífico Pereira lançava a assertiva: “Sem duvida alguma o charlatão diplomado é o pior e mais perigoso de todos”²⁴⁵

Vinte e dois artigos compunham o capítulo IV do Regulamento de 29 de Setembro de 1851, que versava sobre o exercício da medicina e da farmácia. Grosso modo, o capítulo definia o que era preciso para exercer o cargo de médico no Brasil. Os artigos 25, 26 e 27, por exemplo, falavam da necessidade de reconhecimento de diploma nacional ou estrangeiro, por escolas de medicina do Brasil. O artigo 39 explicitava que os médicos não deveriam manter conchavos com boticários e não tinham o direito de indicar ao paciente uma botica específica onde adquirir os remédios receitados. O artigo 46 alertava sobre punição penal (Artigos 301 e 302 do Código Criminal Brasileiro de 1840) para os

²⁴³ *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial* (2001).

²⁴⁴ *Ibid.*, p.53.

²⁴⁵ *Gazeta Medica da Bahia*, ano II, n.36, 31 de Dezembro de 1867, p.144. Seção *Noticiario*, “Discurso academico”, sem assinatura.

indivíduos que exercessem a profissão sem diploma ou com diploma falso, não reconhecido por uma instituição de medicina do Brasil.

Poderíamos continuar a citar artigos, mas os exemplos nos servem para verificar que havia um parâmetro legal que definia quem eram os únicos com direito legal de exercer o ofício. Observemos que ainda que o regulamento fosse denunciado, tido como digno de reforma por sua falta de eficácia, era referência legal para denunciar e deslegitimar certas práticas, tornando-as dignas de punição. Ultrapassando a legislação a categoria *charlatão* definia, além dos sujeitos fora dos preceitos da lei, o lugar dos médicos diplomados da GMB, que utilizavam-se do chavão para deslegitimar práticas que consideravam incorretas, diversas das suas.

No âmbito dessas práticas consideradas charlatãs- que não se restringiam apenas às povoações rurais-, evocando os artigos que mencionamos, bem como a ideia de Gabriela Sampaio de que charlatão era forma de ratificar visão negativa de outros praticantes da cura, podemos pensar inclusive, que médicos diplomados de universidades de fora do Brasil poderiam ter seus diplomas recusados por mera incompatibilidade ou recusa teórica por parte das escolas nacionais de medicina.

De certo modo torna-se clara a denúncia de que além de tratar as pessoas de forma errônea, dificultando os objetivos de estabelecimento da classe médica diplomada como única autoridade sobre os assuntos de doença e cura, os charlatões poderiam contribuir para a ascensão das epidemias, perigos significativos de catástrofes a nível nacional. Desrespeitando um regulamento reconhecido pelo Ministério do Império, esses “faladores que se vendem por eruditos”²⁴⁶ estariam, ainda, desafiando a própria autoridade do Estado Imperial.

No capítulo 1 dissemos que o público-alvo do jornal não era, primeiramente, as camadas populares. Contudo, devemos revelar que estas tinham um papel fundamental na justificativa de existência da folha médica e, conseqüentemente, dos sujeitos a ela ligados. Todas as ações apontadas como necessárias e, de certa forma, a própria primordialidade da higiene pública eram justificadas pela manutenção da saúde pública, ou seja, desta população geral. Sem a população que precisava ser cuidada, a necessidade de atuação dos operários da medicina não existiria.

Outros ecos do aparecimento do povo como ator inevitável, ainda que apassivado, na GMB, são as constantes demandas pela legitimação da classe médica, cujo expoente

²⁴⁶ SILVA, 1789, p.384.

exemplificador é o combate aos charlatões. Não devemos pensar nos conflitos internos entre autoridades e órgãos oficiais como definidores da situação. A legitimidade envolve diretamente o consentimento popular. A atuação sobre a população era argumento dos doutos da GMB para convencer o Governo Imperial da necessidade da ascensão política da classe médica.

Voltemos ao texto que iniciou este capítulo:

A missão da hygiene, quando por seus conceitos e preceitos procura **esclarecer e guiar o homem e as populações, afim de que se ponham em salvaguarda, e previnam** os males que as ameaçam, é, com effeito, a mais bella e importante. Se negligentes e surdos, como somos as suas vozes e advertencias, não recebemos quasi sempre a punição das nossas faltas, é, porque, por um **favor providencial**, a natureza, segundo phrase d'um medico escritor notavel, tem mais compaixão da humanidade do que a propria humanidade de si mesma; **porem muitas vezes quando estamos distrahdos**, engolfados em prazeres, e occupaões diversas, la nos vem surprehendermales, e incommodos que nos amarguram a existência, os quaes nos entanto, **poderiam em tempo ser prevenidos(...)** (Grifos nossos)²⁴⁷

O trecho não explicita, mas é pertinente perguntar: quem executaria a referida missão? Os médicos, operários da ciência. Portas-vozes das regras da hygiene pública, tornariam a população menos dependente de favores divinos. Guardiões da prevenção, possibilitariam uma existência mais agradável, protegendo a humanidade de suas inexoráveis vulnerabilidades e deslizes- distrações, prazeres e ocupações diversas-, que ocasionavam incômodos à vida saudável. Missionários, reduziriam os riscos inerentes aos tempos em que preceitos preventivos não foram adotados de forma satisfatória. A missão da hygiene traduzia-se na missão dos propagadores de suas regras. Tratava-se da legitimação de função social e papel político da classe médica a partir de melhorias que a hygiene pública poderia oferecer.

Contudo, os esculápios não atuavam sozinhos. Teriam de esclarecer autoridades governamentais centrais e provinciais, bem como a população e mesmo pares de profissão, de que era proveitoso deixá-los guiar pelos caminhos da hygiene. Esta ascende como campo da administração pública sobretudo por ser campo da medicina que lida com

²⁴⁷ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.6, 25 de Setembro de 1866, pp. 66-67. Grifos nossos. Seção *Trabalhos Originaes- Hygiene Publica* (*Hygiene Publica* aparece como um tipo de subseção, que separa os temas dos escritos publicados em *Trabalhos Originaes*), "Influencia nociva das dejecções cholericas: meios que convem empregar para neutralisar, ou evitar os seus effeitos", pelo Dr. José de Goés Sequeira.

o estado sanitário, que envolve a ocorrência de epidemias, prejudiciais ao progresso do país.

A partir dos argumentos da prevenção, os médicos da GMB justificavam a necessidade de sua função de observadores e fiscalizadores, mais autorizados que outros devido ao quinhão concedido pela ciência da higiene, fora dos tempos de catástrofe. Agir sobre as endemias era necessário aos cuidados da nação, que era foco das grandes questões do Estado Imperial. Não se tratava da missão puramente caridosa de garantir universalização da saúde e assistência pública. Tratava-se de garantir o futuro ao país quase recém-independente, a partir do controle das pessoas que nele viviam.

A partir da centralidade concedida ao tema da higiene pública, os médicos da GMB propunham o seu projeto de nação civilizada, livre de epidemias. Ressaltaram a figura da doença como assunto de Estado, pois doença permitia a intervenção na vida das pessoas, doença era perigoso aos ideais civilizatórios. Doença era, ainda, o que permitia aos médicos utilizarem os projetos políticos do Governo Imperial para evidenciar a imprescindibilidade de sua participação nas garantias de um futuro ao Brasil.

A constante publicação de assuntos de higiene pública na *Gazeta Medica* é, conseqüentemente, indicativo da função de guiar e educar o público-leitor, de acordo as regras da higiene propagadas por aqueles médicos da Bahia, que os mesmos concediam ao jornal. Lançar uma gazeta era maneira não apenas de informar, mas de convencer sobre necessidades e benefícios da preconização da higiene pública como necessária aos futuros da nação. Isto nos leva a pensar que o público-alvo do jornal não se limitava a médicos e funcionários da administração pública.

As aparições da higiene pública na GMB nos permitem verificar que, ao buscarem erguer um tipo próprio de jornal, como parte da tal da imprensa médica, destinada à literatura médica pautada em vieses científicos, os responsáveis pela folha médica também construía para si uma plataforma de posicionamentos políticos que ultrapassavam a pura submissão às normas científicas da higiene e da terapêutica, logo da medicina.

Ao longo do capítulo, vimos que higiene pública significava muitas coisas e buscava reger diversas questões. Entre alimentação, loucura, comércio e outros, um

objeto se sobressai paradoxalmente por frequência e ausência. Frequência devido a ocupar muitas folhas da GMB nos anos da década de 1860. Ausente por se tratar de um inimigo em potencial que ainda não fazia parte do rol das doenças que reinavam em proporções alarmantes no cotidiano baiano, nem no resto do Brasil. Trata-se da *cholera-morbus*, ou cólera-morbo.

No já mencionado relatório acerca do estado sanitário da província baiana durante o ano de 1866²⁴⁸, Goés e Sequeira afirma:

Apezar dos sérios receios que nutrimos relativamente a cholera-morbus, em consequência das frequentes e constantes relações que entretemos com diversos paizes, onde ella se desenvolveu com carácter epidemico, não temos, graças a Divina Providencia, que registrar um so facto de similhante flagello²⁴⁹

A ausência de cólera-morbo na província baiana em 1866 não impediu que ela fosse preocupação importante, que alimentou sérios receios quanto a sua ocorrência não só na Bahia, mas no Brasil, que mantinha relações com diversos países onde havia epidemias da doença. A atenção especial dada ao mal é evidente nas diversas matérias sobre o assunto que figuram no jornal ao longo de 1866.

Contudo, a conclusão de que os receios não se concretizaram em ocorrência epidêmica da doença na Bahia e no Brasil não fez com que se parasse de prestar atenção especial à cólera. Em edições da GMB de 1866 a 1868, por exemplo, as afecções do sistema digestivo são tidas como um problema premente a ser resolvido. Ocorrem em proporções epidêmicas. Tais moléstias tinham ocorrência comprovada. Ainda assim, a cólera-morbo, que não acometia epidemicamente solos brasileiros, ganhava atenção especial na folha médica, principalmente nos escritos sobre higiene pública.

Porque a cólera-morbo, cuja epidemia não era uma realidade do contexto brasileiro naquele momento, tornou-se grande questão da higiene pública, área da ciência e argumento político dos esculápios da *Gazeta Medica da Bahia*? Eis o que buscaremos entender no próximo capítulo.

²⁴⁸ GMB, ano I, n.16, 25 de Fevereiro de 1867, pp. 189-192

²⁴⁹ Ibid., p.189.

3. O medonho flagelo

1. Do estado da questão

[...] estejamos preparados e nos não mostremos vacillantes, se tivermos a infelicidade de travar segunda lucta com o medonho flagello[...]²⁵⁰

Assim Goés Sequeira, nosso já conhecido inspetor de saúde pública da Bahia, se expressava em defesa da importância dos conselhos de salubridade e medidas preventivas que deveriam ser empregadas contra a importação da cólera-morbo. A fala do inspetor antecedia a reprodução de nota anexa a um aviso que circulara na França, sobre providências a serem tomadas por ocasião da invasão da doença naquele país²⁵¹.

No breve texto o inspetor afirma que, ainda que conste o gradativo declínio da cólera-morbo nos países europeus, ela ocorria sob a forma epidêmica tanto na Europa, quanto nos Estados Unidos, conforme informavam jornais estrangeiros. Preocupação central à reprodução das medidas, bem como aos conselhos fornecidos por Goés Sequeira, era que várias dessas cidades onde a doença vitimava a muitos mantinham relações comerciais com portos brasileiros.

Para acentuar a urgência da matéria, Goés Sequeira aponta a possibilidade de ocorrência de uma segunda luta contra o “medonho flagelo”, que era a cólera-morbo. O texto do inspetor é um, dentre os vários, que concedia atenção especial à ameaça da doença que ainda não ocorria epidemicamente no Brasil. O risco de importação de tal moléstia e sua propagação era assunto frequente de higiene pública na *Gazeta Medica da Bahia*.

²⁵⁰ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.7, 10 de Outubro de 1866, p. 74. Seção *Trabalhos Originaes- Hygiene Publica* (*Hygiene Publica* aparece como um tipo de subseção, que separa os temas dos escritos publicados em *Trabalhos Originaes*), assinado por José de Goés Sequeira.

²⁵¹ Título traduzido: “Nota anexa a circular de 17 de Julho de 1866 sobre as medidas que devem ser tomadas por ocasião da cholera-morbus”. Extraído de: *Unión Medicele*, n.101, 28 de Agosto de 1866 APUD *Gazeta Medica da Bahia*, n.7, 10 de Outubro de 1866, seção *Trabalhos Originaes- Hygiene Publica* (*Hygiene Publica* aparece como um tipo de subseção, que separa os temas dos escritos publicados em *Trabalhos Originaes*), pp.74-75.

Fundamental à compreensão da importância concedida à ameaça da cólera é a consideração da ideia de prevenção, presente em boa parte dos escritos sobre tal matéria, a exemplo de texto publicado no n.4 da *Gazeta Medica*, onde era defendido que “[...] o rigor das medidas sanitárias preventivas contra a importação da cholera se torna uma necessidade imperiosa, que não pode, nem deve ser addiada[...]”²⁵². As frequentemente evocadas ações preventivas eram sanitárias, de modo que pertenciam ao campo da higiene, ciência médica responsável pela manutenção da saúde e precaução quanto às doenças.

A imperiosa necessidade de que tais medidas se tornassem mais rigorosas apontam para um momento onde as existentes não eram satisfatórias. Assim sendo, neste capítulo serão analisadas demandas por prevenção contra a cólera-morbo e consequentes significados da centralidade que o tema adquire na *Gazeta Medica da Bahia* entre 1866 e 1870.

A citação que abre este tópico fala de um possível segundo confronto contra o “medonho flagelo”, o que implica na existência de um primeiro. A luta anterior refere-se ao surto de cólera-morbo que atacara o Brasil em 1855-56. A passagem que citamos não é referência isolada, mas por várias vezes a epidemia de 1855 é rememorada nas páginas da GMB.

O episódio de 1855-56 ocupou, também, a atenção de uma série de trabalhos historiográficos. Alguns autores se debruçaram em analisar diversas consequências da presença vultuosa da moléstia em territórios brasileiros. Vejamos alguns.

Em *Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar* (2012), Tânia Salgado Pimenta, Kaori Kodama, Francisco Inácio Bastos e Jaime Gregório Bellido apresentam perfil sociodemográfico dos óbitos registrados durante a primeira epidemia de cólera do Rio de Janeiro, em 1855-56. Buscando romper com a tradição historiográfica que não concedia lugar à escravidão na análise dos processos de medicalização da sociedade, vigente em 1970²⁵³, os autores ressaltam que a cólera-morbo vitimou mais escravos do que as demais classes sociais.

²⁵² *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.4, 25 de Agosto de 1866, p.38. Artigo editorial- “Não devemos receiar a importação da cholera-morbus?”, sem assinatura.

²⁵³ A exemplo de obras como *Danação da Norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil* (1978), de Roberto Machado *et al.*

O texto, cujo recorte regional está mais centrado no Rio de Janeiro²⁵⁴, nos fornece algumas considerações importantes. Uma delas refere-se ao predomínio dos estudos da epidemia de febre amarela de 1849-50 sobre os referentes à primeira epidemia de cólera-morbo no Brasil (1855-56). Os autores estranham o fato de uma enfermidade que afetava de sobremaneira a população africana, os escravos, ter sido menos explorada do que a que mais afetara brancos e imigrantes²⁵⁵. Ainda que haja estatísticas expostas pelos próprios médicos brasileiros que apontem para um perfil mais afetado, diz-se que do ponto de vista histórico a cólera e sua dinâmica foram pouco estudadas.

Para os autores é importante entender a epidemia de 1855-6, junto à primeira epidemia de febre amarela ocorrida poucos anos antes, em 1849-50. Além de demonstrarem que os serviços públicos de combate às moléstias epidêmicas foram parecidos quando da ocorrência das duas doenças, os autores refletem sobre a mudança de perspectiva em relação às próprias epidemias. A partir da metade do século XIX, estas passam a fazer parte da realidade nacional, adquirindo maior atenção da saúde pública, o que pode ser verificado na criação de órgãos como a Junta Central de Higiene Pública.

Dizem Tânia Salgado *et al* que as correntes médico-explicativas predominantes eram as de cunho higienista. Clima, ambiente e dieta tinham centralidade em tais explicações. Críticas ao tratamento dos escravos eram frequentemente propagadas por médicos e pela imprensa. Estas mais interessadas em preservar a vida útil de uma valiosa propriedade, o escravo, do que em questionar o sistema escravista. Os autores ressaltam, ainda, que jornais da grande imprensa publicavam medicamentos indicados aos senhores que queriam melhorar a saúde de seus escravos. Se lembrarmos das reflexões do capítulo primeiro, percebemos que este ponto dificultava ainda mais a luta pelo monopólio das artes de cura pela classe médica.

Para os autores, a cólera sublinhou a desigualdade social, a partir da evidência dos piores hábitos higiênicos, incluindo alimentação e habitação, dos escravos e libertos que viviam em aglomerações. O artigo afirma que a dinâmica da epidemia de 1855-56, que afetou todo o Império do Brasil, com ênfase na devastação da província da Bahia, deve ser analisada à luz de fatores biológicos inerentemente ligados aos sociais.

²⁵⁴ Os autores utilizam como fontes principais dois livros de óbitos de cemitérios (São Francisco Xavier e São João Batista) do Rio de Janeiro, atualmente sob guarda da Santa Casa de Misericórdia (ver p.61 do artigo referido).

²⁵⁵ Como vimos do debate historiográfico do capítulo anterior, Sidney Chalhou, em *Cidade Febril* (1996), fornece possíveis motivos.

Autores como Sebastião Pimentel Franco refletiram sobre impactos do surto de cólera-morbo de 1855-56 fora do Rio de Janeiro²⁵⁶. Em *Pânico e terror: a presença da cólera na província do Espírito Santo (1855-1856)* (2014), o historiador investiga consequências da moléstia no cotidiano capixaba. Sua análise embasa-se na investigação de documentos oficiais (correspondências da administração, resoluções, petições, requerimentos, relatórios de governo) e na mídia impressa do período.

Quanto à chegada da doença ao Espírito Santo, Franco aponta tratar-se de um momento de pânico e terror, principalmente por duas razões: a alta mortalidade que a moléstia causava e o desconhecimento sobre causas e tratamentos, que contribuía ao primeiro, bem como à ausência de credibilidade no potencial da classe médica. Tal descrédito era impulsionado por algumas medidas aplicadas de improviso ao contexto, sendo a mais expressiva a de designar sujeitos não médicos - padres, subdelegados e professores-, para aplicação de remédios²⁵⁷.

O autor discorre sobre as disputas explicativas quanto à cólera-morbo. Não poucas eram as pessoas que atribuíam o mal a castigos divinos, de modo que as procissões dividiam espaço no posto de eficácia no combate à moléstia. A disputa ocorria, ainda, a nível interno. Franco aponta o conflito entre médicos alopatas e homeopatas, tidos pelos primeiros como charlatões²⁵⁸. Também informa que alguns médicos do sul da província do Espírito Santo concluía que era impossível deter o flagelo.

Corroborando com o argumento de Tânia Salgado *et al*, Franco acentua a maior mortalidade escrava, sobretudo nas fazendas. Aponta, também, para a mortalidade indígena nas localidades de Nova Almeida e Santa Cruz²⁵⁹. O autor frisa a importância concedida às condições higiênicas, sobretudo por parte de médicos diplomados, que elencavam aspectos como dieta e salubridade do ambiente como causas mais plausíveis sobre as quais agir. O faziam refutando curandeirismos diversos, que agiam legitimando causas outras, que não a precariedade da higiene.

Sebastião Pimentel Franco também parte de uma perspectiva que considera as epidemias uma realidade continental, da qual o Brasil fazia parte. Cuidados para com a epidemia, ainda que ocorridos sob forma precária e assistência despreparada frente à

²⁵⁶ Mesmo porque, e isto é dito no texto de Tânia Salgado *et al*, é consenso historiográfico que a moléstia chegara ao Brasil grassando primeiramente no Pará, depois na Bahia e depois nas demais províncias do Império.

²⁵⁷ FRANCO, 2014, p.130.

²⁵⁸ Cremos ser interessante informar que os esculápios da *Gazeta Medica da Bahia* prezavam pela alopatia e também combatiam os homeopatas.

²⁵⁹ FRANCO, 2014, p.127.

enfermidade, simbolizaram a necessidade da intervenção governamental, colaborando para que os governos que se sucediam mais se preocupassem com políticas públicas de assistência à população. O autor fala, ainda, da publicidade da cólera na imprensa do período, evidenciando a importância dos jornais como canal de comunicação e informação entre diferentes classes.

Para Franco, o pânico do contágio da doença foi responsável pela modificação de hábitos diversos, tais como acolhimento dos doentes e rituais fúnebres demorados e aglomerados, onde ficava-se por horas homenageando o cadáver. Durante o surto colérico rituais de sepultamento chegaram a ser suprimidos. O autor também enfatiza os impactos negativos que a doença causou na economia, a exemplo da danação da mão-de-obra escrava e crises no abastecimento de alimentos²⁶⁰ e outros produtos de primeira necessidade. A fiscalização sanitária também exercera impactos negativos no fluxo comercial. População e governo vivenciaram de diversas maneiras o surto de cólera.

Quanto ao nosso recorte regional, contamos com um livro referência de autoria de Onildo Reis David. Em 1996 foi publicado *O Inimigo Invisível – epidemia na Bahia no século XIX*²⁶¹. Embasado em rica análise documental de fontes diversas-correspondências, ofícios, abaixo-assinados, relatórios da Junta Central de Higiene Pública, inquéritos policiais, registros de entrada de santas casas, registros de óbitos, dentre outros-, além da imprensa, o escrito trata dos efeitos da passagem da cólera-morbo na Bahia²⁶².

Sua obra divide-se em cinco capítulos. No primeiro, além de traçar o itinerário global da cólera no século XIX²⁶³, informa sobre o ambiente brasileiro que recepcionou a epidemia importada via comércio marítimo. Numa época onde “não havia separação rígida entre bairros ricos e bairros pobres”²⁶⁴, moradas pouco salubres, sujeira, pobreza, fome e doenças são apontadas como causas de vulnerabilidade da população baiana às epidemias.

Segundo e terceiro capítulos tratam da política sanitária e da reação popular, bem como de duas versões explicativas sobre as causas da cólera, uma pertencente ao campo

²⁶⁰ Ver diálogo com Richard Graham no capítulo anterior.

²⁶¹ O título “O inimigo invisível” provavelmente é retirado de: *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.4, 25 de Agosto de 1866, Artigo editorial- “*Não devemos receber a importação da cholera-morbus?*” p.38, onde o autor, que não assina o escrito, refere-se à cólera-morbo como “inimigo invisível e traiçoeiro”.

²⁶² Salvador foi a primeira cidade baiana afetada.

²⁶³ Desde 1817, donde ascendeu nos vales dos Ganges, em Bengala, Índia- DAVID, 1996, p.36.

²⁶⁴ DAVID, 1996, p.25. Ainda que não houvesse tal separação rígida, eram evidentes as diferenças de salubridade entre as casas de ricos e pobres, de modo que as dos últimos eram mais sujas e menos adequadas à entrada de ar, luz, e divisão em cômodos espaçosos.

da medicina científica, outra ao da religião. O da polícia sanitária e reação popular descreve um momento de dúvidas tanto sobre em qual navio teria chegado a doença, quanto das opiniões médicas referentes às suas causas e seus tratamentos. Em meio a mortes numerosas e incertezas diversas, comerciantes e outras classes foram alvo das medidas sanitárias do governo, aconselhadas por médicos da capital e de fora. Junto às alegações de restabelecimento da boa saúde pública, ganhavam lugar hábitos de ordem moral, a exemplo de interessante postura que proibia retaliação e cozimento de baleias²⁶⁵ no centro urbano de Salvador.

Medos de vários tipos, a exemplo do receio de cuidar dos doentes, recepcioná-los em casa ou dar-lhes um ritual fúnebre, e mesmo o de que levantes escravos tivessem lugar em meio ao período de crise social, econômica e política causada pela cólera, ganhavam lugar no cotidiano. A indeterminação contextual era agravada por constantes conflitos gerados por explicações divergentes, fossem as médicas, divididas entre miasmas e outras formas de propagação da doença, que em nada ajudavam frente à ineficácia das medidas preventivas propostas, fossem as científicas e religiosas, que definiam formas de lidar com o flagelo.

Os últimos dois capítulos tratam da crise do comércio, com ênfase na falta de carne verde e farinha de mandioca, bases da alimentação na Bahia²⁶⁶ e dos extensos rastros de morte legados pela cólera. Da mesma forma que os outros autores mencionados, Onildo ressalta que os mais acometidos pela doença eram os negros e pobres, devido às precárias condições higiênicas em que viviam.

Da leitura de Onildo Reis David, percebemos ser a cólera elemento que afetara e causara transformações diversas em várias esferas sociais: crenças e religiosidade, hábitos do cotidiano, relação entre poderes- científicos, populares e governamentais-e suas funções sociais, conhecimento médico-científico, comércio, dentre outros. A epidemia forçara e justificara a maior atuação governamental na administração da saúde pública, ainda que muitas das medidas promovidas por médicos e governos tenham fracassado.

O fracasso de tais ações afetava a classe médica de diversas formas. Enquanto alguns esculápios buscavam sobre a epidemia seu lugar de legitimação e reconhecimento, muitos simplesmente fugiam por medo ou inventavam desculpas para não atenderem coléricos. As explicações religiosas e procissões dificultavam ainda mais os objetivos dos primeiros.

²⁶⁵ DAVID, 1996, pp. 57-61.

²⁶⁶ Ver GRAHAM, R. *Alimentar a Cidade- das vendedoras de rua à reforma liberal, 1780-1860* (2013).

Anna Amélia Vieira do Nascimento (1986) escreve um capítulo²⁶⁷ intitulado *As epidemias- cholera morbus e a febre amarela como fatores de involução populacional da cidade de Salvador*. Dentre os vários aspectos que analisa, enfatizamos o das tentativas por parte dos médicos e acadêmicos de medicina de imporem sua autoridade. Tentavam fazê-lo por meio de recomendações para lidar com a cólera, mas esbarravam em dificuldades encontradas por tais indicações ao tentarem aplicá-las na vida prática da população baiana.

De acordo a autora, durante a epidemia de 1855-1856, o conhecimento médico-científico não era capaz de indicar um remédio específico contra a doença, de modo que os remédios paliativos, que tratavam do sintoma e não da enfermidade em si, tomavam conta dos receituários. O descrédito nos médicos, causado pelo tratamento ineficaz contra a cólera, era agravado pelos esforços de muitos doutores de procurarem aplicar explicações europeias para a ocorrência do mal num contexto brasileiro, com condições de higiene e hábitos culturais bem diferentes.

Existem outros trabalhos que detém esforços em analisar os efeitos transformadores resultantes da epidemia de 1855-56. Contudo, os que citamos suprem os objetivos de explicar com quem dialogamos na tarefa de pensar a cólera como importante questão de higiene pública.

Os vieses propostos pela historiografia aqui mencionada satisfazem uma das hipóteses que sustentamos: a que se refere a pensar na evocação das memórias da epidemia anterior como evidência prática da necessidade de prevenção uma década após sua ocorrência efetiva em solos brasileiros. O despreparo – médico, governamental e populacional-, bem como as crises no funcionamento social- comércio, política, etc-, instauradas pela epidemia inesperada e devastadora, deveriam servir de exemplo para que não se agisse apenas na ocasião da moléstia, o que provavelmente resultaria em fracasso.

Ainda que não se soubesse o que causava a cólera, a enfermidade era relacionada aos maus hábitos higiênicos, que envolviam diferentes aspectos da vida particular e coletiva, a exemplo de habitações, alimentação, comércio e costumes. A epidemia, bem, como os riscos de sua ocorrência- que envolviam pensar prejuízos à mão-de-obra escrava, inclusive-, deveriam ser pensados como problema de saúde pública, negócio de responsabilidade do Estado em nome da saúde da nação e da imagem de Brasil civilizado. Trata-se de um momento onde o Governo Imperial tinha de conceder maior atenção à

²⁶⁷ In: Dez Freguesias da Cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX, 1986.

saúde como assunto da administração pública, visto que as imagens desejadas de Brasil eram incompatíveis com as que encarnavam as classes pobres e escravas, parcelas sociais mais afetadas, logo evidenciadas pela cólera.

Antenados às questões do contexto, os médicos diplomados levantavam sua bandeira de que esclarecidos nos preceitos da higiene estariam aptos e preparados a guiar o Estado em tal tarefa. Estar um passo à frente da doença, o que se faria a partir dos cuidados com medidas preventivas sugeridas pela ciência da higiene²⁶⁸, poderia ser maneira de garantir uma atuação mais eficiente em benefício da imagem da própria classe médica, que pouco ou nada sabia da doença em 1855, o que causou aumento do descrédito destes profissionais no período. Mesmo que na década de 1860 não se soubesse o que causava a cólera²⁶⁹, a prevenção, recomendada e guiada pelos médicos diplomados, seria uma boa maneira para evitar que episódios como o de 1855-56 se repetissem.

Contudo nossa concordância com os pensamentos propostos pelos autores que mencionamos encontra limites evidentes. A hipótese sobre a memória da epidemia de 1855-56 como argumento importante dos médicos da GMB não explica por inteiro a nossa questão. Não encontramos autores preocupados em compreender porque a ameaça de uma epidemia de cólera, uma década depois da doença abandonar o país, vira importante questão de higiene pública numa folha médica baiana recém-lançada. Cremos que o protagonismo da doença ultrapassa os traumas causados pela epidemia no Brasil da década de 1850.

Diferente dos enfoques na ocorrência confirmada da doença, estamos concentrados em analisar impactos da ameaça do medonho flagelo e porquês destes serem publicados na *Gazeta Medica da Bahia*. Descobrimos que as razões da aversão ao espectro da cólera na Bahia e no Brasil da segunda metade do século XIX ultrapassavam a manutenção do bom estado sanitário da província e do país e revelavam outros motivos que muito nos mostram sobre os escritores da *Gazeta Medica da Bahia*, bem como do contexto em que publicavam sua revista médica.

Nossa contribuição vai no sentido de pensar a cólera como um desafio, a partir do momento em que não havia um consenso médico-científico para suas causas, bem como mostrá-la como um alvo, propício aos objetivos dos doutos responsáveis pela circulação

²⁶⁸ A exemplo da fiscalização de portos e mercados, cuidados com esgotos das cidades, construção de casas e hospitais em estruturas arejadas, limpeza das casas e ruas, dentre outras.

²⁶⁹ Somente na década de 1880, Robert Koch descobre a *vibrio-cholerae*, bactéria causadora da cólera-morbo.

da *Gazeta Medica da Bahia*. Sob a justificativa da possibilidade real da doença atacar territórios nacionais, visavam intervir e transformar hábitos da população pela ciência da higiene que, mesmo num momento onde não se sabia o que causava a cólera, fornecia conselhos preventivos acreditados por aqueles doutores como inibidores de ameaças de doenças graves.

Aquele moléstia representava riscos ao funcionamento social, inclusive à credibilidade do próprio Governo Imperial. Deste argumento se utilizavam os responsáveis do jornal médico para justificarem um momento onde ouvir seus conselhos, em muito filhos dos preceitos da higiene preventiva, era algo necessário e significativo. Ademais, o fato de a cólera epidêmica grassar noutros países, tornava-a um tema quente por ser debate internacional importante no qual os iátricos²⁷⁰ da GMB buscavam estar inseridos.

Podemos pensar que a eleição do assunto era uma particularidade do grupo responsável pela GMB? A cólera era uma ameaça real à Bahia e ao Brasil? Porquê publicizar a cólera naquela folha médica? Tais indagações cimentaram a edificação deste capítulo.

2. *Questão de saúde pública nos relatórios do Ministério do Império*

No capítulo 2 mencionamos que uma das funções da Junta Central de Higiene Pública era a produção de um relatório anual sobre o estado sanitário do Império. Parte substancial deste documento, de incumbência do presidente do órgão central de higiene pública, era formulado a partir de informações obtidas através de boletins enviados pelos inspetores de saúde pública das províncias do Império.

O presidente da JCHP enviava o relatório geral sobre saúde pública da Corte e províncias ao Ministério do Império, que o publicava nos Relatórios Anuais da Repartição dos Negócios do Império²⁷¹. Estes documentos eram compostos por uma série de informes a respeito do desenvolvimento anual de atividades dos chamados negócios do

²⁷⁰ *Iátrica* é uma palavra de origem grega que significa arte de curar e descreve atividades relacionadas aos médicos e à medicina. *Iátricos* é uma variação que se refere aqueles que praticam a arte da cura pela medicina.

²⁷¹ Relatórios produzidos durante o período de 1832 a 1888 encontram-se digitalizado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (vide referências bibliográficas).

Império²⁷². Eram publicados no ano seguinte sobre o qual falavam e continham folhas anexas com cópias de relatórios enviados por outras repartições, a exemplo de memórias históricas das faculdades de medicina e de direito.

A produção de relatórios do Ministério dos Negócios do Império fazia parte das atividades do órgão, bem como servia para organizar e analisar os serviços à época. Funcionários de outras repartições, futuros ministros ou imperador, deles podiam se utilizar para consultar, avaliar ou comparar diversos tipos de dados ali contidos.

Parte importante do documento se referia aos assuntos de saúde pública, donde figuravam os estados sanitários de Corte e províncias, bem como dos portos. Por vezes, os itens do relatório se interligavam. A ocorrência de epidemias, por exemplo, exigia maiores gastos com socorros públicos, o que deveria ser justificado no item referente a créditos, gastos e orçamentos²⁷³.

Os relatórios anuais da repartição produziram memórias sobre o que eram os tais negócios do Império e como estes ocorreram. As doenças fazem parte da memória identificada em tais papéis. Porém não todas. Devemos ponderar que se tratava de um registro anual, produzido a partir da consideração de outros relatórios anuais. Tais relatos eram produzidos por sujeitos específicos que se limitavam a registrar o que consideravam realmente importante e significativo. Até mesmo pelo limite de tempo ou espaço para produção, é cabível pensarmos que muitas coisas ficavam de fora ou eram rapidamente descritas.

A partir dos registros enviados por outros órgãos e de informações obtidas pelas observações e atividades dos próprios funcionários do Ministério, o ministro do Império produzia um relatório geral, destacando as informações e questões mais imprescindíveis. Nem todas as informações dos anexos eram esmiuçadas no corpo do texto da repartição. Exemplo disto são as memórias das Faculdades de Medicina. Estas eram publicadas na íntegra em anexos, contendo as atividades das escolas de medicina do Rio e da Bahia²⁷⁴. Enquanto em tais memórias²⁷⁵ constavam as especificações de teses defendidas e de seus respectivos autores, no corpo do relatório anual do Ministério só eram informados

²⁷² Que eram muitos: família imperial, conselho de Estado, administração das províncias, eleições, naturalizações, instrução pública, estabelecimentos científicos e literários, negócios eclesiásticos, saúde e socorros públicos, saúde dos portos, créditos e orçamentos, estabelecimentos de caridade, arquivo público, dentre muitos outros.

²⁷³ Vide capítulo 2 desta dissertação.

²⁷⁴ Estas mesmas elaboradas por um autor designado que escrevia de acordo o que lhe parecia importante aparecer.

²⁷⁵ Exceto nas da Faculdade de Medicina da Bahia dos relatórios referentes aos anos de 1869 e 1870, onde as memórias anexadas contam apenas com mapas de movimentos das aulas e exames.

quantos alunos se formaram, se em medicina ou farmácia, e quantos foram reprovados. Dizia-se que outras informações poderiam ser encontradas em folhas agregadas ao documento principal.

Nestas questões importantes que ganham corpo no relatório figuram saúde pública e serviço de saúde dos portos. Os dois itens compõem a seção *Saude e Soccorros Publicos*. Durante a década de 1860, a cólera aparece consideráveis vezes como um destes assuntos que ultrapassam a figuração nos anexos e ganham maior destaque nas páginas do relatório principal. Ainda que devamos presumir as lacunas resultantes das limitações seletivas que mencionamos, a análise dos relatórios torna-se necessária por ser este documento o que definia as questões oficialmente importantes ao Ministério do Império à época.

No relatório do ano de 1866²⁷⁶, publicado em 1867, o ministro José Joaquim Fernandes Torres, evocando as apreciações científicas do relatório da Junta Central de Higiene Pública, destacou que neste ano ocorreram alguns casos de cólera-morbo no Rio de Janeiro. Diz-se que até Março a moléstia teria se manifestado por fatos isolados e dispersos, não atingindo o porto e grassando epidemicamente apenas no Hospício D. Pedro II. A partir de Março, no entanto, aumentou o número de casos em diferentes localidades do Rio de Janeiro e a doença apareceu, também, em várias embarcações do porto. Casos de cólera foram registrados, para além da capital, em S. Pedro do Sul, tomando caráter epidêmico naquele local. Casos do flagelo ocorriam, ainda, em Rio Grande, Pelotas, Rio Pardo e S. Leopoldo. O governo tomou as providencias necessárias, indicadas pelo presidente da JCHP, que era também inspetor de saúde do porto do Rio de Janeiro, de modo que os casos registrados não causaram os estragos que se receava e estavam desaparecendo. No que tange aos serviços de saúde das cidades portuárias, solicitava-se medidas relativas ao melhoramento da fiscalização de navios. Estas eram justificadas pelo risco de importação da cólera-morbo.

Em 1867²⁷⁷ o mesmo ministro relata que o número de óbitos aumentou. O aumento é explicado pela ocorrência de casos de cólera (396, fora os casos que não recorreram aos hospitais). Diz-se que tal acréscimo de mortalidade não significava que as

²⁷⁶ BRASIL. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negocios do Imperio referente ao ano de 1866, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1867, pp. 22-24. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/720968/per720968_1866_00001.pdf>. Acesso em Março de 2018.

²⁷⁷ BRASIL. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negocios do Imperio referente ao ano de 1867, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1868, pp. 33-35. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/720968/per720968_1867_00001.pdf>. Acesso em Março de 2018.

condições higiênicas pioraram. Maior parte das pessoas acometidas pertenciam às classes pobres. Fala-se, ainda, que a cólera não tomou caráter epidêmico, exceto em estabelecimentos públicos onde havia aglomerações. Além dos da capital, foram registrados casos da doença em outras províncias, inclusive noutras localidades do Império, a exemplo de Santa Catarina, onde a doença teria feito 171 vítimas. Contudo, assume-se que a moléstia estava sob controle, ainda que na província do Mato Grosso, seus estragos tenham levado forças expedicionárias brasileiras que haviam invadido o Paraguai a terem de se retirar do combate. Quanto aos serviços de saúde dos portos o ministro ressaltou o sucesso em ter conseguido embargar, a partir das medidas previstas nos regulamentos sanitários e conciliando os interesses da saúde pública, dos comerciantes e dos passageiros, a importação da cólera-morbo, que estava grassando epidemicamente em portos estrangeiros e no Rio da Prata.

No relatório de 1868²⁷⁸, o então ministro Paulino José Soares de Souza destacou a ocorrência de alguns casos de cólera-morbo que resultaram no falecimento de 50 pessoas. O mal teria chegado à cidade do Rio de Janeiro por uma esquadra procedente do Paraguai. Paulino José Soares apontou o cumprimento de medidas para evitar-lhe o progresso. Estas teriam resultado não apenas no impedimento à progressão epidêmica da doença, como à sua completa extinção, em Maio daquele ano.

No ano de 1869, o reaparecimento da febre amarela ganha lugar e os relatos, avisos e providências quanto à cólera já não aparecem na seção de *Socorros e Saude Publica*.

De um modo geral, as aparições da cólera apontam para um momento onde a doença, praticamente restrita apenas ao Rio de Janeiro, não era motivo de calamidade pública do Império, tal qual fora em 1855-56. Apesar dos consideráveis números de afetados e mortos pela moléstia, esta não era reconhecida como epidemia nacional. Ainda que se clamasse pelo melhoramento das medidas preventivas de fiscalização sanitária, sobretudo nos portos, considerava-se que as medidas da higiene bem serviam ao propósito de impedir que os numerosos casos progredissem para uma epidemia.

Além da cólera-morbo recebiam atenção algumas moléstias endêmicas²⁷⁹ (a exemplo das bexigas), a epidemia de varíola e as disenterias. De um modo geral

²⁷⁸ BRASIL. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negócios do Império referente ao ano de 1868, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1869, pp. 46-48. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/720968/per720968_1868_00001.pdf>. Acesso em Março de 2018.

²⁷⁹ Doenças endêmicas são aquelas que ocorrem com certa habitualidade e incidência significativa numa determinada região.

mencionava-se a predominância de “epidemias benignas”, o que nos leva a pensar que havia diferentes classificações de importância para definir sentidos de epidemia. São constantes os reforços ao argumento de que era preciso obedecer e melhorar os regulamentos sanitários principalmente nos portos. Nestes locais funcionava grande parte do comércio do país, bem como parte de sua esquadra de guerra. Comércio e guerra eram dois elementos importantes para a garantia da manutenção da nação daquele momento.

O relatório de 1866 cita que a cólera só se manifestou epidemicamente no Hospício D. Pedro II, como se isto não fosse motivo de alarde. É possível pensarmos no asilo como um local mais facilmente controlado, onde a moléstia tinha fronteiras definidas, logo se tornava mais fácil de ser combatida. Contudo, devemos lembrar que os sujeitos internados no hospício, sob tutela do Estado, foram retirados da sociedade por serem considerados incapazes de acompanhar a vida social. No capítulo anterior, vimos que uma das definições de loucura se referia ao descompasso entre a marcha da industrialização e do progresso. Cremos não ser trivial pensarmos na ausência de premência concedida à uma epidemia dentro de um lugar onde estavam pessoas em grande parte improdutivas ao progresso da nação.

A definição da gravidade de uma epidemia se relacionava mais aos seus efeitos sobre os braços úteis para a nação, do que ao número de sujeitos acometidos nos diferentes lugares. Ainda que não reconhecida como surto que atingia todo o território nacional, a cólera era motivo de alerta nos relatórios da JCHP e dos negócios do Império. A moléstia era um mal importado que chegava pelos portos, seja pelos navios de comércio, seja por embarcações da Guerra do Paraguai. As atenções à doença justificavam-se principalmente pelas duas atividades: comércio e guerra. Tanto porque chegavam por tais vias, quanto porque poderiam prejudicá-las.

Logo veremos que na Bahia não houve registros da doença nos primeiros anos de circulação da *Gazeta Medica da Bahia*, mas a temática, na folha médica, ganha uma centralidade que ultrapassa breves informativos e não se satisfaz com a indicação de maiores reflexões contidas num anexo escrito pelo presidente da Junta Central de Higiene. Os esculápios da GMB muito falavam sobre a cólera e o faziam de diversas maneiras.

3. A cólera na *Gazeta Medica da Bahia*

A cólera era assunto central que permeava diversas seções, destinadas especificamente à higiene pública ou não, do jornal médico em seus primeiros anos de circulação. A partir daqui analisaremos escritos sobre a enfermidade no intuito de verificar sentidos de torná-la presente, por meio de uma gazeta médica, numa província que não era acometida por tal flagelo.

3.1 Da cólera nos relatórios de higiene pública na *Gazeta Medica da Bahia*

Se os documentos oficiais do Ministério do Império não reconheciam a existência de uma epidemia de cólera, mesmo perante a ocorrência de casos registrados principalmente nos portos do Rio de Janeiro, os documentos sobre o estado sanitário da Bahia da década de 1860²⁸⁰ não citavam casos da doença.

Nos relatórios sobre o estado sanitário da Bahia encontramos a cólera, paradoxalmente, se fazendo presente por sua ausência. São comuns nos referidos registros trechos como: “Apezar dos serios receios que nutrimos relativamente a cholera-morbus,[...] não temos que registrar [...] um só caso do semelhante flagello”²⁸¹ ou “não tivemos de lutar contra a febre-amarela e a cholera-morbus, cujos flagellos com justa razão tanto impressionam e assustam a população[...]”²⁸².

Desde 1866, epidemias de varíola, sarampo e números elevados de afecções do aparelho digestivo (diarreia e disenteria) aparecem nos documentos oficiais de higiene reproduzidos na *Gazeta Medica*. Certas “diversas febres” são também frequentemente citadas.

²⁸⁰ Referimo-nos ao período de 1866-1869 e embasamos nossa assertiva em relatórios do inspetor de saúde pública reproduzido nas páginas da *Gazeta Medica da Bahia*. Quanto ao relatório sanitário do ano de 1866, consultamos a edição n.18, de 25 de Março de 1867. Para 1868, o n.54, de 31 de Outubro de 1868, para 1869 o n.63, de 15 de Março de 1869. Quanto a 1867, não achamos a publicação do relatório sanitário da Bahia, mas a leitura de outras partes do jornal, tais como as edições onde receava-se a importação de cólera do Rio de Janeiro à Bahia, bem como observações clínicas sobre moléstias que grassavam na Bahia, nos permitem afirmar que a cólera-morbo de fato não aparecia.

²⁸¹ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.16, 25 de Fevereiro de 1867, p. 189. Seção *Inspectoria de Saude Publica*, “Relatorio acerca do estado sanitário d’esta provincia, durante o anno de 1866, apresentado à Junta Central de Hygiene Publica, pelo Dr. José de Goés Siqueira”.

²⁸² *Gazeta Medica da Bahia*, ano III, n.63, 15 de Março de 1869, p.173. Seção *Hygiene Publica*, “Relatorio da Inspectoria de Saude Publica da Bahia”. Informações extraídas de relatório de José de Goés Sequeira.

Os dous mezes referidos reináram as molestias proprias da estação quente, adquirindo, porém, mais alguma extensão as febres intermitentes, as diarrhéas, e dysenterias. Estas duas ultimas manifestações pathologicas accommetêram de preferencia as creanças[...] Em geral, tais molestias não se mostravam rebeldes aos meios therapeuticos, desde que eram opportuna e methodicamente empregados²⁸³

O trecho acima faz parte do relatório do estado sanitário da Bahia durante o primeiro semestre de 1866. Sua autoria compete a Goés Sequeira. O escrito nos ajuda a pensar em alguns porquês das numerosas doenças do tubo do aparelho digestivo não receberem atenção especial. Algumas moléstias são tidas como próprias da estação, o que remete a certo costume a suas ocorrências, dado o clima do país. Tal costume não vigorava numa epidemia importada e praticamente desconhecida, como a de cólera-morbo. Ademais, as enfermidades que ganharam extensão não resistiram aos meios terapêuticos empregados “metodicamente”, logo pelos médicos. Estes tinham certo controle dessas moléstias e sabiam como tratá-las.

Por fim, observemos que, durante o primeiro semestre de 1866²⁸⁴, as crianças eram mais afetadas por tais enfermidades. Ainda que pensemos numa época definida pelo escravismo²⁸⁵ e uso do trabalho infantil, é plausível que pensemos que a idade adulta era a fase de maior produtividade, daí que essas doenças afetavam menos os braços necessários ao progresso do país, diferente da cólera que, conforme afirmam fontes e historiografia do período²⁸⁶, mais matava pobres (donde incluíam-se alguns trabalhadores livres) e escravos.

Ainda que a ocorrência de cólera não fosse uma realidade baiana em meados de 1860, o receio de uma epidemia da doença recebe mais destaque na folha do que a preocupação com as algumas outras enfermidades. Isto nos permite retomar as reflexões sobre os porquês da reprodução de tais documentos oficiais na publicação. Acreditamos

²⁸³ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.1, 10 de Julho de 1866, p. 4. Seção *Trabalhos Originaes- Hygiene Publica*, assinado por José de Goés Sequeira.

²⁸⁴ Janeiro a Maio.

²⁸⁵ E os esculápios do XIX, inclusive os da GMB, atendiam escravos principalmente por solicitação de seus donos. Há vários relatos destes atendimentos na folha médica baiana. Um deles é mencionado ao fim do capítulo 1 desta dissertação.

²⁸⁶ As referências historiográficas e documentais embasam-se no surto epidêmico que atacou o Brasil em 1855-56. Onildo Reis David (1996, p.38) aponta para a maior taxa mortuária da população negra e mulata, bem como para a maior incidência mórbida em adultos em idade produtiva. Tânia Salgado et al (2012, p.62), apontam como alvo-mor da doença os escravos e livres pobres.

que sua aparição na folha ligava-se a dois motivos principais: informar aos leitores sobre o estado sanitário da Bahia, a partir da dedução de que nem todos tinham acesso facilitado a este tipo de documento e; demonstrar a atividade do inspetor de saúde pública da Bahia como funcionário do Governo Imperial. Cremos que a ênfase concedida ao status buscava demonstrar a participação da Bahia nos negócios oficiais do Império, o que contribuiria para o aumento do prestígio da classe médica como autoridade dos assuntos de saúde.

Ao mesmo tempo, o tratamento seletivo em relação às conclusões dos relatórios parece ser forma de produzir um argumento próprio aos médicos que escreviam naquela gazeta médica. Numa época onde o inspetor oficial de saúde pública da Bahia apontava para as doenças do tubo digestivo como um problema real daquele contexto, e eram frequentemente relatadas as epidemias de varíola e sarampo, os esculápios da GMB escolheram conceder maior alerta a uma doença que poderia se tornar um problema de saúde pública.

Podemos pensar, igualmente, na publicação dos relatórios que enfatizavam os perigos da cólera-morbo como reforço oficial à importância que os doutos da *Gazeta* atribuíam ao tema. A preocupação com uma segunda luta contra o flagelo ia ao encontro de sua ocorrência na capital do Império. Enquanto os relatórios do Ministério do Império apontavam casos isolados que, apesar de numerosos, não caracterizavam uma epidemia nacional, os facultativos do periódico médico preferiam enfatizar o risco de tal evento.

No n.1 da *Gazeta Medica da Bahia* foi publicada matéria que deplorava ausência de representantes brasileiros num congresso internacional de higiene²⁸⁷. O evento, que ocorrera em Constantinopla, abordou o tema das medidas preventivas contra a cólera-morbo. Após reprovar a displicência do Governo brasileiro, cujo país não estaria livre de uma nova invasão da doença bem como ressaltar a apreço ao progresso e à civilização por parte dos governos ilustrados que apoiaram a participação de seus representantes médicos no congresso sanitário, Goés Sequeira alerta:

Razões muito plausíveis e ponderosas, os creditos do nosso paiz, e da sciencia, os sulcos, banhados de pranto, que ainda hoje conservam-se abertos pela cholera-morbus e febre amarela aconselhavam- que não fossemos indifferentes em face de tão grave assumpto[...] O flagello muitas vezes para, é verdade, porém como que volta sobre seus passos, afim de em seu berço infecto adquirir novas forças e robustez[...]

²⁸⁷ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.1, 10 de Julho de 1866, pp.3-4. Seção *Trabalhos Originaes- Hygiene Publica*, “Congresso Sanitario Inter-nacional-Nenhum representante por parte da medicina brasileira”, assinado por José de Goés Sequeira.

Estudal-o, portanto, em todas as suas phases, em todas as suas peripécias e caprichos, para que dahi se colham medidas e practicas, que revertam em bem da humanidade, é dever da sciencia, e muito mais d'aquelle a quem especialmente estão confiados os destinos das nações²⁸⁸.

O trecho evoca lembranças de duas epidemias, tidas como as mais graves que afetaram a credibilidade do Brasil e da ciência, no caso a médica. Febre amarela e cólera-morbo causaram memoráveis estragos que deveriam ter servido de exemplo para que se prevenisse de uma possível volta de ambas, dadas as capacidades das doenças de cessarem, mas voltarem com força total. A lembrança da febre amarela é somada ao argumento de participação num congresso sobre cólera-morbo. Esta moléstia ganha mais ênfase nos escritos da GMB em seus primeiros anos de circulação. Advogamos que isto ocorre porque além da cólera-morbo ocorrer em vários países, sua invasão em territórios brasileiros, em 1855, era mais recente que a da febre-amarela, em 1849.

Goés Sequeira elenca a atenção dada à prevenção de epidemias como a cólera como assunto imprescindível aos pensamentos dos que são responsáveis pelos destinos de uma nação. Ao apontar os estudos como melhor maneira de se conhecer um flagelo, assim sendo possível colher práticas e medidas que o combatam e previnam, o inspetor de saúde pública está afirmando a utilidade, e diríamos até necessidade, de haver estudiosos da medicina aconselhando o Governo do país.

Além das funções humanitárias de livrar o país de um flagelo, os médicos seriam fundamentais à administração pública. Percebamos que o argumento sobre o lado humanitário da ciência parece não convencer sozinho, o que compactua com uma das hipóteses que sustentamos no capítulo anterior e neste: Antes da preocupação humanitária do cuidado dos governos com a população, estava a priorização da boa imagem da nação.

Significativa parte dos escritos de higiene pública- fossem os relatórios oficiais reproduzidos ou as matérias publicadas-, da *Gazeta Medica da Bahia* de 1866 a 1870, são assinados por José de Goés Sequeira. Escritos do lente de patologia geral apareciam em vários espaços do jornal: Assinava os relatórios oficiais de higiene pública da Bahia, era referência bibliográfica sobre prevenção da cólera, era autor de diversos artigos editoriais sobre cólera e higiene pública. Além disso, também escrevia sobre outros assuntos, a exemplo da demanda pela criação, na Bahia, de uma sociedade de beneficência mútua

²⁸⁸ Ibid., p.4.

formada por membros médicos e farmacêuticos. No momento, destacamos seus escritos sobre higiene pública. A ênfase na cólera pode, em parte, ser explicada pelo pensamento de Goés Sequeira, que escolhe destacar a moléstia. Isto nos ajuda a perceber a importância teórica de pensarmos imprensa, também, a partir de escolhas individuais- que encontram apoio coletivo-, dos sujeitos que nela publicam.

Além de médico oficial, afinal era inspetor de saúde pública autorizado pelo Governo Imperial, e de seu posto de membro da Faculdade de Medicina da Bahia, afinal era professor de uma importante disciplina do curso, Goés Sequeira era assíduo colaborador da *Gazeta Medica da Bahia*.

As constantes matérias assinadas pelo inspetor na GMB apontam para duas constatações imediatas. Já dispensamos algumas palavras sobre porquês da publicação de documentos oficiais numa folha médica. Estas seriam boas formas de informação sobre questões importantes de saúde do Brasil e demonstração da atividade da classe médica baiana. A segunda refere-se aos limites da produção escrita possíveis ao Goés Sequeira nas funções de professor da faculdade e inspetor de saúde pública da Bahia. A docência na FAMEB exigia uma bibliografia obrigatória e programas de aula e exames bem definidos. A produção dos relatórios seguia um modelo voltado ao destaque das ocorrências de doenças e outros eventuais problemas sanitários, a exemplo de aspectos estruturais de esgoto ou água potável.

A *Gazeta Medica da Bahia*, ao não exigir padrões específicos, exceto o que estivesse de acordo com “o caráter sério e grave ao qual aspirava”²⁸⁹ a publicação, fornecia a Goés Sequeira espaço de posicionamento político, além do científico de especificar doenças e problemas de salubridade num relatório e dar aulas. Além da produção de dados, estava a formação de opinião política. Em contrapartida, a divulgação das ideias do facultativo no jornal, ia ao encontro dos propósitos do mesmo, o que é indício de que eram boas as relações de Goés Sequeira com os responsáveis pela gazeta, isto se ele mesmo não fizesse parte do corpo editorial.

Por vezes, além dos relatórios sobre o estado sanitário da Bahia, eram publicados relatórios sobre a condição sanitária de outras províncias²⁹⁰. Estes escritos tratavam-se de correspondências com colegas de outras capitais e províncias do Império e eram

²⁸⁹ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.1, 10 de Julho de 1866, p.3. Artigo editorial, programa de lançamento, sem assinatura.

²⁹⁰ A exemplo dos do Pará, no n.18, de 15 de Março de 1867 e no n.59, de 15 de Janeiro de 1869; e os do Ceará no n. 12, de 25 de Dezembro de 1866, que analisamos em nosso texto.

publicados na seção *Correspondencia Scientifica*²⁹¹. Uma dessas correspondências é publicada na edição n.12, de 25 de Dezembro de 1866 da GMB. No escrito sobre o estado sanitário da província do Ceará²⁹², relata-se prescrição utilizada para tratar das disenterias, que também eram um problema naquela localidade. Sua publicação na GMB foi maneira de aconselhar os leitores sobre medidas que haviam funcionado na outra província e poderiam ser úteis na Bahia, que sofria de problema semelhante. O Dr. J.J.A. Ribeiro, do Ceará, escreve ainda em seu relatório: “Do meio do anno em diante appareceram casos de febre amarela, não só em estrangeiros, como em pessoas do paiz e de fora da capital”²⁹³.

Se retomamos o relatório do Ministério do Império referente ao ano de 1866, percebemos que a presença de febre amarela no Ceará só é mencionada no relatório do presidente da Junta Central de Higiene Pública anexado ao documento principal. Isto provavelmente se dá porque as autoridades estavam mais preocupadas com a realidade de seus portos no Rio de Janeiro- ainda não afetados pela moléstia que ressurgiria alguns anos mais tarde-, mas afetados por casos de cólera com certa constância. É possível pensarmos, igualmente, numa seletividade proposital. Constam, no anexo enviado por José Pereira Rego²⁹⁴, alguns casos de cólera-morbo ocorridos no Ceará e noutras províncias, mas nada considerado alarmante.

Dar lugar à uma questão relativamente escondida nas páginas do longo relatório imperial seria maneira de enfatizar a insuficiência do documento, ressaltando a necessidade de um órgão médico, como a GMB, na imprensa, para dar luz a questões importantes frequentemente secundarizadas ou pouco publicizadas? Cremos que sim.

Dos casos que analisamos por aqui, concluímos que as publicações de relatórios na *Gazeta Medica da Bahia* seguiam lógicas específicas do jornal recém-lançado. A atenção concedida ao medo de uma epidemia de cólera ascende como posicionamento científico e político que elenca a doença como importante problema de higiene, logo de saúde pública.

É possível pensarmos no jornal médico como meio de exercitar a higiene pública, a partir da preconização de algumas doenças específicas, como a cólera ou a febre amarela, para educar, a partir da divulgação dos assuntos eleitos importantes para

²⁹¹ Sobre as características desta seção, ver capítulo 1 desta dissertação.

²⁹² *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.12, 25 de Dezembro de 1866, pp. 143-144. Seção *Correspondencia Scientifica*, “Estado Sanitário da capital do Ceará em 1865”, assinado por J.A.A. Ribeiro.

²⁹³ *Ibid.*, p.143.

²⁹⁴ O presidente da Junta Central de Higiene Pública naquele ano.

publicação, o público-leitor a quem era destinado, que parece incluir membros do Governo Imperial. Quanto aos últimos, a GMB sublinhava a necessidade de fazerem algo que ainda não faziam ou faziam de modo insuficiente, que era cuidar com maior atenção das demandas de prevenção não só do centro, mas do restante das províncias do Brasil.

Uma análise mais geral da maneira pela qual a cólera e outras doenças aparecem nos documentos oficiais demonstra que não se definia epidemia de uma única maneira. As diferentes considerações da doença nos relatórios oficiais e na *Gazeta Medica da Bahia*, evidenciam a ultrapassagem de um conceito de epidemia como efeito patológico numeroso que ultrapassa limites endêmicos, ou seja: a imagem de epidemia não era definida apenas pela ocorrência constatada de numerosos casos de uma mesma doença em diversas localidades de um país. O grau de importância que uma enfermidade recebia ia além da constatação do número de vítimas que fazia. Passemos à apreciação de outras aparições da cólera.

3.2. *Mais um poderoso inimigo*

É sempre nas maiores crises por que passa a humanidade[...] que se manifestam os mais brilhantes exemplos de dedicação da classe médica[...] Não vão muito longe, ainda, as epochas luctuosas em que duas formidaveis epidemias, tão inesperadas, como desastrosas e rápidas na sua marcha devastadora, exigiram dos que teem a missão de velar pela saude do povo, e de levar prompto remedio onde é mais impetuoso o mal[...] aquella coragem e abnegação de si mesmos[...] Hoje, não é só a voz da humanidade que chama a profissão medica brasileira à renovação desses mesmos sacrificios[...] é também a voz da pátria que invoca seu auxilio em favor d'aquelles que vertem por ella o seu sangue no campo da honra, e expõem as suas vidas[...] aos perigos e calamidades inseparáveis da Guerra[...] o governo imperial não contou em vão com a corporação médica da Bahia, e com a academica especialmente[...] Honra pois a tão nobre proceder! Honra aquelles, que fazem da profissão um sacerdócio, e que, cidadãos do mundo, só reconhecem uma nação universal- a humanidade; um partido apenas, - o dos que sofrem[...]²⁹⁵

²⁹⁵ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.2, 25 de Julho de 1866, p.13/capa. Artigo editorial, “Partida de medicos para o exercito”, sem assinatura.

O fragmento faz parte de texto intitulado “Partida de Medicos para o Exercito”²⁹⁶, publicado em artigo editorial da *Gazeta*. O escrito heroifica a participação de médicos, professores e estudantes de medicina da Bahia²⁹⁷ na guerra do Paraguai²⁹⁸. Destaque é concedido ao número de médicos voluntários que atenderam aos inúmeros, e em geral pouco atendidos, chamamentos do Estado Imperial ²⁹⁹.

O autor, não identificado³⁰⁰, faz referência às épocas ltuosas de combate às epidemias de febre amarela (1849) e cólera-morbo (1855). A comparação aproxima os sentidos de epidemia e guerra. Ambos contaram com a necessidade e humanidade dos soldados responsáveis pela saúde dos povos, os médicos. Durante os flagelos as tais “coragem, humanidade e abnegação de si mesmos” estariam expressas no fato de sujeitos sãos, sob riscos de contração da doença e morte, lutarem em nome dos acometidos da nação. Durante a contenda, perdurava a missão de combate, porém neste caso com riscos

²⁹⁶ Ibid., pp.13-14.

²⁹⁷ Nomes citados no artigo: Professores Rodrigues da Silva, Bomfim, Botelho, Rodrigues Seixas, Faria e Sodré. Conselheiro Aranha Dantas. Os opositores Luiz Alvares, A. Gonçalves Martins, Pedro Ribeiro D’Araujo, Domingos Carlos da Silva, Rozendo Aprigio Pereira Guimarães. Alguns dos sujeitos são descritos apenas pelo sobrenome, provavelmente devido ao reconhecimento que possuíam dentro da Faculdade de Medicina à época. A nós, leitores de outra época, resta assumir a dificuldade de identificação provinda do fato de muitos indivíduos possuírem o mesmo sobrenome. Lidamos com certa indeterminação sobre quem eram estes facultativos. O artigo menciona discípulos e alunos, mas não revela seus nomes.

²⁹⁸ Sobre a Guerra do Paraguai, indicamos: DORATIOTO, F. F. M. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia.das Letras, 2002 e SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. O primeiro trabalho, embasado em longa e vasta análise documental, busca quebrar o paradigma propagado por tradições historiográficas revisionistas (principalmente as de 1970 e 1980) que simplificam as causas do conflito como se todo ele tivesse se dado apenas pelas reações às ações ditadoras de Solano López ou ao imperialismo britânico. Doratioto ultrapassa tal simplismo e oferece, a partir da preconização da importância da livre navegação do Rio da Prata como um dos motivos principais do conflito, uma análise mais profunda sobre causas, desenvolvimento e consequências do importante episódio bélico, marco importante ao envolvimento do Brasil na arte estratégica que é a política externa. Ademais apresenta interessantes informações sobre os desdobramentos das campanhas, enfatizando pontos importantes como a participação indígena e feminina na batalha, táticas de luta, relações políticas, dados econômicos e outros, condição dos serviços de saúde e salubridade das tropas, presença das doenças, imprensa e opinião pública, etc. Salles faz parte de uma linha teórica preocupada em ressaltar consequências do conflito, relacionando à Guerra ao gradativo fim da monarquia e da escravidão. Interessante trabalho sobre o noticiamento do conflito do Paraguai na imprensa ilustrada é encontrado no livro do historiador Marcelo Balaban: *Poeta do Lápis. Sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2009.

²⁹⁹ Sobre exemplo de políticas de convencimento e incentivo do Governo Imperial em tempos de Guerra, ver Decreto 3.371, de 7 de Janeiro de 1865, sobre os chamados voluntários da Pátria e Decreto 3.725-A de 6 de Novembro de 1866 sobre a concessão de alforrias a escravos em troca de prestação de serviço militar. Sobre resistência da Guarda Nacional, milícia controlada pelas elites regionais brasileiras, em ir à Guerra ver DORATIOTO, 2002, p. 111. Houve, também, resistência da população argentina, ver DORATIOTO, 2002, p.139. Ademais, em todo o livro (*Maldita Guerra - 2002*), Doratioto aponta para o constante problema das deserções em todos os exércitos durante a Guerra do Paraguai. Explora, ainda neste aspecto dos poucos dispostos, que em seu início o confronto contara com o entusiasmo patriótico de muitos, com ênfase nos populares, sobretudo em nome da honra das nações envolvidas. Mas, conforme ia se alongando, o conflito recebia a desaprovação de militares e da opinião pública.

³⁰⁰ Provavelmente Virgílio Climaco Damázio, se aceitarmos o padrão do diretor escrever maior parte dos artigos editoriais.

muito aumentados, dado que no campo de batalha, além das moléstias, havia tropas estrangeiras e armas de fogo inimigas.

O texto ressalta a neutralidade de partido dos médicos. Antes das causas da guerra, estaria o objetivo humanitário de aliviar os que sofriam naquele momento de crise. Porém, o argumento da imparcialidade logo é enfraquecido a partir do papel de apoio à nação brasileira e ao Governo Imperial. O socorro à pátria pelos médicos aproxima as ideias de epidemia e guerra. Em ambas as ocasiões a nação brasileira estaria sob risco de morte e os médicos prontos para salvá-la. Os doutos e estudantes de medicina em campo de batalha ali estavam para socorrer a esquadra brasileira, principalmente³⁰¹.

O Governo brasileiro, preocupado em vencer a guerra contra outra nação, não teria contado em vão com o apoio da classe médica. Encontramos no n. 11³⁰² da GMB reprodução de artigo que evocava a necessidade de que ambulâncias e médicos fossem considerados neutros em campo de batalha. O escrito cita alguns países que aderiram a tal princípio, formalizado na Convenção de Genebra em 1854. Apesar da aquiescência de alguns governos ao tratado, a isenção total das ambulâncias e socorristas (médicos, farmacêuticos, estudantes) ainda não era uma realidade na peleja.

A publicação sobre a partida de médicos para o exército ressalta a honra merecida pela corporação médica da Bahia, principalmente a acadêmica, ou seja, parte do corpo docente e discente da Faculdade de Medicina da Bahia. Novamente³⁰³ lidamos com a dualidade, expressa no jornal médico baiano, acerca de sua relação com a escola de medicina. A folha médica não se declarava como porta-voz da instituição e por vezes até condenava seus estatutos e regulamentos. Ainda assim, era uma iniciativa sustentada por muitos de seus facultativos. Destacar os feitos de seus membros era maneira de evidenciar, também, a própria honra da empreitada jornalística. A *Gazeta Medica da Bahia* não só noticiava, mas ligava-se à honrosa missão da classe médica, a partir do momento em que era publicada por sujeitos que faziam parte dos tais partidários da humanidade.

³⁰¹ Dizemos “principalmente” porque o Brasil integrava a chamada tríplice aliança, de modo que há de se considerar que o apoio médico-brasileiro também atendia a uruguaios e argentinos. Ao falar do episódio de invasão do Forte Coimbra em 1864 Doratioto (2002, p.101) informa ainda que “Os feridos paraguaios, deixados na fortificação, foram bem tratados, segundo o testemunho de seus compatriotas”. cremos que parte do bom tratamento poderia referir-se aos socorros médicos para tratamento dos ferimentos.

³⁰² *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.11, 10 de Dezembro de 1866, p. 121-122. Artigo editorial, “Neutralidade dos hospitaes militares e ambulancias”, reprodução de documento pelo qual o governo português aderiu à convenção de Genebra de 1854.

³⁰³ A dualidade entre críticas e legitimação à instituição de medicina oficial da Bahia tem sido abordada desde o nosso primeiro capítulo.

O trecho comentado integra uma série considerável de escritos que noticiavam a Guerra do Paraguai na *Gazeta Medica da Bahia*, periódico lançado dois anos após a ascensão do conflito.

A maior parte das notícias específicas³⁰⁴ sobre a Guerra do Paraguai na *Gazeta Medica da Bahia* durante o período de 1866-1870, foi publicada sob a forma de mapas estatísticos remetidos por correspondentes médicos em solos de batalha. Ao longo de dez números (18, 19, 45, 46, 48, 52,58, 66,77 e 88) foram publicados informes enviados por correspondentes brasileiros nos campos do Paraguai. As estatísticas eram amplamente comentadas pelos esculápios responsáveis por sua elaboração. Em 5, das 10 correspondências, a cólera se destaca como mais um inimigo da esquadra brasileira³⁰⁵.

As notícias estatísticas relatavam atendimentos médicos e cirúrgicos realizados nas áreas da guerra. As informações provinham das atividades do médico³⁰⁶ correspondente e da de seus colegas que trocavam informações entre si das diversas bases de socorros no território da batalha. Há pouco vimos que o artigo sobre a partida de médicos para o exército ressaltava o empenho voluntário daqueles que se dirigiam às contendas no Sul. A ajuda ia somar forças ao corpo oficial de saúde do exército aliado. Além da prestação de socorros, os doutos brasileiros eram responsáveis pelas informações estatísticas, a exemplo do número de mortos e feridos.

Correspondência publicada do n.46³⁰⁷, assinada por um certo “Dr. F.D.”³⁰⁸ numa localidade chamada Parê-Cuê, recebe o título de *Noticia estatística da seção cirurgica da Ambulância Central, relativamente ao tratamento dos feridos por ocasião do combate*

³⁰⁴ E ressaltamos que são notícias diretas porque não raras na *Gazeta Medica da Bahia* são as matérias referentes a ferimentos por arma de fogo, enfraquecimento da população pelo exército, e outros temas que versam sobre consequências e posturas em guerra.

³⁰⁵ Nosso recorte preconiza Brasil, mas a cólera não se limitava a atingir apenas os exércitos brasileiros. No livro *Maldita Guerra*, de 2002, Doratioto menciona a presença da cólera em várias situações: Causadora de imobilizações e baixas nas tropas (ver páginas 127,128 e 291); Causadora da descrença numa volta para a casa por parte dos combatentes (ver página 283); Deslocamentos de acampamentos (ver páginas 253, 283); Elemento influenciador da arquitetura de acampamentos- drenagem de esgotos para evitar a doença (ver páginas 332-333).

³⁰⁶ E sob esta categoria temos tratado diversas especialidades, a exemplo da de médico-cirurgião. A palavra *médico* designava semelhantes e diferentes, a exemplo da distinção que vimos no capítulo 2 entre as funções do médico clínico e do médico higienista. Ambos estão sob a categoria de “médico”, mas exerciam papéis diversos.

³⁰⁷ *Gazeta Medica da Bahia*, ano II, n.46, 31 de Maio de 1868, pp.260-263. Seção *Correspondencia Scientifica*- Campanha do Paraguay, “Noticia Statistica da secção Cirurgica da Ambulancia Central, relativamente ao tratamento dos feridos por ocasião do combate e tomada do reducto- Estabelecimento”, assinado por Dr. F.D., datada de 18 de Maio de 1868.

³⁰⁸ Nas edições seguintes aparece um tal Dr. Firmino José Dórea, cirurgião correspondente responsável por estatísticas de Guerra. Creemos se tratar do Dr. D.F, que assim assinava por suas relações bem definidas com os correspondentes da *Gazeta Medica da Bahia*, que pareciam bem conhecê-lo a ponto de ele poder assinar apenas as iniciais.

e tomada do reducto- Estabelecimento. Sua análise nos ajuda a compreender o caráter ou tipo de correspondências abrigadas em *Correspondencia Scientifica*.

O Dr. F.D. felicita o difícil empreendimento de sustentar uma gazeta médica num país como o Brasil, para justificar a importância de contribuir ao jornal com suas informações importantes. Após isto relata que suas considerações são parciais, pois ainda não havia recebido os relatórios de hospitais e enfermarias militares que lhe ajudariam na confecção de um mapa trimensal, que era um dos padrões estatísticos para análises médicas da época. Responsável pela estatística daquela repartição médica na guerra, F.D. relata vários casos de soldados feridos e curados, bem como detalha os meios empregados para tal, por ele e colegas de clínica. Os casos relatados referem-se, majoritariamente, a consequências ocorridas devido a ferimentos por bala de metralha. Em justificativa ao seu mapa estatístico, Dr. F.D. argumenta:

Pensando com um notável escritor que entende que a verdadeira medicina se funda na verdade dos factos, enceto estes trabalhos statisticos com o duplo fim de provar o meritório serviço dos facultativos e o resultado benefico da cirurgia militar em campanha, a par do desenvolvimento da medicina³⁰⁹

A estatística do Dr. FD escapa um tanto do padrão de configuração dos mapas estatísticos correspondidos. A fuga é justificada pela falta de algumas informações que ainda não teria recebido de seus colegas. Os típicos mapas estatísticos relatavam detalhadamente, além das cirurgias realizadas por diferentes tipos de ferimentos (por arma de fogo, por arma branca, etc), as mais notáveis doenças que acometiam os soldados. As estatísticas separavam ocorrências em seção médica e seção cirúrgica³¹⁰. O tratamento das doenças, epidêmicas ou não, estavam a cargo da primeira. Os atendimentos a feridos estavam a cargo da segunda.

³⁰⁹ *Gazeta Medica da Bahia*, ano II, n.46, 31 de Maio de 1868, p.261. Seção *Correspondencia Scientifica*-Campanha do Paraguay, “Noticia Statistica da secção Cirurgica da Ambulancia Central, relativamente ao tratamento dos feridos por ocasião do combate e tomada do reducto- Estabelecimento”, assinado por Dr. F.D., datada de 18 de Maio de 1868.

³¹⁰ Por vezes, os dados estatísticos contavam com a comparação entre a mortalidade nos campos de tropas brasileiras e em exércitos americanos, franceses, ingleses.

O jornal aparecia como lugar de registro do “meritório serviço dos facultativos”, demonstrando a utilidade das ciências médicas³¹¹, a partir da atuação dos doutos. A cura dos soldados feridos e acometidos ajudava a reduzir a perda de soldados e consequente potência de guerra, riscos inerentes aos confrontos bélicos.

Os mapas estatísticos informavam a respeito dos principais problemas de saúde nos campos de batalha, justificando suas possíveis causas. Figura como um destes a ocorrência de cólera-morbo nas tropas. Notícias estatísticas apontam-na como responsável por considerável baixa do exército brasileiro. Os efeitos da cólera eram prejudiciais não só por tornarem doentes braços úteis ao combate, mas também por ceifarem vidas combatentes.

O mapa estatístico de mortalidade em campo de batalha publicado no número 48³¹² informa sobre a ocorrência de cólera-morbo nos últimos 4 meses de 1867 e primeiros 4 de 1868. Em fins de 1867, as causas mortais se dividiram em: Cólera-morbo (65,8%), diarreia (11,5%), ferimentos por arma de fogo (12,7%) e por arma branca (7%). Cólera e diarreia pertenciam à seção médica, os demais tratamentos das feridas, ao âmbito da seção cirúrgica. Enquanto o percentual total de mortes na seção cirúrgica foi de pouco mais de 3%³¹³, os da seção médica quase chegaram aos 13%. Os dados deste mapa são iguais aos da correspondência publicada no n.45 da GMB. Esta publicara o mapa nosológico do último quadriênio de 1867.

O acréscimo ao mapa da edição 48 está na inserção de dados sobre 1868. Liderando uma lista composta por diarreia (6,3%), ferimentos por arma de fogo (8,2%) e ferimentos por arma branca (1,6%), o flagelo era protagonista, responsável por 52,5% das baixas no exército. A mortalidade na seção cirúrgica foi de 8,4% a 7,2% do último quadriênio de 1867 ao primeiro de 1868. Na médica foi de 11,6% a 13% para o mesmo período referência.

Mapa publicado no n.52³¹⁴ fornece dados sobre o primeiro semestre de 1868. A cólera-morbo (55,8%) continua encabeçando as causas de morte, ao lado de diarreia

³¹¹ Donde incluímos cirurgia e farmácia.

³¹² *Gazeta Medica da Bahia*, ano II, n.48, 30 de Junho de 1868, pp. 284-285. Seção *Correspondencia Scientifica*, “Movimento dos doentes dos diferentes hospitaes do exercicio (sic) brasileiro em operações contra o Governo do Paraguay, durante o primeiro trimestre de 1868”, assinado pelo Dr. Francisco Bonifacio de Abreu, cirurgião-chefe do exército e chefe interino do Corpo de Saúde.

³¹³ A porcentagem é de 3,4%. *Ibid.*, p.284.

³¹⁴ *Gazeta Medica da Bahia*, ano III, n.52, 30 de Setembro de 1868, pp. 43-45. Seção *Cirurgia*, “Movimento geral dos doentes nos diferentes hospitaes do Exercito Brasileiro em operações contra o Governo do Paraguay, durante o 2º trimestre de 1868”, assinado pelo Dr. Francisco Bonifacio de Abreu, coronel cirurgião-chefe do exército e chefe interino do Corpo de Saúde.

(8,5%), bronquites (2,7%), febres (4,6%), ferimentos por arma de fogo (11,3%) e por arma branca (2,8%). A mortalidade na seção cirúrgica foi de 3,8% e na médica 11%.

Quanto às taxas de mortalidade no terceiro trimestre de 1868, somos informados no número 58³¹⁵: cólera-morbo (50,1%), diarreia (7,5%), febres (4,7%), varíola (30,4%), ferimentos por arma de fogo (11,1%) e por arma branca (3,8%). O cirurgião-mor responsável pelo levantamento e exposição dos dados não especificou, mas pelo predomínio da cólera, podemos inferir que a taxa de mortalidade foi maior na seção médica do que na cirúrgica.

Quanto aos 4 meses finais de 1868 é publicada, já no n. 66, de 1869³¹⁶, a seguinte estatística: cólera-morbo (44%), diarreia (5,7%), febres (5,6%), ferimentos por arma de fogo (7%), por arma branca (2%). Quanto a mortalidade nas seções médica e cirúrgica foram, respectivamente, 11% e 5,3%.

No número 77³¹⁷, em que é publicado mapa nosológico do segundo trimestre de 1869 e no 88³¹⁸, no qual são publicadas estatísticas médicas do quarto trimestre de 1869, a cólera desaparece. Perduram as diarreias, os ferimentos por arma de fogo e arma branca, além das febres diversas. As estatísticas dos números 18³¹⁹ e 19³²⁰, que propositalmente deixamos para o final, ao falarem dos últimos três meses do ano de 1866, revelam que a cólera ainda não era um grande problema do campo de batalha, ao menos não no Hospital Militar de Corrientes, em território argentino. Contudo, o correspondente Luiz Alvares dos Santos, opositor da Faculdade de Medicina da Bahia e 1º cirurgião do Hospital da Caridade, ressalta, em meio aos registros de suas visitas a estabelecimentos médicos³²¹ e outras observações, que o estado sanitário era deficiente, o que resultaria em prejuízos às

³¹⁵ *Gazeta Médica da Bahia*, ano III, n.58, 31 de Dezembro de 1868, pp.116-117. Seção *Correspondencia Scientifica*, “Corpo de Saúde do Exercito”, assinado por Dr. F. J. Dorea, que cremos se tratar do Dr. F.D.

³¹⁶ *Gazeta Médica da Bahia*, ano III, n.66,30 de Abril de 1869, pp.212-213. Seção *Medicina*, “Estatistica do serviço de saude do exercito em campanha no Paraguay, 4º trimestre de 1868”, assinado pelo Dr. Firmínio José Dórea.

³¹⁷ *Gazeta Médica da Bahia*, ano III, n.77, 15 de Outubro de 1869, pp. 53-54. Seção *Correspondencia Scientifica*, “Estatistica dos hospitaes militares do exercito em operações no Paraguay, no 2º trimestre do corrente anno”, assinado pelo Dr. Francisco Bonifacio de Abreu, cirurgião-mor interino.

³¹⁸ *Gazeta Médica da Bahia*, ano IV, n.87, 31 de Março de 1870, pp. 184-185. Seção *Correspondencia Scientifica*, “Mappa estatistico nosologico dos doentes tratados durante o 4º trimestre do anno proximo passado, nos hospitaes e enfermarias do exercito brasileiro em operações contra o Governo do Paraguay”, assinado por Francisco Bonifacio de Abreu.

³¹⁹ *Gazeta Médica da Bahia*, ano I, n.18, 25 de Março de 1867, pp. 212-214. Seção *Correspondencia Scientifica*, “Hospital Militar de Corrientes-Relatorio e mappas estatisticos dos mezes de setembro, outubro, novembro e dezembro de 1866”, o relatório não é assinado, mas introdução à sua publicação na folha afirma ter sido documento enviado pelo correspondente Dr. Luiz Alvares dos Santos.

³²⁰ *Gazeta Médica da Bahia*, ano I, n.19, 10 de Abril de 1867, pp. 223-228. Seção *Correspondencia Scientifica*, “Hospital Militar de Corrientes-Relatorio e mappas estatisticos dos mezes de setembro, outubro, novembro e dezembro de 1866”, continuação da página 214 do n.18 da GMB.

³²¹ Hospitais, clínicas civis, farmácias, dentre outros.

condições de saúde das tropas. O douto menciona as precárias condições de higiene, citando as palavras de Michel Levy³²²:

Sem a hygiene a medicina nada mais é do que uma lúgubre agitação: sem ella vê o cirurgião frustrar-se toda sua industria de methodos e de processos; sem ella a administração se esforça debalde; e os recursos que acumula não impedem o desenvolvimento de mortíferas epidemias[...]³²³

Trata-se do argumento da higiene como fundamental e fundamento da medicina, da administração, da indústria. A higiene era importante, também, aos sucessos da guerra, principalmente por evitar as epidemias- fenômenos que se somados às mazelas da peleja poderiam dizimar exércitos. Percebamos que a evocação às precariedades da higiene justificaria fracassos da atuação de médicos e administradores, figuras ligadas à Guerra. No confronto do Paraguai, temos os médicos dirigindo os socorros em combate e os administradores tanto das tropas brasileiras nas fronteiras da guerra, quanto em território brasileiro, garantindo a continuidade do funcionamento na nação, bem como sua proteção a partir do apoio enviado aos combatentes do evento bélico. Da higiene dependia boa parte dos sucessos de médicos e administradores.

Além de pensar que informações sobre a cólera no ano de 1866 não tenham chegado à GMB ou mesmo não tenham sido publicadas por alguma razão, cremos que as condições precárias da higiene das tropas, próprias aos tempos de crise, mencionadas por Luiz Alvares dos Santos, tenham contribuído diretamente para a ascensão da cólera nos meses seguintes.

A despeito de curiosas possíveis qualificações dos dados estatísticos, a nós mais interessa destacar fenômeno geral significativo: Além de doenças como a diarreia³²⁴ imobilizarem combatentes, do final de 1867 ao longo de 1868 a cólera-morbo matava mais do que as armas de fogo! O flagelo era inimigo fidagal das tropas em combate.

³²² Provavelmente o geólogo Augusto Michel Levy (1844-1911).

³²³ *Gazeta Medica da Bahia*, ano 1, n.19, 10 de Abril de 1867, p.224. Seção *Correspondencia Scientifica*, “Hospital Militar de Corrientes-Relatorio e mappas estatisticos dos mezes de setembro, outubro, novembro e dezembro de 1866”, continuação da página 214 do n.18 da GMB.

³²⁴ Cabe-nos destacar que o parco conhecimento sobre a cólera no período atribuía à doença a diarreia como um dos sintomas principais. Apesar de não informados a respeito, nas estatísticas médicas que extraímos da *Gazeta Medica da Bahia*, cremos que o que diferenciava a cólera e diarreia eram outros sintomas, além da diarreia, que apareciam nos casos ditos de cólera-morbo.

Em sua detida análise sobre a Guerra do Paraguai, Francisco Doratioto³²⁵ bem destaca a presença de doenças como a cólera e a varíola como inimigos de maior potencial fatal do que as próprias armas. Afirma o historiador que “O Brasil enviou para a Guerra cerca de 139 mil homens, dos quais uns 50 mil morreram. Destes, a maior parte pereceu[...] devido a doenças e aos rigores do clima”³²⁶. Além de concordar com a análise que, de certo modo, concede papel fundamental às doenças no combate³²⁷, nossas reflexões sobre o noticiamento da Guerra do Paraguai num jornal médico têm por fim contribuir para o aumento do arsenal de visões sobre o conflito. Desta vez, trata-se de perceber os sentidos de informes transformados em notícia num jornal que tinha como um de seus elementos organizadores a análise da higiene pública, em grande parte investigada a partir de sua relação com a cólera.

Os extensos comentários dos médicos sobre as tabelas estatísticas nos ajudam a entender sentidos desses números, bem como porquês de sua publicação na *Gazeta Medica da Bahia*.

Um dos comentários feitos acerca do mapa publicado no número 52, sobre o primeiro semestre de 1868, advoga a utilidade dos relatórios, bem como a dos médicos na guerra. Diz o Dr. Francisco Bonifácio de Abreu que não prescindirá do trabalho de análise estatística³²⁸ para “provar com fundamento o resultado feliz e vantajoso de nossos hospitais para que possa o leitor avaliar com critério do zelo e dedicação com que tem sido desempenhado o serviço médico”³²⁹.

A necessidade de comprovação do serviço médico aponta para a publicação deste tipo de mapa como maneira de evidenciar a utilidade da classe médica em episódios importantes para a nação, a exemplo dos tempos de guerra, que a todos afetam de alguma

³²⁵ DORATIOTO, F. F. M. Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

³²⁶ Ibid., p.483.

³²⁷ Algumas aparições dos problemas de saúde abordados por Doratioto são: Má alimentação e precárias condições sanitárias (ver páginas 117, 123, 199); Falta de alimentos, insalubridade e deserção (ver página 122); Varíola (ver páginas 121, 129); Clima, inverno, choque térmico, piolhos (ver páginas 127,191); Animais mortos que causavam doenças por serem ingeridos e com seus restos expostos ao ar livre (ver página 183); Sarampo, tifo, disenteria (p.191); Diarreia (p.197); Condições precárias dos hospitais e serviços médicos, risco de epidemias, desobediência de ordens médicas (ver páginas 223, 372, 432,206); falsos doentes, médicos cúmplices (ver página 280); Substituição de remédios por plantas medicinais no Paraguai (p.289); Saúde mental do conde D’Eu (p.448); Alcoolismo nas tropas (p.189).

³²⁸ E aqui faz referência ao trabalho de um tal Mr. Didiot, da França a respeito do movimento dos hospitais na Guerra da Criméia.

³²⁹ *Gazeta Medica da Bahia*, ano III, n.52, 30 de setembro de 1868, p.45. Seção *Cirurgia*, “Movimento geral dos doentes nos diferentes hospitais do Exército Brasileiro em operações contra o Governo do Paraguai, durante o 2º trimestre de 1868”, assinado pelo Dr. Francisco Bonifacio de Abreu, coronel cirurgião-chefe do exército e chefe interino do Corpo de Saúde.

maneira. Acreditamos que os mapas não eram remetidos apenas à *Gazeta Medica da Bahia*, tendo em vista fazerem parte das atividades de esculápios oficiais do Corpo de Saúde do Exército. Ainda assim, publicá-los no jornal era importante para o aumento da visibilidade dos grandes feitos dos doutos da Bahia dentro e fora da província. Ademais, as estatísticas tinham função informativa aos leitores do periódico³³⁰.

Quanto ao mapa publicado no n.66³³¹, referente ao quarto trimestre de 1868, José Firmino Dórea tece a crítica:

A cholera-morbus, depois que fez debaixo do caracter epidêmico sua erupção no Exercito em 1867, já mais nos abandonou, por quanto, quando não reina epidemicamente com o caracter esporádico vai também desimando o exercito. Como para confirmar a ideia de que o movimento é a vida, este flagello foi menos devastador nos mezes de Outubro, Novembro e Dezembro, nos quaes o exercito passou por dolorosas provações; ora suportando diurnas e laboriosas marchas[...], algumas vezes, dormindo mal ao relento[...] fazendo uso de aguas impuras para as necessidades da vida [...] E é tal o estúpido capricho deste flagelo da humanidade que estas causas tão eficientes em nada influiram para o seu maior desenvolvimento[...]³³²

O cirurgião aproveita sua experiência de guerra para refletir sobre teorias, situando-a nos debates sobre origens e causas da cólera. Ainda que no restante de seu texto o médico eleja como imprescindível a obediência às normas da higiene, não concede às condições sanitárias- de habitação, alimentação, sono, dentre outros difíceis em campo de batalha-, imediatismo ou correlação direta para ocorrência da doença. Partidário das teorias do contágio, afirmava que o flagelo acompanhava o movimento da vida, dos homens. Ainda assim, reconhecia a importância das boas condições higiênicas do ambiente. O fato de não prestar primazia às condições de higiene para ocorrência da cólera-morbo não significa que o autor refutasse as importâncias desta ciência.

Nos mapas remetidos à *Gazeta*, observamos o predomínio da mortalidade nas seções médicas em relação às cirúrgicas. De um modo geral, o conhecimento médico-

³³⁰ Conforme no informa Doratioto (2002, p.18), sem telégrafo internacional a dispor, notícias chegavam de navios vindos das frentes de batalha.

³³¹ Referente ao quarto trimestre de 1868.

³³² *Gazeta Medica da Bahia*, ano III, n.66, 30 de Abril de 1868, p.212. Seção *Medicina*, “Estatística do serviço de saúde do exercito em campanha no Paraguay, 4º trimestre de 1868”, assinado pelo Dr. Firmino José Dórea.

cirúrgico sobre como remendar ou consertar partes do corpo era mais claro por ser possível localizar o dano³³³, bem como identificar sua causa, no corpo do doente. Quanto às ocorrências da seção médica, os doutos lidavam com imprecisões. Da cólera-morbo, por exemplo, não havia consenso científico quanto às causas, o que dificultava o tratamento eficaz. Era objeto sobre o qual os esculápios não tinham controle. Se os sujeitos que dedicavam suas vidas aos estudos da questão enfrentavam alguma supremacia do inimigo patológico, governo e população estariam mais desprotegidos ainda. A luta contra a cólera era uma guerra em meio a outra guerra.

As estatísticas eram publicadas na *Gazeta Medica da Bahia* por serem interpretadas como assunto importante que merecia ganhar destaque e ampla circulação. A preocupação recaía não só em informar os leitores e educá-los a partir da transmissão das lições provindas do campo de batalha, mas demonstrar como os médicos estavam inseridos em questões políticas do país.

Outra forma de pensar a publicação enseja os intuitos de propagar que os médicos em campo de batalha estariam cuidando da nação curando, sempre que possível, seus combatentes. Além disso, informar pelos mapas era maneira de chamar atenção às enfermidades que poderiam chegar ao país pelos feridos e inválidos da guerra. Lemos no mapa do n.19 um comentário sobre a transferência de facultativos entre bases de guerra mais necessitadas, bem como a “transferência dos inválidos para o Brasil”³³⁴. É plausível considerarmos, principalmente quando parte do pensamento médico defendia que a cólera seguia o movimento dos homens, que junto aos feridos que conseguiam regressar ao Brasil, pudesse vir, também, o flagelo como passageiro indesejado. Os avisos sobre embarcações infectadas que figuram nos relatórios do Ministério do Império³³⁵ compactuam com nossa consideração.

Outro possível motivo da publicação das notícias estatísticas comentadas se refere a outra parte do argumento dos médicos cuidando da nação. Se os que estavam na Guerra garantiam o país fora do país, os que publicavam as correspondências cuidavam do território nacional já garantido. Tanto informavam outros doutores e demais leitores do jornal, quanto a partir dos informes sugeriam providências para evitar os possíveis efeitos da guerra em solos brasileiros. As constantes demandas pela prevenção como principal

³³³ Ou ao menos achar que o localizou!

³³⁴ *Gazeta Medica da Bahia*, ano II, n.19, 10 de Abril de 1867, pp. 224-225. Seção *Correspondencia Scientifica*, “Hospital Militar de Corrientes-Relatorio e mappas estatisticos dos mezes de setembro, outubro, novembro e dezembro de 1866”, continuação da página 214 do n.18 da GMB.

³³⁵ Ver tópico 3.1 do capítulo 3 desta dissertação.

arma contra a cólera surgem nesse sentido. O jornal falava do problema interno da higiene pública no Brasil, que carecia de medidas preventivas eficazes, o que aumentava o risco da importação daquela doença, uma doença temida, que seria mais perigosa por força da guerra.

Ademais, o compromisso dos médicos que não estavam em campo de batalha se tornava mais importante pelo desfalque na classe profissional. Do noticiamento da Guerra do Paraguai na GMB faz parte, também, a premissa de que os que ficaram teriam de cuidar do prestígio de sua classe, do governo e da população sem a ajuda de muitos colegas que o faziam, mas tornaram-se ausentes por ocasião da guerra. A justificativa para tal ausência era igualmente divulgada.

Além das notícias estatísticas havia outros tipos de escritos³³⁶ sobre a Guerra do Paraguai figurando na GMB. Contudo, as que ressaltamos são as que mais aparecem nas folhas do jornal médico. Maior parte das matérias que comentamos está alocada na seção *Correspondencia Scientifica*³³⁷. Nesta seção estavam assuntos de interesse para a ciência médica, assinados pelos operários da ciência, ou seja, sujeitos autorizados por um diploma de instituição reconhecida. Os correspondentes que assinavam as estatísticas mortuárias publicadas na GMB, faziam parte dos “autorizados”. Autorizados estes que enfrentavam, além dos problemas inerentes ao campo de batalha e da cólera, um outro inimigo: os legitimados por instituições que não eram as faculdades de medicina.

No número 85 da *Gazeta Medica da Bahia*³³⁸ um longo artigo editorial intitulado *A proposito da promoção de um curandeiro a cirurgião-mor da Guarda Nacional*, lastimava os constantes desrespeitos dos poderes públicos à classe médica diplomada. Foco das críticas eram as brechas da Lei n., 602, de 19 de Setembro de 1850, a chamada Lei da Guarda Nacional. Dentre outros pontos da organização da guarda do Império, a legislação normatizava a promoção de soldados a cirurgiões da Guarda Nacional.

Problema maior, segundo “L”, o autor do texto, era que os artigos que regiam as nomeações não exigiam que os nomeados fossem habilitados por uma instituição reconhecida. “L” nos conta casos como o de um tal Fabião de Freitas Barretto Nobre, beneficiado por uma destas promoções. O problema estava no fato de que tal sujeito era “nem mais nem menos, um curandeiro, sem titulo nem habilitação alguma” que exercia

³³⁶ Destes trataremos numa pesquisa futura, já em vias de projeto de doutorado.

³³⁷ Apenas os mapas publicados nos números 52 e 66 que não. Estes foram publicados respectivamente, nas seções de Medicina e Cirurgia. Sobre tais seções consultar capítulo 1 desta dissertação.

³³⁸ *Gazeta Medica da Bahia*, ano IV, n.85, 15 de Fevereiro de 1870, pp.145-148. Artigo editorial, “A proposito da promoção de um curandeiro a cirurgião-mor da guarda nacional”, assinado por “L.”.

“livremente a medicina e a cirurgia em uma villa populosa”³³⁹ do Império. Além de desprezar os médicos cirurgiões diplomados, a lei chocava com os preceitos do artigo 25 do Regulamento de 29 de Setembro de 1851 sobre o exercício da medicina, que definia como pré-requisito para tal a habilitação por uma escola oficial de medicina do Império. A Junta Central de Higiene Pública não poderia exercer seu trabalho fiscalizatório, autorizado pelo Regulamento de 1851, perante um indivíduo autorizado por uma Lei da Guarda Nacional do Império.

Após a longa análise e exposição de defeitos da Lei da Guarda Nacional, “L” aponta para uma de suas principais consequências ruins:

Foi em consequência da lei que authorisa individuos incompetentes a exercer a medicina e a cirurgia que foram para a Guerra do Paraguay, acompanhando os corpos da guarda nacional de algumas províncias, não pouco d’esses cirurgiões, que lá exerceram, e exercem talvez ainda a sua arte contra os miseros soldados que lhe offereciam em sacrificio as vidas que as balas inimigas respeitaram[...]³⁴⁰

Estes sujeitos, promovidos pela autoridade hierárquica que não levava em conta a autoridade científica, atrapalhavam não só a atuação dos “verdadeiros médicos”, os diplomados que assinavam as matérias publicadas na *Gazeta Medica da Bahia*, mas provavelmente eram também empecilhos para que se abrandasse os estragos de epidemias como a cólera, uma vez que estes sujeitos “faziam os serviços sanitários no exercito como os facultativos”³⁴¹, dispondo dos mesmos direitos de atuação dos primeiros, porém sem a mesma preparação.

Além do interesse das notícias ao avanço das ciências médicas, *Correspondencia Scientifica* ganha um sentido político, assim como os demais escritos sobre a guerra no jornal. Este é concedido pelos médicos da *Gazeta Medica da Bahia* preocupados em fornecerem seus próprios significados de importância e concepções de seu papel no marcante episódio bélico político por qual passava o Brasil.

A guerra era oportunidade para os médicos provarem sua importância, logo a imagem dos devotos voluntários associada aos números catastróficos de baixas pela

³³⁹ Ibid., p.145.

³⁴⁰ Ibid., p.146.

³⁴¹ Ibid, p.146.

cólera, doença tornada epidêmica principalmente pela falta de higiene nas tropas, servia aos médicos que, de certo modo, se valiam da tragédia noticiada no jornal para conquistarem espaço.

3.2.1. Da cólera na Guerra do Paraguai noutras folhas da imprensa

Importante episódio da história da pátria brasileira, a Guerra do Paraguai foi amplamente noticiada noutras folhas contemporâneas à *Gazeta Medica da Bahia*. Seu companheiro de imprensa médica, os *Annaes Brasilienses de Medicina*, mas também os diversos jornais da grande imprensa, divulgavam inúmeras matérias, dos mais diferentes tipos, a respeito do conflito. Não é nosso objetivo listar a enxurrada de informações que envolvia desde comunicados de navios que partiam do Brasil aos campos de batalha ou de lá voltavam ao país, ou o incentivo da honra do confronto em nome do patriotismo, ou mesmo os anúncios de doações feitas por pessoas comuns, que viam por bem oferecer voluntariamente ao Governo as mais diversas quantias em donativos de apoio ao exército brasileiro, que figuravam na imprensa da década de 1860.

Neste breve tópico, complementar ao do noticiamento da Guerra do Paraguai na *Gazeta Medica da Bahia*, objetivamos oferecer ao leitor um panorama de como o assunto da cólera e dos médicos na Guerra aparecia em alguns outros periódicos. Isto nos ajuda a melhor compreender a forma pela qual o conflito era tratado nas páginas da folha médica baiana.

Na edição de 10 de Março de 1866 dos *Annaes Brasilienses de Medicina*³⁴² foi publicada memória sobre os hospitais militares, apresentada à Academia Imperial de Medicina, pelo membro titular Eduardo Augusto Pereira de Abreu³⁴³. Nesta o médico fornecia uma série de esclarecimentos sobre as peculiaridades dos hospitais militares, que

³⁴² *Annaes Brasilienses de Medicina*, tomo XVII, Março de 1866, n.10, pp. 454-473. “Memória apresentada a Academia Imperial de Medicina- Hospitais Militares”, pelo membro titular Eduardo Augusto Pereira de Abreu.

³⁴³ ?,1833- Rio de Janeiro,1892. Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1855. Membro titular da Academia de Imperial de Medicina desde 1863. Secretário assistente e homem de confiança de Manoel Feliciano Pereira de Carvalho, chefe do Corpo de Saúde do Exército, foi enviado ao Uruguai, em 1865, em auxílio dos socorros das tropas brasileiras na Guerra do Paraguai. Maiores informações ver site da Academia Nacional de Medicina (RJ). Disponível em: <http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=290&descricao=Eduardo+Augusto+Pereira+de+Abreu>. Acesso em Março de 2018.

eram de tipo diferente dos demais nosocômios³⁴⁴, bem como a diversidade que o termo “hospitais militares” abordava (havia os ambulantes, temporários, permanentes, dentre outros).

O autor da memória, que recorre à autoridade dos inúmeros estudos provindos de observações feitas por médicos de países estrangeiros, afirma que “Os principios de uma sã hygiene influe tão poderosamente nos Hospitales Militares que a practica tem demonstrado a diminuição sensivel na statistica mortuaria”³⁴⁵, de modo a elencar a boa higiene como condição fundamental aos postos de socorros na guerra e ao sucesso das tropas. Após indicar as condições higiênicas necessárias para cada tipo de hospital da guerra, enfatizando a necessidade de manter as epidemias longe, Pereira de Abreu ressalta as precárias condições dos hospitais militares brasileiros:

Um chefe que sabe o que é serviço de saude do Exercito, representa, insta, pede e até roga para que estabelecimento próprio seja construído em beneficio das Praças do Exercito de quem elle é oficialmente o fiscal ou sentinela vigilantes e em que recae a responsabilidade da boa ou má salubridade do exercito. Entretanto assim deve acontecer enquanto o Governo deixar de atender as necessidades de serviço[...]³⁴⁶

Em seguida, após repugnar a decisão de fechamento, antes mesmo do começo da guerra, de um hospital militar em Mato Grosso, Pereira de Abreu prossegue com as críticas de que fechar um posto de socorro militar numa província distante era um “erro grave e imperdoável” cometido por parte de “ministros alheios a practica de serviço de saude”³⁴⁷. Menciona ainda outras bases de socorros com os quais contavam as praças brasileiras no Paraguai, ressaltando que tão ruins eram as condições higiênicas que pareciam convidar as epidemias³⁴⁸.

Pereira de Abreu conclui sua memória, que sustentou o argumento de que “A mortalidade nos Hospitales Militares forma por si só uma questão vasta, complexa, e digna de seria atenção”³⁴⁹, destacando as péssimas condições do serviço de saúde dos hospitais militares em sítio, mal amparados pelo Governo, e os sofrimentos da armada brasileira,

³⁴⁴Sinônimo de Hospital.

³⁴⁵ *Annaes Brasilienses de Medicina*, tomo XVII, Março de 1866, n.10, p.455. “Memória apresentada a Academia Imperial de Medicina- Hospitales Militares”, pelo membro titular Eduardo Augusto Pereira de Abreu.

³⁴⁶ *Ibid.*, p.469.

³⁴⁷ *Ibid.*, p. 470.

³⁴⁸ *Ibid.*, p.470.

³⁴⁹ *Ibid.*, p.466.

um exército que andava “2,3,4 leguas por dia, atravessando rios, lagos, etc, sem possuir o material de saúde para o commodo que exige suas enfermidades [...]”³⁵⁰

A memória de Pereira de Abreu não faz referência direta à cólera-morbo, mas ressalta a condição inimiga que adquirem as epidemias. Uma vez que a alta mortalidade por cólera das tropas brasileiras no Paraguai era uma realidade, como comprovam os dados do tópico anterior, cremos que a doença tenha sido um dos motivos que incentivou o médico a ressaltar o perigo das epidemias. De acordo com seu relato, as más condições higiênicas de que dispunham os postos de socorro na guerra, que mais pareciam convidar do que evitar as epidemias, são tidas como um dos pontos de debilidade deste tipo de estabelecimento. Caso a higiene fosse sã, seria possível ajudar a diminuir o problema da perda de soldados. A higiene das bases médicas em guerra é vista pelo membro da AIM como pré-requisito para aumentar as chances de vitória na luta.

Conforme fica claro na menção ao caso do hospital fechado em Mato Grosso, bem como no restante da memória, a importância da existência e da manutenção higiênica dos hospitais militares é fundamental para os sucessos na guerra, mas não apenas quando esta ocorre. Para, implicitamente, a assertiva de que as dificuldades do contexto bélico, expressas na citação das condições precárias de higiene e falta de recursos dos médicos e postos de socorro, tornariam mais difícil a ação satisfatória durante tempos conflituosos. Cuidar destes hospitais constantemente seria forma de o governo garantir maior seguridade da força de guerra brasileira, não só na ocasião do perigo. Desse modo, para Pereira de Abreu, as boas condições, ou seja, as que obedeciam aos princípios da higiene dos serviços médicos, estavam diretamente ligadas à existência de um dos principais mecanismos de defesa da nação brasileira, o exército.

O escrito de Pereira de Abreu expõe ainda o argumento de que, por mais que desejasse, o médico responsável pelas condições de salubridade do exército, não seria capaz de cumprir suas obrigações com a eficácia esperada se não dispusesse do apoio das instâncias superiores – do Governo-, para tal. A partir da eleição dos hospitais militares como importante demanda por atenção governamental, o autor constrói um argumento que enfatiza a relação entre atuação médica e sucessos da pátria, a partir da indicação de que o descuido com os serviços de socorro, regidos pelas regras da boa higiene e praticados pelos médicos, resultava em possíveis fracassos de guerra, a exemplo dos expostos na mortalidade ocorrida nos postos de socorro dos campos de batalha.

³⁵⁰ Ibid., p.473.

Em 27 de Setembro de 1867 o *Diário do Rio de Janeiro* divulgou³⁵¹, na seção *Publicações a Pedido*, carta de Joaquim Antônio de Oliveira Botelho³⁵², diretor do Hospital Flutuante D. Francisca. Na carta, o médico da Armada Brasileira no Paraguai, refutava as opiniões de um certo “escrevinhador que lhe caluniou, maculando sua reputação médica”, por meio de um texto publicado no *Jornal do Commercio* de Porto Alegre em 7 de maio daquele mesmo ano. O escrito referido pelo Dr. Botelho afirmava que a cólera teria chegado em Porto Alegre pela embarcação comandada por ele, o que seria absurdo, tendo em vista que em sua condição de médico deveria ter tomado as devidas providências para que o mal colérico não ultrapassasse as fronteiras daquele navio. Como Botelho, o diretor da embarcação médica, permitiu que dali o mal se propagasse, a ele deveria ser atribuída a culpa pelos casos da doença ocorridos naquela província.

O diretor do D. Francisca rebate a acusação, explicando o que afirma ser a verdadeira versão dos fatos. Após explicitar sua prudência com o transporte e socorros de coléricos de Corrientes, local onde a cólera grassava epidemicamente, a Curuzú, o diretor conta que informou ao visconde de Porto Alegre, general a quem estava submisso hierarquicamente, que havia na embarcação alguns poucos casos que se caracterizavam como cólera-morbo, alertando sobre os perigos que isto poderia causar caso o navio fosse liberado sem a tomada das medidas cabíveis, indicadas por aquele esculápio.

Refutando serem aqueles casos de cólera-morbo epidêmica, o visconde teria optado por acreditar em cartas de pessoas de sua confiança, desprezando o diretor e outras opiniões médicas, mesmo a de um outro cirurgião da Armada, o único médico que realmente o visconde realmente escutaria “se fosse para ouvir algum”. Mesmo frente à constatação, pelo próprio Dr. Cristovão, médico de confiança do Visconde, este teria ignorado os constantes avisos e medidas preventivas sugeridas por Botelho.

Desacreditado por diversas vezes pelo Visconde de Porto Alegre, Dr. Botelho relata um caso em que, após ter voltado ao seu posto, fora informado sobre a morte de um soldado por cólera. Ainda que lhe tivesse faltado o auxílio solicitado- um navio de apoio

³⁵¹ *Diário do Rio de Janeiro*, ano L, n. 252, 27 de Setembro de 1867, p. 3. Seção *Publicações a pedido*, por Joaquim Antônio de Oliveira Botelho.

³⁵² Joaquim Antonio de Oliveira Botelho- Bahia, 1862- Rio de Janeiro, 1948-, é membro emérito da Academia Nacional de Medicina (antiga Academia Imperial de Medicina). Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, é conhecido por ter sido o primeiro médico brasileiro a chefiar um serviço hospitalar nos Estados Unidos. Maiores informações ver site da Academia Nacional de Medicina. Disponível em: <[http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=437&descricao=Joaquim+Antonio+de+Oliveira+Botelho+\(Cadeira+29\)](http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=437&descricao=Joaquim+Antonio+de+Oliveira+Botelho+(Cadeira+29))> Acesso em Março de 2018.

para devida desova do cadáver-, ele mesmo tomara as providências higiênicas adequadas, enterrando o morto e queimando seus pertences. Ou seja: fizera o que lhe fora possível, dadas as condições de apoio de que dispunha.

Por fim, dizendo não ser sua intenção acusar pessoas, mas apenas sufocar a calúnia, o médico pergunta ao “escrevinhador”:

Se houve culpa no desenvolvimento e intensidade da epidemia do cholera-morbus em Curuzú, quem é o culpado? Será o simples e obscuro médico que por si só fez quanto cabia em suas forças para prevenir o aparecimento do mal, ou o general que escarneceu da sciencia medica e só confiou nos seus conhecimentos?[...] Quem levou a cholera ao Cerrito?[...] Quem levou a cholera ao Paraguay e ao Baixo Paraná, onde perdemos muitos bravos defensores da Pátria?³⁵³

O *Diario do Rio de Janeiro* é um dentre os muitos jornais que dedicavam seções destinadas a publicar correspondências de diversos leitores sobre questões de importância do período. A Guerra do Paraguai era uma destas e a grande imprensa também era palco onde o diálogo sobre o conflito tinha lugar. Da carta de Botelho constatamos que parte do público leitor e colaborador da imprensa extra-profissional eram os profissionais da medicina, que viam as folhas diárias como bons locais de denúncia ou defesa.

A carta do médico do exército responde à crítica negativa veiculada em um outro periódico – o *Jornal do Commercio* de Porto Alegre. Isto nos revela que os jornais eram utilizados para informar os brasileiros sobre a guerra, mas também para atualizar os que estavam em sítio, sobre o que ocorria em sua pátria de residência.

Bem como acontece na memória de Pereira de Abreu, a carta justifica a dependência dos médicos em relação a outras instâncias. O escrito busca eximir sua pessoa, nominalmente citada pelo tal “escrevinhador”, mas também acaba por expor a situação dos médicos nos campos de batalha que, de acordo Botelho, não tinham culpa pela aparição das epidemias como a de cólera, tampouco dispunham de autoridade suficiente para agir como desejavam, de acordo as normas da higiene e da medicina ordenavam. Falar sobre os alertas que emitia ao visconde e general, bem como do procedimento de queimar o cadáver do colérico, era forma de afirmar que, dadas as condições da hierarquia, cumpriam como era possível as normas sanitárias de prevenção

³⁵³ Ibid.,

ao alastre da moléstia. Mas as medidas higiênicas não seriam suficientes se os serviços médicos não tivessem o apoio das autoridades a que estavam submissos.

A chegada da cólera é tida como um mal indesejado, mais um perigo provindo da guerra. O “escrevinhador”, que podia ser um colega de profissão ou não, acusava o Dr. Botelho pelo não cumprimento de seu trabalho vigilante, que resultou na importação da doença. O fazia na imprensa para expor sua opinião, que pretendia que fosse acolhida por outros. O esculápio era reconhecido como responsável pelos cuidados do navio de guerra, mas também pelos cuidados dos que estavam fora de sítio. Contudo tal reconhecimento não era aquele a que a GMB se referia. Mais do que a permissão para a ação adequada, o chefe do serviço médico foi desacreditado ao tentar agir, e em seguida culpado pelo mal colérico em Porto Alegre. O reconhecimento a que se referiam os médicos da *Gazeta Medica da Bahia* era de outro tipo, daquele que permitiria que as recomendações de Botelho fossem ouvidas, respeitadas e cumpridas.

A carta de defesa buscava esclarecer que a culpa por doenças importadas da guerra não eram sua culpa. Não se sabia os critérios de causa da moléstia, o que fica explícito em trechos como “quem levou a cholera ao Cerrito?”, “quem levou a cholera ao Paraguay?”, que rebatem a acusação de que profissionais como Botelho seriam os culpados por não vigiarem direito os procedimentos para impedimento de que ela se espalhasse. Ademais, nem sempre as autoridades superiores concediam permissão ou credibilidade a recomendações indicadas por doutores, que poderiam prevenir a chegada da doença, importada da batalha, em solos brasileiros. Trata-se da assertiva de que os médicos eram a classe menos culpada pela morte daqueles que socorriam, dadas as condições de que dispunham para trabalhar.

Em edição de 11 de Dezembro de 1869, o *Jornal do Commercio* (RJ) publicou correspondência, sem autor identificado, intitulada “Estudantes de Medicina na Guerra do Paraguai”. Diz o autor que com a proximidade cada vez mais eminente do fim do conflito, era justo “levantar do esquecimento e fazer ler ao paiz muitas paginas brilhantes”³⁵⁴. Dentre estas, estaria a classe dos estudantes de medicina. O escrito afirma que os diversos hospitais de socorros da Guerra do Paraguai – “de Montevideo a Buenos Aires, de Corrientes a Tuyuty”, contavam com o apoio de esforçados estudantes de medicina. Ponto-chave do texto que destaca o comprometimento dos alunos, mesmo frente às precárias condições dos postos de saúde, por vezes improvisados e

³⁵⁴*Jornal do Commercio* (RJ), ano 48, n.343, 11 de Dezembro de 1869, p. 1, segunda folha, seção *Publicações a Pedido*, texto “Estudantes de Medicina na Guerra do Paraguai”, sem assinatura.

constantemente flagelados sobretudo pela cólera-morbo epidêmica, e lamenta o pouco reconhecimento da atuação dos estudantes e do serviço médico no geral, é a seguinte assertiva:

Nem se pense que há mais grandeza (como já o disse alguém) em expôr a vida à bala inimiga no parapeito de uma trincheira, do que em acudir no campo mesmo do combate ao bravo que o projectil prostrou por terra, e cuja existência prestes a extinguir-se nas ondas do sangue que espadana da artéria aberta é salva pelo medico, que nessas occasioes e em tantas outras corre os mesmos riscos que o soldado que peleja³⁵⁵

No *Jornal do Commercio* (RJ), a carta, que não tem assinatura, mas parece ter sido escrita por um estudante de medicina ou mesmo por um médico que queria exaltar seus futuros colegas de profissão, aparece numa seção de publicações a pedido, de lógica semelhante a que a seção de mesmo nome exercia no *Diario do Rio de Janeiro*.

Além de destacar o premente fim do conflito, o texto objetiva produzir memória adequada, de acordo as considerações do autor, a partir do destaque de sujeitos que muito contribuíram para a manutenção da armada e da nação brasileiras. Das memórias sobre o conflito deveria fazer parte a atuação dos estudantes de medicina que largaram o conforto do lar e do aprendizado em sala de aula, para se lançarem a campos perigosos e instáveis. Bem como nos escritos que analisamos até aqui, ressalta-se os perigos em campo de batalha que incluíam, além das nações inimigas, a cólera-morbo.

O escrito, destinado ao público-leitor da grande imprensa, ressaltava a importância dos estudantes de medicina, também representantes da classe médica. O fazia a partir da aproximação entre o papel honroso do soldado e do médico. Se o primeiro pegava em armas para defender a pátria, o segundo, também exposto às balas inimigas, garantia os seus socorros caso este viesse a fraquejar. A missão dos médicos, de salvar vidas para tal colocando a sua própria em risco, era merecedora do mesmo galardão que a dos demais combatentes. Guerrear e defender o país, segundo o autor, não se limitava a ferir os inimigos da pátria.

Outros jornais, a exemplo do *Correio Paulistano*, se contentavam em noticiar a chegada de vapores e reproduzir boletins do exército. A edição do dia 18 de Outubro de

³⁵⁵ Ibid., p.1.

1868³⁵⁶ contava sobre a chegada na Corte, via portos do Sul, do vapor *Gerente*, que havia ficado em quarentena em Montevideo devido a ocorrência de cólera-morbo. Maior parte do conteúdo de “Notícias da Guerra” referia-se as ocorrências e estratégias das tropas em campo de batalha, não às honras do corpo de saúde, especificamente. Publicações deste teor permitem-nos verificar que as notícias da guerra na grande imprensa nem sempre especificavam que a chegada de doenças como a cólera ultrapassavam, sobretudo por falta de autoridade, as tentativas de prevenção dos médicos, mesmo que, segundo os escritos que lemos, estes tivessem lutado ferrenhamente para combatê-la.

A cólera era, na grande imprensa e na imprensa médica – aqui representadas pela *Gazeta Medica da Bahia* e pelos *Annaes Brasilienses de Medicina*-, um dos riscos consequentes da guerra, importante assunto. A recorrência dos esculápios aos jornais extra-profissionais demonstra que tais plataformas detinham credibilidade como lugar de debates, denúncias e esclarecimentos. Nas publicações a pedido, os chefes do serviço médico da armada brasileira poderiam, mesmo que tardiamente, contestar a hierarquia do campo de batalha, bem como convencer um público amplo sobre a importância do melhoramento das condições de seu trabalho em importantes episódios do país, a exemplo do conflito do Paraguai.

Publicações como a do “escrevinhador” acusando a Joaquim Botelho demonstram que a Guerra do Paraguai ressaltava o papel dos médicos, mas não da forma que gostariam. A cólera era tida como uma ameaça que poderia ser evitada pelos médicos, sua importação enfraquecia a imagem de atuação destes. Imagem esta também prejudicada por noções de honra que envolviam pegar, de fato, em armas. Em contrapartida, o episódio bélico era também momento de demonstrar a utilidade dos profissionais da medicina não só para redução da mortalidade das tropas, mas também para garantir a saúde dos que nela ficavam, a partir de medidas que preveniriam a importação de epidemias. Os esclarecimentos e defesa do reconhecimento dos estudantes de medicina e daqueles já formados nas ciências médicas veiculados na imprensa apareciam neste sentido.

As frequentes aparições de cartas de médicos em defesa da classe apontam para um momento onde sua credibilidade era constantemente posta à prova, principalmente quando da aparição de casos de uma doença que se dizia importada dos campos de guerra.

³⁵⁶ *Correio Paulistano*, ano XV, n.3709, 18 de Outubro de 1868. “Noticias da Guerra”, p.1.

As aparições do assunto nos jornais médicos, vigente também nas folhas não médicas, parecem surgir em apoio à ideia da correlação entre sucessos da pátria e maior autonomia da classe médica. No capítulo 1, já foi dito que a imprensa diária era tida, pelos responsáveis pela GMB, como “arauto do progresso e da civilização”. Uma das possíveis causas dessa consideração refere-se à capacidade de debate propiciada pelos periódicos. Lançar um jornal médico e nele tratar de assuntos importantes indica tentativa de seus veiculadores de se inserirem em discussões importantes. A Guerra do Paraguai era uma destas.

A aparição do tema na *Gazeta Medica da Bahia* aponta para um lugar a mais de apoio às tentativas de defesa da classe médica na guerra que figurava na grande imprensa. Servia ao propósito de demonstrar, a partir dos mapas e da descrição dos serviços médicos em guerra, a real utilidade dos médicos para a armada brasileira. A divulgação dos extensos relatórios sobre os dados da batalha na folha médica baiana continha justificativas da mortalidade da doença, que escapava ao controle dos membros do corpo de saúde. Além disso, tais relatórios expunham outros problemas, bem como sucessos de operações médicas durante a batalha.

A publicação do tema da cólera na guerra na *Gazeta Medica da Bahia* coincide com a demanda de cartas como a de Botelho, que pareciam querer convencer a um público-maior, por vezes os próprios médicos, mas não só-, sobre as honra e importância dos médicos a situações de instabilidade da pátria. Se Botelho não podia ultrapassar as ordens de seu superior, podia denunciá-las na imprensa, evidenciando que o conhecimento médico em muito dependia da autorização de seu exercício.

Diferente do que aparentemente ocorria nas grandes folhas, a *Gazeta Medica da Bahia* ressaltava constantemente os feitos dos trabalhos médicos à nação durante a guerra. Tratava-se de uma publicação tida como “verdadeira literatura médica”³⁵⁷, onde os relatos sobre medicina seriam corretos, por serem escritos por sujeitos autorizados a julgarem certas situações. O tema na folha ascendia também como espaço de defesa da classe pela classe. Ali os médicos não só rebateriam acusações errôneas, mas poderiam trocar ideias e experiência que auxiliariam na produção de conhecimentos, inclusive aqueles que beneficiariam os esculápios que fora dos campos de guerra, cuidavam da nação.

A cólera era um inimigo real, um risco que poderia ser importado pela Guerra. Enquanto alguns culpavam ou não reconheciam os serviços médicos de combate e

³⁵⁷ Sobre a ideia de literatura médica da *Gazeta Medica da Bahia*, ver capítulo 1 desta dissertação.

prevenção, a GMB buscava deixar claro que a atuação dos médicos era honrosa, tanto quanto importante e necessária aos socorros e à manutenção da pátria, em campos de guerra e da nação durante o conflito, também.

A lista de aparições da cólera e dos médicos na Guerra do Paraguai na grande imprensa é muito mais vasta e contempla casos curiosos, a exemplo de matéria publicada no *O Despertador*³⁵⁸ (SC), onde um médico estrangeiro justifica sua recusa em participar de comissões de socorro aos acometidos por cólera-morbo caso a doença viesse a ocorrer epidemicamente, sob justificativa de ter sido rejeitado pelo governo da província frente às suas constantes ofertas de prestação de serviços na Guerra do Paraguai. Segundo o douto estrangeiro, que casado com uma brasileira há dois anos já vivia no Brasil, não havia motivos para o governo recusar seus serviços à pátria brasileira, que já era sua por sentimento. O fato é que expor a justificativa na imprensa era, para o Dr. J. do Rego Raposo, motivo suficiente para eximir sua culpa em se recusar a ajudar o governo da província no caso de uma invasão de cólera. Novamente, torna-se clara a valorização da ideia de honra. Seria honroso ajudar a nação brasileira na guerra. No caso de Rego Raposo, isto poderia inclusive ajudá-lo a demonstrar sua devoção à pátria a que chegara recentemente.

Feita contextualização das notícias da cólera e dos médicos na guerra, para além daquelas que apareciam nos jornais médicos, retomemos a cólera na *Gazeta Medica da Bahia*.

3.3. Da cólera na seção Noticiario da Gazeta Medica da Bahia

No capítulo 1 desta dissertação vimos que na seção *Noticiario*, alocada nas últimas folhas da GMB, figuravam notícias das mais diversas, sobre ciências médicas e outros assuntos. Grande parte dos comunicados desta parte do jornal eram extraídas de jornais estrangeiros, em sua maioria médicos. Contudo, não é raro encontrar também notícias de âmbito nacional, até mesmo sobre as atividades da Faculdade de Medicina ou lançamento de um novo periódico médico ou nova lei.

³⁵⁸ *O despertador* (SC), ano V, n.436, 22 de Março de 1867, seção *A pedido*, pp.2-3, assinado por J. do Rego Raposo.

O conteúdo de *Noticiario* costumava diferenciar-se do de outras seções do jornal devido a seu formato mais direto e sucinto, sem muitos termos técnicos, se comparado às demais partes do jornal.

Tal seção parece resultar tanto de uma preocupação com um público para além dos médicos e cientistas, quanto ao objetivo de informar sobre questões outras que não a medicina e, ainda, evidenciar a atualidade da folha em relação a coisas importantes que ocorriam no mundo. Nela, encontramos diversas notícias sobre cólera-morbo. O período de ápice da doença nesta seção compreende os anos de 1866 e 1867. De 36 edições lançadas de 10 de Julho de 1866, ano da criação da folha, até 31 de Dezembro de 1867, último número do ano referido, há, em *Noticiario*, 32 notícias sobre a cólera-morbo. Grande parte destas é formada por boletins que informam sobre a ocorrência da doença noutros países. Mas outra parte incita os mais diversos debates sobre a moléstia.

Flagramos um destes debates que em muito pode nos ajudar a compreender outros sentidos das aparições da doença na folha. Tomamos a liberdade de descrevê-lo, dividindo com o leitor os antecedentes de nossas reflexões sobre o episódio.

Em 25 de Fevereiro de 1867³⁵⁹ apareceu em *Noticiario* um texto que afirmava que jornais do Rio de Janeiro davam como já verificada ali a ocorrência de alguns casos de cólera-morbo. Um órgão central de higiene pública teria, inclusive, tornado públicos conselhos higiênicos e medidas preventivas contra o mal. A comissão havia reconhecido, igualmente, a existência de uma outra doença, de cunho tísico, na mesma cidade. Diz o autor, não indicado, que ainda que os médicos daquele jornal desejassem que a comissão tivesse se enganado quanto ao diagnóstico, cria-se haver fortes motivos que a tenham levado a afirmar a presença da cólera naquela localidade.

Na edição seguinte, de 10 de Março de 1867³⁶⁰, noticiou-se que apesar de alguns casos de febre perniciosa e diarreia grave cujos sintomas parecidos ao da cólera forneceram suspeitas sobre a doença estar acontecendo, não se verificou a presença da epidemia na capital do Império. Ressalta-se: “as noticias dos ultimos paquetes desvaneceram todas as apreensões de vermos renovada em breve a tremenda luta de 1855”.

³⁵⁹ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.16, 25 de Fevereiro de 1867, p.192. Seção *Noticiario*, “Cholera”, sem assinatura.

³⁶⁰ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.17, 10 de Março de 1867, pp.203-204. Seção *Noticiario*, “Cholera”, sem assinatura.

O número seguinte³⁶¹ contem notícia intitulada *Existe ou não a cholera-morbus no Rio de Janeiro?*. Ela narra que as notícias contraditórias sobre a capital que chegavam até a Bahia, faziam com que se duvidasse das condições de salubridade da capital do Império, uma vez que ora dizia-se haver cólera-morbo, ora diarreia, ora febre perniciosa.

Sabia-se que no dia 12 daquele mês de Março, o presidente da Junta Central de Higiene Pública, Pereira Rego, dirigiu ofício ao ministro do Império comunicando infestação do Hospício D. Pedro II, onde chegavam a ocorrer seis casos fatais por dia. Contudo, governo e autoridade da província do Rio de Janeiro não haviam recebido comunicado oficial, de modo que continuavam a não considerar suspeitas as procedências daquele porto o que caracterizava, além de risco, falha grave na fiscalização dos locais por onde a cólera poderia entrar no país.

Falava-se que o silêncio, bem como as incertezas relativas à existência da doença no Rio de Janeiro, poderiam ser fatais ao combate e prevenção da doença, que poderia alastrar-se por Salvador e pelo resto da Bahia. Afirmava-se que se a cólera estava mesmo a quatro dias de distância da Bahia, era preciso e conhecer claramente a situação para que se pudessem tomar as providências de prevenção ou ao menos combate. E, se a doença não grassava de fato, indagava-se o motivo pelo qual não se tranquilizava o público em relação ao assunto. O mistério era tido como prejudicial às ações contra a doença. A questão “é cólera ou não é cólera a doença que grassa no Rio de Janeiro?”, segundo o autor da notícia, deveria ser priorizada pelas autoridades sanitárias da Bahia.

No número seguinte³⁶² já se confirma como indubitável a existência de cólera-morbo no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Da última província, são expostas estatísticas sobre os casos atendidos em cada tipo de hospital (militar, caridade, português, beneficência brasileira e Paraizo) e de mortalidade ocasionada pela praga.

O vaivém sobre a existência da cólera no Rio de Janeiro torna possível algumas ponderações importantes. A edição de 25 de Fevereiro cita “alguns jornais do Rio de Janeiro”, mas não especifica que eram jornais médicos. Tendo em vista o panorama de poucas publicações da chamada imprensa médica, cremos que o autor se refere aos jornais da grande imprensa³⁶³, o que demonstra um nível do diálogo entre a tal imprensa médica

³⁶¹ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.18, 25 de Março de 1867, p.215. Seção *Noticiario*, “Existe ou não a cholera-morbus no Rio de Janeiro?”, sem assinatura.

³⁶² *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.19, 10 de Abril de 1867, p.228. Seção *Noticiario*, “Cholera no Sul do Imperio”, sem assinatura.

³⁶³ Lembremos que alguns médicos eram donos ou sócios de jornais que não se assumiam como destinados aos escritos da ciência. É plausível pensarmos que reflexos de debates ocorridos em seu campo profissional provavelmente figuravam na empresa jornalística ao qual estavam ligados- os jornais da grande imprensa.

e a geral. De resto, cabe-nos observar que, conforme discutimos no capítulo primeiro, noticiar as doenças não era um privilégio apenas da imprensa médica, que por sinal mantinha um olhar atento sobre os jornais da grande imprensa.

A ladainha sobre a existência da doença evidencia, também, a deficiência na comunicação entre os médicos diplomados- fossem os responsáveis oficiais por cuidar da saúde pública, fossem os que estavam atentos às suas questões. O presidente da Junta Central de Higiene Pública havia remetido ofício ao Ministro dos Negócios do Império, mas os órgãos de saúde dos portos não receberam comunicado oficial algum. O que parece uma crítica à falta de autoridade da Junta demonstra a ineficácia que ações demoradas, acrescidas pela ausência de clareza tanto entre órgãos da Corte quanto entre estes e as províncias, aumentavam o risco de devastação por uma doença grave. O prognóstico do mistério previa demora nas medidas preventivas e combativas dos médicos da Bahia. A desinformação impediria a ação satisfatória.

O engano de compreender sintomas de diarreia como indícios coléricos evidenciava a falta de consenso que muitas vezes era noticiada e causava ainda mais dissenso. As indeterminações sobre a ocorrência de cólera na capital do Império justificavam críticas, por parte dos médicos do jornal baiano, sobre as condições de salubridade da sede dos órgãos centrais de higiene pública. O problema ganhava forma na possível percepção de que se tais repartições da saúde pública não conseguiam dar conta nem da cidade onde estavam alocadas, como seriam competentes para dar conta dos assuntos de outros lugares? Trata-se da ilustração da necessidade de outros doutores, além dos ligados aos órgãos oficiais, para a manutenção da saúde pública, logo do bom governo da nação.

A falta de informação poderia ser, ainda, responsável pela chegada da doença em territórios baianos, que estavam perto (se aderimos aos padrões de transporte da época) do Rio de Janeiro. Nesse sentido, as ações dos médicos da Bahia, ainda que atentas às questões importantes, poderiam ser prejudicadas pela ocultação de informação por parte das autoridades centrais. Os órgãos responsáveis pela ajuda maior estavam atrapalhando a ação de pares.

Além das notícias de jornais, é mencionado como fonte de informação boletim da inspetoria geral de saúde pública do Rio Grande do Sul. Os esculápios da GMB recebiam informações mais precisas de outra província, do que da sede das autoridades centrais.

Em tópico anterior, falamos a respeito dos relatórios anuais do Ministério do Império, que eram publicados no ano seguinte ao ano sobre o qual falavam e dependiam

dos registros da Junta Central de Higiene Pública que, por sua vez, dependia dos relatos dos inspetores de saúde pública das províncias. Os relatórios do Ministério do Império de 1866 e 1867, publicados em 1867 e 1868, confirmavam a ocorrência de cólera-morbo no Rio de Janeiro. Não sabemos a data exata da publicação do referido documento em 1867, portanto não temos como saber se os responsáveis pela *Gazeta Medica da Bahia* tiveram acesso ao registro do ministro do Império. Contudo, tanto a recorrência aos jornais e boletins de outra província, quanto às incertezas sobre a cólera no Rio de Janeiro, nos permitem questionar sobre a acessibilidade dos documentos anuais do Império. Ao que parece, por vezes, as províncias mais informavam do que eram informadas pela burocracia da Higiene Pública do Rio de Janeiro.

Afirmar que na hierarquia vertical a obrigatoriedade informativa, por vezes, recaia mais sobre as províncias, não significa dizer que as informações fornecidas pelos inspetores de saúde pública eram completas e satisfatórias. Encontramos nos próprios relatórios do presidente da Junta Central de Higiene Pública constantes reclamações, a exemplo do de 1866:

Estado Sanitario das Provincias. A bem pouco se limita o que posso dizer àcerca do estado sanitário das provincias, como sempre sucede, e succederá enquanto não estiver montada a repartição de saúde na altura que lhe compete pelas importantes funcções que é destinada a preencher. Uma das mais sensiveis faltas, que se nota nos trabalhos dos inspectores de saude provinciaes, é a escassez das noticias sobre os factos que occorrem no interior das provincias, pela falta de delegados que os auxilie no desempenho dos arduos e penosos trabalhos de que estão encarregados[...]³⁶⁴

Às queixas somam-se as opiniões de Goés Sequeira, sobre o problema da efetividade dos relatórios que perdura em 1869. Como introdução ao relatório sobre o estado sanitário da Bahia naquele ano expõe:

Um trabalho d'esta natureza podia tornar-se de summo interesse e utilidade – se porventura fosse organizado- mediante observações e dados ministrados por pessoas competentes, que, nos diversos centros de população da Provincia, tivessem a seu cargo tudo quanto fosse

³⁶⁴ BRASIL. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negocios do Imperio referente ao ano de 1866, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1867, Anexo D, p. 21. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/720968/per720968_1866_00001.pdf>. Acesso em Março de 2018.

relativo à hygiene e salubridade. Falta-nos, porem, infelizmente, semelhante elemento, e assim os complicados e importantes problemas tendentes à climatologia, à geographia, a statistica medica e muitos outros, não podem ser convenientemente discutidos e elucidados[...]³⁶⁵

Faltava pessoal, condições e material habilitado para análises mais satisfatórias. A ausência de informações sobre o interior das províncias pela falta de delegados é evidência de que a autoridade médica não estava reconhecida, tampouco consolidada. A própria Junta Central de Higiene expunha ao Ministério do Império dificuldades pelas quais ela e outros envolvidos na administração da saúde pública passavam. Tais perrengues eram também demandas da província da Bahia, que justificava não dispor de pessoal, equipamento e condições de trabalho habilitadas ao que exigiam os diagnósticos completos sobre as situações de salubridade. Percebamos que o trabalho dos inspetores influenciava o trabalho do presidente da JCHP. Os esculápios da GMB julgavam necessário tornar públicas tais queixas na imprensa, o que indica que um dos objetivos de seu jornal era expor questões que por vezes ficavam restritas a relatórios oficiais. De certo modo, trata-se da criação de um espaço legítimo, onde os médicos poderiam contestar os atos do Estado Imperial.

A odisseia sobre a cólera estar ou não presente no Rio de Janeiro foi publicada, todas as vezes, na seção *Noticiario*. O detalhe se torna relevante em razão das características desta parte do jornal. Já dissemos que esta fração parece ser destinada a um público mais amplo. Diferente das outras seções da folha, não publicava registros clínicos, tampouco longas análises nosológicas, nem mesmo detalhados relatórios de higiene pública ou extensos relatos de congressos e descobertas do campo médico³⁶⁶. Revelar as tensões naquela parte específica do jornal era forma de trazer o debate à tona, partindo do pressuposto de que as chances de ser lido se posto naquela seção eram maiores. Mais do que informar, a propagação deste escrito buscava denunciar e convencer. A exposição das incertezas sobre a doença ultrapassava os registros científicos

³⁶⁵ *Gazeta Medica da Bahia*, ano III, n.63, 15 de Março de 1869, p. 172. Seção Hygiene Publica, “Relatorio da Inspectoria de Saude Publica da Bahia”, assinatura ilegível mas, tendo em vista que a função de execução do relatório cabia ao inspetor de saúde pública, a autoria cabe a José de Goés Sequeira.

³⁶⁶ Por vezes havia curtos relatos e até mesmo descrição de atividades da FAMEB nesta seção, mas nada comparado ao tamanho do espaço concedido a tais temas no corpo das outras seções da *Gazeta Medica da Bahia*.

e se tornava um debate que envolvia toda a hierarquia contida em higiene ou saúde pública como negócio do Império.

Em 1868 as aparições da cólera sofrem queda exponencial em *Noticiario*. Ao longo de 24 números publicados ao longo do ano, ela só figura 3 vezes. Em 1869, nenhuma matéria específica sobre a cólera-morbo é publicada. O sumiço do tema não é privilégio da seção. De 1868 em diante, o destaque da cólera nas páginas da *Gazeta* gradativamente desaparece. Alguma centralidade acerca do tema é mantida na publicação dos mapas em *Correspondencia Scientifica*. Entretanto, a partir de 1869 esta seção também passa a cortar as vozes antes concedidas à cólera.

Meados de 1868 e 1869 foram prelúdios de uma nova epidemia de febre-amarela que invadiria o Brasil na década de 1870. Os escritos de higiene pública e outros do jornal concedem lugar ao ressurgimento da doença em terras brasileiras e noutros cantos. Em 30 de Setembro de 1869, constata-se o primeiro caso do retorno da ocrópira³⁶⁷ confirmado na Bahia.

De protagonista da folha nos períodos de 1866 a 1868, se tornaria assunto adormecido em 1869 e 1870. Raros vultos do medonho flagelo são flagrados nas publicações dos mapas estatísticos nosológicos remetidos pelo cirurgião-mor interino das operações em campo de batalha na Guerra do Paraguai para a *Gazeta Medica da Bahia*. Um mês após o fim oficial (em Março) da Guerra do Paraguai é publicado um último mapa nosológico referente ao último trimestre de 1869. Nele³⁶⁸, a cólera-morbo já não tinha lugar.

4. Considerações finais

Offerta homeopathica. Lemos em um jornal que um pharmaceutico homeophata do Rio de Janeiro offerecera ao governo os globulos mysteriosos para combater a cholera-morbo no exercito! É valliosissima a oferta. É sabido que os amantes do globulismo pagam caro o gosto pela medicação symbolica: tres a seis globulos por cinco

³⁶⁷ Termo médico para febre amarela.

³⁶⁸ *Gazeta Medica da Bahia*, ano IV, n. 88, 31 de Março de 1870, pp. 184-185. Seção *Correspondencia Scientifica*, “Mappa estatistico nosologico dos doentes tratados durante o 4º trimestre do anno próximo passado, nos hospitaes e enfermarias do exercito brasileiro em operações contra o governo do Paraguay”, assinado por Francisco Bonifácio de Abreu, coronel cirurgião-chefe do exército e chefe interino do Corpo de Saúde.

mil réis é o preço da minina cotação cá pelas províncias; quanto não vallerão lá pela Corte[...] Em outra folha mais recente encontramos a noticia de que outro pharmaceutico offereceu ao governo as ambulâncias (homeopáticas!) precisas para o tratamento das praças da esquadra em operações que fossem atacadas de cholera-morbus[...] Pena é que no seio da própria Sociedade Medica Homeopathica de França se ouse já proclamar a descrença nas doses infinitesimales. É tão dispensável à homeopathia a opposição que, por não haver mais quem a combata seriamente, combaten-na os proprios homeopatas![...] *Lavrem-lhe ao menos por caridade o epitáfio: Similia similibus curantur. Requiescat in pace*³⁶⁹.

Ora não bastassem as ameaças de cólera, os esculápios da *Gazeta Medica da Bahia* lidavam também com a existência de um outro inimigo: o charlatanismo³⁷⁰. Ainda que o relato acima busque enfatizar a falta de seriedade da corrente homeopática, desacreditada pela própria Sociedade Homeopática da França, o destaque dado ao caráter gaiato da homeopatia concede-lhe alguma importância. A ocorrência da doença no exército chamava a atenção deste outro grupo de praticantes da cura que defendiam o princípio da cura do semelhante pelo semelhante. Mais do que ridicularizar o caráter mercenário dos homeopatas, a notícia propagada pelos esculápios da GMB reforça seus padrões do que é verdadeiramente sério. Não o globulista, mas sim os seus tratamentos, de médicos alopatas³⁷¹, seriam os adequados em auxílio ao Governo na administração da Guerra do Paraguai. A legitimidade científica é definida como requisito para legitimação política. É factível pensarmos que o incômodo frente aos charlatões homeopatas fosse impulsionado pela disputa de público. Os médicos da GMB desejavam trazer à sua classe diplomada o público atendido pelos primeiros.

Trata-se, ainda, do momento da Guerra utilizado para trazer a lume ou enfatizar demandas daquele grupo de médicos em torno da *Gazeta Medica da Bahia*. O conflito do Paraguai fortalecia os receios alimentados pela importação da cólera que também poderia chegar pelas embarcações do comércio. As aparições do flagelo nos relatórios do Ministério do Império, na imprensa médica e na grande imprensa evidenciam o contexto de medo que o espectro da enfermidade causava na sociedade da segunda metade do

³⁶⁹ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.22, 25 de Maio de 1867, pp.263-264. Seção *Noticiario*, “Offerta Homeopathica”, sem assinatura.

³⁷⁰ Ver capítulo 2 desta dissertação, que explicita que aqui compactuamos que a definição de charlatanismo proposta por Gabriela dos Reis Sampaio, onde charlatão é uma categoria utilizada por diplomados para definir negativamente os praticantes de cura que destoavam dos preceitos defendidos por quem assim os categorizava.

³⁷¹ Contrária à homeopatia, a alopatia defendia que a cura de um mal no organismo deveria ser promovida a partir de princípio contrário ao que causava tal mal.

século XIX. Os responsáveis pela GMB ressaltavam sua face assustadora. Mas seu objetivo era demonstrar que sua classe, a dos médicos diplomados, poderia salvaguardar a nação, contanto que higiene preventiva fosse um preceito valorizado pelas instâncias superiores do Governo Imperial, que deveria conceder maior autoridade aos médicos em seus intuitos de cuidar da nação contra as doenças, elementos tão prejudiciais ao funcionamento social, sobretudo se no formato epidêmico.

A cólera se encaixava na eleição da higiene como elemento organizador da *Gazeta Medica da Bahia*. O risco da moléstia serviu aos propósitos do jornal médico de variadas formas. Seja impulsionando as medidas preventivas para combater ou evitar sua forma epidêmica, seja destacando os problemas pelos quais a classe médica passava nos intuitos de consolidação de sua autoridade, seja ressaltando a importância de o Governo conceder-lhes maior autonomia. A séria ameaça à nação, representada pelo medonho flagelo que era, além de tudo, difícil de combater, foi utilizada pelos doutos da folha baiana para justificar a importância de seus conselhos preventivos. O argumento do risco da importação da cólera foi construído para educar governos e população conforme as regras da higiene pública.

No n.6, de 25 de Setembro de 1866, Goés Sequeira, ao alertar sobre os perigos das dejeções coléricas, indica “conselhos que emanam da sciencia e [...] podem ser postos em practica por qualquer pessoa”³⁷². Trata-se da prevenção contra a cólera utilizada como forma de intervenção da vida cotidiana. Dada a ameaça do “inimigo invisível”, os médicos da GMB tentavam recrutar e conduzir um exército que, para funcionar, precisava dos mais diversos tipos de soldados, não apenas os diplomados.

Aos objetivos de educação pela doença, somavam-se as circunstâncias de que na Faculdade de Medicina da Bahia os escritos praticamente não versavam sobre a cólera. Este importante problema mereceria atenção para além das fronteiras da instituição oficial.

A cólera era importante debate internacional, que incitava congressos científicos destinados a discutir higiene. Além disso, o pensamento higienista- de combate das doenças por meio da prevenção e melhoramento das condições sanitárias-, vigorava nas principais instituições que cuidavam da saúde no Império, a exemplo da Junta Central de Higiene Pública. A eleição da doença era forma de os médicos da Bahia se envolverem

³⁷² *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.6, 25 de Setembro de 1866, p.66. Seção *Trabalhos Originaes- Hygiene Publica*, “Influncia nociva das dejecções cholericas: meios que convem empregar para neutralisar , ou evitar os seus effeitos”, assinado pelo Dr. José de Goés Sequeira.

nas grandes discussões científicas a nível nacional, indicando a cólera como problema merecedor de atenção, e internacional, a partir da colocação do Brasil no rol dos países ameaçados pelo mal colérico, foco das investigações científicas nos países estrangeiros.

Os médicos da *Gazeta* pareciam mais preocupados em enfatizar o risco de uma epidemia do que os relatórios do Ministério dos Negócios do Império, que ressaltavam certo controle sobre a situação. É factível o raciocínio político de que naquela época mais interessava aos médicos destacar a ameaça, uma vez que ela fornecia espaço a seus argumentos e à sua própria atuação sociopolítica, enquanto ao Governo mais cabia afirmar o domínio sob a propagação da doença, cujo reconhecimento epidêmico poderia evidenciar um trabalho de governo ruim. As publicações sobre a cólera na *Gazeta Medica da Bahia* acompanhavam as ações dos órgãos centrais de higiene pública. O faziam de duas maneiras. A primeira se referia a prestar ênfase, a partir da publicação do jornal médico, a questões que ocupavam órgãos centrais de higiene do Rio de Janeiro. Isto demonstrava a pretensão daqueles médicos de emitirem e formarem opinião não apenas sobre o que ocorria na Bahia, mas sobre o que ocorria no país, a partir da atualização quanto aos assuntos da sede do Império. A segunda concerne a interpretações próprias e ressignificações sobre os assuntos em voga, bem como à construção de argumentos políticos a partir das definições científicas defendidas.

Durante o período de 1866 a 1867 ocorre o *boom* de notícias acerca do flagelo na GMB. Várias seções do jornal ressaltam-no como importante questão principalmente da higiene pública. Ainda que não se soubesse a causa da doença, os maus hábitos sanitários eram apontados como agentes agravantes. A presença da doença no Rio de Janeiro, a tornava uma ameaça tanto quanto mais real.

Em Maio de 1868³⁷³, o então ministro Paulino José Soares de Souza, afirma a completa extinção da doença do Rio de Janeiro. É também neste ano que os alertas quanto à necessidade de prevenção contra a cólera vão perdendo a ênfase no jornal baiano, exceto em *Correspondencia Scientifica*, onde a Guerra do Paraguai continua a ser noticiada em apoio ao papel dos facultativos no importante conflito político em que estava envolvida a nação brasileira.

Em 1869 o medo da explosão da bomba da cólera perde lugar para o pavio cada vez mais curto da febre amarela, que se verte em epidemia na década de 1870. O foco muda de doença, mas a demanda como assunto da higiene perdura.

³⁷³ Publicado em 1869. As informações do parágrafo encontram-se nas pp.46-35 do relatório.

Ainda que o noticiamento sobre a cólera acompanhe os períodos em que ela ocupa centralidade nos negócios do Império, a partir do momento em que saúde e higiene públicas eram assuntos de Estado, não é correto afirmar que as questões dos esculápios da GMB apoiavam sempre a administração deste ramo pelo Governo. Exemplo disto são as constantes críticas às posturas dos órgãos de higiene do centro, bem como à ineficácia dos regulamentos de higiene que, de acordo aqueles médicos da Bahia, perduravam quase que unicamente no papel.

Definir aquela enfermidade como ameaça era, mais do que um medo altruísta, uma estratégia de atuação política justificada pela ciência dos sujeitos que publicavam na *Gazeta Medica da Bahia*. Os sintomas que a cólera provocava naqueles esculápios eram notoriamente políticos. Os alertas dos riscos de importação, seja pelas vias do comércio, seja pelas da guerra, eram maneira de denunciar uma estrutura institucional deficiente em higiene. Parte da deficiência se dava pelo fato de os médicos das províncias, principalmente a da Bahia, não gozarem de autoridade suficiente de atuação.

Uma das formas pelas quais o risco da doença era destacado na GMB estava na rememoração da epidemia de 1855-56. Além da demonstração das utilidades de políticas preventivas indicadas pela classe médica, a evocação das memórias do surto da década anterior fornecia aos médicos baianos propriedade para falar sobre o assunto. Ao quinhão do conhecimento científico era somado o da experiência com a moléstia. E não experiência no sentido de conhecimento pleno, mas a que fornecia motivos suficientes para evidenciar problemas estruturais que deveriam ser resolvidos pela prevenção.

Mais do que um “inimigo invisível e traiçoeiro”³⁷⁴, a cólera era um inimigo tanto quanto idealizado pelos médicos da *Gazeta Medica*. Definí-lo como ameaça ultrapassava as preocupações nosológicas sobre reais ocorrências da doença. Os médicos do jornal baiano prescindiram da realidade do mal para torná-lo preocupante ameaça àquela província e ao Brasil.

Ao fazê-lo, além de construir um sentido político para a ciência da higiene a partir do conceito de prevenção, tentavam promover a própria Bahia a centro de conhecimento de referência, progresso, sobretudo a partir da literatura médica que ascendia, tratando dos mais variados assuntos, mostrando estarem a par das questões que acometiam o Estado. Não se limitando a mostrarem-se atualizados, sugeriam soluções produtivas aos destinos da nação. Esbarravam na resistência de muitos aos preceitos de uma ciência, a

³⁷⁴ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.4, 25 de Agosto de 1866, p.38. Artigo Editorial, “Não devemos receiar a importação da cholera-morbus?”, sem assinatura.

da higiene, que, na prática, por diversas razões, na maioria das vezes não fornecia conselhos que podiam ser “postos em practica por qualquer pessoa”³⁷⁵. Um destes diversos motivos estava no fato de o estopim da cólera não ter explodido conforme esperado.

Os médicos da GMB aliavam o medo real de uma doença com potencial devastador, que não era fácil de controlar se tornada epidêmica, à oportunidade dada pela ameaça constante de sua chegada pelos portos. Isto para divulgar a higiene e dar maior evidência à necessidade dos responsáveis por ela. A moléstia era tema justamente por não ser epidemia, mas exigir cuidados constantes de prevenção sugeridos pela ciência da higiene propagada pelos médicos. Em metáfora bélica³⁷⁶: a cólera seria uma flecha apontada para o coração da nação brasileira, enquanto os médicos, defensores da higiene, seriam o escudo (este com algumas falhas, uma vez que casos da moléstia conseguiram atravessá-lo por vezes, mas não atingiram proporções consideradas epidêmicas). A atenção provinha do fato de o medonho flagelo ser ameaça que poderia ser prevenida.

³⁷⁵ *Gazeta Medica da Bahia*, ano I, n.6, 25 de Setembro de 1866, p.66. Seção *Trabalhos Originaes- Hygiene Publica*, “Influencia nociva das dejecções cholericas: meios que convem empregar para neutralisar , ou evitar os seus effeitos”, assinado pelo Dr. José de Goés Sequeira.

³⁷⁶ Muito propícia sugerida por meu orientador, Marcelo Balaban, durante as conversas finais sobre as correções dos capítulos desta dissertação.

Epílogo

No capítulo 1, após apresentar informações gerais (preço, periodicidade, principais seções, entre outras) sobre a *Gazeta Medica da Bahia*, investigamos porquês de sua criação. Vimos que aos objetivos de colaboração à nascente imprensa médica brasileira, lugar da chamada literatura médica como espaço destinado aos escritos científicos dos verdadeiros doutores- os diplomados-, somavam-se os de visibilidade de posicionamentos políticos daquele grupo de médicos da Bahia, formado por alguns membros da FAMEB, mas também por indivíduos sem vínculo empregatício com as instituições oficiais de ensino, ainda que por elas fossem certificados.

Ao analisar a relação entre a Faculdade de Medicina da Bahia e a *Gazeta Medica da Bahia*, confrontamos trechos da fonte jornalística com documentos produzidos em âmbito institucional da Faculdade- memórias históricas e teses. Constatamos que menos se tratava da ruptura definitiva com aquela autoridade institucional do que de um espaço alternativo de contestação a seus padrões. A *Gazeta* ascende como um novo lugar de construção de conhecimento e de opinião política, não regido por regulamentos governamentais, tampouco restrito apenas aos professores da instituição. Trata-se da disponibilização de um local mais acessível a médicos e leitores não vinculados à FAMEB e mais independente de suas normas, definidas pelo Governo do Império à instrução superior. A relação entre o órgão de ensino médico baiano e o recém-criado jornal médico é de caráter, no mínimo, dual.

Ao contextualizar o surgimento da *Gazeta Medica da Bahia* e seus primeiros passos, consideramos as relações entre ela e seu “irmão” mais velho, filho da jovem mãe imprensa médica, os *Annaes Brasilienses de Medicina*, publicação oficial da Academia Imperial de Medicina, órgão consultivo reconhecido pelo Governo Imperial. No n.72, de 31 de Julho de 1869, encontramos na folha médica baiana a assertiva de que:

Ainda mais perto de si [a GMB] tem S. Sa. Os *Annaes Brasilienses de Medicina*, publicação mensal da Academia Imperial de Medicina. São os dois unicos periodicos medicos que, segundo nos consta, se publicam em todo o Brasil³⁷⁷.

³⁷⁷ *Gazeta Medica da Bahia*, ano III, n.72, 31 de Julho de 1869, p.279. Artigo editorial, “As memorias historicas das faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro”, sem assinatura.

Na edição n. 29³⁷⁸ do jornal baiano, que circulou quase dois anos antes, encontramos menção a outros periódicos médicos: a *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, a *Revista do Atheneu Medico (RJ)* e o *Boletim do Imperial Instituto Fluminense*. Contudo, em 1869, a GMB e os *Annaes* são apontados como os dois únicos componentes da imprensa médica. Da *Gazeta Medica do Rio de Janeiro*, temos informações³⁷⁹ de que teria circulado entre 1862 e 1864. Teriam os demais jornais citados em 1867 cessado a circulação ou sucumbido ao fracasso logo nos primeiros números? Estaria o autor do texto de 1869 destacando que apesar da existência de outras folhas, a baiana e a carioca seriam as mais sérias, autorizadas ou únicas realmente escritas por verdadeiros profissionais da medicina? São hipóteses plausíveis.

No capítulo 1 vimos que apesar de serem dois órgãos de um mesmo tipo de imprensa, os periódicos seguiam lógicas diferentes. O do Rio de Janeiro publicava sessões de um órgão amparado e sustentado pela receita do Governo Imperial, o baiano era órgão sustentado por uma associação de facultativos que oficialmente não era porta-voz de nenhum órgão oficial do Estado, ainda que sobre estes muito falasse. Abordamos semelhanças, mas sobretudo diferenças entre os *Annaes* e a *Gazeta*, no intuito de demonstrar que jornal médico não é uma coisa só.

Finalizando o capítulo, falamos brevemente das ligações entre imprensa médica e grande imprensa, elucidando as relações duais entre elas. A primeira, mais jovem, ora bebia, ora se embasava e ora contestava as informações promovidas nas folhas diárias que circulavam pelo Império. De acordo os médicos da GMB a imprensa, que era o “arauto do progresso e da civilização de um povo”, deveria ser seccionada, de modo que os assuntos médicos fossem tratados por profissionais diplomados, sob a égide de justificativas médico-científicas.

Um dos principais objetivos de lançamento da *Gazeta Medica da Bahia* estava em comprovar a legitimidade de intervenção de seus fundadores e colaboradores nas grandes questões de Estado e na vida da população. Justificativa maior à tal autoridade estava na eleição das ciências médicas como campo que fornecia as soluções para o funcionamento e melhoramento da vida em sociedade, partindo do argumento de que as doenças eram incompatíveis com civilização, progresso e boa governabilidade. Um dos modos pelos

³⁷⁸ *Gazeta Medica da Bahia*, ano II, n.29, 15 de Setembro de 1867, p. 60, Seção *Noticiario*, “Imprensa Medica do Rio de Janeiro”, sem assinatura.

³⁷⁹ Maiores informações sobre a *Gazeta Medica do Rio de Janeiro* ver Verbetes Brasileira Fiocruz. Disponível em: < <http://www.fiocruz.br/brasiliana/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=24&sid=21>>. Acesso em Março de 2018.

quais os esculápios daquela folha buscaram evidenciar a função social de sua classe profissional encontrou terreno no argumento da higiene pública. É dela que nos ocupamos no segundo capítulo.

No capítulo 2 analisamos aparições da higiene pública no jornal médico baiano. Considerando as conclusões do primeiro capítulo a respeito da criação do jornal, tornou-se imprescindível uma contextualização maior do tema. Descobrimos que o status de “pública” adquirido pela ciência da higiene provinha sobretudo do fato de esta ser parte do campo da saúde pública, que era um negócio do Império na segunda metade do XIX. É a condição de negócio do Estado, que envolvia os cuidados com a população, que transformava higiene em higiene pública, tornando-a alvo dos propósitos dos médicos da gazeta baiana.

A relação entre centro e províncias foi investigada a partir da análise de regulamentos de órgãos oficiais de higiene, mais especificamente da Junta Central de Higiene Pública. Além de conflitos internos entre a Junta e órgãos como a Academia Imperial de Medicina, constatamos que havia constantes falhas nas tentativas de centralização deste negócio do Império no Rio de Janeiro. Os médicos da GMB ora agradaram as legislações sanitárias centrais para ressaltar o respeito à sua classe profissional, ora denunciaram seus defeitos com o mesmo propósito.

Os constantes reclames de ineficácia na fiscalização dos portos, locais onde estavam as embarcações de comércio e guerra, principais vias de chegada de epidemias-inimigas do progresso da nação a serem combatidas-, os frequentes juízos sobre alimentação, loucura, produtividade e outros como campo da higiene pública elencam-na como elemento de diversidade. Longe de restringir-se ao binômio sujeira e limpeza, a salubridade definia o nível de cuidado do Governo para com um assunto que poderia impedir o status desejado de nação. Estado sanitário era o que definia as doenças que grassavam e os cuidados que, em nome de uma nação saudável e forte, logo reconhecida como independente e nos rumos do progresso, o Estado Imperial deveria tomar com os habitantes do Brasil. Vimos que menos se tratava de um cuidado altruísta, do que da garantia de braços necessários ao progresso do país.

Importante argumento da GMB em justificativa do melhoramento que sugeriam à higiene pública, assunto aparentemente pouco tratado na FAMEB, era o medo das epidemias. O Governo deveria ouvir as orientações dos médicos em nome da manutenção da boa imagem da nação, uma vez que a higiene pública, argumentavam os doutos do jornal, era a forma mais eficiente de combater e prevenir males terríveis. A higiene

preventiva era campo da medicina, portanto estava sob a jurisdição da classe médica, que tinha por missão executar seus preceitos, esclarecendo e guiando, logo instruindo o Governo e toda a população, incluindo as classes ilustradas.

A ameaça das epidemias, que poderiam evidenciar a falta de controle do Governo do Império sobre a população era tanto lugar de denúncia, a partir da assertiva de que os regulamentos e órgão oficiais de higiene pública tinham falhas graves, quanto forma de destacar a necessidade daqueles médicos da Bahia perante tais defeitos.

Continuando o argumento de importância concedida à prevenção de epidemias, sobre uma delas, muito preconizada no jornal médico baiano, se ocupou a parte derradeira desta dissertação. O capítulo 3 fala sobre cólera-morbo, doença cujos esculápios da folha médica prescindiam da ocorrência epidêmica para elencar como grave problema.

No terceiro capítulo tratamos do espectro da cólera como questão que se encaixava perfeitamente no argumento, que era o de intervenção e instrução para Governo e populações por meio higiene pública, proposto pelos médicos da *Gazeta Medica da Bahia* na década de 1860.

À época não se sabia o que causava o medonho flagelo, mas grande parte das doenças – seja sob o formato endêmico ou epidêmico-, eram relacionadas aos maus hábitos sanitários e péssimas condições higiênicas. A cólera era uma delas e foi utilizada pelos médicos da GMB para diversos fins que iam desde contestar atestados emitidos por órgãos oficiais de saúde pública do Império que afirmavam não haver motivos de alarde frente a alguns casos ocorridos no Rio de Janeiro, a demandas de que conselhos preventivos, emitidos pelos médicos em seu jornal, fossem adotados como política pública de Estado e hábitos populacionais.

O capítulo terceiro demonstrou que a definição dos sentidos de uma epidemia era mais do que científica, política. Os relatórios de higiene pública do inspetor de saúde pública da Bahia, José de Goés Sequeira, demonstram a completa ausência de cólera na província durante a década de 1860. Relatam, ainda, outras doenças que vitimavam a muitos sujeitos, mas não recebiam tanta atenção quanto aquela, que sequer grassava.

A ameaça da importação da epidemia foi utilizada como pretexto para inserção das opiniões dos médicos ligados à *Gazeta Medica da Bahia* em grandes questões do período, a exemplo da Guerra do Paraguai. Os surtos de cólera nos campos de batalha eram apontados por aqueles doutos como um inimigo perigoso, que matava mais do que as próprias armas, para enfatizar o honroso trabalho dos médicos e estudantes de medicina que prestaram auxílio aos serviços de saúde da guerra do Cone Sul. A prestação de

socorros fortalecia o exército, uma das principais garantias da estabilidade da nação brasileira. Ademais, utilizavam-se da batalha para ressaltar o papel dos operários da medicina que ficaram no Brasil, uma vez que era necessário cuidar da população que ficara no país, visto que a cólera poderia chegar via embarcações oriundas do conflito.

Além do argumento daqueles médicos sobre a necessidade de o Governo Imperial e demais leitores atentarem-se aos conselhos por eles promovidos no jornal, a partir do momento em que o risco de importação de um surto colérico tornava-se ainda mais premente devido à Guerra do Paraguai, comparamos o noticiamento da peleja em jornais da imprensa médica e da imprensa extra-profissional. Vimos que o episódio bélico foi utilizado pelos esculápios da GMB para demonstrar seu patriotismo, a partir do exercício de sua profissão científica. Foi usada também para demonstrar as necessidades da prevenção, fundamental à boa higiene pública, necessária ao bom funcionamento social e a um país moderno.

Nem um caso de cólera precisou ocorrer na Bahia naquela década para que a doença fosse considerada um grave problema a ser prevenido. Contudo, o alarde da questão era fortificado pelas memórias da epidemia de 1855 e 1856, utilizada como forma de provar aos leitores como a moléstia poderia causar instabilidades catastróficas em níveis sociocultural, econômico e político. Em alguns relatórios do Ministério do Império e em debates veiculados na *Gazeta Médica da Bahia*, vimos que alguns casos daquela enfermidade foram registrados no Rio de Janeiro e em algumas outras províncias brasileiras, ainda que em proporções controláveis, logo não epidêmicas. A não ocorrência daquela moléstia na Bahia parecia fazer parte do sustento ao argumento de que os esculápios ali atuantes teriam quinhão, até mais do que os do Rio de Janeiro, para falar sobre métodos de prevenção ao mal colérico.

A prevenção, campo da higiene pública, era usada pelos responsáveis pela GMB como argumento de comprovação de suas preocupações científica e cidadã. Estudiosos da ciência, estavam também antenados às grandes questões de Estado, prontos para fornecer alternativas que instruiriam a nação nos caminhos do progresso e da civilização, demonstrando perante ao Estado a necessidade de apoiá-los, tentando garantir, junto às outras classes profissionais e ao restante da população, seu lugar de reconhecimento. Ao fazer ciência, também faziam política, uma específica, voltada à garantia de atuação sociopolítica de sua classe, numa época em que:

A protecção official dos poderes públicos não offerecia a classe medica garantia sufficiente para defendel-a dos mascates de drogas, curandeiros boçaes e exploradores sem sciencia e sem consciência, que imprudentemente traficavam com a profissão, como se fora uma especulação mercantil ou industrial³⁸⁰.

A cólera como questão de higiene pública da *Gazeta Medica da Bahia* aparecia, também, para sustentar outro de seus principais objetivos de lançamento: O combate ao charlatanismo.

Sois medicos, mas tambem sois cidadãos e filhos d'este belo paiz, fadado para melhor sorte; se a sciencia que professaes reclama os vossos esforços e as luzes do vosso espirito em prol da humanidade que soffre , a patria exige o vosso concurso e a força de vossas intelligencias em favor das grandes questões sociaes que agitam o mundo neste momento, e as quaes nenhum brasileiro deve ser indifferente : são ellas hoje as questões do século, não ha mais evital-as³⁸¹, a sociedade caminha irresistivelmente para esse ponto, e o medico homem da sciencia, do progresso e do coração, tambem deve sel-o da iniciativa: não pode nem deve cruzar os braços ante a solução d'esses problemas da felicidade dos povos. Quero falar, Senhores, das grandes questões do pauperismo, da produção da riqueza pelo trabalho honesto, do salario, da extinção do proletarismo, da diminuição gradual da penalidade, da suppressão da miseria e da prostituição, da elevação da mulher, dos direitos da creança, que exige o ensino gratuito e obrigatório, e mais do que tudo para nós, Senhores, da suppressão completa da escravidão no Brazil, para que não continue a torturar o coração do medico brasileiro este triste vagido do pobre ingenuo que nasce, grito que pode ser traduzido pelo brado pungente do sangue que se liberta em favor do sangue que ainda fica lá escravo. São questões sociaes, dir-me-hão: e quem mais competente para tomar parte n'ellas e illuminal-as com as luzes de suas intelligencias do que os filhos da grande sciencia da vida?[...] ³⁸²

O trecho faz parte de discurso proferido na colação de grau dos formandos da Faculdade de Medicina da Bahia do ano de 1876. Seu orador é Antônio Januário de Faria, um dos sujeitos a quem a historiografia atribui a iniciativa de criação da *Gazeta Medica da Bahia*.

³⁸⁰ *Gazeta Medica da Bahia*, ano XLVIII, n.1, Julho de 1916, p.12. “Esboço histórico da Fundação da Gazeta Medica da Bahia”, assinado por Antônio Pacífico Pereira.

³⁸¹ Sic. Cremos que o correto seria “Não ha mais como evital-as”.

³⁸² *Gazeta Medica da Bahia*, ano VIII, n. 12, Dezembro de 1876, pp.567-568. Seção *Variedade*, Transcrição do “Discurso do director da Faculdade de Medicina da Bahia, conselheiro Dr. Antonio Januario de Faria no acto da collação do grão”.

Uma década após o lançamento daquele que seria um dos mais duradouros periódicos médicos brasileiros – atual publicação oficial da Faculdade de Medicina da Bahia-, é publicado discurso proferido por um de seus idealizadores, que expõe abertamente a necessidade do debate e do apoio a importantes questões sociais, a exemplo da elevação da mulher e do fim da escravidão. Os responsáveis pelo jornal acham pertinente reproduzir aquele discurso, que não deveria ficar restrito às lembranças da cerimônia de formatura.

Em seu oitavo ano de circulação, a partir da reprodução de uma fala que se poderia ter escolhido não publicizar, a *Gazeta Medica da Bahia* trazia a lume texto que apoiava explicitamente a importância da função política da classe médica, que deveria intervir diretamente nas grandes questões políticas do período, legitimados pela inteligência concedida pela ciência da vida, a medicina. Um dos fundadores do jornal se posicionara claramente frente a elas, culminando na defesa do fim da principal instituição política, sociocultural e econômica do século XIX, a escravidão.

Em 1876, uma década após o nascimento da *Gazeta*, perdurava na publicação o intuito de intervenção nos debates sociais mais prementes, o que ultrapassava a construção de um conhecimento puramente científico, restrito ao campo da teoria. Este objetivo é evidente na folha desde seus anos iniciais, contudo a transcrição do discurso em 1876 faz crer que os responsáveis pelo jornal pareciam sentir que sua folha teria atingido maturidade suficiente para ser mais objetiva. Ao longo dos anos 60 do oitocentos, pareciam ainda estar construindo o palco que lhes permitiria a segurança para tal. Dez anos antes da fala a favor do fim da escravidão, da elevação da mulher, da redução das penalidades criminais e outros pontos dos acalorados embates sociais da segunda metade do século, os esculápios pareciam mais preocupados em legitimarem seu papel de autorizados a agir e intervir sobre a vida dos demais. Jacobina *et al* (2008) afirmam que:

Na ciência, o grupo da *Gazeta* fazia a defesa da medicina social nas políticas públicas e da medicina experimental nas pesquisas, clínicas. Na política, a posição era de defesa da luta abolicionista e do sistema político republicano³⁸³.

Nas décadas posteriores a 1860, matérias que compactuam com tal assertiva são mais frequentes na GMB, a exemplo do artigo editorial do n.6 de Dezembro de 1889. O

³⁸³ JACOBINA *et al*, 2008, p.92.

texto intitulado de “O novo regimen e as reformas de ensino” afirma, dentre outros pontos, que a revolução de 15 de Novembro daquele ano “abateo as instituições autocraticas e centralizadoras que absorviam os elementos de vida e de progresso d’este vasto paiz”³⁸⁴. O resto do escrito ressalta a importância da reforma de 1889 para o melhoramento da instrução, não só a médica, no Brasil. Escritos como o de 1876 ou o de 1889 nos ajudam a entender porquês da primazia contrahegemônica costumeiramente concedida³⁸⁵ ao grupo envolto na publicação da *Gazeta Medica da Bahia*. Tal pioneirismo é ressaltado sobretudo pelo fato de numa época que contava com as resistências de uma elite- da qual muitos médicos diplomados faziam parte-, aos ideais republicanos e ao fim da escravidão, os médicos da GMB apoiarem abertamente os melhoramentos que tais mudanças poderiam trazer.

Tais pensamentos, ainda que consistentes, exigem análises cuidadosas. Um dos pontos de precaução refere-se à consideração dos porquês de os médicos apoiarem questões como o fim da escravidão, a elevação da mulher, os direitos da criança e outros. Tais debates inflamavam parlamentos e as diversas rodas de conversa de intelectuais e políticos do Brasil e do resto do mundo. Mais do que ressaltar o altruísmo dos doutores da GMB, deve-se pensar que o posicionamento frente às grandes questões de Estado carregava o objetivo político de “esclarecer e guiar”³⁸⁶ sobre o que seria melhor ao futuro do Brasil.

Retomando um dos argumentos propostos nesta dissertação, achamos pertinente novamente destacar que a GMB não expressava a totalidade de pensamento de seus colaboradores. Muitos deles eram engajados na carreira dos cargos políticos da Bahia. Significativa parte da atuação dos sujeitos ligados ao jornal médico baiano ficava de fora de suas páginas. O grupo envolto na publicação do jornal não era homogêneo. A *Gazeta Medica da Bahia* é uma das formas, mas não a única, de verificar a atuação de seus responsáveis. Muito aparecia e muito ficava de fora de suas páginas. Antônio Januário de Faria, que em 1876 incentivava os formandos a se posicionarem politicamente, bem como outros médicos que publicavam na folha e têm em sua biografia participação em diversas lutas e ocupação de cargos políticos preferem, nos anos iniciais do jornal, publicar seus registros clínicos e observações experimentais, bem como outros escritos de ciência.

³⁸⁴ *Gazeta Medica da Bahia*, ano XXI, n.6, Dezembro de 1889, Artigo editorial, “O novo regimen e as reformas do ensino”, sem assinatura.

³⁸⁵ Por Jacobina et al (2008), por Peard (1996), entre outros.

³⁸⁶ Ver capítulo 2 desta dissertação.

Ainda que muitos dos estudos clínicos publicados na década de 1860 na *Gazeta Medica da Bahia* se detivessem nos assuntos de saúde do escravo, a exemplo das observações sobre o ainhum e o beri-beri, doenças que muito os acometia, apenas nas décadas seguintes a defesa do fim da escravidão torna-se mais direta. Se em 1877³⁸⁷ eram prementes no jornal os apelos diretos aos médicos deputados pelas reformas de ensino e melhoramento da legislação sanitária, de 1866 a 1870 as súplicas ocorriam no sentido de um apoio mais geral, dos governos do Império e da província, à classe médica como um todo. Não que em 1877 as demandas pelo apoio do Estado desapareçam, pelo contrário. Porém, a partir daí é mais aberta, nas páginas do jornal, a referência aos médicos exercendo cargos políticos, o que poderia ajudar nas demandas dos facultativos baianos que publicavam a GMB.

Com isto não desejamos reduzir o papel político dos colaboradores da folha nos primeiros passos da *Gazeta Medica da Bahia* em 1866, mas apenas destacar que o periódico, ainda que muito nos permita conhecer de seus colaboradores, não se restringe ao papel de porta-voz de todas as suas ideias. Lembremos que, ainda que objetivos políticos fiquem muito claros em muitos de seus escritos- e aqui destacamos os de higiene pública-, sustentava-se o intuito de fazer ciência primeiramente e tal tarefa, segundo os responsáveis pela GMB, era o que diferenciava sua publicação de outras apaixonadas politicamente, que pululavam na imprensa geral.

Ademais, os diferentes teores dos escritos da GMB adquiridos com seu amadurecimento remetem às mudanças contextuais dos envolvidos na publicação que, por sinal, não foram sempre as mesmas pessoas. É essa diversidade de sujeitos, seja os responsáveis pela fundação, seja os colaboradores, seja os leitores, que nos permite entender a folha como espaço heterogêneo, que por vezes abarcava inclusive contradições internas, típicas das que ocorrem quando se tenta juntar uma multiplicidade de pensamentos numa mesma plataforma.

Nesta dissertação focamos no objetivo de compreender a GMB nos seus primeiros tempos de circulação. A publicação muito se alterou ao longo dos anos e cada uma dessas mudanças, por mais sutis que fossem, carregavam um significado.

³⁸⁷ Em 1877 aparece, nas páginas iniciais da *Gazeta Medica da Bahia*, uma seção chamada “Ao medicos deputados”. Tal seção trazia um tipo de manifesto dividido em várias partes intitulado “Reformas Necessárias à legislação Sanitária e ao Ensino Médico”, de autoria de Antônio Pacífico Pereira, então diretor da folha.

Ademais, a análise de seus primeiros passos nos ajuda a entender de forma mais ampla categorias não unidas em significado como imprensa, medicina, saúde pública e higiene pública, ensino médico e instrução pública, classe médica, negócio do Império e outros pontos da própria diversidade do funcionamento social do Brasil da segunda metade do século XIX, sobretudo do ponto de vista dos médicos baianos ligados ao periódico.

Finalizamos esta pesquisa com o incômodo de algumas lacunas que em muito nos deixam com a “pulga atrás da orelha”. Talvez a principal delas seja a constante aparição da expressão “empresa médica”, em referência à *Gazeta Medica da Bahia*. Ao longo de 1860 não somos informados sobre tiragem ou gastos despendidos na publicação. Apenas sabemos que o nome *Tourinho* (*Tourinho & etc e Typographia de J.G e Tourinho*) assina as páginas finais do jornal médico. Na pesquisa em Arquivos tentamos, mas não conseguimos encontrar maiores informações sobre o (s) tipógrafo (s) *Tourinho*³⁸⁸.

Caso tivéssemos obtido informes a respeito do quanto custava fazer a folha médica circular, cremos que teríamos um artefato a mais para nos ajudar a entender porque, mesmo em meio a períodos por vezes conturbados, a GMB perdurava. Seria interessante sabermos se além de lucrar com a dignidade da luta em nome das boas condições e do respeito e autoridade à classe médica, os seus responsáveis lucravam financeiramente, uma vez que a publicação não era financiada pelo Governo ou pela Faculdade de Medicina da Bahia.

Jacobina et al (2008) afirmam que depois da fundação da GMB, momento em que os sócios teriam se cotizado para bancar as despesas dos primeiros números do jornal médico, “a responsabilidade da associação de facultativos, proclamada até 1883 na própria capa da GMBahia, foi puramente nominal. Os déficits anuais eram bancados pelo seu diretor mais perene”³⁸⁹, que era Antônio Pacífico Pereira. Mesmo assim, principalmente pela ausência de dados contábeis e da permanência de indeterminações quanto ao corpo editorial e mesmo quanto aos membros fundadores, perdura a dúvida sobre se a *Gazeta Medica da Bahia* era ou não um negócio economicamente produtivo. É factível pensarmos que não.

³⁸⁸ De 1871 a 1874 um doutor chamado Demétrio Cyriaco Tourinho dirigiu a *Gazeta Medica da Bahia*. Seria este médico o tipógrafo ou parte da família de tipógrafos que editara o jornal baiano por tanto tempo? Ainda não sabemos.

³⁸⁹ JACOBINA et al, 2008, p. 90.

A lacuna não nos impediu de fazer um trabalho satisfatório em torno da compreensão de porquê lançar e sustentar uma folha médica. Fizemos a ressalva sobre a falta da estatística para compartilhar com os leitores algumas dificuldades que fizeram parte do processo desta pesquisa de mestrado. Gostaríamos de compreender motivações econômicas ou ausência destas. Futuras pesquisas podem nos ajudar a sanar o questionamento ainda mal resolvido.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes

1.1- Memória Institucional da Faculdade de Medicina da Bahia, Bibliotheca Gonçalo Moniz - Memória da Saúde Brasileira

REBELLO, Eugênio Guimarães. *As raças humanas descendem de uma só origem?* Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia para obtenção do grau de doutor em Medicina. Typographia do Diario, Rua das Vassouras, n.13, 1869. Disponível no acervo institucional de teses produzidas no âmbito da Faculdade de Medicina da Bahia, da Bibliotheca Gonçalo Moniz, Pelourinho Salvador, BA.

Teses diversas dos anos de 1860, 1864, 1868 e 1869. Disponíveis no acervo da Bibliotheca Professor Gonçalo Moniz- Memória da Saúde Brasileira, Pelourinho Salvador, Bahia.

1.1.2- Memória Institucional da Faculdade de Medicina da Bahia, Relatórios do Ministério do Império

Memória histórica dos acontecimentos notáveis da Faculdade de Medicina da Bahia durante o ano de 1866. In: Ministério do Império: Relatórios da Repartição dos Negocios do Imperio referente ao ano de 1866, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1867, Anexo B, p.16. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/720968/per720968_1866_00001.pdf>. Acesso em Março de 2018.

1.2- Memória Institucional da Junta Central de Hygiene Publica

BR AN, RJ SÉRIE SAÚDE -IS4 22 REL 15 1851 a 1853

BR AN, RJ SÉRIE SAÚDE- IS4 25 REL 15 1861 a1864

BR AN, RJ SÉRIE SAÚDE- IS4 26 REL 15 1865 a 1868

BR AN, RJ SÉRIE SAÚDE- IS4 27 REL 15 1869 a 1872

1.3- Periódicos

A Abelha: Jornal Científico, Litterario e Noticioso (BA), edições diversas, 1860-1869.

Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=817945&pasta=ano%20186&pesq=>>. Acesso em Março de 2018.

Annaes Brasilienses de Medicina, ano 7, n.1, Outubro de 1851. Disponível em: <

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=062014&pasta=ano%20185&pesq=>>. Acesso em Março de 2018.

Annaes Brasilienses de Medicina, tomos XVII a XXI, 1866-1870. Disponível em: <

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=062014&pasta=ano%20186&pesq=>>. Acesso em Março de 2018.

Correio Braziliense (DF), 04 de Julho de 2017, edição on-line, domínio público.

Disponível em: <<http://www.jornaldebrasil.com.br/cidades/ministerio-publico-pede-interdicao-do-deck-sul-por-riscos-a-saude-publica/>>; 06 de Julho de 2017, edição on-line, domínio público. Disponível em : <http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/07/06/interna_cidades_df,607613/justica-nega-pedido-de-interdicao-do-deck-sul-feito-pelo-mpdft.shtml>.

Acesso em Março de 2018.

Correio Paulistano (SP), edições diversas 1866-1868. Disponível em: <

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_02&pasta=ano%20186&pesq=>. Acesso em Março de 2018.

Diário do Rio de Janeiro, edições diversas, 1866-1869. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=>>. Acesso em Março de 2018.

Gazeta Medica da Bahia, edições diversas de 1866 a 1927. Disponível em: <<http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/issue/archive>>. Acesso em Março de 2018.

Jornal do Commercio (RJ), edições diversas 1866-1869. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=>>. Acesso em Março de 2018.

O despertador (SC), edições diversas, 1867. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709581&pasta=ano%20186&pesq=cholera>>. Acesso em Março de 2018.

1.4- Legislação e relatórios do Império do Brasil

BRASIL. Diversas, 1860-1870. Coleção das Leis do Império do Brasil. Biblioteca digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em Março de 2018.

Decreto regencial de 08 de Maio de 1835. Converte a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro em Academia, com o titulo de – Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro- e da-lhe estatutos. In: Coleção das Leis do Império do Brasil, decretos de 1835, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1864, p. 64. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html>>. Acesso em Março de 2018.

BRASIL. Lei de 16 de Dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em Março de 2018.

_____. Decreto n. 598, de 14 de setembro de 1850. Concede ao Ministerio do Imperio hum credito extraordinario de duzentos contos para se exclusivamente despendido no começo de trabalhos, que tendão a melhorar o estado sanitario da Capital e de outras Povoações do Império. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-598-14-setembro-1850-559839-publicacaooriginal-82251-pl.html>>. Acesso em Março de 2018.

BRASIL. Lei n.602, de 19 de Setembro de 1850. Dá nova organização à Guarda Nacional do Império. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=542130&id=14388235&idBinario=15632884&mime=application/rtf>>. Acesso em Março de 2018.

_____. Decreto n. 828, de 29 de setembro de 1851. Manda executar o Regulamento da Junta Central de Hygiene Publica. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=79316>>. Acesso em Março de 2018.

BRASIL. *Decreto n. 1387 de 28 de Abril de 1854*. Dá novos Estatutos ás Escolas de Medicina. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1387-28-abril-1854-590272-publicacaooriginal-115439-pe.html>>. Acesso em Março de 2018. O texto on-line não substitui o publicado na Coleção de Leis do Império do Brasil, 1854, Página 195 Vol. 1 pt I (Publicação Original).

_____. Decreto n. 2.052, de 12 de dezembro de 1857. Approva o Regulamento desta data, pelo qual se alterão algumas disposições do da Junta Central de Hygiene Publica de 29 de Setembro de 1851. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=79316>>. Acesso em Março de 2018.

_____. Decreto n. 1.067, de 28 de Julho de 1860. Crêa huma nova Secretaria de Estado com a denominação de Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1067-28-julho-1860-546420-publicacaooriginal-60429-pl.html>>. Acesso em Março de 2018.

_____. Decreto 2.677, de 27 de Outubro de 1860. Approva o Regulamento para a Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, Repartições do Ajudante-General do Exercito e Quartel Mestre General e Contadoria- Geral da Guerra. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2677-27-outubro-1860-556782-publicacaooriginal-76912-pe.html>>. Acesso em Março de 2018.

_____. Decreto n. 2.749, de 16 de Fevereiro de 1861. Altera o Regulamento da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2749-16-fevereiro-1861-556077-publicacaooriginal-75733-pe.html>>. Acesso em Março de 2018.

_____. Decreto 3.371, de 7 de Janeiro de 1865. Crêa Corpos para o serviço de guerra em circunstancias extraordinarias com a denominação de - Voluntarios da Patria -, estabelece as condições e fixa as vantagens que lhes ficão competindo. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html>>. Acesso em Fevereiro de 2018.

_____. *Decreto n.3464, de 29 de Abril de 1865.* Dá novos Estatutos ás Faculdades de Medicina do Império. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3464-29-abril-1865-554646-publicacaooriginal-73384-pe.html>. Acesso em Março de 2018. O texto on-line não substitui o publicado na Coleção de Leis do Império do Brasil, Coleção de Leis do Império do Brasil - 29/4/1865, Página 221 Vol. 1 pt II (Publicação Original).

_____. Lei n.1.245, de 28 de Junho de 1865. Fixa despeza e orça a receita geral do Imperio para o exercício de 1865-1866, e dá outras providencias. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=542883&id=14382158&idBinario=15631743&mime=application/rtf>>. Acesso em Março de 2018.

_____. Decreto 3.725, de 6 de Novembro de 1866. Concede liberdade gratuita aos escravos da Nação designados para o serviço do exercito Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3725-a-6-novembro-1866-554505-norma-pe.html>>. Acesso em Fevereiro de 2018.

_____. Lei n. 1.507, de 26 de Setembro de 1867. Fixa a despeza e orça a receita geral do Imperio para os exercícios de 1867-68 e 1868-69, e dá outras providencias. Disponível em:

<<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=543197&id=14382748&idBinario=15630732&mime=application/rtf>>. Acesso em Março de 2018.

_____. Decreto n. 4.154, de 13 de Abril de 1868. Reorganisa a Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio. Disponível em: <

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4154-13-abril-1868-553389-publicacaooriginal-71222-pe.html> >. Acesso em Março de 2018.

_____. Lei n. 2.040, de 28 de Setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm>. Acesso em Março de 2018.

_____. Ministério do Império: Relatorios da Repartição dos Negocios do Imperio referentes aos anos de 1865-1870, Rio de Janeiro, Typographia Nacional. Disponível em: < <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/brasil-ministerio-imperio/720968>>. Acesso em Março de 2018.

1.5- Dicionários e verbetes

FIOCRUZ, Casa de Oswaldo Cruz. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Disponível em <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>> Acesso em Março de 2018.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto :Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/02254100>>. Acesso em Fevereiro de 2018.

SILVA, Antônio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portuguezacomposto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio deMoraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Volume 1. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00299210>>. Acesso em Março de 2018.

Verbetes *Academia Nacional de Medicina* (RJ). Disponível em: <http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=290&descricao=Eduardo+Augusto+Pereira+de+Abreu>. Acesso em Março de 2018.

Verbetes *Brasileira Fiocruz*. Disponível em <<http://www.fiocruz.br/brasileira/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=24&sid=21>>. Acesso em Março de 2018.

Verbetes do *Instituto Bahiano de História da Medicina e ciências afins*. Disponível em: <http://www.ibhmca.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=62&Itemid=2>. Acesso em Março de 2018.

BRAZIL, T.K. (organizadora), Soeiro, M. S., Lira-da-Silva, R. M. - Otto Edwar Heinrich Wucherer. Projeto Heróis da Saúde na Bahia. Disponível em <<http://www.bahiana.edu.br/herois/heroi.aspx?id=MQ>>. Acesso em Março de 2018.

2. Bibliografia

2.1- Livros

BALABAN, Marcelo. *Poeta do Lápis. Sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2009.

CHALHOUB, S. *Cidade Febril - Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, Cia das Letras. 1996.

CONI, A. C. *A Escola Tropicalista Baiana: Paterson, Wucherer, Silva Lima*. Salvador, Tip. Beneditina, 1952.

DAVID, O.R. *O inimigo invisível: A epidemia de cólera na Bahia 1855-1856*. Salvador, Ed. UFBA, 1996.

DORATIOTO, F. F. M. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia.das Letras, 2002.

FERREIRA, Tania B. C; RIBEIRO, Gladys S.; GONÇALVES, Monique de S. (Orgs.). *O Oitocentos entre livros, livreiros, impressos missivas e bibliotecas*. São Paulo: Alameda, p. 59-87, 2013.

GRAHAM, R. *Alimentar a Cidade: Das vendedoras de rua à Reforma Liberal (Salvador 1780-1860)*. Tradução de Berilo Vargas. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

MACHADO, R., et al. *Danação da Norma: medicina social e constituição da Psiquiatria no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal, 1978.

NASCIMENTO, A.A.V. *Dez freguesias da cidade do Salvador – aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Bahia, Ed.UFBA,1986.

NOGUEIRA, O. *Constituição de 1824*. Coleção Constituições Brasileiras, volume I. Brasília: Senado Federal, 3ª Ed, 2015.

PEARL, J. G. *The Tropicalist School of Medicine of Bahia, Brazil, 1869-1889*, Michigan, Columbia University, 1990.

ROSEN, G. *Uma história da Saúde Pública*. São Paulo: Unesp,1994.

SALLES, R. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SAMPAIO, G. R. *Nas Trincheiras da Cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

SCHWARCS, L. M. *O Espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

WOOLF, V. *De la enfermedad*, España: Centellas, 2014. Traducción y notas de Ângela Pérez.

2.2- Cadernos de Memória da Administração Pública Brasileira - MAPA

GABLER, L. *A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891)*. Cadernos MAPA n.4, Memória da Administração Pública Brasileira, Império. Arquivo Nacional: 2012. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/wp-content/uploads/2012/10/A-Secretaria-de-Estado-dos->

Neg%C3%B3cios-da-Agricultura-Com%C3%A9rcio-e-Obras-P%C3%BAblicas-e-a-moderniza%C3%A7%C3%A3o-do-Imp%C3%A9rio.pdf>. Acesso em Março de 2018.

NETTO, R. S. *A Secretaria de Estado dos Negócios do Império*. Cadernos MAPA n.5, Memória da Administração Pública Brasileira, Império. Arquivo Nacional: 2013. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/A_Secretaria_de_Estado_dos_Neg%C3%B3cios_do_Imp%C3%A9rio.pdf>. Acesso em Março de 2018.

2.3- Monografias, dissertações e teses

DELAMARQUE, E. V. *Junta Central de Higiene Pública: Vigilância e Polícia Sanitária (Antecedentes e Principais Debates)*. COC Fiocruz, Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/19759>>. Acesso em Março de 2018.

QUEIROZ, Vanessa de Jesus. *Entre faladores e operários da ciência: o charlatanismo na Gazeta Médica da Bahia, 1866-1870*. 2015. 54 f. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/12409>>. Acesso em Março de 2018.

2.4- Artigos

EDLER, F.C. *A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil*. Hist. cienc. saude-Manguinhos [online]. 2002, vol.9, n.2, pp.357-385. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702002000200007&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em Março de 2018.

FIGUEIREDO, B. G. *Os manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX no Brasil: mediação entre o saber acadêmico e o saber popular*. Educ. rev. [online]. 2005, n.25, pp.59-73. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602005000100005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em Março de 2018.

FRANCO, S.P.. *Pânico e terror: a presença da cólera na Província do Espírito Santo (1855-1856)*. Almanack [online]. 2014, n.7, pp.117-136. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-46332014000100117&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em Março de 2018.

JACOBINA, R.R.; CHAVES, L.; BARROS, R. *A Escola Tropicalista e a Faculdade de Medicina da Bahia*. Disponível em:<<http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/971/950> > Acesso em Março de 2018.

JACOBINA, R.R.; GELMAN, E.A.. *Juliano Moreira e a Gazeta Medica da Bahia*. Hist. cienc. saude-Manguinhos [online]. 2008, vol.15, n.4, pp.1077-1097. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702008000400011&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em Março de 2018.

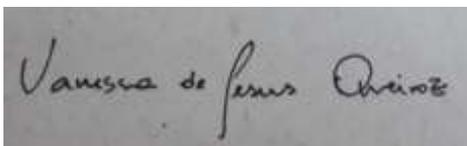
KODAMA, K.; PIMENTA, T. S.; BASTOS, F.I.; BELLIDO, J.G. *Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar*. Hist. cienc. saude-Manguinhos [online]. 2012, vol.19, suppl.1, pp.59-79. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702012000500005&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em Março de 2018.

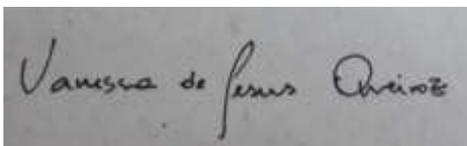
MARQUES, E.C. *Da Higiene à construção da cidade: o Estado e o saneamento no Rio de Janeiro*. In: *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 2(2):51-67, 1995. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v2n2/a04v2n2.pdf>>. Acesso em Março de 2018.

RODRIGUES, C.: *A cidade e a morte: a febre amarela e seu impacto sobre os costumes fúnebres no Rio de Janeiro (1849-50)*. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, VI(1): 53-80, mar.-jun. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701999000200003>. Acesso em Março de 2018.

QUEIROZ, V.J., *Saude Pública em Mau Estado- a carne para consumo nos debates sobre higiene pública na Gazeta Medica da Bahia na década de 1860*. Revista Em tempo de Histórias, PPGHIS-UnB:2018, n.31- Agosto-Dezembro de 2017, pp. 6-28. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/issue/view/1794/showToc>>. Acesso em Março de 2018.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Handwritten signature of Vanessa de Jesus Oliveira in black ink on a light background.

Eu, , declaro, para todos os efeitos, que o texto apresentado para a defesa da dissertação de mestrado foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado no todo ou em parte a este e/ou a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

ANEXOS

ANEXO I

GAZETA MEDICA DA BAHIA

PUBLICADA

POR UMA ASSOCIAÇÃO DE FACULTATIVOS, E SOB A DIRECÇÃO

Do Dr. Virgilio Climaco Damazio.

Publica-se nos dias 10 e 25 de cada mez.

ANNO I

BAHIA 10 DE JULHO DE 1866

N.º 1.

SUMARIO.

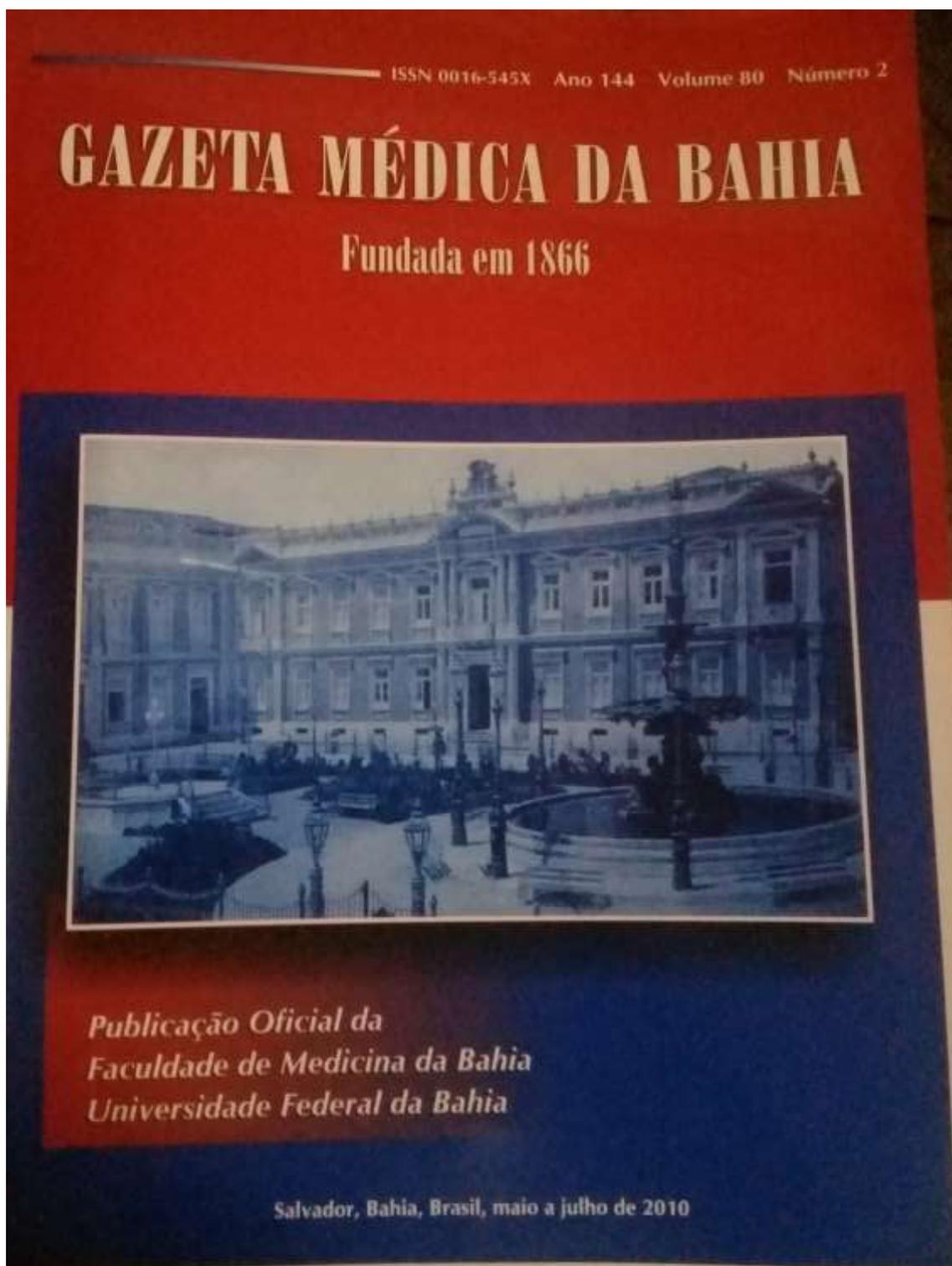
I. INTRODUÇÃO. II. TRABALHOS ORIGINAES.—HYGIENE PUBLICA: I. Congresso sanitario inter-nacional; nenhum representante por parte da medicina brasileira. II. Estado sanitario desta provincia, de janeiro a maio de 1866. **III. REGISTRO CLINICO.—I.** Comunicação entre a bexiga do fel e a bexiga urinaria com expulsão de calculos biliares pelas vias urinarias. II. Dores nevralgicas na uretra, emprego do bromureto de potassio, cura. **IV. EXCERPTOS DA IMPRENSA MEDICA ESTRANGEIRA.—I.** Nota sobre a uretrotomia interna, a proposito de dois casos de apertos organicos da uretra curados por esta operação. Tratamento da diphteria pelo hyposulphyto de soda. **V. NOTICARIO.**

Capa da primeira edição da *Gazeta Medica da Bahia*

Gazeta Medica da Bahia, ano I, n.1, 10 de Julho de 1866, capa

Disponível em: <<http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia>>. Acesso em Março de 2018

ANEXO II



Capa de uma edição mais recente da *Gazeta Médica da Bahia*, atualmente revista oficial da FAMEB

Gazeta Médica da Bahia, ano CXLIV, volume 80, n. 2, Maio a Julho de 2010

© 2010 Gazeta Médica da Bahia. Todos os direitos reservados.

ANEXO III



Exemplo de capa de tese apresentada à FAMEB para obtenção do grau de doutor em Medicina.

REBELLO, Eugênio Guimarães. *As raças humanas descendem de uma só origem?* Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia para obtenção do grau de doutor em Medicina. Typographia do Diario, Rua das Vassouras, n.13, 1869. Disponível no acervo institucional de teses produzidas no âmbito da Faculdade de Medicina da Bahia, da Bibliotheca Gonçalo Moniz, Pelourinho Salvador, BA.

ANEXO IV

Tabela de teses apresentadas para obtenção do grau de doutor em medicina e aprovadas pela Faculdade de Medicina da Bahia entre 1866-1869³⁹⁰

ANO	TESE (tema principal, excluídas as proposições)	ÁREA	AUTOR
1866	“Contagio”	Sciencias Medicas	José Felix da Cunha Menezes
1866	“Kystos do Ovario e seu tratamento”	Sciencias Cirurgicas	Marcolino Adolpho Cassiano Maia
1866	“Em que condições devem ser feitas as pupillas artificiaes, e o seus processos?”	Sciencias Cirurgicas	Joaquim da Silva Coelho
1866	“Qual a origem, natureza, propriedade e uso do liquido amniótico?”	Sciencias Cirurgicas	Galdino Tobias de Lemos
1866	“Fistulas vesico-vaginaes”	Sciencias Cirurgicas	Jose Pedro de Souza Braga

³⁹⁰ Referências: E como fonte para descobrir tais informações recorreremos às memórias históricas em anexo aos relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios do Império dos anos de 1866, 1867 e 1868, bem como à edição n.80 de 30 de Novembro de 1869 da *Gazeta Medica da Bahia*, que diferente da memória histórica daquele ano, onde apenas constavam mapas de exames realizados na FAMEB, informava sobre os temas das teses defendidas.

OBS 1: Das defesas ocorridas em 1869, cujas informações extraímos do n. 80, de 30 de Novembro do referido ano, não somos informados sobre a área de concentração dos trabalhos finais.

OBS 2: A escolha do período não alcança 1870 devido ao fato de a primeira pausa do jornal ocorrer antes da defesa de teses daquele ano. Nossos propósitos com esta tabela concentram-se em possibilitar a verificação dos principais temas em voga em parte dos escritos produzidos na FAMEB em comparação com as atenções concedidas à higiene pública e a cólera na GMB em sua primeira fase, que se encerra em Julho de 1870.

1866	“Acção Physiologica e therapeutica da strychnina	Sciencias Medicas	Olegario Ferreira Bandeira
1867	“Diagnostico diferencial, e tratamento das paralyrias” ³⁹¹	Sciencias Medicas	Antonio Pacifico Pereira
1867	“Contagio”	Sciencias Medicas	Jayme Pombo Bricio
1867	“Abscessos por congestão”	Sciencias Cirurgicas	Joaquim de Almeida Villas-Boas
1867	“Contusões e feridas contusas”	Sciencias Cirurgicas	Manoel Augusto Gomes Guimarães
1867	“Afecções carbunculosas”	Sciencias Cirurgicas	Seraphim de Almeida Vieira
1867	“Tumores lacrimais, e seu tatamento cirurgico”	Sciencias Cirurgicas	Manoel Ignacio Lisboa
1867	“Da escutação em geral”	Sciencias Medicas	Francisco Joaquim de Oliveira Santos
1867	“Qual o melhor processo para a cura dos aneurismas?”	Sciencias Cirurgicas	Pedro Affonso de Carvalho
1867	“Do emprego da sangria na congestão cerebral e na apoplexia”	Sciencias Medicas	Antonio Celestino Sampaio
1868	“É possivel a cura radical das hernias?”	Sciencias Cirurgicas	Aristides Americo de Magalhães

³⁹¹ Há, nesta dissertação, proposição de Sciencias Acessorias intitulada: “Por uma rigorosa aplicação das leis physicas se poderão explicar os phenomenos que se manifestão nos individuos atacados da cholera-morbus?”.

1868	“Do thoracentese e suas indicações”	Sciencias Cirurgicas	Aristides Felinto de Alpedriz
1868	“As raças humanas provierão de uma só origem?”	Sciencias Medicas	Claudemiro Augusto de Moraes Caldas
1868	“Da metrorrhagia que póde sobrevir desde o começo da gestação até a expulsão do feto”	Sciencias Cirurgicas	Dionysio José dos Santos
1868	“Hygiene da mulher em estado de gravidez”	Sciencias Medicas	Elpídio Joaquim Barauna
1868	“Aneurismas espontaneos e seus tratamentos”	Sciencias Cirurgicas	Francisco dos Santos Pereira
1868	“No tratamento da hydrocele a injecção de tintura d’iodo deve ser preferida a injecção vinosa?”	Sciencias Cirurgicas	Francisco dos Santos Silva
1868	“Queimaduras”	Sciencias Cirurgicas	Joaquim Manoel de Almeida Vieira
1868	“Affecções carbunculosas”	Sciencias Cirurgicas	Joaquim Manoel Rodrigues Lima
1868	“Feridas por armas de fogo”	Sciencias Cirurgicas	Raymundo Caetano da Cunha
1868	“Gangrenas”	Sciencias Cirurgicas	Socrates de Araujo Bittencourt

1869	“Asphyxia dos recém nascidos”	Não informado	Antonio Rodrigues Cajado
1869	“Fystula lacrimal e seu tratamento”	Não informado	João da Rocha Moreira
1869	“Região perineal e talhas perineaes”	Não informado	Clodoveo Heleodoro Celestino
1869	“Das indicações e contra-indicações da urethrotomia interna”	Não informado	Gentil Pedreira
1869	“As perturbações funcçionaes que se manifestam durante a prenhez dependerão de um estado chloro-anemico ou de uma verdadeira plethora?”	Não informado	José Moreira Coelho
1869	“Fracturas do collo do femur e seu tratamento”	Não informado	João Jose de Faria
1869	“Vícios de conformação da bacia e suas indicações”	Não informado	Manoel Joaquim de Goes Tourinho
1869	“Infecção purulenta”	Não informado	Diocleciano da Costa Dorea
1869	“Tratamento dos kystos do ovario”	Não informado	Ludovico Correa d’Oliveira

1869	“Tratamento da angina diphtherica”	Não informado	Americo Vespucio Moreira d’Almeida
1869	“Queimaduras”	Não informado	Paulino Pires da Costa Chastinete
1869	“Do emprego da sangria na congestão e apoplexia do cerebro”	Não informado	Antonio Augusto Barbosa d’Oliveira
1869	“Fracturas do collo do femur e seu tratamento”	Não informado	Odilon Baptista d’Oliveira
1869	“Hygiene da mulher em estado de gravidez”	Não informado	Joaquim da Silva Rego
1869	“Tratamento da angina diphtherica”	Não informado	Florentino Telles de Menezes
1869	“Causas da febre typhica e sua natureza”	Não informado	Gaspar Carvalho da Cunha
1869	“Acção physiologica e therapeutica do chá e do café”	Não informado	Arsenio de Sousa Marques
1869	“Pustula maligna e seu tratamento”	Não informado	José Porphyrio de Mello e Mattos
1869	“Influencia do celibato sobre a saude do homem”	Não informado	Francisco Borges de Barros
1869	“Chlorose”	Não informado	Jose Duarte Ferreira

1869	“As raças humanas descendem de uma só origem?”	Não informado	Eugenio Guimarães Rebello
1869	“Hygiene dos collegios”	Não informado	Fructuoso Pinto da Silva
1869	“Feridas por armas de fogo”	Não informado	Luiz Terencio de Carvalhal
1869	“Dos processos hydrotherapicos e sua razão physiologica”	Não informado	José Paulo Antunes
1869	“Asthma”	Não informado	Augusto Freire Maia Bittencourt
1869	“Erysipéla considerada em geral”	Não informado	João Chaves Ribeiro
1869	“Queimaduras”	Não informado	José Pinto da Silva
1869	“Ulceração, ulceras simples e suas complicações”	Não informado	Francisco Ribeiro Lopes Guimarães
1869	“Hemorragia puerperal e seu tratamento”	Não informado	Joaquim Januario dos Santos Pereira